



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS – UFAM
PRO-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL – PPGAS

AURIEDIA MARQUES DA COSTA

**A FACE OCULTA DO CONFLITO:
DESMATAMENTO, AVANÇO DA FRONTEIRA AGROPECUÁRIA E
EXPROPRIAÇÃO DE EXTRATIVISTAS DE LÁBREA - SUL DO AMAZONAS**

MANAUS

2016

AURIEDIA MARQUES DA COSTA

**A FACE OCULTA DO CONFLITO:
DESMATAMENTO, AVANÇO DA FRONTEIRA AGROPECUÁRIA E
EXPROPRIAÇÃO DE EXTRATIVISTAS DE LÁBREA - SUL DO AMAZONAS**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social – PPGAS, da Universidade Federal do Amazonas – UFAM, para obtenção do título de mestre em Antropologia Social

Orientador(a): Prof^a Dr^a Thereza Cristina Cardoso Menezes

MANAUS

2016

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

C837f Costa, Auriedia Marques da
A FACE OCULTA DO CONFLITO: Desmatamento, avanço da
fronteira agropecuária e expropriação de Extrativistas de Lábrea -
sul do Amazonas / Auriedia Marques da Costa. 2016
201 f.: il. color; 31 cm.

Orientadora: Thereza Cristina Cardoso Menezes
Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade
Federal do Amazonas.

1. Território. 2. Conflitos/Expropriações. 3. Estado. 4. Violência. 5.
Extrativistas. I. Menezes, Thereza Cristina Cardoso II. Universidade
Federal do Amazonas III. Título

TERMO DE APROVAÇÃO

AURIEDIA MARQUES DA COSTA

**A FACE OCULTA DO CONFLITO:
DESMATAMENTO, AVANÇO DA FRONTEIRA AGROPECUÁRIA E
EXPROPRIAÇÃO DE EXTRATIVISTAS DO SUL DE LÁBREA/AM**

***Texto da Dissertação apresentado à Banca Examinadora do Mestrado
aprovada em 08/08/16***

Prof^a Dr^a Thereza Cristina Cardoso Menezes – UFRRJ/PPGAS/UFAM

Orientadora

Prof^a. Dr^a Ana Carla dos Santos Bruno- INPA/PPGAS/UFAM

Membro

Prof^a Dr^a Katiane Silva- UFPA

Membro

Manaus, 08 de 08 de 2016

DEDICATÓRIA

À minha mãe Cecília (In Memoriam), ao meu pai Francisco (In Memoriam), cuja dissertação me fez recordar suas trajetórias de vida. Partilhando da vida e destino de quem vivia no interior, zona rural do Estado do Amazonas, buscaram na “cidade grande”, entre outros motivos, o caminho para que seus filhos e filhas usufríssem do que consideravam importante: poder estudar. Sou muito agradecida pois, na simplicidade de suas vidas ensinaram e mostraram com seus atos o que de valioso existe na alma humana: o bem, a solidariedade, o amor, a compaixão pelo outro. Por tudo o que me oportunizaram na vida em sacrifício das suas, minha eterna gratidão.

A cada agente social (in memoriam), trajetórias expressas ao longo do trabalho, Gedeão, Irmã Angélica, Gêneses, Francisco, Adelino (Dinho), Indio, Dinhana, Chalub; aqueles que nem chegaram a entrar para as estatísticas, que tiveram suas vidas, arrancadas de seu chão e enterrados seus gritos de indignação; vidas assassinadas, tombadas, vítimas de planos e projetos pensados como desenvolvimento, da concentração fundiária e da exploração da floresta. Tombaram, precocemente, como muitos trabalhadores do Campo neste Brasil, em nossa Amazônia, no sul de Lábrea. Tombaram como tombam castanheiras e seringueiras nas mãos impiedosas de quem encontra no lucro a motivação única para seus atos.

A todos os agentes sociais, que dependem de seu território, para se manterem vivos (por este Brasil, Amazônia, Lábrea, região sul do Amazonas) que, ao permanecerem num grito silencioso, buscam se manter fortes e resistentes, mesmo quando insistem em tirar-lhes a vida e a capacidade de acreditar. Por nos ensinar que o mais pequeno gesto de resistência nos possibilita a seguir em frente com esperança.

AGRADECIMENTOS

Ao Deus de Jesus Cristo, fonte de inspiração que alimenta a mística que nos faz construir, lutar e acreditar em “novos céus e novas terras”, crer no “outro mundo possível”.

Aos Agentes Sociais, do Riozinho, moradores do entorno, PDS Gedeão, que possibilitaram conhecer com maior profundidade suas histórias e confiaram muito de suas vidas.

A Nilcilene, agente social de Lábrea, que a vida me presenteou com sua amizade, com quem tive a oportunidade de conviver em momentos tão difíceis de sua trajetória, mas também em acompanhar o tempo de reconstrução da vida em outro espaço e a partir do “nada”, apesar das muitas dificuldades e sofrimento que continuou enfrentando. Com ela aprendi muito do significado da resistência e do recomeçar (...). Ao seu Raimundo, esposo de Nilce, sobrevivente daquele espaço de conflito, que aceitou viver a aventura de reconstruir o campo da existência noutra espaço.

À dona Felicidade, minha companheira de andanças entre rios e ramais no período em que permaneci em campo, que encorajava a ir além do medo, com o fim de registrar em filmagens e fotografias, num espaço um tanto movediço, o que constantemente fazia parte de suas denúncias e de suas indignações. Deseja tão somente a felicidade, como seu nome refere, de permanecer em seu espaço de vida.

À Rosana, da CUT/Acre, que, com tamanha disposição e generosidade, deixando seus afazeres, seguiu comigo para o início da jornada. Agradecimento ao Cosmo, que dirigiu aquele veículo, com tanta segurança, enfrentando os transtornos dos ramais.

Ao Castro e seu irmão Aldo que me acolheram em sua casa, no período inicial da pesquisa, servindo como lugar de suporte para a visita às Colocações, bem como às pessoas que encontrei no espaço desta acolhedora casa: Raimundinha, Celestino (violeiro), Tião, Rosa, Israel, Gilson, Francisco, Mateus, Moisés.

Ao Israel, nos seus doze anos de idade, meu guia por entre o rio, fazenda e ramal. Ele estava lá como protetor. Ao Moisés, também como guia, ao adentrarmos o ramal da Mococa e pelas vezes que precisou, com sua motocicleta, me transportar entre o ramal e BR.

Às Irmãs Religiosas de Nova Califórnia/RO que me acolheram em sua casa, onde encontrei um porto seguro, como o é também para tantas pessoas. Sem este apoio, a pesquisa, da forma como foi realizada, teria sido inviabilizada. Irmãs Gracilete, Joanice e Tarcísia, serei sempre grata pela oportunidade de ver e conviver com vocês nesta tão desafiante realidade.

As Irmãs Religiosas de Rio Branco/AC, que me abrigaram, sempre que precisava passar por esta região para ir ao campo. Em nome da Irmã Inês, meu agradecimento as demais irmãs que formavam a fraternidade religiosa.

Ao Roni Lira que, com tamanha disposição, interesse e cuidado elaborou o mapa da região de pesquisa, recebendo-o como presente.

Aos amigos e amigas de caminhada, de lutas, de idas e vindas, obrigada por poder compartilhar da vida e do trabalho e que também foram ouvindo minhas dúvidas, angústias e lamentações, incluindo aqui, vocês Maria, Francisco (meu irmão), Ulisses, Mario e minha sempre presente família.

À Comissão Pastoral da Terra, Regional Amazonas que, através de seus agentes, me oportunizou adentrar na vida e realidade dos conflitos de terra por este Estado e me desafiou a assumí-los enquanto parte da missão-serviço da entidade. Agradecimento estendido a cada agente da CPT, da sede, em Manaus e áreas de atuação, que juntos compartilhamos das lutas diárias dos trabalhadores e que recebiam de vocês acolhida ao escutar suas histórias. Agradecimento à Marta Cunha, com quem compartilhamos por longos anos o trabalho na CPT. Aprendemos muito e nos apoiamos nos embates e enfrentamentos necessários em cada conflito que se apresentava, fora e dentro da Entidade. E olha que foram muitos.

Ao CIMI, na pessoa do Chico, coordenador da Entidade, que gentilmente cedeu o espaço do Xare, favorecendo maior concentração para o processo de escrita. Ao Naldo, Cristina e seus dois filhos que neste espaço foram companhia e colaboração.

A Coordenação e aos Professores do Curso de Pós-Graduação em Antropologia Social que trabalharam as diferentes disciplinas ao longo do curso: Ana Carla, Maria Helena, Frantomé, Carlos, Sergio Ivan, Myrtle, Marcovani, Thereza e, posteriormente João Pacheco. Ao professor Alfredo Wagner, que não tive uma disciplina específica, mas foi sempre uma referência de pesquisa e de vida para pensar territórios, comunidades tradicionais, desde sua assessoria em encontros na Comissão Pastoral da Terra.

As professoras Maria Helena Ortolan e Ana Carla Bruno, da Banca de Qualificação proporcionando melhor compreensão do trabalho a ser realizado, bem como a ampliação do olhar para o campo de pesquisa.

A France, secretária do Programa de Pós Graduação em Antropologia Social, por sua atenção, cuidado, responsabilidade e no apoio às nossas constantes dúvidas. Você é também, parte e alma desse lugar.

Aos amigos e amigas de turma do mestrado e doutorado (Anderson, Marcos, Olga, Eliaquim, Alvatir, Juliana, Aldirene, May, Deyse, Dimas, Adelson, Adailton, Nicolas), obrigada por compartilhar da experiência e conhecimento que cada um/uma trouxe consigo e que enriquecia nossas aulas.

Aos colegas do Núcleo de Estudo e Pesquisa Territorial da Amazônia – NEPTA - meu agradecimento pelo espaço favorável ao estudo e das ricas discussões quanto nosso campo comum de pesquisa: Mariana, Cloves, Rancejânio, Willas.

Ao Programa de Apoio ao Núcleo emergente de Pesquisa no Amazonas – PRONEM, que com recursos da Agência de Fomento à Pesquisa do Amazonas-FAPEAM, muito colaborou com as viagens e diárias na pesquisa de campo que, para esta região exige maior investimento. À FAPEAM, pela bolsa de Pós-Graduação que proporcionou a disponibilidade para o estudo.

À Secretaria Municipal de Educação – SEMED, que, através do Programa Qualifica, disponibilizou-me para a dedicação aos estudos e às responsáveis pela Divisão Ensino Fundamental, onde trabalho atualmente, Bonina e Francilene, pelo apoio e compreensão em algumas “ausências”.

O meu mais profundo agradecimento e reconhecimento à professora e orientadora de meu trabalho, professora Thereza Menezes a quem devo muito do que consegui construir nesta dissertação. Sua generosidade, capacidade criativa que não mede esforços para contribuir com o que acredita; seu olhar aguçado para a realidade social dos conflitos em nosso Estado, seu comprometimento, dinamicidade e intensidade na vida acadêmica, seu acreditar no ser humano e na capacidade de cada orientando em construir seu caminho, respeitando e potencializando a trajetória, fizeram de mim alguém melhor e com maior maturidade para a compreensão do campo antropológico, da realidade do Outro. Você é a “Índia Apurinã” e eu “Mura”, o encontro dessas duas “etnias” não foi tão “pacífico”, a flexada “Apurinã” chegou a doer, inicialmente, mas aos poucos fomos aprendendo

também com a resistência “Mura” e com nossa capacidade de superação dos entraves do caminho. Sou grande admiradora de seu trabalho e profundamente agradecida pelo muito aprendido, construído, apreendido nestes tempos e para a vida que segue.

“Não vou fugir e nem abandonar a luta dos povos que estão desprotegidos na floresta. Eles têm o sagrado direito a uma vida digna (Ir. Dorothy Stang, assassinada em Anapu/PA 2005)”

RESUMO

Este trabalho busca abordar disputas territoriais e ambientais envolvendo famílias extrativistas residentes na região sul do município de Lábrea, no Amazonas. A região notabilizou-se nas últimas décadas por concentrar a maior incidência de expropriações violentas, assassinatos de lideranças e trabalhadores rurais. A pesquisa procurou situar socialmente os diversos atores sociais no campo dos conflitos fundiários da região, bem como etnografar situações precisas de conflito travados entre posseiros, extrativistas, assentados de programas de reforma agrária por um lado e grileiros, fazendeiros, madeireiros. Trata-se de reconstituir como agem os mecanismos de violência física e simbólica mobilizados por representantes de fazendeiros e Estado que redundam no processo de expropriação.

Palavras-Chave: Território, conflitos, expropriações, Estado, violência, extrativistas.

ABSTRACT

The present work aims to approach territorial and environmental disputes involving extractivist families living in Southern Labrea, a municipality in the countryside of Amazonas state. This region has been infamous in the last decades for concentrating the highest incidence of violent expropriations and assassinations of rural leaders and workers. The present research intends to socially situate the several players within the realm of land conflict in the abovementioned region as well as to produce ethnography on particular situations of conflict arising among, on one hand, squatters, extractivists, and those who were settled in governmental land reform programmes, and on the other hand, land grabbers, farmers and lumbermen. The text reconstructs how mechanisms of physical and symbolical violence work when mobilized by both farm and State representatives, which end up with the process of expropriation.

Keywords: territory; conflicts; expropriations; State; violence; extractivists

LISTA DE ABREVIATURAS

APRAASSA- Associação dos Produtores Rurais Agroextrativistas do Projeto de Assentamento do Seringal Santo Antônio e Adjacências

ADP- Associação Deus Proverá- Associação dos Produtores Rurais, Extrativistas, Assentados e Regularizados do Incra, do Sul de Lábrea/AM

BASA- Banco da Amazônia S.A

BNDES- Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social

CAETA- Comissão Administrativa do Encaminhamento de Trabalhadores para a Amazônia

CNVC- Comissão Nacional de Combate à Violência no Campo

CPI- Comissão Parlamentar de Inquérito

CPT- Comissão Pastoral da Terra

CUT- Central Única dos Trabalhadores

DETRAN- Departamento de Transito

DRPC- Delegacia Regional de Polícia Civil – DRPC- Lábrea).

FLONA- Floresta Nacional

FN- Força Nacional

IBAMA- Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMBIO- Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

IDAM- Instituto de Desenvolvimento do Amazonas

IDARON- Instituto de Desenvolvimento de Rondonia

INCRA- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MAPA- Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

MDA- Ministério do Desenvolvimento Agrário

MPF – Ministério Público Federal

OAN- Ouvidoria Agrária Nacional

PAF- Projeto de Assentamento Florestal

PAS- Plano Amazônia Sustentável

PDS- Projeto de Desenvolvimento sustentável

PT- Partido dos Trabalhadores- PT

RECA- Reflorestamento Econômico Consorciado e Adensado

RESEX – Reserva Extrativista

SAVA- Serviço de Abastecimento do Vale Amazônico

SDH- Secretaria de Direitos Humanos

SDS- Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

SEMTA- Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia

SESP- Serviço Especial de Saúde Pública

SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação

SPU- Secretaria de Patrimônio da União

SPVEA- Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Borracha

SUDAM- Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia

SUNAB- Superintendência Nacional do Abastecimento

UFAM- Universidade Federal do Amazonas

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Produção extrativista por safra

Quadro 2 - Região do Riozinho e adjacências - Sul do Município de Lábrea- Am

Quadro 3- Agentes do Estado: intervenção no sul de Lábrea-Am

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1 – Mapa da região da pesquisa: Seringueiros do Riozinho e Adjacências – sul do Município de Lábrea-Amazonas
- Figura 2- Mapa - Municípios Prioritários para combate ao desmatamento
- Figura 3- Trólio- marcas do tempo das atividades do seringal
- Figura 4- Colocação Boca do Riozinho
- Figura 5- Colocação Boca do Riozinho
- Figura 6- Comprovante de pedido – seringal
- Figura 7- Comprovante de Entrega de produção
- Figura 8- Riozinho – sul do município de Labrea-Am
- Figura 9- Transporte da viagem ao Riozinho
- Figura 10- Castanhas coletadas na colocação Bissolota
- Figura 11- Cerca da Fazenda Rio Novo
- Figura 12- Portão- Fazenda Água Verde
- Figura 13- Portão - Ramal da Torre
- Figura 14- Ramal da Torre
- Figura 15- Fazenda Nova Fronteira, seringal Rio Novo
- Figura 16- Placa de manejo florestal – Fazenda Rio Novo- Seringal Rio Novo
- Figura 17- Mapa - Região do Riozinho e Adjacências
- Figura 18- Mapa da área de pesquisa – Área de fronteira
- Figura 19– Agentes da Força Nacional- sul do Município de Lábrea
- Figura 20 – Agentes da Força Nacional- sul do município de Lábrea

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	18
1 Processo de Ocupação Territorial	25
1.1 Ciclo da Borracha.....	25
1.2 Programas governamentais e processo de abertura da fronteira Agropecuária.....	31
1.3 Município de Lábrea no contexto do sul do Estado do Amazonas.....	37
1.4 Conflitos por terra e território.....	41
2 Trajetórias de Ocupação, expropriação e resistências	50
2.1 Ocupações e Trajetórias.....	50
2.2 Dinâmica da vida no Riozinho e Adjacências.....	64
2.3 Conflitos e Expropriação.....	73
2.3.1 A dor que dói também na alma	103
2.3.2 O que faz resistir, o que faz permanecer.....	126
2.3.3 Reserva Extrativista como estratégia de resistência.....	134
2.4 Configuração Territorial: Metamorfoses de um espaço social.....	138
2.4.1 Colocações Versus Fazendas.....	138
2.4.2 Seringal Santa Clara Versus Distrito de Nova Califórnia.....	151
2.4.3 Limites Territorias: Amazonas, Acre, Rondônia.....	158
3 Agências do Estado e suas Intervenções	161
3.1 Operação Defesa da Vida.....	171
3.2 Ouvidoria Agrária Nacional.....	179
Considerações finais	185
Referências.....	191
Anexos.....	196

INTRODUÇÃO

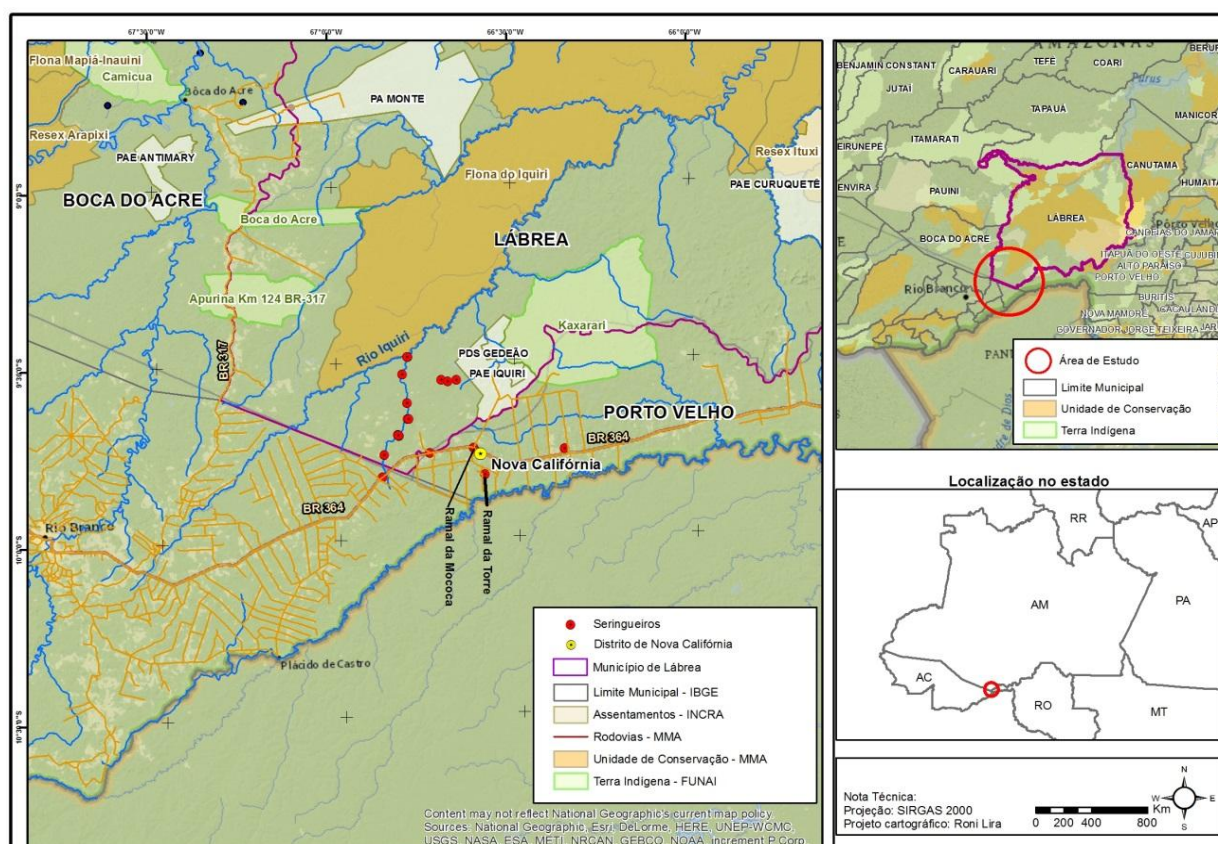
Esta pesquisa buscou realizar um estudo etnográfico do processo de ocupação e expropriação territorial de seringueiros/extrativistas do Riozinho e áreas adjacentes, localizadas no sul do município de Lábrea no Estado do Amazonas. A região do Riozinho, encontra-se, geograficamente situada, entre o rio Iquiri, afluente do Purus que corta os Estados do Amazonas e Acre, e a BR 364, sentido Acre – Porto Velho, percorrendo 15 km de extensão, tendo seu início na região de Acrelândia (AC), desembocando no rio Iquiri (AM). O acesso à região da pesquisa, pode ser realizado por meio de transporte fluvial durante a época de cheia do rio e por ramais, a partir da BR 364. Em ambos os casos, a BR 364 é a única via que permite o acesso à região estudada.

Ao se fazer o trajeto de barco é necessário percorrer aproximadamente 126 km pela BR 364, a partir de Rio Branco (AC), adentrando o Ramal da Mococa, à margem esquerda da BR, percorrendo 2 km até a linha 10. Em seguida percorre-se mais 7km até a confluência de ramais, seguindo à direita pela linha 09, segue-se mais 4 km de motocicleta, carro tracionado e/ou cavalo por um ramal em péssimas condições até às margens do Riozinho que dá acesso às colocações de seringa. Ao realizar o trajeto por via terrestre, o ramal Mendes Junior é a principal via de acesso nas proximidades do km 150 da BR 364, à sua margem esquerda, fazendo confluência com o ramal da Torre, através do qual é possível acessar as colocações, entre elas a Boca do Riozinho, no seringal de mesmo nome. Ao considerar o percurso a partir de Porto Velho (RO), percorre-se 450 km pela BR 364, seguindo, por sua vez pelo ramal Mendes Junior e Torre.

A BR 364 é também o principal canal de entrada para a ocupação e apropriação destes territórios tradicionais por fazendeiros e madeireiros que produzem intensa pressão para incorporarem e explorarem os territórios de pequenos produtores e extrativistas ali existentes.

A região de pesquisa e áreas adjacentes envolvem colocações, projeto de assentamento de reforma agrária, áreas em processo de regularização fundiária e fazendas. Um espaço de conflitos de fazendeiros/madeireiros e de famílias em permanente deslocamento para a coleta de produtos extrativistas.

Figura 1- Mapa da região da pesquisa: Seringueiros do Riozinho e Adjacências – sul do Município de Lábrea



Fonte: Coordenadas geográficas coletadas, pela autora, no período do trabalho de campo, em fevereiro de 2015. Projeto Cartográfico elaborado por Roni Lira.

O foco da pesquisa são os agentes sociais que se autodenominam seringueiros e, para efeito da pesquisa, busco tratá-los na categoria seringueiros/extrativistas, uma vez que a pesquisa revelou que além do corte da seringa, realizam a coleta da castanha e do açaí como fundamental fonte geradora de renda. Foi possível identificar na região famílias que permanecem efetivamente dentro das Colocações de seringa, enquanto outras transitam entre as Colocações e o Distrito de Nova Califórnia (RO). Estas últimas dirigem-se às colocações somente no período de safra para a coleta da castanha e do açaí face ao fato de terem sua permanência proibida por fazendeiros atualmente instalados nos seringais. Os extrativistas da área pesquisada vêm ao longo do tempo enfrentando uma realidade de constante conflito para assegurar seu território. Trata-se de uma região de seringais, abundante em recursos florestais, madeiras nobres, castanhais, que comporta, socialmente, a trajetória, passado e presente, de seringueiros que hoje constituem a segunda

geração que descende de uma história de ocupação de mais de 50 anos na região. Uma história marcada pela forte pressão advinda de fazendeiros provenientes dos Estados do Acre, Mato Grosso, São Paulo, Rio Grande do Sul que, ao se apossarem das terras previamente ocupadas, ameaçam e expulsam de seus territórios os seringueiros.

Esta pesquisa buscou compreender este cenário, seja observando campos de relações de poder envolvendo o Estado e também para além do Estado (Foucault, 2012), seja dando visibilidade ao processo violento e ininterrupto de desterritorialização que seringueiros/extrativistas vêm enfrentando na região sul do município de Lábrea. A partir do território extrativista do Riozinho e adjacências, tentou-se perceber como os conflitos agrários se produzem e expressam nesta região, como se inter-relacionam com os diversos campos de relações de poder ali existentes, bem como evidenciar as trajetórias concretas de dor, violência e sofrimento dos agentes sociais imersos neste universo, captando ainda processos de resistência, muitas vezes silenciosos, para manutenção do território. A intenção fundamental foi identificar processos, agentes e mecanismos concretos que movem a máquina de desterritorialização de comunidades tradicionais neste espaço de avanço da fronteira agropecuária amazônica.

O interesse pelo tema de pesquisa e área do Sul do Amazonas deve-se minha participação na Coordenação da Comissão Pastoral da Terra, regional Amazonas no período compreendido entre 2003 e 2011. Período no qual foi possível participar, conviver e adentrar nessa complexa realidade de conflitos por terra, território e “recursos” naturais em diversas áreas do Amazonas. A proximidade com a problemática levou-me a observar a pouca visibilidade do tema para a sociedade abrangente, meios de comunicação. Mesmo nas universidades do Amazonas esta era uma realidade pouco estudada e que despertava pouco interesse nos meios acadêmicos.

A inquietação constante advinda do contato diário com os conflitos por terra e a necessidade de amparo teórico para compreender e sistematizar essa experiência me fez apresentar o projeto de pesquisa ao mestrado do Programa de Pós Graduação em Antropologia Social -PPGAS- pela Universidade Federal do Amazonas com o objetivo de dar alguma visibilidade à realidade dos conflitos de terra tão presente no dia a dia de militantes da questão agrária e comunidades

rurais, bem como de contribuir para a discussão e construção de caminhos para intervenção eficaz e favorável às comunidades envolvidas em conflitos.

Os dados desta pesquisa foram obtidos através de pesquisa bibliográfica e documental dos conflitos de terra na região pesquisada, assim como intensa pesquisa de campo no cenário da pesquisa após ingresso no curso de mestrado. Esta nova entrada, como pesquisadora foi permitindo a construção de um novo olhar sobre conflitos, enfrentamentos e resistências expressos por seringueiros/extrativistas.

O desafio de construir uma etnografia a partir de trabalho de campo fez emergir as discussões, interrogações e apreensões referentes ao suporte teórico longamente discutido no decorrer das disciplinas do curso, constituindo elemento importante de orientação e de posicionamento como pesquisadora no campo. Dessa forma, destacamos algumas abordagens que orientaram este fazer etnográfico.

Ao refletir sobre “a etnografia como texto”, Marcus George (1982), traz a preocupação com narrativa e estilo etnográfico, construção inserida naquele universo. O autor provoca uma base de reflexão epistemológica e hermenêutica ao destacar que um texto é a conjunção de diálogo com diversos autores. Marcus estava se opondo a forma clássica de fazer etnografia e estava propondo formas inovadoras onde deveriam emergir pesquisador, o outro, autores, sujeitos. Individualidades e não grupos. Uma etnografia inovadora deveria problematizar a própria experiência dentro do próprio texto etnográfico. Colocar-se no texto, no seu campo em contextos diferenciados. O texto etnográfico deveria evidenciar a renegociação, a construção desse diálogo, demonstrando-se que já existiam outros movimentos no campo, que estaria em curso um encontro etnográfico.

A pesquisa visa realizar uma etnografia que exige uma negociação construtiva envolvendo diversos sujeitos conscientes e politicamente significativos, adotando-se uma perspectiva dialógica e polifônica (Clifford, 1998). Para Peirano (2007),

“(…) a boa etnografia de inspiração antropológica não é apenas uma metodologia e/ou uma prática de pesquisa, mas a própria teoria vivida. Uma referência teórica não apenas informa a pesquisa, mas é o par inseparável da etnografia. É o diálogo íntimo entre ambas, teoria e etnografia, que cria as condições indispensáveis para a renovação e sofisticação da disciplina (Peirano, 2007) ”.

James Clifford (1998) também se detém na diversidade dos processos de construção de textos etnográficos e percebe-os como empreendimentos textuais situados em circunstâncias históricas e culturais específicas. A “escrita” não é apenas a escrita da etnografia, em seu sentido estrito, mas também pode ser entendida como “escrita” as práticas sociais as mais distintas. Não se trata de entender a etnografia apenas como “textos” no sentido estrito desse termo.

Os textos etnográficos fazem parte de um sistema complexo de relações; eles são pensados simultaneamente como condições e efeitos de uma rede de relações vividas por etnógrafos, nativos e outros personagens situados no contexto de situações coloniais. Dessa forma, a etnografia, para o autor, se configura como um campo articulado pelas tensões, ambiguidades e indeterminações próprias do sistema de relações do qual faz parte. Ainda segundo o autor, a experiência etnográfica é sempre textualizada, enquanto que o texto etnográfico está sempre contaminado pela experiência. Em outras palavras, os temas da etnografia estão simultaneamente no texto e fora do texto.

Ainda que a área da pesquisa fosse prévia e conhecida, o trabalho de campo para esta pesquisa ocorreu mais precisamente no início do ano de 2014¹, onde permaneci, inicialmente por um mês retornando logo após o período de qualificação a fim de complementar informações e finalizar a coleta de dados. Adentrar ao campo para pesquisar, embora já o conhecesse de outras ocasiões e por outros objetivos, foi desafiador.

Chegar ao campo, carregando a trajetória do trabalho realizado na Comissão Pastoral da Terra, regional Amazonas, significava uma entrada com uma identidade definida e posicionamentos publicamente conhecidos, aceitos ou contestados, facilitou e, ao mesmo tempo dificultou a entrada e permanência no campo. A marca da entidade social era também um emblema de “risco”, visto a forma particular de sua intervenção naquela realidade. Ser da CPT era um grande desafio e porque não dizer, estar em uma situação de pesquisa angustiante.

Muitas noites de insônia e preocupação precederam o retorno aquele espaço diante da volta que agora estava agregada a uma nova identidade de pesquisadora. Em 2012, mesmo não mais fazendo parte da coordenação da CPT, a entidade recebeu o recado que suas representantes estavam proibidas de voltar naquele

¹ A pesquisa de campo foi viabilizada com recursos do Projeto PRONEM com apoio do Fomento de Amparo à Pesquisa no Amazonas (FAPEAM).

lugar. Pensei muito nas estratégias de prosseguir com a viagem e, uma delas foi não chegar por Nova Califórnia (RO), por ser lá o centro a partir do qual as negociações acontecem, lugar de moradia dos agentes que operam e mantem este controle territorial.

O receio era ter a pesquisa inviabilizada. Como parte desta estratégia, entraria no campo como estudante que queria conhecer a vida dos ex-seringueiros da região, tendo como foco principal, o Riozinho, distante aproximadamente 18km de Nova Califórnia. Meus planos não funcionaram muito bem, pois o campo mostrou que não era possível pesquisar um sem o outro, uma vez que os dois espaços estão profundamente interligados. Assim sendo, o assumi como processo ritual e aprendendo que é preciso não ter medo de expressar as inseguranças vividas e as contradições do universo investigado.

Esta dissertação foi desenvolvida em três capítulos. O primeiro capítulo buscou reconstituir o processo de ocupação da região e a sua transformação em decorrência de projetos governamentais voltados para o que convencionou chamar de desenvolvimento regional. No segundo capítulo apresento a trajetória dos seringueiros/extrativistas e demais atores sociais que compõem a configuração social da região pesquisada, bem como as redes de interdependências, conflitos e formas de resistência. No terceiro capítulo abordo as vicissitudes e efeitos sociais das intervenções do Estado brasileiro nestes diferentes campos de conflitos da região.

Para adentrarmos no trabalho de fato, transcrevo um diálogo que foi muito inspirador quando realizava a disciplina “práticas de pesquisa”, apresentado no livro *Sociedade de Esquina* (2013, p. 295) em que o pesquisador William Foote Whyte e Doc, seu principal interlocutor informante e personagem etnográfico discutem quanto ao seu objetivo de estar e pesquisar naquele espaço.

Doc pergunta para Foote Whyte: Você quer escrever algo sobre isso (referindo à sua pesquisa de campo)? Quero, em algum momento, responde Whyte. Doc continua interrogando: Você quer mudar as coisas? Bom... Sim, quero, responde Whyte e continua: Não vejo como alguém poderia chegar aqui (...) e não desejar ver as coisas mudadas (...). Só quero entender essas coisas o melhor que puder e escrever sobre elas, e se isso tiver alguma influência...Doc, então finaliza, acho que você pode mudar as coisas desse jeito. Na maior parte das vezes, é assim que as coisas são mudadas, escrevendo sobre elas.

Ao deparar com este texto, recordei muito de Vitória, liderança do sul de Lábrea, que será apresentada no decorrer do trabalho. Nas muitas conversas que tivemos sobre a região de pesquisa, os conflitos vividos e por ela presenciados, sobre sua trajetória recomendava: “escreva, minha irmã. Se eu soubesse escrever, todos saberiam, iria dizer muitas coisas...”. Respondi: Então grava. Vitória ponderou: “tem tudo gravado na minha cabeça, tudo gravado, não esqueço nunca”. Bom, estava diante do que eu também poderia fazer: escrever sobre os agentes sociais em conflito na região de pesquisa. Isto estava claro, escrever sobre aquela realidade já era uma tentativa de torná-la visível, compartilhá-la e quem sabe contribuir com alguma mudança, pensava eu. O desafio e compromisso que acompanhou a escrita deste texto foi de jogar luz sobre este universo, tornar pública a existência e luta dos seringueiros/extrativistas pelo território, mostrar como funcionam as engrenagens para tentar fazer parar a máquina expropriadora.

1 PROCESSO DE OCUPAÇÃO TERRITORIAL

Abordar situações de conflito por terra no meio rural, no Estado do Amazonas exige uma reflexão sobre processos de ocupação da Região a fim de entender as transformações sociais, políticas, econômicas ocorridas, bem como as intervenções realizadas pelo Estado brasileiro, compreendendo, acima de tudo as políticas públicas voltadas à região que veio incidir diretamente na vida dos agentes sociais, gerando intensos conflitos na busca de garantia e permanência territorial.

Para pensar o processo de ocupação na região estudada e, conseqüentemente os conflitos territoriais dela derivados, faremos um recorte (histórico) no tempo a fim de permitir melhor compreender os significados deste processo. O estudo sugere que a região, ora estudada, aponta para dois momentos, dois processos distintos de transformação que incidiram diretamente na configuração social da região. Estes processos podem ser analisados a partir da exploração e expansão dos seringais, cujo produto, a borracha como recurso que entra na pauta de exportação, a abertura e expansão da fronteira agropecuária aliada à exploração da madeira que, de forma violenta, transformou as “Colocações” de seringa em “Fazendas”, sendo os agentes sociais forçados a acomodar (amoldar-se) a vida no interior dessa “nova” estruturação do espaço geográfico e social ou tentar reconstruí-la, compulsoriamente, em outro ambiente.

A retomada desses dois processos é determinante para compreender as transformações sofridas naquele espaço, desdobrando-se no que evidenciamos atualmente: um espaço onde o território passa por um processo de disputa em que a grilagem de terras, ameaças, assassinatos de trabalhadores e lideranças do campo são uma constante nesta região.

1.1 Ciclo da Borracha

Destacamos, como um dos períodos transformadores da região, o que os autores vão chamar de “ciclo da borracha”, “batalha da borracha”, período que identifica os movimentos de auge (1894 a 1906) e da Grande Crise (LOUREIRO, 2008) nos anos de 1907 a 1910 e, posteriormente, 1962 a 1964, quando da II guerra mundial que passa a exigir da região mais matéria prima para abastecer as regiões em combate e, para tanto a necessidade de mão de obra para a exploração dos seringais e, posteriormente seu declínio, com o fim da II guerra (1964), parecendo

decretar também o fim desta atividade na região, apesar de esforços contínuos, ao longo da história, para restabelecer o dinamismo desta atividade.

A busca incessante por este recurso, a pressão pela produção em grande escala, levou o Brasil a construir e impor uma série de medidas e estratégias a fim de fazer com que a região adquirisse o status de maior produtor e exportador do comércio da borracha. Para Loureiro (2008), o ano de 1876 marcaria a primeira incorporação da Amazônia, sob controle inglês ao mercado mundial, como principal fornecedora de uma matéria-prima de interesse vital para o conforto humano, a borracha. Como assinala Velho (2013), estabelece-se na Amazônia, um sistema de exploração extremamente rudimentar das seringueiras e altamente dependente do afluxo da mão-de-obra e da ocupação de novas áreas.

Com a inserção no mercado e, na busca de suprir a mão-de-obra necessária, acabou-se por incentivar grandes contingentes de trabalhadores nordestinos para a região. A partir de 1855, a mão de obra indígena já utilizada na produção da borracha, tornou-se insuficiente para atender à demanda mundial do produto, sendo desta época as notícias das primeiras entradas de migrantes nordestinos (LOUREIRO, 2008, p. 17). Esta alternativa, foi provavelmente a saída estratégica para afastar o “material explosivo” que constituía a concentração de Nordestinos nas cidades litorâneas devido a decadência do sistema de plantation que não conseguia absorver os excedentes de mão-de-obra, bem como a grande seca que assolava a região. O fato de estarem concentrados nas cidades litorâneas vai facilitar o embarque para a Amazônia (VELHO, 2013. P. 52).

A presença de nordestinos na região amazônica adquire expressividade nesta atividade. Esse deslocamento é apresentado por Benchimol (1999) através dos dados: no período entre 1877 e 1878, deslocaram-se para a Amazônia cerca de 19.910 nordestinos, chegando o total de 300.000, no período de 1877 a 1920. A estimativa era que, desde o início do ciclo da borracha até os anos sessenta, aproximadamente 500.000 nordestinos (FURTADO, 1997) vieram tentar a vida na região. A motivação para os deslocamentos pode ter sido influenciada pela grande seca do nordeste em 1877 (Ferrarini, 1980; Loureiro, 2008). Grandes levas de nordestinos, espalharam-se pelas florestas da Amazônia, subindo os grandes rios, particularmente o Purus (Ferrarini, 1980, p. 19, 24, 25).

A Amazônia passara a ser a região privilegiada no sentido de ser a única a exercer esse tipo de atividade não enfrentando, portanto concorrência na produção e

comercialização da borracha. Em seu auge, a borracha torna-se o segundo produto da pauta de exportação brasileira, logo após o café e é responsável por cerca de 40% do valor global da exportação, alcançando a máxima importância nacional e internacional (VELHO, 2013). Contudo, esta situação privilegiada será abalada, quando os seringais das colônias britânicas, no Oriente, passaram a exportar o produto, ultrapassando, já no ano de 1913, a produção brasileira, representando, no ano seguinte mais de 50% de toda a produção mundial (Loureiro, 2008, p. 20, 23).

Como refere o autor, a Amazônia passa a viver o caos econômico, após duas décadas de explosão e fastígio, nos quais Manaus e Belém atingiram o seu máximo esplendor como capitais mundiais da borracha (Loureiro, 2008, p. 24). Em sua análise do período de 1908 e 1916, conclui

foram nove anos de fortunas rapidamente adquiridas e rapidamente dissipadas, de vida social intensa, de luxo, de incertezas, de euforia e de depressões, de futuro indefinido e de angústias, ante o temor das plantações asiáticas e, finalmente de estagnação e recessão.

Assim, a atividade extrativista da borracha na Amazônia estava superada no ponto de vista do mercado internacional. Somente com o advento da II Guerra Mundial a atividade é retomada com grande expressividade, recebendo a denominação de “batalha borracha” relacionando-a aos combatentes de guerra, levando a patrocinar o deslocamento de nordestinos (LIMA, 2014, p. 58). Acordos de cooperação foram estabelecidos entre agentes de órgão americanos e brasileiros com o objetivo de facilitar de toda a forma a retomada e a majoração da produção de borracha na região (LIMA, 2014, p. 56).

De acordo com o autor, o posicionamento do governo brasileiro, era buscar benesses dos maiores polos econômicos da época (Estados Unidos e Alemanha), buscando alinhar-se com os países que tivessem condição de suprir o Brasil de material bélico e estimulasse a construção de sua indústria de base, mormente a siderúrgica. Como moeda colocar-se-á importância geopolítica da região e a capacidade de produção de matérias-primas essenciais, a exemplo da borracha (LOUREIRO, 2008 p. 45). Após declarar apoio aos países Aliados, firmou-se os Acordos de Washington² que previam, entre outras coisas, a colaboração do Brasil com os Estados Unidos em seu esforço de guerra para derrotar os seus adversários

² Acordos de Washington. Decreto-Lei nº 5.813, de 14 de setembro de 1943. Investimento do governo americano cerca de US\$ 2.750.000.00 (Dois milhões, setecentos e cinquenta mil dólares).

européus (Lima apud PRIORE E VENANCIO, 2001, p. 320-331) em troca da construção de uma usina siderúrgica, não menos importante, envidaria esforços no sentido de aumentar a produção e o fornecimento da borracha para os Aliados, uma vez que os estoques não suportaria uma guerra prolongada (Lima, 2014).

O relatório do governo estadunidense, ao final do ano de 1942, afirmava

de todos os materiais críticos e estratégicos, a borracha é aquele que apresenta maior ameaça à segurança de nossa nação e ao êxito da causa aliada (...). Se falharmos na consecução rápida de um novo e volumoso suprimento de borracha haverá um colapso de nosso esforço de guerra e da nossa economia interna. Assim sendo, a situação da borracha constitui o mais crítico de nossos problemas (Lima apud FONSECA, 1970, p. 97-98).

Com o insucesso de estratégias que pudessem responder as urgências do “esforço de guerra”, como: a produção da borracha sintética, reciclagem e reutilização da borracha, plantação racional de seringueiras, e extração da borracha nativa da Amazônia (LIMA, 2014, p. 49), decidiram por investir na alternativa tradicional de produção de borracha, utilizando a mão-de-obra do seringueiro (LIMA, 2014, p. 52). Desta forma, a Amazônia brasileira voltou a se tornar uma das principais fontes de borracha natural para o esforço de guerra dos Aliados devido a melhor e maior quantidade de goma elástica.

Objetivando retomar a cadeia produtiva da borracha, aumentando sua produção, diversos órgãos foram criados e envolvidos nesse processo. Dessa forma, criou-se, pelo governo norte-americano a Rubber Development Corporation (RDC), cujo objetivo foi concentrar todas as atividades ligadas ao programa americano de borracha, sendo de competência do governo Vargas, a criação da Comissão de Controle dos Acordos de Washington, o Serviço de Abastecimento do Vale Amazônico (SAVA), o Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia (SEMTA) e a Comissão Administrativa do Encaminhamento de Trabalhadores para a Amazônia (CAETA).

No conjunto de políticas voltadas para abastecer o mercado foi criado o Serviço Especial de Saúde Pública (SESP) que com apoio do governo americano, buscou sanear a região e auxiliar na triagem do principal insumo, a mão-de-obra (apud ANDRADE, 2007, p.10), cujas consequências provindas das doenças tropicais aumentavam a taxa de mortalidade e reduziam a capacidade de produção do

seringueiro, o que constituía também um empecilho para a continuidade das migrações para a Amazônia.

A sobrevida, entretanto do mercado exportador da borracha é extremamente curta e inicia-se um novo declínio que parece decretar definitivamente o fim da atividade extrativista na Amazônia, visto a inserção de novos componentes e significados econômicos, sociais, políticos e ambientais para a região. Com o fim da 2ª guerra mundial (1945), modificou-se outra vez a posição internacional da borracha natural, da Amazônia, em face da borracha cultivada no sudoeste da Ásia (Ianni, 1998). O fim da grande guerra representou o desmantelamento da economia regional, a falência de casas aviadoras, venda e execução de hipotecas de seringais, a perda de preço do produto ano por ano (LOUREIRO, 2008).

Devido à falta de alternativas econômicas, todo o interior da Amazônia continuava dedicado à extração do látex. Como refere Ianni (1978), o extrativismo continuou um setor econômico importante da economia da Amazônia através do comércio da borracha, castanha, babaçu, madeiras, peles na região, Brasil e exterior. Porém, o Estado brasileiro passa a adotar políticas creditícias, fiscais e outras com o fim de proteger as atividades econômicas vigentes, incentivar a dinamização e a diferenciação das atividades extrativas, agrícolas, pecuárias e mesmo industriais na região.

Em 1942, houve a criação do Banco de Crédito da Borracha, sendo transformado em Banco de crédito da Amazônia em 1950 e, posteriormente, a criação da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Borracha (SPVEA ,1953) que se propunha a

definir os objetivos e meios para atuar em, praticamente, todos os setores da vida econômica da região, promover o desenvolvimento da produção agrícola, fomentar a produção animal, estabelecer uma política demográfica, realizar um plano de viação, incrementar a industrialização das matérias-primas de produção regional, desenvolver o sistema de crédito bancário regional, incentivar o capital privado no sentido de interessar iniciativas destinadas ao desenvolvimento das riquezas regionais, inclusive em empresas de capital misto ou em consorciação com os órgãos públicos empenhados na realização de empreendimentos constantes no Plano de Valorização Econômica da Amazônia (Ianni, 1978, p. 79).

Com a criação da SPEVEA, como explicita o autor, evidencia-se o comprometimento, ao menos ideológico, do poder estatal com a dinamização e a

diferenciação das atividades extrativas, agrícolas, pecuárias e mesmo industriais na região.

A exploração da produção da borracha como produto voltado à exportação, em especial fracassou, contudo, a vida construída nos seringais, permaneceu e, o que se percebe é que, nas diferentes tentativas de restabelecer o processo econômico, o seringueiro tornou-se invisibilizado diante das novas políticas pensadas posteriormente para a região. Nenhuma iniciativa teve como objetivo mínimo favorecer suas condições seja de reconstrução da vida em outro espaço e/ou de permanência.

Com o fracasso dos seringais e com novas políticas voltadas à região, os seringueiros passam a enfrentar outro tipo de problema, dessa vez com a destruição de uma forma de viver com consequências trágicas, vindo a transformar seu habitat, que pensavam consolidado, em lugar de disputas, apropriação indevida e violência, como refere Martins (2007, p. 09), a

Amazônia tornara-se o território do avanço do capital, a terra franqueada ao arbítrio e à violência do dinheiro... os pobres da terra, indígenas, posseiros, seringueiros privados de direitos, ficando à mercê do poder pessoal do patrão, que ditava e executava a lei e governava por meio de jagunços e pistoleiros (José de Souza Martins, 2007, p.9).

Contudo, é interessante observar que, na contra-mão desse processo, a construção do espaço colocação-seringal passa a ser o locus social de um jeito aprendido de viver e conviver a partir dos recursos que a floresta oferecia. No decorrer dos relatos, identificamos que, apesar da decadência econômica dos seringais, melhor dizendo, dos seringalistas, os seringueiros contróem um espaço de autonomia em que eles mesmos, por determinada época, passam a fazer suas negociações, bem como circular entre colocações, escolhendo por vezes o lugar de moradia e/ou permanecendo no que já concebiam como seu. Seria ininteressante poder analisar este espaço de autonomia como apresenta Mauro Almeida (2012, p. 125-126) ao abordar a construção do sistema de Colocações em que os seringueiros passam a aprender tecnologias indígenas, um modo de vida florestal que dependesse ao mínimo de bens importados. Coloca-se para os trabalhadores da floresta, segundo o autor, uma tarefa revolucionária e difícil: destruir o sistema anacrônico dos seringais e desenvolver o sistema das colocações. Abolir as relações sociais de patronagem, elevando a um novo patamar o manejo agroextrativista auto-

sustentado criado pelos seringueiros, constituindo a criação de um campesinato independente.

Sobre a forma de se adentrar, neste território através de políticas e programas pensados e executados pelos governos, é que passamos a discorrer nas próximas páginas deste trabalho.

1.2 Programas governamentais e o processo de abertura da fronteira agropecuária

O período dos governos militares seria um marcador fundamental da concentração da propriedade da terra e elevação do êxodo rural caracterizando a formação de um novo modelo agropecuário que foi responsável pela mudança na base produtiva sem, contudo alterar a estrutura fundiária. Sob o regime militar, destaca-se um discurso marcado pela estratégia geopolítica da ocupação da Amazônia tanto para se atingir fins econômicos, quanto de segurança nacional.

Para Ianni (1978) o que ocorreu na Amazônia, nos anos de 1964 a 1978, foi principalmente um desenvolvimento extensivo do capitalismo, sendo acentuadas as transformações econômicas e sociais da Amazônia (Ianni, p. 50, 55). O autor situa o período de 1942 a 1978, onde cresceu a presença ativa do poder estatal na região com a criação de órgãos, adoção de diretrizes e implementações de decisões, entre elas o desenvolvimento de políticas no que diz respeito aos movimentos de populações dentro da região e de outras regiões da Amazonia. A Amazônia, segundo o autor, rearticula-se sob nova forma com o sistema econômico e político nacional e internacional. A imensa e complexa rede de órgãos, agências, técnicos e funcionários que aparece na região amazônica é uma dimensão nova e é notável do que é a Amazônia em 1978 (Ianni, 1978, p, 58ss).

Dessa forma, como principais iniciativas governamentais a fim de dinamizar e diversificar as atividades econômicas da Amazônia, Ianni destaca a criação da SUDAM, 1966, (superintendencia do desenvolvimento da Amazônia), em substituição à SPVEA e surge como principal órgão do governo para dinamização da economia no Amazonas, adquirindo dinamismo os empreendimentos dos setores agrícolas, pecuários, industriais e de mineração (IANNI, 1978). Com investimentos da SUDAM, um número cada vez maior de empresas passou a implantar projetos agropecuários na Amazônia. Do total de 947 projetos, no ano de 1985, 581 foram voltados para a agropecuária (OLIVEIRA, 1989, p. 81,82)

A SUDAM concedeu incentivos fiscais em favor dos empreendimentos privados. Investidores com empreendimentos instalados e em operação teriam isenção de 100% e pessoa jurídica de qualquer lugar do país poderia deduzir 50% do valor do imposto devido caso determinasse esses recursos para projetos aprovados na Amazônia (HALL, 1991). Criou-se, ainda o Programa de Integração Nacional (PIN) e o Programa de Redistribuição de Terras (PROTERRA). A meta desses dois projetos era ocupar os vazios demográficos da Amazônia com os excedentes populacionais do Nordeste e integrar a região Norte aos demais Estados do País. Por meio da colonização oficial ao longo das rodovias Transamazônica, Cuiabá-Santarém e Perimetral Norte e da criação de polos agropecuários (projeto POLAMAZÔNIA), buscava-se incentivar a criação de enclaves econômicos na região Norte (CPI, 542).

Os Planos Nacionais de Desenvolvimento (I e II) destacaram a desapropriação e a discriminação como instrumentos de distribuição de terras. Nesta disposição, o INCRA se deparou com vários problemas. Os principais eram a posse precária do seringueiro e do castanheiro, a alienação irregular procedidas pelos Estados na faixa de fronteira, as transcrições indevidas no registro de imóveis, a deficiência de cartórios, as grilagens e invasões criminosas e o desordenado fluxo migratório de excedentes rurais das regiões superpovoadas do País, principalmente do sul do Nordeste, ocasionado com a abertura das rodovias Transamazônica, Cuiabá-Santarem e Cuiabá-Porto Velho.

Finalmente, o Estado-Nação intensificou a conquista territorial da Amazônia com a ocupação “produtiva” e a migração de capitais do eixo dinâmico da economia (MESQUITA, 2011), caracterizado por um programa de construção de rodovias, subsídios para os empreendimentos privados e exploração dos recursos naturais (HALL, 1991), além da (re)criação de agências estatais de intervenção de expansão das fronteiras, entre as quais podemos destacar a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e o Banco da Amazônia S.A (BASA) (VELHO, 1976).

Assim, o Estado lançou o Plano de Integração Nacional (PIN) como mecanismo de deslocamento da mão de obra do Nordeste para a fronteira da Amazônia. O PIN, estabelecido no início de 1970, planejou e executou as rodovias federais na Amazônia, destacando a Transamazônica, a Cuiabá-Santarém, a Cuiabá-Porto Velho e a Perimetral Norte. As rodovias foram os principais eixos para a execução

da política de colonização (VELHO, 1972; IANNI, 1976; ALMEIDA, 1991; HALL, 1991), juntamente com o Plano Nacional de Desenvolvimento (PND I), o Plano de Desenvolvimento da Amazônia (PDAM) e o Programa de Redistribuição de Terras (PROTERRA).

O Plano de Desenvolvimento da Amazônia estimulou a iniciativa privada a explorar de forma mais intensa os recursos naturais, direcionando os empresários para as novas áreas de expansão da fronteira através do Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZÔNIA), Programa Grande Carajás (PGC) e do Programa de Desenvolvimento do Noroeste (POLONOROESTE) (IANNI, 1986). Tantas iniciativas, personalizadas nos diferentes órgãos criados, acabaram por exercer uma notável influência na vida econômica, política, social e cultural das populações que viviam ou passaram a viver na Amazônia, reformulando a significação geopolítica da região amazônica (Ianni, 1976).

Segundo Fernandes (2004), os objetivos de alardear políticas e planos que não se cumprem, podem ser sistematizados na estratégia de desarticulação das relações entre as principais instituições envolvidas com o problema agrário, principalmente dos movimentos camponeses, sindicais, e na constituição de novos espaços de representação, por meio de conselhos de desenvolvimento rural em diferentes escalas geográficas. Ações estas que seriam formuladas e realizadas para a produção do capitalismo agrário.

Na década de 80, mais três agências estatais de fronteira foram criadas e tinham por finalidade promover a regularização fundiária dos grupos sociais que mantinham uma relação mercantil com a terra. Criou sucessivamente o GETAT – Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins, responsável pela titulação das terras e colonização de uma área de 45 milhões de hectares; o GEBAM – Grupo Executivo para a Região do Baixo Amazonas, a quem o governo atribuiu a responsabilidade pelo Baixo Amazonas, incluindo o Projeto Jari (HALL, 1991) e a Coordenação Especial do Acre (ALMEIDA, 1991). Essas agências estatais foram criadas para atuarem, segundo Almeida (1991):

[...] nas áreas de conflito pela posse da terra, “onde o movimento de ocupação espontânea suplantava as expectativas oficiais e onde o sistema de apossamento preexistente, como no caso dos seringueiros, castanheiros e posseiros em regiões de babaçuais, contrariava as determinações governamentais acerca da implantação

de grandes projetos agropecuários e das empresas madeireiras e de extração mineral” (ALMEIDA, 1991, p. 269).

Continuamente, na década de 80, uma nova fronteira moveu-se em direção ao Acre, facilitado pela ampliação da BR-364, de Porto Velho a Rio Branco, em 1971, área fundamental para a entrada territorial na região Sul do Amazonas. Mais recentemente, pequenos agricultores dirigem-se em número crescente para o Acre e Amazonas (HALL, 1991). No entanto, foi por volta da década de 90 que se verificou a intensificação da expansão da fronteira no Sul do Estado do Amazonas, nos municípios de Lábrea, Humaitá, Apuí, Boca do Acre, Novo Aripuanã e Manicoré.

A abertura de estradas tais como Belém-Brasília e, particularmente Rio Branco-Porto Velho (364), permitiu que se produzisse no Amazonas, como sugere Velho (1979:57) “condições reais para que essa ocupação definitiva e em grande escala começasse a se materializar”, visto que por um longo período a Amazônia teria permanecido como uma área periférica do Brasil. Em termos históricos, a expansão territorial do Amazonas em escala ampliada se iniciou quando o campesinato marginal, na década de 50, se uniu aos habitantes do Sudeste do Maranhão em um movimento em direção ao Pará, atraídos pela grande extensão de terras livres, disponibilidade para coleta de castanha e diamante. Desta forma foi se processando a penetração em áreas ainda inexploradas da floresta mesmo quando não se buscava castanhas (VELHO, 1979: 200).

Essa penetração ocasionou o avanço da chamada frente de expansão. Segundo Velho, a frente de expansão seria constituída dos segmentos extremos da sociedade brasileira que se internavam em áreas antes não exploradas, apenas ocupadas por sociedades indígenas (VELHO, 1972: 13). Nas situações em que essa frente de expansão conseguiu se estabilizar, ocorreu a absorção de contingentes populacionais, conseguindo com isso assegurar seu crescimento.

Tomando áreas do Pará como exemplo, Velho demonstra que os camponeses dedicavam seu tempo para o cultivo de uma agricultura de subsistência, além das atividades de extrativismo que os sujeitava ao isolamento e a uma posição marginal (VELHO, 1979: 200). Essa situação “era consistente com o papel de um campesinato marginal como depósito de mão-de-obra, mas que abria também a possibilidade de se constituírem como produtores independentes (VELHO, 1979: 200).

Segundo Martins (1975) seria importante estabelecer a diferença entre a frente de expansão e a frente pioneira. A frente de expansão não assume a terra como mercadoria, utilizando o recurso de posse como meio de produção. O excedente que é produzido possui valor de troca, pois há condição econômica para sua comercialização. A frente pioneira se instaura como empreendimento econômico, onde a produção de excedentes cede lugar à produção de mercadorias, e a terra se torna privada, sendo a ocupação substituída pela compra. Dessa forma, segundo José de Souza Martins, “a frente pioneira surge não como um efeito da sociedade capitalista, mas como resultado direto da necessidade de reprodução desta” (MARTINS, 1975: 47). O antagonismo entre a frente pioneira e a frente de expansão gira em torno da propriedade privada da terra e pode-se sugerir que o processo em curso no Sul do Amazonas reflita um momento de passagem entre estas duas formas de uso, função e ocupação da terra.

Loureiro (2005) aponta que esse processo de expansão da fronteira para o norte de Rondônia e Sul do Estado do Amazonas é consolidado nos anos 90, com a chamada *fronteira de commodities*. Quando as políticas neoliberais passaram a dar destaque à pecuária na pauta de exportações, nesse sentido, a Amazônia passa a ter um papel fundamental pela disponibilidade de terras para avanço da fronteira agropecuária, com vistas a aumentar os saldos na balança comercial.

Conseqüentemente, o Estado retoma os investimentos governamentais em infraestrutura, pelos programas *Brasil em Ação* (1996/1999) e *Avança Brasil* (2000/2003), sobretudo em ações de infraestrutura de integração da Amazônia, cuja finalidade era dar maior fluidez à circulação das *commodities* no mercado internacional por meio dos corredores de exportação— incluindo à recuperação das rodovias BR-364 (Cuiabá – Porto Velho – Rio Branco) e BR-163 (Cuiabá – Santarém); o asfaltamento da BR-174 (Manaus – Boa Vista); a implementação das hidrovias do Araguaia-Tocantins; o gasoduto de Urucu e a linha de alta tensão conectando Tucuruí a Itaituba. Essa situação foi resultado em parte do aumento dos preços das *commodities*, especialmente àqueles ligados ao elevado custo de energia elétrica nos países centrais, aos problemas ambientais gerados pela sua produção, à ausência de grandes extensões de terras disponíveis e baratas.

Projetos direcionados ao desenvolvimento da região concentraram-se em ocupar o “vazio” demográfico na Amazônia e racionalizar a extração de recursos. O

Plano Amazônia Sustentável (PAS), por exemplo, ao traçar um diagnóstico da região reconhece o “fracasso” de estratégias prévias

Cerca de meio século decorrido (...) é muito diferente a Amazônia que se apresenta aos formuladores e aos executores de políticas públicas do presente. É certo que, ao final da primeira metade do século XX, a Região Amazônica acumulava transformações econômicas, sociais, culturais e ambientais produzidas por três séculos e meio de colonização. Mas as políticas de desenvolvimento regional implementadas desde então, ao estimularem a expansão da fronteira interna, impuseram a essas transformações um ritmo inédito, alterando decisivamente os padrões de ocupação da região. As rodovias abertas a partir dos anos cinquenta – Belém-Brasília, Transamazônica, Cuiabá-Santarém, Brasília- Porto Velho – foram as vias pelas quais correram fluxos de migrantes em busca de oportunidades em assentamentos de reforma agrária, na pecuária, na extração madeireira ou no garimpo. Grandes empresas agropecuárias e mineradoras se instalaram na região. Os modelos de ocupação territorial e as formas de apropriação dos recursos naturais têm sido concentradores da riqueza e socialmente excludentes, ocasionando conflitos pelo acesso à terra, aos recursos minerais, às reservas de madeiras nobres e aos recursos pesqueiros, entre outros. A busca de ganhos patrimoniais rápidos por meio de grilagem de terras públicas, com frequente violação de direitos humanos, é uma característica da expansão da fronteira amazônica. Complexas redes de interesses envolvendo posseiros, madeireiros, grileiros, políticos locais, especuladores e grandes fazendeiros frequentemente se chocam com antigos ocupantes das terras, como populações tradicionais, indígenas ou produtores familiares (Plano Amazônia Sustentável: diretrizes para o desenvolvimento sustentável da Amazônia Brasileira, 2008).

Segundo análises consagradas como a de Ianni (1979), no contexto de ocupação e reocupação da Amazônia, repetem-se e multiplicam-se os conflitos pela posse da terra e expressariam a acumulação primitiva, um processo estrutural em que a terra é monopolizada pelo latifúndio e a empresa como “reserva de valor” ou para exploração, impulsionando a expropriação de indígenas, ribeirinhos, sitiantes e posseiros. Desenvolvendo-se o rompimento entre os produtores e a propriedade dos meios de produção, em favor de latifúndios e empresas protegidas econômica e politicamente pelo Estado.

Os interesses dos agronegócios, segundo ALMEIDA (2010), combinados com ações de mineradoras e grandes projetos de infraestrutura (rodovias, barragens, hidrovias, aeroportos, portos) e com medidas governamentais ditas de “regularização fundiária” estão pressionando mais diretamente as terras tradicionalmente ocupadas. O aquecimento do mercado de terras na Amazônia estaria impondo novas tentativas de usurpação de direitos territoriais dos povos e

comunidades tradicionais. Muitas destas comunidades, em parte agrupadas em torno de identidades coletivas, estariam mostrando um potencial de resistência à expansão dos agronegócios e à devastação ambiental. Na defesa dos recursos hídricos e florestais, tem inclusive colocado inúmeros condicionantes às chamadas agroestratégias, que visam incorporar a todo custo e de maneira célere novas extensões de terra ao mercado de commodities. Constituir-se-ia, portanto, um fenômeno recente, que traria os conflitos para dentro dos aparatos de poder, nos meandros do Estado (Almeida, 2010).

Tendo como foco da pesquisa a categoria “seringueiros/extrativistas”, os agentes sociais no campo pesquisado, ao longo da história, percebe-se a frequente criação de políticas e programas para a recuperação de preço da borracha sem que esta fosse acompanhada de uma política fundiária. Em geral, com a derrocada dos preços da borracha estes agentes permaneceram desassistidos em termos da configuração de uma política agrária direcionada para este segmento. Nesse sentido, destaca-se uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que concede aos seringueiros que trabalharam na região Amazônica na década de 1940, chamados de "soldados da borracha", uma indenização de R\$ 25 mil³. O exemplo serve para ilustrar a pouca ênfase dada a políticas governamentais que viessem ao encontro dos interesses dos extrativistas em assegurar seus territórios.

1.3 Lábrea no contexto do sul do Estado do Amazonas

Segundo dados do IBGE (2014), Lábrea é um município brasileiro do interior do estado do Amazonas, pertencente à Mesorregião do sul Amazonense e Microrregião do Purus, com uma população estimada em 43.262 habitantes, possui 68.262,696 Km² (IBGE, 2015), e faz limite com os municípios de Boca do Acre, Canutama, Tapauá, Pauni e com os Estados de Rondônia e Acre.

A história de ocupação de Lábrea, enquanto município pensado administrativamente, remonta a fase áurea da borracha, com as grandes levas de imigrantes nordestinos, sendo estritamente ligada com o primeiro ciclo da borracha, onde o rio Purus e seus afluentes detinham grande concentração de árvores de seringas. Como aborda Ferrarini (1980)

³ Agência Estado. Publicação: 23/04/2014, Brasília. O Senado aprovou a indenização aos chamados “Soldados da Borracha” que deve ser repassada também aos dependentes dos soldados da borracha que já estão mortos. Além disso, a PEC também mantém o pagamento vitalício de dois salários mínimos para os ex-seringueiros. O texto, aprovado em dois turnos pelos senadores, segue agora para a promulgação.

A região vinha sendo ocupada por brasileiros desde a década de 1850 e, muito visada não só pelo fato de ali se encontrar o maior centro de coleta de borracha silvestre da Amazônia, como, também, por se tratar de uma região produtora de seringa de alta qualidade. Nesse período, o fluxo de pessoas na região Amazônica torna-se cada vez maior, sendo que no ano de 1852, subindo o Rio Purus, o prático Serafim da Silva Salgado abre definitivamente caminho a outros exploradores, como, dentre eles, Manoel Urbano da Encarnação, no ano de 1861, que, posteriormente, veio a fundar a cidade de Canutama, localizada no Purus. No período de 1869, se obteve os primeiros registros da presença do fundador da cidade de Lábrea, Antonio Rodrigues Pereira Labre que, após navegar pelo alto Purus, retornou ao Maranhão em busca de mão-de-obra (Ferrari, 1980 p. 39).

Ainda referindo ao autor, este expressa a realidade da época,

Abundavam então nas imediações os seringais, fartura de toda caça, pesca e muito fruto. Organizaram-se linhas de navegação, das quais a Amazon River foi a primeira a fazer a linha até Manaus. Estavam o lugarejo e os seringais comunicados com a capital da província, Manaus. Atraídos pelas riquezas naturais afluíram negociantes portugueses, sírios, peruanos, etc.

(...) o município de Lábrea foi, desde o início, caracterizado pelo extrativismo, com destaque para a borracha como produto mais procurado acompanhado posteriormente por outros produtos como a castanha, a sorva, os óleos de copaíba e andiroba e a madeira (Ferrari, 1980, p. 59).

Ao mencionarmos o termo ocupação e com este, transportar para a vinda de imigrantes Nordestinos, não estamos deixando de reconhecer um passado de pertencimento de grupos indígenas desta região. Não queremos transmitir a idéia da chegada de nordestinos em terra “desocupada”, pois, como falamos inicialmente, trata-se aqui de um recorte. Contudo, não deixamos de registrar o que Gunter (1985) evidencia sobre esta região

João Wilkens de Mattos participou da primeira viagem do vapor Monarca, em 1854, e nos informa que o rio Purus era muito abundante em salsaparrilha, óleo de copaíba, de tartarugas, peixes de diversas espécies, de castanha e breu (...). Habitavam suas margens e sertão as tribos amurs, Catauxi, Mamuru, Catoquina e Sipé, vivendo em pequenos grupos no rio Tapauá; Jutaná, Taharan, Corocati, vivendo no rio Mucuí; Jamamadi, Apoliná, Purupuru e ocama, nos demais afluentes (p. 56). O trato filantrópico desaparecera, diante das vantagens econômicas do rio Purus. A Companhia de Navegação e Comércio encarregara-se de executar o programa de catequese e civilização dos indígenas, através de projeto de colonização estrangeira. Os índios seriam levados para

obras públicas, cedendo rios e terras aos invasores brancos, emigrantes brasileiros e estrangeiros (Gunter, 1985, p. 55 e 56).

Ao referir à região sul do Estado do Amazonas, formado pelos municípios de Lábrea, Humaitá, Apui, Manicoré, Novo Aripuanã, Canutama, Boca do Acre constata-se o de agravamento de conflitos territoriais com o avanço da “frente de expansão agropecuária”, da grilagem de terras e desmatamento.

O atual contexto só pode ser compreendido a luz da história da região e estudos apontam que esta aparece como alvo de investimentos variados do Estado ao longo do tempo.

(...) Do ponto de vista histórico, a região do sul do Amazonas foi colonizada no final da Segunda Guerra Mundial por trabalhadores atraídos pelas oportunidades oferecidas pelo extrativismo da borracha e castanha. Na década de setenta, em decorrência das políticas governamentais voltadas ao desenvolvimento e integração da Amazônia, largo investimento foi realizado em construção de estradas que cruzavam esta faixa da Amazônia como a BR 230 (Transamazônica) e posteriormente a BR 319 (Manaus-Porto Velho) e BR 364 (Rio Branco – PortoVelho). A abertura da rede viária incrementou a migração, a implantação de programas de colonização e permitiu a incorporação de novas terras ao processo produtivo (Menezes, 2011).

Segundo o Estudo sobre Análise do Desflorestamento no sul do Amazonas (2012)⁴ os dados referentes ao ano de 2009, demonstraram que os maiores valores do desmatamento no Amazonas estão concentrados no sul do Estado, sofrendo pressões da expansão da fronteira agropecuária, concentrando a maior parte das novas frentes de desflorestamento (apud Macedo e Teixeira, 2009). O município de Lábrea, apontado no estudo como campeão do desflorestamento apresentou 4,52% de sua área alterada, equivalendo a 3.151,9k² (INPE, 2011). Para Fearnside (2005), a pecuária é ainda a atividade predominante ligada diretamente ao desflorestamento na Amazônia.

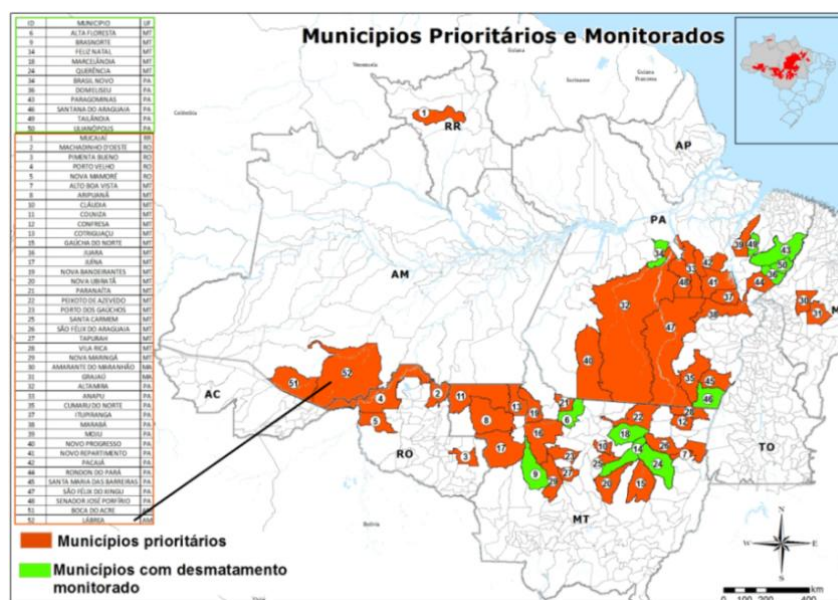
Segundo dados do IBGE, o município de Lábrea, no período correspondente de 2004 a 2013, em relação à pecuária, o número de cabeças de gado registrado no município, teve no ano de 2007 um elevadíssimo aumento, passando de 7.027 em

⁴ ACTA geográfica, Boa Vista, v.6 n° 13, set./dez. de 2012. pp. 175-192

2006⁵, para 285.519⁶ mil cabeças em 2007, o que surpreende este drástico aumento e nos leva a perguntar o que aconteceu para um salto tão desproporcional em relação aos anos anteriores. Ao lado dessa realidade, o potencial madeireiro da região é também muito expressivo e explorado sem qualquer controle, o que acaba elevando o índice de desmatamento. Alia-se a esta situação a prática de trabalho escravo. No ano de 2013, figurou na lista do trabalho escravo⁷ a fazenda, localizada na região de pesquisa de campo.

A partir do ano de 2008, o município de Lábrea, inserido na região conhecida como Arco do Desmatamento, através da Portaria nº 28/2008, no âmbito do Ministério do Meio Ambiente (MMA), passou a integrar a Lista de Municípios Prioritários para ações de prevenção e controle de desmatamento, em que seriam priorizadas medidas de integração e aperfeiçoamento das ações de monitoramento e controle de órgãos federais, o ordenamento fundiário e territorial e o incentivo a atividades econômicas ambientalmente sustentáveis⁸, como previa o Decreto nº 6.321 de 21 de dezembro de 2007.

Figura 2- Mapa - Municípios Prioritários para combate ao desmatamento



Fonte: Ministério do Meio Ambiente – MMA, 2008

⁵ IBGE, Produção da Pecuária Municipal 2006. Rio de Janeiro: IBGE, 2008

⁶ Produção da Pecuária Municipal 2007. Rio de Janeiro: IBGE, 2008

⁷ Fazenda Três Barras. Aparecido Albergoni. Rod. BR 364, km 113, Seringal Santo Antonio. Lábrea Amazonas. Ramo de Atividade: Pecuária. Fonte: MTE: Atualização semestral em 30 de dezembro de 2013.

⁸ <http://www.mma.gov.br/florestas/controle-e-prevenção-do-desmatamento/plano-de-ação-para-amazônia-pccdam/lista-de-municípios>.

No ano de 2013, com financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social (BNDES) no valor de R\$ 20 milhões, foi lançado o projeto de reflorestamento para quatro municípios do Amazonas, Apui, Boca do Acre, Novo Aripuanã e Lábrea, ficando sob a coordenação da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SDS). Segundo a agência de notícias (G1, 2013), o Governo do Estado do Amazonas, informou que mais de 1,4 milhão de mudas deveriam ser plantadas nos municípios contemplados. Quando do trabalho de campo, no ano de 2014, no sul do município de Lábrea, nas proximidades do local pesquisado, segundo relatos dos moradores, o projeto chegou a ser implantado em alguns lotes, sendo que nesta área o reflorestamento resultou no plantio de mudas de açaí, cupuaçu, banana, cedrinho (andiroba). Segundo um seringueiro, no decorrer desta conversa comentou ser este projeto, uma “perda de dinheiro”, uma vez que a retirada de madeira era expressiva e constante na região e que, em sua visão, coibir esta ação desenfreada e apoiar a permanência dos seringueiros em suas terras, era o que de melhor poderiam fazer para evitar o desmatamento.

A situação encontrada na área pesquisada indica que está em curso um processo de mudança importante quanto ao significado e modalidade de apropriação da terra em uma região de disputa pela fronteira. A trajetória dos chamados seringueiros ou extrativistas da região do Riozinho encerra um conjunto de trajetórias de deslocamentos dos Estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Mato Grosso e Acre, que foi possível identificar, entre Colocações e Seringais, e atualmente, a deslocamentos para a região de Rio Branco, Nova Califórnia (RO), sendo esta última o espaço de maior presença, pela proximidade com as colocações e a possibilidade de retorno para a coleta dos produtos extrativistas.

No contexto de acelerada pressão sobre territórios tradicionais, a região sul de Lábrea, encontra-se inserida num cenário, mais amplo, onde o ano de 2011 foi marcado por tensões, conflitos, ameaças e assassinatos de lideranças e trabalhadores rurais, ganhando forte repercussão na mídia nacional, internacional, exigindo manifestação do governo, como podemos perceber no decorrer deste trabalho.

1.4 Conflitos por terra e território

O espaço geográfico e social da pesquisa de campo adquire importância pelo contexto de violência sistemática a que estão submetidas famílias extrativistas na

região em decorrência de disputas territoriais. De acordo com Almeida (1991), a intervenção do Estado no processo de ocupação de novas terras, é intensificado a partir de 1970. Elevados índices de concentração fundiária e o acirramento dos conflitos sociais no campo vão ser o resultado das políticas governamentais.

Nesse contexto, o sul do município de Lábrea passou a ser a região que nas últimas décadas concentrou, dentro do Estado do Amazonas, a maior incidência de expropriações violentas, assassinatos de lideranças e trabalhadores rurais. Trata-se de um conjunto de conflitos travados entre posseiros, extrativistas, assentados de programas de reforma agrária por um lado e grileiros, fazendeiros, madeireiros de outro, gerando expropriações crescentes e assassinatos de trabalhadores rurais. Dados fornecidos, por exemplo, pela Comissão Pastoral da Terra⁹ revelam que a tendência é de um aumento de intensidade, uma vez que os projetos de desenvolvimento para a Amazônia tendem a pressionar a região na busca por recursos.

O Caderno de Conflitos no Campo Brasil¹⁰ (2011) indicam que entre as categorias sociais que sofreram ações violentas, merecem destaque as Populações Tradicionais com 483 casos registrados no caderno, equivalendo a 60% dos casos identificados. Entre as 12 Unidades da federação brasileira com índices elevados de conflitos, em oito delas há o destaque absoluto de populações tradicionais, entre estas, o Estado do Amazonas. Para Carlos Walter (2011), estar-se-ia diante de um intenso processo de expropriação de populações que historicamente mantêm vínculos concretos com a terra conformando territórios Quilombolas, Indígenas, Camponeses.

A Amazônia destaca-se como a região onde é mais intensa a violência do poder privado com uma participação de 52,2% do tal das ações (...). Esses números dão conta da expansão violentíssima sobre a Amazônia, do complexo de violência e devastação protagonizado pelo poder privado, onde se destacam não apenas os protagonistas tradicionais, mas se apresentam com nova roupagem,

⁹A Comissão Pastoral da Terra – CPT- é uma entidade vinculada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), de caráter ecumênico e tem sua criação na década de 70 em âmbito nacional como forma de combater a violação dos direitos dos trabalhadores/as rurais. No Estado do Amazonas, tem seu início no ano de 1977, passando a atuar na formação e organização dos trabalhadores rurais na luta pela garantia e direito à terra, às formas tradicionais de vida, apoiando a criação de Unidades de Conservação, mais especificamente as Reservas Extrativistas, atuando ainda na articulação e fortalecimento ao Movimento de Ribeirinhos pela Preservação de Lagos, entre outras ações.

¹⁰ Publicação anual da Comissão Pastoral da Terra Nacional que objetiva dar visibilidade às diferentes formas de conflito e violência que envolvem povos tradicionais, assentados, trabalhadores rurais (...).

como os empresários e que são surpreendidos com as mesmas e tradicionais práticas de violência (Porto, 2011).

No Estado do Amazonas, os índices de conflito no campo são mais elevados onde se há expansão do agronegócio, constituindo uma situação onde a pressão e ameaça se direciona isoladamente às famílias de trabalhadores rurais e extrativistas sem amparo organizacional ou institucional. O cenário estudado, caracteriza-se pela luta individualizada de cada família atingida pela pressão e ameaça de expropriação que reage silenciosamente para resistir em seu território. Dados de 2012 indicavam que o Estado do Amazonas apresentava 32 conflitos por terra, 48 ameaçados de morte e 01 assassinato, atingindo um total de 4.009 famílias. Se contabilizados todos os conflitos (terra, água, trabalhista) gerados no campo, estes sobem para 44, atingindo 20.558 pessoas. No sul do município de Lábrea, os assassinatos por conflitos de terra e territórios entre 2005 e 2013 somaram o número de 07 pessoas, entre estas, trabalhadores e lideranças (Cadernos de Conflito no Campo Brasil, 2012).

No que refere ao espaço geográfico e social de abrangência da pesquisa, o Estado Brasileiro, através do órgão responsável pela regularização fundiária, aponta para o nível de tensão presente na região, evidenciando que o elemento do conflito é parte integrante na dinâmica social da área da pesquisa. Ao realizar a “Operação sul do Amazonas, 2005”¹¹, com ênfase para um levantamento das ocupações irregulares no sul do município de Lábrea/AM, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, INCRA, expressa que

o retrato da ocupação irregular no sul do município de Lábrea vem se configurando num quadro assustador levado a efeito pelas grandes ocupações de terras públicas para fins de extração ilegal de madeira, especulação imobiliária, substituição da floresta para a formação de pastagem e, principalmente, pela expulsão das populações tradicionais sob ameaças de jagunços contratados por grileiros. O que mais impressiona é a velocidade na derrubada da floresta por meio de máquinas pesadas e, ainda, pelo apoio tecnológico utilizado por grandes empresários, tornando uma competição desumana entre os tais supostos donos da terra e os antigos posseiros, que sempre sobreviveram da coleta de produtos da floresta. São inúmeras as serrarias ao longo da BR 364 e igualmente são em números os caminhões vindos dos ramais transportando toras e mais toras de madeira que se deslocam de um lado para outro, na certeza de que

¹¹ Operação sul do Amazonas. Levantamento realizado pelo INCRA SR 15-AM, quanto às ocupações irregulares no sul do município de Lábrea, no ano de 2005.

jamais serão de fatos responsáveis, punidos (Relatório da Operação sul do Amazonas – Incra, 2005).

No que refere à situação de extrativistas, o relatório aponta a situação preocupante de antigos seringueiros e coletores de castanha que, em sua maioria, detinha apenas a posse da terra, afirmando terem sido sistematicamente expulsos da região sob ameaças de pistoleiros, atentados e ameaças de morte. O ambiente de tensão se expressa ainda na depredação de bens materiais tais como casas queimadas, invadidas e alvejadas por balas, bem como motos incendiadas.

O atual processo de desterritorialização de comunidades tradicionais na região estaria correlacionado conforme aponta Menezes (2006; 2011) ao rápido avanço da fronteira agropecuária e a ocupação ilegal de terras públicas, características marcantes de certos municípios situados nas calhas do rio Madeira e Purus. Áreas com economia tradicionalmente baseada no extrativismo vegetal e agricultura familiar concentram nas últimas décadas as mais importantes frentes de expansão agropecuária do Estado. Para a autora é recorrente na Amazônia que as estradas somada à construção de barragens, instalação de fazendas, emblemas de desenvolvimento, associadas à abertura de novas áreas de garimpo tiveram como um de seus mais importantes efeitos o progressivo deslocamento de indígenas, seringueiros e ribeirinhos. Esses segmentos tiveram historicamente sua existência ignorada por políticas públicas (...) e vistos como obstáculos ao progresso.

Como ocorre no sul do Pará, também no sul do Amazonas, a grilagem alimenta a exploração ilegal de madeira e é o grande responsável por assassinatos de lideranças e trabalhadores rurais. Parte desta área são identificadas como tradicionais ou “terras tradicionalmente ocupadas”, compreendidas, áreas que segundo Almeida (2004) constituem espaços que expressam uma diversidade de formas de existência coletiva de diferentes povos e grupos sociais em sua relação com grupos da natureza. Nessa perspectiva, Little (2002) indica que são “Territórios Sociais” ameaçados, espaços saqueados, famílias expropriadas do direito de viver e ai permanecer, violadas em seus direitos.

Observa-se, que a violência contra extrativistas, tem encontrado suporte na existência de terras públicas matriculadas ilegalmente, registro de terras rurais e expedição de títulos feitos sem qualquer rigor de comprovação. Essa forma de procedimento alimenta uma cadeia de irregularidades como a grilagem,

concentração fundiária, exploração ilegal de madeira, desmatamento, avanço da pecuária. A conduta ganha legitimidade o respaldo de cartórios, poder judiciário, Institutos de Terra e Meio Ambiente que costumam respaldar os “papéis” apresentados.

Esta situação relacionada a documentos não tem sido alheia ao conhecimento dos órgãos governamentais. O relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito da Terra – CPI- (2002; p. 29-38; 533) evidencia essa realidade quando refere às falhas e irregularidades detectadas quanto ao registro de terras rurais, apontando alguns elementos como a existência de uma extensa, vasta e alarmante quantidade de terras públicas matriculadas irregularmente e ilegalmente por particulares sendo favorecidos por registradores públicos das Comarcas do interior do Estado.

O fato conta com a cobertura de integrantes do próprio poder judiciário e dos institutos de terras estadual e federal; falsificação e multiplicação de registro de imóveis com procedência ilegal ou fictícia; duplicidade de registros e de proprietários; o registro do imóvel em um mesmo município ou em outro, ou ainda de um mesmo imóvel em mais de um município; certidões de terras outorgadas por autoridades estaduais, em desacordos com documentos legais e legítimos; ausência de regras de procedimentos correccionais nos cartórios, emanadas de Órgãos superiores; prática de atos de registro público sem a presença das partes envolvidas, o que facilita e muito a fraude, acarretando registro de demarcatórias, aumentando em alguns casos em mais de 30.000% as áreas originais (CPI, 2002).

No decorrer do trabalho de campo e relatos apresentados verificou-se essa realidade a partir de desmembramentos feitos no seringal São Domingos, que teve seu registro efetuado na Comarca de Lábrea, a partir de um título do imóvel denominado de Boliviano, apresentando, inicialmente, mais de 100.000 ha. Levantamento realizado pela polícia federal e o INCRA, constataram que as coordenadas geográficas do referido título encontram-se em território Boliviano, cujo resultado levou ao pedido de cancelamento da matrícula. Contudo, permanecem os desmembramentos, e os seringueiros que teriam sua colocação, supostamente, encravada neste título, continuam vivendo na insegurança sem que consigam a regularização de suas colocações uma vez que o órgão de terra, Incra não realizou vistoria, arrecadação e destinação do referido imóvel.

O programa governamental de regularização fundiária para a Amazônia, intitulado de “Programa Terra Legal”, criado sob a Lei 11.952/09¹², que objetiva regularizar terras situadas em áreas da União, no âmbito da Amazônia Legal, possibilitando o ordenamento jurídico aos moradores, tem se apresentado para a região da pesquisa inoperante quanto à definição da dominialidade (legal) da área e a regularização das terras arrecadadas. Uma série de problemas foram identificados quanto a atuação do Programa na região.

No ano de 2009 e 2010, técnicos do Programa Terra Legal estiveram na região fazendo o levantamento relativo a todas as famílias que se encontravam na área, cujo trabalho era preencher um formulário de requerimento com os dados necessários à identificação da família e do imóvel. Este requerimento, que possui um número de Identificação, assinado pelo morador e pelo responsável do levantamento, era deixado com cada família visitada, de forma que esse fato acabou por suscitar expectativa quanto à segurança territorial de suas colocações. Este documento denominado como “espelho” pelos extrativistas é a única referência que possuem como garantia e segurança de pertencimento àquela terra. Segundo os relatos, continuam aguardando os técnicos do Programa Terra Legal que ficaram de retornar e até o momento da pesquisa não houve qualquer informação quanto à continuidade ou não do trabalho.

No mesmo período, a CPT/AM recebeu denúncias de moradores que os funcionários da empresa contratada pelo Programa Terra Legal, para realizar os serviços de identificação e posterior georeferenciamento da região, estavam sendo acompanhados pelos capangas dos fazendeiros que se colocavam à frente dos trabalhos, determinando os lugares e tamanhos dos lotes a serem registrados, para posterior georeferenciamento. Esta denúncia foi confirmada pelo coordenador do Programa Terra Legal, em evento promovido pela CPT. Após denúncia, os trabalhos da empresa foram suspensos, de forma que, para esta área, os trabalhos não voltaram a ser realizados.

A área pesquisada encontra-se num eixo entrecortado de fazendas, com registros adquiridos ilegalmente, com superposição de títulos, em cima de áreas que

¹² Lei 11.952/09: Dispõe sobre a regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União, no âmbito da Amazônia Legal (www.planalto.gov.br).

têm pedido de cancelamento de matrícula por não pertencer ao território amazonense e com títulos definitivos outorgados pelo Estado, deixando os extrativistas vivendo na insegurança quanto à dominialidade de seu território, sendo, por conta dessa insegurança pressionados a “permanecerem” num espaço restrito entre o rio, em sua margem e as fazendas, impedidos de viver e trabalhar. Como referiu um seringueiro

o fazendeiro vem imprensando, vem metendo divisa e ai, hoje nós estamos sem a seringa e praticamente sem a castanha. Porque já passaram o pique e tomaram tudo dizendo ser a terra de sua propriedade. Em seu terreno, faz na base de um ano, um ano e pouco, “meteram o pique e deixaram só aquela beirinha pra mim, que é a beira do rio que é só a várzea, eu não tenho nem como trabalhar”.

Contudo, embora esteja explícito no cadastro/requerimento que esta região visitada pelos técnicos do Programa Terra Legal, esteja inserida na chamada Gleba Iquiri, no decreto de arrecadação da referida Gleba, esta região não está contemplada, pois segundo funcionários do Programa do Terra Legal (AM), esta é uma área que possui titulação e se houver área da União, não foi arrecadada, o que impossibilita a atuação do Programa e que necessitaria outro procedimento, como por exemplo, a discriminação para posterior arrecadação e/ou destinação pelos Órgãos competentes. A situação é ainda agravada, pois, as Colocações (registradas no requerimento) não possuem sequer coordenadas geográficas impossibilitando até mesmo que sejam identificadas no Sistema do Programa enquanto Colocações, territórios extrativistas para posterior providência.

Após as atividades de Campo (2014), estive na sede do Programa Terra Legal, Manaus, levando cópia dos requerimentos das colocações dos extrativistas. Estas colocações, embora registradas no sistema, como visitadas, por não possuírem coordenadas geográficas, não foram identificadas. A sugestão de um técnico foi que se fizesse um pedido oficial ao Programa Terra Legal do Amazonas a fim de que este pudesse solicitar o deslocamento da equipe do Terra Legal de Rio Branco para proceder com o levantamento e tirar as coordenadas geográficas a fim de que pudessem ser plotadas e, portanto identificadas. Em outra ocasião, o coordenador do Programa Terra Legal, reportou que simplesmente “havam perdido” os dados com coordenadas. De forma, que, apesar das tentativas de solicitação de deslocamento de uma equipe do Programa Terra Legal e Incra, mesmo que tenham

assumido o compromisso em reunião da Ouvidoria Agrária, nunca conseguiram se deslocar à área para realização desta atividade, mesmo com a disponibilização do recurso pelo Ouvidor Agrário nacional. É fato que conhecem a complexidade da área, dos conflitos instalados, das terras da União apropriadas indevidamente por fazendas, dos processos judiciais existentes; um cenário que não estão dispostos a enfrentar, deixando o caminho aberto para as expropriações.

Esta realidade tornar-se ainda mais agravante porque a arrecadação da Gleba Iquiri foi questionada judicialmente pelo fazendeiro Saturnino Nascimento quanto à competência de arrecadação por parte da Superintendência Regional do INCRA, sendo seu questionamento aceito pela justiça. De fato, a área pesquisada encontra-se no complexo de títulos desmembrados e superpostos, evidenciando a complexidade da situação em termos de regularização fundiária, ou seja, a ação de regularização do Estado ao invés de garantir direitos territoriais, tornou-os questionáveis e fragilizando a legitimidade da permanência dos extrativistas em suas colocações.

No âmbito da discussão quanto a ocupação descontrolada de terras na Amazônia, esta situação vem forçando o Governo Federal desde a década de 90 a buscar meios de empreender uma política de regularização fundiária na Amazônia através da implantação da Lei nº 8.666/1993, que limitava em 100 hectares o limite máximo para concessão de propriedade de terras públicas para quem residisse ou produzisse na terra.

Recentemente esta lei sofreu importantes modificações no sentido de estender estes limites. Através da Lei no 11.196/2005 o limite foi ampliado para 500 hectares, e, posteriormente, por meio de medidas provisórias, o limite foi estendido a 15 módulos fiscais ou não ultrapassando 1.500 hectares, dimensão que dificilmente poderia ser justificada como pequena propriedade familiar (MENEZES, 2013). Esta mudança no marco legal vem provocando uma corrida pela regularização fundiária e o aquecimento do mercado de terras na Amazônia, destaque particularmente no Sul do Amazonas, onde a implementação dessas políticas aceleraram a expropriação de trabalhadores rurais, extrativistas e ribeirinhos.

Alfredo Wagner (2012) refere-se a uma “política de privatização da Amazônia” sob o eufemismo da regularização fundiária. Na mesma linha de pensamento, Carlos Walter (2012) cita as medidas de regularizar a grilagem

Diferentes iniciativas para um reordenamento territorial que perpetua o caráter perverso da concentração de terras e expropriação de camponeses, indígenas, quilombolas. É o caso da legalização de terras apropriadas ilegalmente na Amazônia: MP 458 transformada na Lei 11.952/09 que legaliza 67 milhões de hectares de terras; a modificação do Código Florestal; redução de Unidades de Conservação (UCs) já decretadas; construção de grandes obras de infraestrutura ampliando as condições gerais de produção para a acumulação por parte das unidades de Produção do Capital, como nas obras do PAC/IIRSA (Porto, 2012).

Se existem dificuldades do Estado Brasileiro normatizar o que é o evidente, apropriar-se do que é “seu” (terras da União), percebe-se a quase impossibilidade de reconhecimento para os “territórios sociais”, como aborda Little (2002).

A existência de outros territórios dentro de um Estado-nação sejam eles as autoproclamadas “nações” ou “nacionalidades”, ou territórios sociais como estamos analisando aqui, representa um desafio para a ideologia territorial do Estado, particularmente para sua noção de soberania. Esse ponto de vista representa uma das razões pela qual o Estado brasileiro teve e tem dificuldade em reconhecer os territórios sociais dos povos tradicionais como parte da sua problemática fundiária.

O atual cenário de regularização fundiária tem provocado uma luta desigual em que as categorias sociais tais como ribeirinhos, assentados, posseiros, extrativistas, indígenas disputam seus territórios, compreendendo aqui, terra, bens da natureza e bens simbólicos, com fazendeiros, madeireiros, grileiros e empresários. Conforme assinala Bourdieu (2012), no interior do campo se dá uma dinâmica de concorrência e dominação, derivada das estratégias de conservação ou subversão das estruturas sociais em que a distribuição de capital é desigual, o que implica que os campos vivam em permanente conflito com os indivíduos e grupos dominantes procurando defender seus privilégios em face do inconformismo dos demais indivíduos ou grupos.

Portanto, podemos inferir que as políticas de “desenvolvimento” da região e de regularização fundiária apresentadas pelo Estado Brasileiro para a região da pesquisa intensificam os conflitos por terra, produzindo expropriação e um processo de descaracterização de territorial, que favorece a incorporação de terras tradicionalmente ocupadas ao mercado formal de terras.

2 Trajetória de ocupação, expropriação e resistências

2.1 Ocupação e trajetórias

Tendo como cenário delimitado a realidade de seringueiros/extrativistas da região do Riozinho e Adjacências, no sul do município de Lábrea, o trabalho de campo se concentrou no mapeamento da área e identificação dos agentes sociais que fazem parte desta configuração social, bem como situar no tempo este processo. Uma etnografia voltada à compreensão da ocupação e expropriação territorial de seus moradores adquire importância e nos permite investigar a diversidade social e a dinâmica de ocupação da área de pesquisa.

Encontro entre passado e presente. Foi esta a percepção que tive ao buscar entender o processo de ocupação da região da pesquisa. São histórias imbricadas na trajetória de mulheres e homens vindos da região Nordeste do Brasil que ali chegaram para a exploração e produção da borracha. Os relatos apontam que, por volta da década de 50, chegam à região inúmeras famílias, para a produção da borracha, passando a habitar as colocações de seringas. Foi neste ambiente que construíram seu espaço, o lugar da produção e construção de um modo de viver. Nos dados apresentados pela Secretaria de Política Fundiária do Estado do Amazonas, consta que em 1907, o governo do Estado, expediu para esta região do Riozinho, quatro (04) títulos definitivos para duas pessoas, o que nos faz apreender que esta região fora ocupada por no mínimo um século.

Para adentrar neste cenário e conhecer parte desta história, a experiência e conhecimento do sr. Souza, morador da região, foi fundamental. Chegando à região, no ano de 1962, Souza, nos fez adentrar neste cenário e compreender, a partir de sua e outras trajetórias, a história deste espaço social. Assim, é possível observar, pelos relatos, que os seringais apresentavam uma configuração espacial de distribuição destes entre empresas de exploração e comercialização da borracha. Dessa forma, a região de seringais, específica da pesquisa, encontrava-se sob a responsabilidade da Empresa M. de Pereira Sobrinho que tinha como proprietário Manoel Pereira Sobrinho. Os seringais, foram sendo fracionados e distribuídos entre parentes, de forma que passou a apresentar a seguinte configuração: O seringal Rio Novo foi doado por Pereira Sobrinho ao seu irmão Raimundo Pereira Sobrinho; o seringal São Domingos, foi doado Camilo Morato, tio da mulher de Pereira Sorinho. Segundo relatos de Souza, Camilo Morato era um pernambucano, que desmembrou o seringal São Domingos em duas partes, dando origem aos

seringais São José e São João do Riozinho que foram divididos para seus filhos Rui Morato e Lidio Morato respectivamente. Com a morte de seu pai, Camilo Morato, Lidio passou a tomar conta de todo o seringal São Domingos, retornando à sua configuração original. De acordo com Souza, o título que existia era “esse da Bolívia”, ficando o seringal por muitos anos sem desmembramento até sua venda.

Na década de 1960, o seringal Remansinho foi repassado ao sr. Chachá Pereira, cunhado de Manoel Sobrinho. Embora apresentasse essa forma de distribuição, somente com a morte de Manoel Sobrinho, que possuía os meios de produção para a sustentação dos seringais, é que a situação dos mesmos passou a modificar-se. Segundo Souza, “depois que o velho morreu”, cada qual foi “dirigindo, foi modificando”. O Camilo passou a negociar para Rio Branco, o Raimundo Pereira, na Br (364). Com o surgimento da BR, nos anos de 1968 a 69, todos passaram a negociar nesse espaço, “arranjando” novos patrões. Destacava, o agente que, Rui Morato, a quem o pai deixou o seringal São José, não quis saber de ficar no seringal e quis se dedicar aos estudos¹³. A empresa de Manoel Pereira sobrinho fora por “água abaixo”. Artefatos deste tempo, como embarcações de ferro, caldeiras ainda existem na localidade Fortaleza (Rio Iquiri) e, que, nas palavras de Souza, constitui “uma relíquia”. O processo de exploração dos seringais para a produção da borracha era o mesmo descrito na literatura a respeito dos barracões ((LIMA, 2014.p. 120-121; 132-136; 144; TEIXEIRA, 2009. P. 47-55,110-113, 152-154) e exploração do trabalho através da “servidão” (LIMA, 2014. P 155; CHAVES, 2011, p. 33-38;58; TEIXEIRA, 2009. P. 152-154).

A “guerra de 43” (referindo à segunda guerra mundial que ocorreu no período de 1939 a 1945) é o marco para compreender a história deste espaço. Segundo relatos de Souza, *“pegaram um monte de pessoal para vir pro Amazonas, pro seringal, que era a guerra da borracha, ai saiu aquele monte que foi pra guerra*

¹³ O nome de Ruy Morato aparece durante uma sessão do Tribunal Pleno da Justiça do Amazonas, em que os desembargadores prestam-lhe homenagem ao completar 70 anos, quando seguia para a aposentadoria compulsória. Segundo a reportagem: nascido no dia 30 de setembro de 1938, no Seringal São Domingos, localizado no rio Uaquiri, em Lábrea, o desembargador Ruy Morato graduou-se em Direito pela Universidade Federal do Amazonas (Ufam). Depois de ingressar na magistratura em 1970, deu sua contribuição nos quatro cantos do Estado do Amazonas. Como juiz de primeira entrância, passou pelas comarcas de São Gabriel da Cachoeira, Canutama, Urucará, e pela terra natal Lábrea. Foi eleito para o cargo maior da magistratura no Amazonas por unanimidade pelo colegiado do Tribunal Pleno (<http://tj-am.jusbrasil.com.br/noticias/123135/a-ultima-sessao-de-ruy-morato>). O nome de Ruy Morato, consta ainda do Relatório da CPI da Grilagem, ao ser identificado como aquele que favorecia sentenças a grileiros de terras (CPI, 2002).

sangrenta pra Alemanha e muitos que veio pro Amazonas". Seu pai, veio muito antes, como "rapazinho novo", já conhecia a empresa Pereira Sobrinho; porém, outros familiares, entre estes, seu tio, do Maranhão, "vieram tudinho no embalo dos nordestinos". Quando chegaram em Manaus, seu pai, juntou-se ao grupo para o trabalho na borracha, era o ano de 1943. Em sua narrativa, seu pai, parentes e outros seringueiros

Chegaram no rio denominado Maria e, "na boca desse Maria, havia uma colocação, meu pai ficou nessa colocação, o irmão dele foi mais nesse pra dentro, o cunhado dele mais aqui pra dentro e os outros, os nordestinos, arigozadas, que chamavam arigós foi enchendo o resto do seringal ai pra dentro. Na viagem que o meu tio veio, vieram mais de 200 arigós, todos pra essa região, um bocado ficou pro seringal grande que tem pra cá, uma tal de granada que hoje em dia é aquele assentamento granada que tem ali, na BR; o assentamento granada era um seringal também; seringal são João do balanceio, quase de frente na entrada de Acrelândia era outro seringal; tinha outro seringal grande, Novo Encanto, perto do Iquiri, onde hoje é a fazenda Palotina tudo era seringal, ai vieram tudinho, esses duzentos e tantos arigós, já tinha seringueiro, mas muitos haviam largado as colocações, ai foi enchendo...ah, o patrão, esse Camilo Morato, dizia eu preciso, eu quero tantos arigós, ainda cabe vinte, o outro lá dizia, só cabe quinze, o outro lá, não, o meu pega 50 e assim ia colocando os arigós tudinho. Tudo era cheio de seringueiro, tudo era cheio de colocação (Souza, entrevista, 2014)".

Ao chegar à região (1962), relata Souza, que já havia a divisão do seringal São Domingos para uma família de sobrenome Morato. Segundo o relato, o título apropriado por Camilo Morato, o Seringal São Domingos com 64 mil hectares, possuía um título denominado Boliviano, que, segundo ele, pertencia à Bolívia, que, após a o Brasil ter ganho a disputa do território com a Bolívia¹⁴, o título não teve mais validade, pois o sr. Camilo não pagava mais impostos nem para a Bolívia e nem para o Brasil. Relata o sr. Brás, "ele ficou só com o papel". Com a morte de Camilo Morato, seu filho, Lidio Morato, passou a tomar conta de todo o seringal São Domingos, cujo documento era esse "título Boliviano". O seringal, segundo Souza,

¹⁴ No período colonial, os Tratados internacionais, atribuíam o território do atual Estado do Acre à Espanha. Depois da Independência, com o Tratado de Ayacucho (1867), que definia as fronteiras do Brasil com a Bolívia, afirmaram-se as terras do Acre, banhadas pelo rio Purus e Juruá, como terras Bolivianas. Após disputas armadas, acordos internacionais e jogo diplomático, em 1903, com o Tratado de Petrópolis, deu-se por encerrada a disputa, passando o território do Acre a ser incorporado ao Brasil. Esta incorporação se verificou em razão de interesses estrangeiros na busca da goma elástica, como consequência da expansão da economia no mundo capitalista. Acre e a borracha se confundem no mesmo processo histórico (Carneiro, apud Oliveira, 1993, p. 228, 308, 356).

ficou por muito tempo sem ser desmembrado, começando esse processo com a chegada de madeireiros e serrarias na região. Sobre o seringal São Domingos, fez o seguinte relato:

Em tudo ainda tem as seringueiras, castanheiras e tudo. O seringal de São Domingos tinha 300 facas, 300 seringueiros. Por ai a senhora vê, aquilo é grande. O São Domingos é grande. Olha, repara que ele vem da beira do Iquiri à beira do Riozinho. Pois é, então eles falam em 44 mil ha, mas isso ai dá mais. É muito chão, no Iquiri também tem. Ali, seringal São Domingos, a senhora acredita que quando era no seringal, a borracha não saia, a borracha do ano passado, tirava no verão desse ano, porque não dava conta. Eram 52 portos, 2 camboeiros, cada qual tinha burro de montada e 50 burros de carga e a borracha era 50 a 60 kg, 1 bola, era 120 kg, 130 kg. E não tirava a borracha toda no ano (Souza, ex-morador do Riozinho – Entrevista, 2014).

A pesquisa na região dos seringais, colocações mais especificamente, da região do Riozinho e adjacências, levou-me a adentrar nas trajetórias dos que ali nasceram, cresceram, chegaram posteriormente, acompanhados pelo mesmo desejo: viver no seringal. Ao longo dos 13 km do Riozinho, as casas, construídas às suas margens vão guardando/desvendando as histórias que acompanham cada espaço das colocações. Histórias de lembranças, memórias, de angústia, mas carregadas de esperança.

Adentrando nas trajetórias de Alvaro e Dulce, Juarez, Alan, Mara e Evandro, seu neto Leo de três anos com quem convive, Marcos e seus três filhos Augusto, Filipe e Emanuel, dentre eles, dois menores de idade; Valentin, Leticia seus 8 filhos, Sara, Vera, Luis bem como, de trajetórias de quem vive em suas mediações como Romeu, Castro, Souza, Manu, Ana e Cristovão, Jorge, Vitoria e Franco foi sendo possível recontar/descrever, a história desse espaço geográfico e social. Dessa forma, ao longo do Riozinho fui conhecendo, compreendendo e adentrando às colocações Terra Nova, Maitá, São João, Paulino, Boca do Riozinho, Floresta, Justino, bom Jardim e, fora deste espaço pude ver e ouvir as diferentes e significativas histórias, trajetórias o que busco apresentar como forma de reconstituir este espaço social que guarda tantas memórias.

Em Nova Califórnia (RO), encontrei Alvaro (83) e Dulce (78), da Colocação do Riozinho. No ano de 1953, recém casados, no Rio Grande do Norte, vieram para o Amazonas. O pai de Dulce já conhecia a região e, segundo seu relato vieram com ele e por causa dele. Em sua narrativa, vai reconstruindo com detalhes a saída de

seu Estado. Em um pau de arara, saíram do Rio Grande do Norte a Fortaleza a bordo do navio Cuiabá até Belém; em Belém seguiram em outro barco até Manaus, de Manaus a Lábrea pegaram outro barco de nome Mario Barros, que os levaram a região do Iquiri, seguindo, posteriormente até à Boca do Riozinho. Viajaram por, aproximadamente, 25 dias para chegar à colocação de mesmo nome. A intenção era para vir para o Acre, relata dona Dulce, mas acabaram ficando na Boca do Riozinho. Ao recordar as histórias, com sentimento tão aflorado, apesar do tempo, relebra dos oito filhos que perdeu, sete por doença como malária e câncer e um de aborto consequência do susto que teve com a brincadeira de um irmão que se colocou atrás de uma bananeira, fazendo-se passar por uma onça. Este susto levou-a a abortar no dia seguinte. Relembra de uma friagem no ano que chegaram. Achavam ruim, não tinham costume de frio no Nordeste. Relatam da fartura de peixe, do açaí, castanha, madeira como cerejeira, cumaru. Relembra ainda histórias de cobra grande e diz Deus protege muito a gente. Recorda que ao contar para um senhor da região, já bem idoso, sobre uma cobra, da qual conseguiram se livrar, esse senhor falou: “ó dona Dulce, a senhora foi muito feliz, porque ela acostuma com a pessoa, ela se acostuma com quem mora na beira, elas não mexem; agora, chegou uma pessoa de fora, Deus o livre, ela fica braba”. Dona Dulce então, finaliza, é filha de Deus, a gente vê muita coisa, graças a Deus a gente era acostumada a mariscar, nunca aconteceu, nem bicho, nem onça, nem cobra mexeram comigo em nome de Jesus, graças a Deus. Meus filhos estão lá e eu recomendo que Deus tome conta deles. Ao lembrar este tempo, Alvaro faz o seguinte comentário

Vim do Rio Grande do Norte. Viemos de navio. Quando viemos já foi pra essa colocação (Boca do Riozinho), de lá mesmo nunca sai, tá com 61 anos que moro lá; 60 e um ano não é 60 e um dia não. Cheguei novinho ai, acabei minha mocidade nesse seringal. Cortei muita seringa. Os dois meninos Alan e Juarez, que continuam na colocação, nasceram e se criaram lá, são bem acostumados ali; um já tem 50 e tantos anos, o outro tem 40 e tantos anos. São da colocação seringal Boca do Riozinho, la pro Amazonas, na beira do Iquiri. Quando está nas terras do Acre, se chama Iquiri, quando entra no Amazonas, Aquiri; da Fortaleza das cachoeiras pra baixo, é Ituxi, do Ituxi, vai pra lá vai no Purus já é acima de Lábrea. Eu conheço aquilo tudo, eu passava pra Manaus por lá (Alvaro, 82 anos-Riozinho).

As dificuldades dentro da colocação, a idade e doenças, levou Alvaro e Dulce a residir em Nova Califórnia(RO). Em sua residência mostra com orgulho duas

fotografias, uma delas exposta na parede da sala, com a inscrição: “soldado da Borracha – 1942 a 1945” e seu nome completo, abaixo. Na época do verão, retornam à colocação de 600ha que é cuidada por seus dois filhos Juarez e Alan que nasceram e permanecem na colocação Boca do Riozinho, tendo a castanha como uma das atividades importantes. Ainda é possível perceber os “resquícios” do tempo dos barracões, através das imagens do tróio (trólio) e notas de mercadoria desse tempo guardadas por seringueiros.

Figura 3- Trólio - Marcas do tempo do seringal - Boca do Riozinho



Trólio - vagões que possuíam o comprimento de 3 metros e servia para desembarcar as mercadorias até o barracão que ficava nas proximidades. O seringal Boca do Riozinho, com colocação de mesmo nome, encontra-se na confluência com o rio Iquiri, o que facilitava o transporte e desembarque da mercadoria para o barracão. Fonte: Arquivo pessoal, 2015

Figura 4- Colocação e seringal Boca do Riozinho



Fonte: arquivo pessoal, 2015

Figura 5- Colocação Boca do Riozinho- espaço de um dos barracões, lugar de depósito das mercadorias para posterior distribuição aos seringueiros.



Fonte: Arquivo pessoal - 2015.

Figura 6- Comprovante de pedido de mercadoria – ano 1974 – seringal Boca do Riozinho – Empresa Arurã Aviação Ltda. Comprovante de pedido – seringa

Data: / / 19

Firma: *Boca do Riozinho 30 de novembro de 1974*

Rua: *Srs. Antonio Batista*

Bairro: *Aviação*

Inscrição: *Arurã Aviação Ltda*

Despacho por: *Arurã Aviação Ltda*

OBS:

PEDIDO N.º 208

QUANT.	UNID.	MERCADORIA	Preço Unitário	PREÇO TOTAL
1	kg	Arroz do Galão nº 196	530,20	
2	kg	R. Açúcar	3,600	
2	kg	peixe	2,000	
50	kg	farinha	150,000	
2	kg	doce	2,000	
1	kg	M. Café	1,200	
1	kg	U. Pimenta	300	
2	kg	R. Maizão	1,600	
1	kg	U. Macaxeira	400	
2	kg	U. Quiabo	900	
10	kg	Carapá	10,000	
1	kg	R. Peixeão	1,500	
10	kg	R. Sal	3,000	
30	kg	L. B. 92x89 a 1,50	355,00	40500
3	kg	Comp. Heje	80,00	
35	kg	R. Arroz a 2,30		8050
Balança			57422,0	52612,0
Saldo Devedor no data n.º 208			52612,0	57422,0
TOTAL GERAL				52612,0

Fonte: seringueiro do Riozinho, 2015.

Figura 7- Comprovante de entrega de produção – Colocação Boca do Riozinho

F. Boca Riozinho		de 1983		No 105	
S. João Souza do Bazono		Comp.			
a João Alves do Bazono					
7-11-	83	1	Saldo net fabrico m-0101		40315,00
18-11-	83	1	B.C. 54-48 F 2 800.		38200,00
22-11-	83	1	meta compras	23700,00	
15-11-	83		Diaria	10,000,00	
31-1-	84	1	B.C. 38-35 F 2 800.		31500,00
11-11-	84	9	F. suanambi		36000,00
31-1-	84	1	meta compras	9350,00	
31-1-	84	8	lta castanha		16000,00
				43050,00	130615,00
				087565,00	
				130615,00	130615,00
Balanco					
31-1-	84	1	Saldo net Data		87565,00
				130615,00	
				43050,00	
				087565,00	
				130615,00	

Fonte: Seringueiro do Riozinho, 2015.

Recordações da época encontram-se muito presente nas narrativas de cada seringueiro. Morador do Riozinho, Marcos, (45), nasceu no Acre. Seu pai, cearense, foi para o Acre para trabalhar na seringa e sua mãe de Tarauacá (AC). Marcos relata que chegou à região do Riozinho, na colocação São João do Riozinho, quando tinha doze anos de idade. Sua família estava em busca de um lugar onde houvesse seringal para trabalhar. Nesta colocação casou, tiveram quatro filhos, dos quais, três moram com ele com idade de 11, 14, 16 anos. Seus pais, por problemas de saúde, mudaram para Rio Branco (AC), onde sua mãe, com 80 anos, continua a viver. Dos 12 irmãos, somente ele permanece na colocação. Em sua narrativa, recorda que

a região era muito habitada, tudo era colocação, área de seringa, só vivia da seringa, da castanha. Nesse tempo tinha açaí, mas só que não era utilizado, era só a castanha e a seringa. Cortava a castanha e seringa pra sobreviver". Todo canto tinha gente, seringueiro, de uma em uma hora, de meia em meia hora tinha uma colocação de seringa. Pra mim, minha vida é aqui no mato. Mexendo com seringa, castanha, é o meio de sobrevivência da gente. A gente acostumou. É a sobrevivência da gente, o mato. Procuramos esse lugar, porque a vida nesse tempo era seringa, não tinha pra onde ir, procuramos um lugar melhor pra trabalhar que pudesse sobreviver (Marcos, 45 anos, Riozinho).

No que diz respeito à produção de castanha e borracha à época, relata que tirava de 500 a 600 latas por safra e a seringa era na faixa de 1.800 a 2.000kg de borracha, por safra também que era seis meses de corte que acontecia no período de março a julho, ficando agosto e setembro sem cortar, nesse período a seringa está com o leite grosso, mudando de folha, aí a gente dá dois meses de prazo, retornando a atividade do corte em outubro e novembro. Quando da dezembro, janeiro e fevereiro é a castanha. Quando chega a castanha, a gente larga a seringa e vamos quebrar a castanha, aí é dois meses quebrando castanha. Terminou a castanha, começa na seringa de novo. O açaí, naquele tempo não tinha muita saída.

Na colocação Terra Nova, às margens do Riozinho, estavam Evandro, Mara e o neto Leo, de três anos. Desde que casaram a 32 anos, vieram morar na colocação Terra Nova. Evandro é natural do seringal São Domingos, região do Iquiri; em busca de uma região mais central, migraram para outra colocação nas proximidades da BR. Ao recordar desse tempo, relata

Eu e meu pai arrumamos essa colocação aqui, em setembro de 1975 e em dezembro, minha mãe faleceu. Eram quatro irmãos mais velhos e cinco pequenos. Meu pai não tinha pra onde ir, ia ficar aqui mesmo. Eu já tinha 17, 18 anos; tinha uma irmã mais nova do que eu, com 16 anos, depois ela casou e os outros irmãos já foram trabalhar fora, mas no mesmo ramo de seringa. Até o ano de 1985, qui era só borracha. De 1986 pra frente começou a ficar diferente. Primeiro veio a desvalorização da borracha, depois veio, surgiu nesse seringal São Domingos os primeiros madeireiros, nos anos de 1987/88. Só que tinha muito seringueiro, quando chegou os primeiros madeireiros.

Nesta colocação, o casal teve três filhos. Quando estive na casa destes, encontrei dona Luzia, mãe de Mara que passou a fazer vários relatos do tempo que trabalhava como parteira no seringal, lembrando que o filho mais velho de Mara, teria também feito o parto, bem como fez questão de elogiar seu genro Evandro que teria feito grandes esforços na recuperação de sua saúde. Hoje dona Luzia mora em Nova Califórnia e diz sentir saudades do tempo do seringal. Vai muitas vezes visitar Mara, lugar onde diz se sentir bem. Mara e Evandro, por sua vez afirmam “gostar de viver aqui” e que sua colocação é muito cobiçada, e que por várias vezes recebeu proposta de compra, o que ele assegura que *vender, nem por brincadeira se fala*. Em sua narrativa, Evandro, refere à desvalorização da borracha sofrida no ano de 1986, citando o plano Collor como responsável por este declínio. *De lá pra cá nunca mais voltou o que era*, refere. Foi tentado através de associação, cooperativa, *mas não funcionou mais do jeito que era. Foi só isso mesmo, por aí, tá até hoje. Foi*

criada a associação do seringueiro extrativista, chegando até 71 aos 81 sócios. Fundada em maio de 1991, Associação Vitória da Floresta, funcionou uns 6, 7 anos. Fizeram a tentativa de reativar a cooperativa e associação, mas também não conseguiu subsistir. Posteriormente, na terceira visita à colocação, Evandro e Mara passaram a descrever as dificuldades enfrentadas para garantir sua colocação, que abordaremos adiante.

Nos debruçamos na trajetória de Luis (59), nascido na colocação União, Riozinho, o filho mais velho de dez irmãos do segundo casamento, passou a morar na colocação Bissolota desde os cinco anos de idade. Seu pai, oriundo de Fortaleza, Ceará, nascido em 1912, chegou à região do rio Purus por volta do ano de 1945. Após um ano aproximadamente, foi trabalhar para Raimundo Pereira Sobrinho, passando a viver na colocação Bissolota. Sua mãe, vindo da Paraíba, morava na colocação Bala, Riozinho, quando casou com seu pai, que já estava viúvo. Por problemas de saúde, seu pai viajou a Manaus, para tratamento, não mais retonando. Luis, tinha oito anos de idade e, por ser o mais velho dos irmãos, ajudou a criar os demais, junto com sua mãe. A longa experiência nesta atividade, o faz, repetir recorrentemente *“é isso que aprendi e sei fazer: cortar seringa, quebrar castanha, tirar açaí, não sei fazer outra coisa. Na cidade fico perdido”*. A colocação Bissolota possui, segundo Luis, 700ha com sete estradas de seringas, onde cada estrada varia de 107 a 250 seringueiras. As lembranças do passado de Luis, são postas em segundo plano. O que é recorrente em suas expressões é o que enfrenta na colocação. Desde o mês de maio de 2015 encontra-se encontra-se em Manaus, em busca de solução e sem perspectiva de retorno uma vez que têm recebido notícias de parentes que já encomendaram sua morte, caso chegue a retornar para a Nova Califórnia.

Nas andanças, buscando recuperar a história, fui informada sobre dona Sara, da colocação Paulino. A referência era de uma mulher admirada pela sua coragem, que tomava conta sozinha de sua colocação, que conseguia fazer o trajeto da colocação à Nova Califórnia com sua produção para a venda, nas costas de um cavalo e isso ela conseguia fazer só. Permanece toda a semana trabalhando na colocação sem ajuda de ninguém e dizem que não tem medo, *“é era mais corajosa que um homem”* afirmavam. Fui em busca de Sara e permanecemos por horas conversando. Quando a encontrei e, após explicar sobre a pesquisa, ela, muito disposta e comunicativa, logo me trouxe uma máquina fotográfica com registros de

sua labuta diária. Ela mesma gravava pequenos vídeos do trabalho que realizava na colocação e como se processava cada atividade. Dessa forma ia mostrando e comentando cada gravação onde aparecia andando na mata, quebrando castanha, cuidando da roça, galinhas, cavalos; fazendo farinha, atravessando a fazenda a cavalo para chegar à colocação; tecendo malhadeira, fazendo sua refeição. Todas as atividades eram executadas com músicas de cunho religioso, cantadas por ela mesma. Diz ser evangélica, desde pequena, “*meu coração e minha alma é crente*”, afirma. Sua mãe era evangélica e atualmente, Sara continua participando de uma igreja em Nova Califórnia. Em nossas conversas, ela referia “queria muito voltar a minha infância e filmar tudo”.

Poder registrar em fotos, filmar adquire uma importância muito grande para eles. Possui o significado de veracidade do que ocorre, uma forma de confirmar seus relatos, de possuir uma prova física do “*que estou falando é verdade*”. Quando consegui chegar à colocação Justino e, posteriormente à Bissolota, era visível a satisfação de dona Letícia e Luis em ter chegado lá, fotografar e filmar. Em audiência junto à Delegacia de Polícia do Interior, em Manaus, Luis, ao relatar o que estava acontecendo, afirmava: “*ela foi lá e filmou tudo, não estou mentindo*”. Em outros momentos, para eles era consenso afirmar, “*se a gente só falar eles não acreditam*”. Interessante que é isso mesmo, essa insistência em poder registrar em fotografia ou em filme, me levou a recordar que em uma situação de acompanhamento de conflitos diante de uma reintegração de posse, o que serviu como prova de desrespeito de dois oficiais de justiça para com um procurador do MPF, foram exatamente as fotografias que registraram esse momento e que não deixaram dúvidas quanto a atuação abusiva dos oficiais, levando-nos a produzir provas junto à corregedoria de justiça do Amazonas, gerando um processo contra os oficiais de justiça.

Nascida no seringal São Domingos, que “hoje é as Três Barras, fazenda grande, muito gado”, Sara é a segunda filha do casal entre os quatorze irmãos. Vieram do seringal da Boca do Riozinho, acima do rio. Quando saiu da boca do Riozinho para o seringal São Domingos, tinha 8 anos, permanecendo aí até os 23 anos, quando casou e veio morar no seringal São João onde encontra-se até o presente. Camilo Morato fez o casamento de seu pai. O pai morreu aos 48 anos, vítima de câncer e sua mãe aos 60. A mãe terminou de criar os irmãos menores. Seu pai, veio do Purus, “branco que parecia uma vela”; sua mãe, vindo de Paraiba,

era negra. Recorda que o avô veio da Paraíba, vieram por água, não conheceu nada. O avô veio nesse desejo e ficou. Sua mãe tinha cinco anos quando chegou no purus; no iquiri, macurenê tinha 16 anos quando engravidou, tendo que casar com seu pai. *“Era o tempo do carrancismo, fizeram casa”*. Sara andava na colocação Rabo de Couro, Riozinho, para onde foi morar quando casou. Seus filhos nasceram nos anos de 79, 80, 81 nesta colocação.

Começou a cortar seringa com oito anos e aos 11 anos passou a tomar conta de três estradas de seringa que já eram suas. Vai relebrando a vida do tempo de seringal. Comenta, *“vida sofrida de seringal. Se eu achar quem compre eu vendo. Eu não cuido mais de seringa. Do jeito que tô não corto mais seringa. Eu só trabalho em roçado, campo, gado, castanha. Cuido de tudo sozinha, luto com meus bichos sozinha. Como nós já sofremos. Quando estava grávida, carregava os dois nas costas.. Para andar na beira da estrada, andava por 6 horas de tempo”*. Conheceu a BR quando era um pique, em seu início. Fome nunca passou. Com 19 anos de idade colocou a primeira sandália havaiana nos pés. Não sabia o que era pão, bolacha, trigo. Quando viu pão de padaria, pensava que comia frito ou cozido. Para dormir, fazia o colchão de palha de bananeira. Na Br (364) quando entrou carro, dava vontade de correr, sua tia foi para debaixo do assoalho. Sabia o que era sal, açúcar, feijão de corda; o feijão de corda comeu tanto, que ela dizia, *“não me esconda”*. Depois apareceu o feijão canarinho que plantava. Dava com bonança, *“era feito para os pobres. Leite em pó, sabia, o pai comprava”*. Foi criada no leite da castanha, mingau de macacheira com leite da castanha. Comia banha de porco, carne de caça, *“todo bicho que existia na mata; a mãe fazia as armadilhas para a caça. Tempo de quaresma não se mata, o bicho não quer morrer. Ainda hoje gosto de caça do mato. Muita caça ainda no Riozinho”*. Vai relatando que seu pai tinha muita lavoura, galinha, porco, roçado, macacheira, banana, garapa, *“nunca deixou a gente passar fome”*. Sua mãe teve 14 filhos e 1 aborto. São nove vivos (sete mulheres e dois homens)¹⁵. *“Ganhou todos no mato”*. Só o último em Rio Branco. Comenta que teve também seus filhos na mata e que o último passou 3 meses morto dentro dela. Ela referia que não sabia se perdeu a criança por desejo ou

¹⁵ No mês de maio de 2015, sua irmã, que morava em Manaus, veio a falecer de ataque cardíaco fulminante. Tive a oportunidade de conversar com ela e passou a relatar também sua vida no seringal, a forma como saiu de lá e a longa viagem que fez pela BR 364 a Manaus. Dizia-se surpresa com os conflitos que estava acontecendo na região que por muito tempo viveu e nunca enfrentaram essa situação.

medo. *“Desejo de gerimum no leite da castanha ou medo de um calango. Passou a noite com febre, não sentia mais o filho mexer”*, chegou a tomar medicação. *“Não tenho vergonha de contar o que eu passei”*.

Ao fazer referência sobre o lugar, comenta

que havia muitos seringueiros ali dentro, que cortavam de inverno a verão. Foram deixando pelo preço da borracha. Depois de casada, começou a exploração de castanha. Depois os patrões compravam la dentro, mas pelo preço de nada. Aos poucos fomos comprando animais, quando eu me separei tinha uns seis animais. Já passamos muitas coisas. Eu só vou sair quando Deus determinar. Querem comprar por nada. Ali é meu e do meu filho.

Apesar da disposição que aparenta, diz que se sente cansada, que não aguenta mais, diz estar *“sozinha, mas já plantou 4.000 covas”*, referindo ao roçado e continua *“vou vencendo, a minha escada eu já subi. Até os 55 anos você sobe, depois vai descendo. Já trabalhei muito, sofri muito, não tenho mais resistencia”*.

Para adentrar sua colocação, Sara precisa fazer o trajeto que inclui os meios de transporte motocicleta e cavalo, quando está no período das chuvas. São aproximadamente 20 km que tem que percorrer até à colocação que precisa passar por dentro da fazenda Nova Fronteira que fica às magens da Br 364. Ao abordar as dificuldades de impedimento para chegar à colocação, uma vez que precisa passar por dentro da fazenda que possui toda uma estrutura de porteira com guarita, inicialmente, informou que não havia problemas de impedimento, somente no decorrer dos relatos é que apresentou as dificuldades impostas, anteriormente pelo gerente da fazenda, porém, não estava disposta a fazer comentários sobre essa realidade, referindo *“eu não quero falar das fazendas, não quero tocar nesse assunto”*.

Outra narrativa desse tempo, vem de dona Leticia, nascida em 1948, chegou no seringal Santo Antonio do Desejado com 05 anos de idade. Sua família veio de Lábrea. Seu pai, de Lábrea, segundo ela, descendente de cearense e sua mãe, natural de Lábrea e, quando tinha um ano de idade sua mãe faleceu de parto. Recorda que falavam que nesse tempo os índios estavam atacando no rio Pacιά (Purus); seu pai à noite ficava pastorando, *“índio era como bicho do mato”*. Lembra que quando chegou no seringal Santo Antonio, já havia acabado o *“tempo do carrancismo”*, reportando ao tratamento que os seringueiros recebiam de seus patrões, como ela mesma refere, recordando as histórias que lhe passavam desde que chegaram ao seringal: *“quando o seringueiro tinha saldo, o patrão mandava*

matar para que não ficasse com o saldo; havia um senhor por nome “chicão que apodreceu; haviam muitos pistoleiros. Dessa forma, Leticia vai relembando histórias que ouvia e que, por diferentes momentos, dentro da colocação ela refere que vê e ouve gritos, pessoas andando. Leticia tem 08 filhos, 08 bisnetos. As colocações Justino, Bom Jardim, Floresta, possuem 40 estradas de seringa. Relata que nestas colocações são mais de 30 pessoas, de sua família que fazem parte das mesmas e que vem enfrentando muitos problemas com fazendeiros e madeireiros. Para adentrar às colocações, no período em que estive no local, era preciso passar por duas porteiras. Seu maior desejo é ver essas porteiras derrubadas. Quando consegui tirar fotografias das porteiras ela falou “vai ficar como recordação, pois eu quero ver o dia em que estas porteiras vão ser destruídas, então vai ficar só nas fotos, pois isso já é um abuso. Eu sou veterana velha, tenho os meus direitos”. Ela fica muito indignada cada vez que fala dessa situação. Letícia, vive agora outra forma e manifestações do “carrancismo”.

Percorrendo as “estradas” do Riozinho, nele as histórias afloram. Valentin, há dezenove anos morando na colocação do Riozinho, relata suas lembranças do lugar

“quando eu cheguei ali era cheio de seringueiro pra tudo o quanto é lado. Ali eu caçava, eu pescava, ta louco. Como era antigamente, o seringueiro não acaba mato. Ele bota um roçado esse ano aqui, tira um legume, bota ali, no outro ano ele volta pra cá, quantos anos eu não passei lá no são João plantando roçado só num canto só? (Valentin, seringueiro, 2014).

Nascido na “beira do Abunã”, Distrito de Porto Velho (RO), seus pais, natural de Mato Grosso, como ele diz, “da gema, daquele que chama corda cordaão” e sua mãe cearense. Os pais ainda jovem chegaram à região, casando-se posteriormente em Abunã. “Eles andavam no rio, comenta. Isso aqui era tudo o padre peregrino que fazia aqui tudo era seringal. Todo mundo saia, dava uns dois três dias pra beira do abunã fazer batizado, casamento, era assim, e o padre era disposto. hoje não, já tem uma Igreja aqui, tem na Extrema, tem na Acrelândia, hoje ta muito evoluído. Ao ser perguntado como foi para ir parar nas margens do Riozinho, ele respondeu

“aquela historia; não tem a cantiga (começou a cantar): Oh arubu quem foi que disse a tu que tua vida la no sul ia melhorar; oh, arubu é melhor tu não sair, é melhor tu não sair aqui do teu lugar, olha lá. Tem muita gente que vive encabulado pensando em riqueza, que não deixei a minha velha fortaleza”. Então, eu sai por ai, naquela

época de seringa, que todo mundo cortava, muita estrada boa. Eu tinha aquela ganância pela seringa, como até hoje eu tenho, repara que as minhas facas estão todas lá, passada óleo e trepada; pois é os balde ta tudo lá, aquilo eu guardo de lembrança, só lembrança, então ai era bom, o seringal que eu tava cortaram, ai eu fui pra li, que era o Porto Dia. Ai fiquei louco caçando lugar, caçando lugar e me ensinaram, ah, rapaz em tal canto tem seringal, fui pra lá (referindo ao São João do Riozinho).

Impressiona a forma como refere à produção da seringa, da saudade que sente. Para ele ser seringueiro é uma vocação, assim como, em suas palavras *“fui atrás da seringa; fui pra lá, em tudo é o que a senhora se dedica, é ou não é? Porque se a senhora tem aquela vocação pra ser motorista, vai ser motorista. Se a senhora tem aquela vocação pra ser um mecânico, a senhora não passa dali, vai ser um mecânico (...). É, eu era a seringa. Então, como pessoa se cria. Meu pai aprendeu a cortar seringa, era seringueiro”*. Vai citando outros exemplos de quem conseguiu “ganhar a vida” encontrando na seringa “o melhor ramo pra ganhar dinheiro” e dos lugares em que a seringa era predominante, contudo, a seringa foi “acabando pra esse lado”, lamenta e conclui “eu fui pra ali. Um lugar muito bom, mas foi um pulo errado que dei (...), referindo aos problemas que passou a enfrentar após quatro anos que passou a morar na colocação.

Estas e outras histórias vão se somando e nos faz perceber dois importantes movimentos acontecendo, de um lado os seringais de onde muitos vieram ocupados para outras atividades, bem como a região do Riozinho, como uma rota, lugar de acolhida dos “retirantes” como o espaço que ainda guardava o que consideravam a fonte de onde poderiam continuar retirando o líquido precioso que assegurava a continuidade de uma vida economicamente autônoma adquirida pelo trabalho da borracha e de uma forma social aprendida e construída ao longo dos anos que acabou por produzir o jeito de “viver na mata”.

2.2 Dinâmica da vida no Riozinho e Adjacências

De cor barrenta e perfazendo um percurso de 13km, este rio inicia em Acrelândia (AC) e desemboca no rio Iquiri que, por sua vez segue pelo Ituxi, até atingir o rio Purus. Moradores da região afirmam que o Iquiri e Aquiri são o mesmo rio. Seguimos, em seis pessoas (Luis, André, sua sobrinha e esposo, Leticia e eu) rumo às colocações.

Figura 8- Riozinho – sul do município de Labrea-Am



Fonte: Arquivo pessoal, 2015

Figura 9- Viagem ao Riozinho- Colocação Bissolota – Canoa sinalizada que servirá de transporte para as castanhas coletadas na colocação de Luis (seringueiro)



Fonte: Arquivo pessoal, 2015

Esta foi uma viagem que desejava realizar desde a primeira visita ao campo em 2014. Porém não foi possível. Houve uma oportunidade para acompanharmos o senhor Souza que iria até o final do Riozinho, para buscar castanha, porém, apesar dos acertos, no dia anterior à viagem, passou para avisar que não seria possível seguir com ele. Os motivos apresentados foram os piuns, carapanãs, dormir em fazenda e a demora pra o retorno. Embora me colocasse totalmente à disposição para enfrentar os “obstáculos” expostos, continuou insistindo, então, percebendo que ele mesmo não queria se expor e, provavelmente, considerava um tanto arriscado seguirmos com ele, não mais insistimos, de forma que somente na terceira viagem ao campo é que consegui fazer o percurso desejado, com a colaboração desta vez de Luis que, após sofrer ameaças e impedimentos de retornar à colocação, desejava chegar até lá, cujo interesse de sua parte era levar-me para conhecer e poder filmar, tirar fotos de sua colocação e a situação atual, uma vez que não havia mais retornado à região. Por conta das ameaças sofridas por Luis e dos avisos recebidos de que haveriam “*cinco lhe esperando na localidade*”, não era possível fazer uma viagem muito demorada. Dessa forma seguimos apreensivos, uma vez que Luis já havia sido impedido por duas vezes de adentrar a sua área, embora esses impedimentos tenham se dado pelo ramal da Torre. Fizemos este percurso em três dias seguidos, parando apenas para pernoitar em uma colocação que fica mais ou menos na metade do caminho.

Conseguimos chegar até a confluência do Riozinho com o rio Iquiri. Neste lugar encontra-se a última colocação de quem desce o rio, o seringal que recebe o nome de Boca do Riozinho, dando o mesmo nome à colocação. É neste espaço que se encontram, como abordados anteriormente, os marcos (trólio, cemitério, lugar do barracão), do tempo do seringal, uma vez que neste lugar era intenso o movimento de seringueiros por ficar aí a sede do seringal.

Ao adentrarmos à colocação Boca do Riozinho, fomos recebendo a notícia de que já estavam a dois anos impedidos de retirar castanha em área que praticavam esta atividade desde criança. Quando esta área foi transformada em Floresta Nacional do Iquiri (FLONA) no ano de 2008¹⁶, e após receber denúncias de conflitos

¹⁶ Decreto, s/n de 08 de maio de 2008: (Art. 1º) Fica criada a Floresta Nacional do Iquiri, no Município de Lábrea, no Estado do Amazonas, com os objetivos de promover o manejo de uso múltiplo sustentável dos recursos florestais, a manutenção e a proteção dos recursos hídricos e da biodiversidade, a recuperação de áreas degradadas, o apoio ao desenvolvimento de métodos de exploração sustentável de florestas nativas e a pesquisa científica. (Art. 2º) A Floresta Nacional do

na área, quando da coleta de castanha, atividade exercida por longos anos, anterior à criação da Flona, o ICMBIO reuniu com moradores e demais pessoas que fazem a coleta, onde ficou registrado, em ata, os moradores que poderiam acessar a área, permitindo a entrada de moradores antigos para fazerem a coleta. Contudo, nestes últimos anos (2013/2015), um senhor conhecido por Ede, passou a afirmar que a área de coleta era de sua propriedade e que estavam impedidos de adentrar para tirar castanha. Este senhor foi até a casa do sr. Alvaro, pai de Juarez e Alan, avisar que se eles entrassem para tirar castanha no ano de 2015, ele iria matá-los. Mesmo com autorização expressa do ICMBIO, Alan não fez a coleta de castanha neste ano, afirmando que muitos foram para a coleta “preparados” para enfrentá-lo, mas ele disse não ter ido, pois não sabia o que poderia acontecer. Disse que iria até Lábrea para denunciar o que estava acontecendo. Comentou que agentes do ICMBIO fazem fiscalização na Flona e que iriam informar do que estavam acontecendo.

Conseguimos, nesta viagem passar pelas colocações, nas casas à margem do Riozinho, não sendo possível adentrar no interior das mesmas pelo fato dos impedimentos das fazendas que acabaram limitando o espaço das colocações, sendo, em algumas colocado cerca de arame. Contudo foi bem importante para se ter uma visão do que os seringueiros haviam expressado quando apresentavam a situação pela qual estavam passando. Na colocação Bissolota, cuja incumbência era filmar e fotografar, Luis encontrava-se bem aflito e desolado. De início, encontramos, logo na beira do rio, uma canoa e, a ponto de embarque, quatro amontoados de castanhas coletadas nesta colocação. Luis estava inconformado de não poder entrar em sua colocação para fazer esta coleta, vivendo de diárias e ganhando apenas uma porcentagem da coleta em outros castanhais, quando poderia estar usufruindo deste direito em seu lugar.

Passamos a percorrer a área em que Luis identificava lugares, seringueiras, árvores frutíferas plantadas por seu tio quando chegaram à colocação; as casas queimadas, o lugar onde foram enterrados familiares, os ramais para chegar às demais seringueiras, a canoa deteriorada com a parte afundada no rio; levando-nos até o local onde chegaram as duas pessoas que o ameaçaram e a árvore a partir de

Iquiri tem área total de, aproximadamente, um milhão, quatrocentos e setenta e seis mil e setenta e três hectares e perímetro de, aproximadamente, um milhão, duzentos e setenta e quatro mil, novecentos e cinquenta metros (...) inicia-se o perímetro da área junto ao ponto P01 = Ponto 57 da Reserva Extrativista Rio Ituxi - RESEX Rio Ituxi (...). Em 25 de outubro de 2012, o ICMBIO, através da Portaria nº 115, cria o Conselho Consultivo da Floresta Nacional do Iquiri. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Dnn/Dnn11574.htm.

onde chegaram a disparar um tiro quando os deixaram. Muitos comentários se seguiam dos acompanhantes de viagem e as reações diversas diante dos fatos que iam sendo narrados por Luis. Filmamos e fotografamos. O cansaço, a dor, a indignação era visível nas palavras e olhar de Luis. Seguimos viagem para demais colocações. Após a viagem, já em Nova Califórnia, Luis referiu que se tivesse lembrado, teria pedido para que eu escrevesse um bilhete para deixar na canoa que estava atracada no porto de sua colocação e que faria o transporte de sua castanha, lembrando que esta pessoa estava cometendo um crime, pois estava adentrando e colhendo castanha em um espaço que não era seu. Pensou ter perdido uma oportunidade para fazer tal alerta.

Figura 10- Castanhas coletadas na colocação Bissolota -preparadas para embarque e comercialização.



Fonte: Arquivo pessoal, 2015

A dinamicidade que ocorre, paralelamente às atividades das fazendas é intensa. Extrativistas exercem suas atividades e delas retiram o necessário para manter uma vida com certa tranquilidade, economicamente falando. Dessa forma,

uma breve análise dos valores obtidos na produção da borracha (quando era possível extraí-la) e na coleta dos produtos como castanha e açaí, em comparação às diárias pagas nas fazendas e fora destas, atividade normalmente exercidas por aqueles que deixaram os seringais, nos faz perceber o porque a saída do seringal “deixa saudades”. Como relatava Tó, a *“única coisa que sei fazer é cortar seringa, quebrar castanha e colher açaí. Se eu pudesse estar na minha terra, hoje eu tinha dinheiro e não precisava estar tentando viver de diárias, quando pagam, que mal dá pra comprar o alimento do dia”*. Referia a um prato de refeição que custa uma faixa de R\$ 8,00 a R\$ 10,00 em Nova Califórnia (RO). O quadro abaixo quer demonstrar o porque dessa “saudade” da colocação, levando em conta toda uma outra concepção quanto ao trabalho e a autonomia que este reserva ao seringueiro, como referem, o “seringueiro é dono do seu tempo” e, a gente não vive só dessa produção. Plantamos arroz, feijão, macaxeira, café, farinha para o consumo. Aqui tá bom demais”. Ao lado disso há também a pesca”.

Ao referir à produção extrativista, expõem a importância que esta para manter a família

A castanha, no tempo da safra, coleta na faixa de 500 a 600 latas; a seringa aproximadamente 1.500 a 2.000 kg de borracha, por safra. Discorre sobre a forma como divide o tempo de trabalho no corte ou coleta: a seringa, começa de março a agosto. Fica agosto e setembro sem cortar, retoma o corte em outubro e novembro. A seringa, agosto e setembro, está com leite grosso, mudando de folha; dá dois meses de pausa, então corta mais dois três meses. Quando chega dezembro, janeiro e fevereiro é a castanha que a gente vai quebrar. O açaí naquele tempo não tinha muita saída. Hoje, o açaí já tem saída, tem o projeto Reça em Califórnia que compra a produção açaí, da andiroba, da copaíba, tudo é um custo de vida pra gente viver. A Castanha e a seringa, vai pra cooperativa, no Acre. Dessa forma, a gente vive sossegado, se hoje quebrarmos 200 latas de castanha, a R\$ 20 reais, vai dar quatro mil contos e você não quebra só duzentas latas, então, a base que a gente tem aqui é 400, 500 latas até 600 latas. Dá uma produção boa pra gente. A seringa é na base de 1800 a 2000 kg que você faz. A seringa está 3, quase 4 reais. Pra gente sobreviver aqui tá bom demais. A gente não vive só daquilo ali, né? Tem o açaí que tudo ajuda, fora plantação que a gente planta: o arroz, o feijão, a macaxeira, faz farinha para o consumo.

A narrativa é uma forma de desconstruir a concepção, ainda presente quanto à vida “miserável” e “atrasada” do seringueiro/extrativista. Na intenção de dar maior visibilidade quanto à importância das atividades extrativistas que, colocadas em comparação com o trabalho assalariado e/ou diárias, vamos perceber que esta

atividade é o que pode assegurar as condições necessárias à vida, garantia da colocação como espaço autônomo e vital. O quadro a seguir possibilita perceber essa comparação, em relação aos três principais produtos extraídos e comercializados.

QUADRO 1 – Produção por safra (Ano de 2014)

PRODUÇÃO	Quantidade por safra	VALORES em Reais (R\$)	TOTAL – R\$
CASTANHA	400 a 600 latas	20,00 a lata	8.000,00 a 12.000,00
BORRACHA	1.800 a 2.000 KG	3,00 a 4,00	7.200,00 a 8.000,00
AÇAI	1.300kg	1,20	800,00 (3/4 dias)
Total			15.200,00 a 20.000,00
DIARIAS	240 diarias (anual)	40,00	9.600,00
Total			9.600,00

Fonte: Dados coletados no trabalho de Campo. Período: Março/abril de 2014.

No ano de 2015, o valor em torno da castanha foi de (R\$) 30,00 por lata. A corrida pela coleta da castanha era bem intensa neste período da pesquisa. Em conversa com Luis, embora trabalhando por percentagem em um castanhal, encontrava-se bem satisfeito com o resultado de seu trabalho; conseguiu quebrar 800 latas, nesse ano, com um resultado bem significativo. Na relação com as atividades de diárias e, até mesmo nas fazendas e serrarias, a atividade extrativista, do ponto de vista econômico é bastante relevante, fora a forma de realização da atividade, sendo esta destacada em relação à liberdade quanto ao tempo de trabalho e à liberdade em relação a este, bem como o não enfrentamento do sol. Assim, a atividade extrativista continua tendo sua valorização. Contudo, não há nem uma forma de incentivo para que esta atividade seja melhor desenvolvida e com melhor aproveitamento para os extrativistas como transporte, alimentação, estadia no local da colheita que parece ser de muita precariedade, uma vez que precisam ficar dias no trabalho de coleta. Ressalta-se ainda que, às margens do Riozinho

existem muitos pés de açazeiros, de forma que a coleta se dá de forma livre, de acordo com o tempo e disponibilidade que têm para a coleta, ou seja não há limitação para esta colheita. Podemos perceber no relato

Ele sempre trabalhava na beirada do Riozinho, sempre tira na beira do riozinho, eu dou o barquinho pra ele, ele vai lá e desce, no barco grande, quando não é eu vou mais ele e aí dorme aqui, dorme ali, três dias titando e vem fazer entrega, aí é 1.200kg, 1.300kg, aí é (...) contos, 800 contos, 3 dias, 3, 4 dias ele faz, tem dias que aperta mesmo ele faz quinhentos, seiscentos contos por dia, até 800 contos ele já tirou por dia, tira e bate. O pessoal podia viver só disso...quando acaba uma produção já vem outra...

No que refere ao trabalho de seringa, dentro do Riozinho, a informação é que o último que conseguiu cortar, foi Luis, no ano de 2012. Os problemas para que esta atividade tenha sido paralisada, segundo relatos, se dão em dois sentidos, um deles pelo fato de não possuírem mais o incentivo para a produção, uma vez que o custo para a manutenção das estradas abertas e limpas, acaba sendo alto e referem não terem condições para tal, “de abrir uma colocação, porque ele vai trabalhar forçado meio ano, cinco, seis meses para poder começar a produzir. O cara já não dinheiro nem pra vir, pra comprar o primeiro prato, ai não consegue (...)”, embora a cooperativa do Acre, COOPERACRE, “compre bem” e tenham fornecido alguns implementos, porém, não é suficiente, como é possível perceber no relato

(...) o que acontece, a Cooperacre compra a borracha do seringueiro, de qualquer canto, tanto compra a borracha como compra o látex, o leite, não precisa ele fazer a borracha, ele compra o leite mesmo. Mas, é o seguinte, e o adiantamento? Ah, não tem não, que o governo não faz isso. O problema está nisso, o governo não adianta e não tem nenhum que tenha, porque os que tem dinheiro não vai fazer isso, quem tem dinheiro não vai fazer isso, tem dinheiro pra se manter já, e quem tá precisando não tem dinheiro. Pra qualquer pessoa que ainda quisesse trabalha nisso, precisa de um adiantamento, teria que ter assistência, fazer um barraco, abrir as estradas, comprar o material todinho, kit balde que chamam, comprar tudinho pra começar, e ai não tem. A Cooperacre dá o kit balde, dá lá a tigelinha, o balde e a faca de seringa, a cooperacre dá, mais e daí, acontece e o tempão todinho até ele chegar a produzir? O kit balde, o cara pega, na cooperacre lá ela tem, tem estoque no armazén, balde, tigelinha, faca de seringa, mas falta o fundamental...se manter. Lá no rio (Iquiri) dava de abrir, o rio não dá crise (...).

Um segundo motivo para quem deseja ainda permanecer na atividade deve-se ao fato das fazendas terem demarcado seus limites dentro das colocações, impossibilitando o desenvolvimento da atividade, como afirmaram *“hoje em dia pro cara abrir uma colocação, a fazenda, tudo aqui tá sendo área de fazenda, esses*

mato, tudo o que tem aqui tá sendo área de fazenda. Ele não quer deixar entrar, não deixa entrar, quando deixa o cara não tem condição (pelas dificuldades expostas acima, no que refere à coleta do leite da seringa)”. Para a coleta do açaí e da castanha, para quem mora nas fazendas, existe a negociação com os gerentes para fazer a coleta

O pessoal que moram nas fazendas, tiram também...O cara passa pelo meio do campo, tá o carochal no meio do campo, aquelas valas no meio do campo pra aqui pra acolá, aí quando é sábado eles vão cortar, quando não é eles chegam com o gerente e fecham o gerente, me da um dia ai pra mim, me da um dia, me dá um dia assim que eu quero cortar a castanha, que tem deles assim que sempre tem um cara achegado do outro, pra um ele não dá, pra outro dá, o que acontece? O que o gerente faz, não, não dou não, vamos fazer o seguinte: quando chegar perto do natal, te dou dois dias, todo mundo, perto do final do ano, te dou dois dias na semana, ai todo mundo vai cortar castanha, a gerencia tá dando dois dias pro cara fazer bico por fora. Porque se o cara der pra um e não der pra outro, o cara vai dedurar para o patrão. Vem aquele festival, pagamento pra fazer, nem natal e nem ano não tem pagamento da fazenda que a fazenda só paga no dia dez. passa o natal e passa o ano, ele sem dinheiro, porque o pagamento da fazenda só é no dia 10. Aí vai cair no dia 10 de janeiro. Chegou o fim do ano, não tem nada. Ele recebe dez de dezembro, paga o mercado, e fica aquele troquinho, só que, no natal ainda as vezes tem um troquinho, senão ele não tem nada, já acabou com tudo, vem aquela festa de natal já acabou. Ai a gerencia faz isso, dá dois dias pra ele, vai se vira por ai, então tá, corta ali, já corre la no bastião, rapaz é o seguinte, eu tenho tantas latas de castanha, tu vai buscar? Eu tava precisando de um dinheiro, tá eu te dou o dinheiro aqui, já tá com dinheiro mesmo em casa pra comprar, ai dá pra outro, um tannto pra um, um tanto pra outro, depois que vai juntar tudinho.

Outra atividade importante, embora não realizada por todos, é a pescaria que começa no mês de agosto a novembro, cuja comercialização é realizada através da associação de pescadores Z1, de Rio Branco. As espécies pescadas são jatuarana, pirapitinga, tucunaré, pescada e piau, todas na região do Riozinho, Iquiri, até as cachoeiras. Faz questão de relatar que adquire as guias na SUNAB, de forma legal para que não perca suas “tralhas”. A pesca é exercida em uma parceria de quatro barcos. A produção se dá em volta de dois mil, dois mil e poucos quilos, condição para que o caminhão da associação busque até as proximidades do Riozinho, por isso a parceria com outros barcos para que se tenha a quantidade suficiente. Dessa forma, a parceria com quatro barcos, levam a pescar entre dois mil, dois mil e poucos quilos por semana. A maioria dos seringueiros, em seus relatos fazem a pescaria apenas para o consumo familiar, não tendo apresentado a dinâmica

comercial da pesca. Contudo, podemos afirmar o grande potencial que o Riozinho possui, pude observar esta realidade na viagem realizada por ocasião da pesquisa.

2.3 Conflitos/Expropriação

“É arriscado, esses fazendeiros mandam matar. O Gedeão morreu, ele era o chefe lá dos sem terra, aí o cara veio e matou ele. Está arriscado” (Alvaro, seringueiro, 2014)”.

Acabara de chegar na casa do irmão de um dos seringueiros do Riozinho, onde passaria os primeiros dias da pesquisa. De início, seu Marcos passou a apresentar os relatos da forma como a pressão territorial, advinda de fazendeiros e madeireiros vem, sistematicamente, acontecendo na região e produzindo o deslocamento dos seringueiros, como se autoidentificam, através de ameaças, expulsão, indenização e venda compulsória das terras.

Um espaço marcado pela violência, é o que podemos aduzir a partir dos relatos das experiências dos seringueiros. A expressão *“ali só dá pra fazendeiro”*, ecoa como lamento. Os relatos dão conta do processo de disputas e negociações constantes, de “debates” entre seringueiros, fazendeiros e madeireiros seja na busca de aquisição e/ou da permanência nas colocações. O surgimento das serrarias e a constituição de fazendas são apontadas como um marco fundamental para a existência dos conflitos estabelecidos na região

Com o surgimento das serrarias, passaram a dividir as colocações; um pedaço pra um, compravam um pedaço de um, compravam um pedaço de outro, tirava seringueiro de um canto, cortava madeira daquela colocação, aí foi dividindo em pedaço. A chegada do madeireiro trouxe essa divisão (Souza, 2014)”.

Os relatos apresentados vão sendo compartilhados ao longo das entrevistas ao expressarem

tudo era cheio de colocação. O seringueiro produzia borracha, aí foram arrochando, e vai saindo (...), tem muitas colocações ali no fundão, tem bastante seringal bom de leite; ta louco tem muita seringa. Se deixar aí por conta do senhor fazendeiro, se chama liquidada. De onde termina a fazenda do Albergoni pra chegar na boca do Riozinho pelo lado de lá, dá muito hectare. Ali ele derrubou assim, aquele fundão todinho. Ali senhora dizem que é 40 mil há e ele não tem 20 mil derrubada (Valentin, 2014).

Os relatos vão dando conta da forma como as restrições vão acontecendo e determinando suas vidas

já tem uns seis anos, essa dificuldade da gente não poder trabalhar. O fazendeiro vem imprensando, vem metendo divisa e ai, hoje nós estamos sem a seringa e praticamente sem a castanha. Porque já passaram o pique e tomaram tudo dizendo ser a terra de sua propriedade. Em seu terreno, faz na base de um ano, um ano e pouco. “Meteram o pique e deixaram só aquela beirinha pra mim, que é a beira do rio que é só a várzea, eu não tenho nem como trabalhar. Faz um ano que não puderam tirar a produção. Não conversaram comigo, eles chegaram, meteram a acerca. Primeiro meteram a máquina, abriram a divisa e ai fizeram a cerca, dali pra dentro eu não poderia pisar, nem tirar seringa, nem castanha. Vieram me avisar em casa, o gerente deles, que eu não podia tirar nem uma vara, se fosse pra fazer uma casa, que não podia tirar uma vara pra fazer um barraco. Que eu não podia quebrar castanha nem cortar seringa que aquela área ali é deles. A gente não pode dizer nada que eles são mais forte que a gente. Os fazendeiros são Nilo Lemos da Fazenda Rio Novo e Aparecido Albergoni, da fazenda Três Barras. Todos os seringueiros que moravam lá foram atingidos. O Valentin foi um, eles tiraram o pique também e a terra dele ficou só a beira do rio, ai ele desanimou também. Todos eles, prossegue, foram tirados assim, mete o pique, deixa só o lugar da casa do cara, do seringueiro, ai o seringueiro desanima e vai embora. Vai fazer o que naquele pedacinho de terra que não pode cortar seringa e quebrar a castanha dele, desanima e vai embora. Eles vão expulsando devagarinho, eles vão fechando as passagens, os caminhos, não tem como o seringueiro ir entrando pra dentro pra trabalhar, ai ele vai, desanima e vai embora. Outros colocam pistoleiros (Marcos, seringueiro, 2014).

Passa a relatar a forma de “negociação” entre o madeireiro e o seringueiro

O que aconteceu, aqui tinha um seringueiro, um seringal antigo, um barracão antigo, só o seringueiro. O que fizeram...o seringueiro dizia, não aqui já é meu, minha colocação. E o madeireiro chegava e dizia, eu te dou tanto na tua madeira; o seringueiro dizia eu não aceito e depois...tu me paga tanto...o madeireiro pagava então três, cinco mil e quinhentos, cinco mil. Pagava o seringueiro, o seringueiro saía, o madeireiro já mandava cortar a madeira e deixava pra lá. Havia pagamento da madeira em construção de “estradinha”, motinha (veículo), novilhas de cinco, dez, cinquenta. Para o cara da serraria que comprava a madeira, ele pegava, cem ou mais carradas de madeira, dez novilhas, significava um troquinho”. O cara que estava na colocação achando que pegando o gado era vantagem pra ele, ainda foi a solução, pois quem pegou dinheiro, acabou com ele na hora e o que pegou a criação ainda ficou criando, ficava no local (Souza, ex-morador, 2014).

Com a “venda” de colocações para “pecuarista”, este, por sua vez, passava a indenizar os antigos “donos” das colocações com um e meio, dois três mil, que segundo seu Souza, era um “troquinho”. Ao citar um dos seringueiros que ficaram na área, mesmo depois de ter negociado com as novilhas, acabou vendendo,

posteriormente a área dos outros que haviam negociado por dinheiro e haviam saído da área, iniciando um processo de disputa entre eles.

As histórias/trajetórias permitem compreender o significado do espaço territorial para estes agentes, que, mesmo geograficamente não estando mais dentro da colocação, persistem as lembranças e o sentido do que foi construir a vida naquele espaço e o que este apresenta como significado. Valentin ao longo de sua entrevista, deixa transparecer as recordações, o sentimento de dor, de sentir-se impotente diante da impossibilidade de permanência naquele lugar. Ele, por reiteradas vezes afirmava:

sabe, queria um lugar daquele que eu pudesse ficar lá o resto da vida, isso aqui é meu, taqui meus piques, eu zelava meus piques. Eu pensava que ia acontecer assim. Lugar bom de criar, bom de caça, peixe, seringa, bom de castanha. Aquele meu lugar era bom de lavoura, até demais; o que eu plantava ali, tinha canavial, eu fazia mel, eu tenho uma maquina de arroz, está aqui que eu trouxe. Eu tinha motor, eu plantava muito arroz a rolé, vendia arroz, nós comia muito arroz ai, jerimum eu dava jerimum pra porcada, eu tinha aquele inhame que eu acho que a senhora conhece como pata de vaca, com seis meses dá 15 kg, dessa altura assim, aquele cururuzão; Pimenta ardosa tinha a rolé. Ali, queria comer um peixe era só ir ali no porto, cara, no inverno, no pé daquela azeitona ali, um dia eu fui caçar e matei dois porcos, tô tirando o coró ali, ai peguei o caniço aqui, piranhona preta desse tamanho, eu sei que nós pegamos seis ali. Quer dizer que a fartura ali era demais... eu não gosto nem de andar ali (chorou). Tudo isso eu tinha. Mas, fui obrigado...então o que tenho de falar pra senhora... Mulher, o trator arrancou os pés de pimenta do reino que eu tinha sem ter necessidade, até hoje me dói aquilo, mangueira tudo produzindo... Eu dizia aqui é meu paraíso do Edes¹⁷. Mas, fui obrigado... Eu pretendia minha senhora tirar meus dias de vida ali, como Deus consente. Quer dizer, ali (onde comprou) eu vou fazer tudo ainda, vou começar tudo de novo. Meu forno eu trouxe, minha bola (seringa) eu trouxe. Pois é, então é lamentável a minha situação, mas ai é o que eu pensava, pra mim matar um praga desse, eu já to com a cabeça quente, ai eu tenho que sair fora, eu vou perder tudo. Quer dizer que ai eu perdi isso. (Entrevista com Valentin, seringueiro, 2014).

Ao reportarem quanto à constituição das fazendas, o ano de 1984 aparece como marco do surgimento da primeira fazenda, conhecida como Rio Novo, nome recebido do seringal, que hoje encontra-se às magens da BR 364, seguida pela fazenda Três Barras, anos de 1988 a 2000; a de Saturnino, nos anos de 1995, 1996; a de Patrícia Albergoni, em 2000 que era uma única fazenda que seu pai, Aparecido

¹⁷ Referindo ao sentido do paraíso bíblico, jardim do Édem.

Albergoni comprou de Raimundo Santana e por derradeiro a fazenda Água Verde. Ao citar a fazenda Três Barras, nos é apresentada a seguinte narrativa

Quando ele (Aparecido Albergoni) comprou era só uma. O cara formou ela de uma colocação. O cara chegou dizendo que era dono, era dono, aí foi pagou ele. Era o Arnaldo Vilela, o cara da MOVELAR la em Rio Branco. Esse Arnaldo Vilela era o mesmo que passou a ser dono da Água Verde, ele que vendeu pro Celso Ribeiro¹⁸. Eles chegavam, olha isso aqui, eu sou o dono. É, eu sou o dono, isso, aqui, ó tantos mil hectares, isso aqui é meu. Mas e aí tem o seringueiro fulano de tal, tem o seringueiro fulano de tal; passava um ano, dois anos com aquela pressão ali, tanto pistoleiro, topógrafo pra demarcar tantos hectares, ai pegava a colocação de fulano, beltrano, ciclano, ai ficava, ficava, passava um ano, dois anos o cara não saia, o que ele fazia, botava pro pistoleiro negociar com o cara e dar pressão e dali negociar com o cara; não tem jeito é do fulano, você tem que sair daqui, fazer isso e aquilo e mandou oferecer tanto, ou então vamos derrubar e aí, você vai ficar sem nada. Iam fazendo aquilo até que o cara, então, tá; ele falou que se você aceitasse, podia ir negociar com ele; o cabra ia pra lá, chegava lá, eu dou tanto, vale tanto, a colocação é tanto por estrada de seringa, você tem quanto? Eu tenho, cinco seis estradas, então é 3 mil, ah, mais eu não queria...não dá nem pra comprar uma casa em Califórnia ou então em Acrelandia...Quanto é essa casa? A casa é tanto, eu preciso de tanto pra mudar, então tá eu te dou. Ai tirava, a terra ficava limpa e quando tinham oportunidade, desmatavam um bocado, quando não é vendiam a madeira e naquela quebração da madeira, desmatavam também. Dentro dessa da Patrícia, eu derrubei 140 alqueire, derrubei aqui; nas três barras, derrubei 80 num canto e lá pro canto mais 60. É grande as fazendas. Ela tem, fora essa do Pedro, tem 64 mil. Tem 34 mil hec, aquela e essa daqui... A sede foi 800 alqueire, retiro 400, aqui de lá pra cá foi derrubado, 220, de lá pra cá, 180. Depois derrubaram mais (...).

É comum nas ruas de Nova Califórnia encontrar histórias semelhantes. Estava a procura do índio, um senhor que, segundo informações era a pessoas que mais entendia sobre as origens de Nova Califórnia. Em busca do Índio, encontrei, nas proximidades de sua casa, seu Jackson (80 anos), que estava buscando informações de uma casa para compra. Em baixo de uma árvore, ouvi sua historia.

¹⁸ Carlos Celso Medeiros Ribeiro (1962). Ex-prefeito do município de Senador Guiomar no período de 2004 a 2008. Natural de Rio Branco/AC, com residência em Senador Guiomar. Ao candidatar-se à reeleição no ano de 2008, na declaração de bens apresentada à justiça eleitoral, consta que possui uma Área Rural de 20568 Ha, Em Labrea – Am, no valor de 150.000,00. Ao todo, declarou em torno de R\$ 263.500,00 em bens, sendo que o maior valor atribuído se encontra nessas terras (<http://noticias.uol.com.br/politica/politicos-brasil/2008/prefeito/11021962-celso-ribeiro.jhtm>). Em 2008, foi condenado pelo TRE por práticas de crimes eleitorais (<http://terac.jusbrasil.com.br/noticias/157372/tre-condena-prefeito-de-senador-guimard>).

Sr. Jackson, conhecia o índio e relatou que encontrara o índio na rodoviária, com toda a família, de mudança para outro estado por sérias razões que poderiam comprometer a sua vida e de sua família. Depois, passou a relatar que ele, esta morando em Nova Califórnia por cerca de 8 anos. Relatou que já cortou muita seringa, que residia nas proximidades do ramal da Mococa, na BR 364, quando surgiram fazendeiros que compraram uma área nas proximidades de sua terra e passaram cerca, impedindo-o de passar pelo caminho que sempre fizera. Porém, não tendo acordo e sem alternativas, seu filho pediu-lhe para vender a terra e procurar outro lugar onde pudesse viver com tranquilidade; dessa forma, seu Jackson passou a morar nas proximidades de Nova Califórnia. Em um curto espaço de tempo, relatou muito de sua trajetória e no final, pediu sigilo sobre alguns fatos narrados. Despediu-se dizendo que estava admirado porque nunca contara determinadas situações nem à sua esposa e agora, diante de uma pessoa estranha, expôs assuntos que não poderiam ser comentado. Despedimo-nos e levei comigo narrativas que era melhor não ter conhecimento.

Em outra ocasião, estava em busca da residência de Luis. Peguei uma moto. Quando falei que gostaria de ir na casa deste senhor, o motoqueiro passou também a relatar que já sofreu muito por causa de sua terra, assim como estava sofrendo o Luis. Depois concluiu, “só não perdi minha terra porque dei uma de doido (...), disse que só saía se fosse com o meu cadáver”, até que conseguiu permanecer na terra, acrescentando, “hoje está mais tranquilo (motoqueiro, 2014)”.

As narrativas evidenciam que as formas de manter pressão sobre os seringueiros eram e ainda são feitas através das restrições de passagens obstruindo os caminhos por onde percorrem e transitam os seringueiros. A expressão “Quando você chegou aqui meu caminho já era por aqui, como é que agora você querem me empatar? é a afirmação permanente dos seringueiros nos embates travados com os “gerentes” das fazendas que são contratados para manterem os espaços territoriais delimitados pelo fazendeiro através de cercas de madeira e/ou arame, portões com cadeados tendo uma guarita onde permanece o funcionário ou, como referem os seringueiros, o “guaxeba” dos fazendeiros. Dessa forma, os seringueiros, têm ao longo dos anos enfrentando restrições na forma de se locomover dentro de sua colocação, bem como nos deslocamentos para a venda da produção e, ou qualquer outra atividade que necessite passar por entre colocações e fazendas para chegarem a outro município e Distritos. Esta medida limitadora de um direito

fundamental, imposta pelos fazendeiros, esse controle foi ao longo dos anos exercendo tamanha força de desgastes e coação levando os seringueiros a diferentes reações como a destruição de cercas e portões, corte de arames, discussões, disputas até chegar à desistência da colocação, deixando-a à disposição da venda para o fazendeiro que impõe essas limitações, decisão de construir e reconstruir diferentes “piques” difíceis e distantes, a fim de que pudessem se locomover e, de parte, do “gerente”, restaram ameaças constantes com armas, refazimento das cercas e portões. Assim, expressava um seringueiro

depois de quatro anos eu não tive mais sossego ali. Aquela perturbação, por aqui não sai, por aqui não sai, por aqui tampa, por aqui não tampa. Esse impedimento ali nunca se acabou. Ficamos no meio e a encrenca em cima. Um encrencava de um lado, outro encrencava de outro, nós saia ali pela Terra Nova no verão, nós saia por ali, treçava no porto da Terra Nova, ai aquele outro ramal que tem pela beira do rio, a gente andava por ali, esse caminho que o Luis ta falando que tá naquela placa aqui, a gente só fazia atravessar no rio e pegava a terra, saia por lá de inverno a verão. Quer dizer que tiraram todas as condições. Não é brincadeira não, você ir no caminho, chegar lá ta tampado. E sendo caminho (Entrevista com Valentin, 2014).

Com passagem ao lado da casa em que me encontrava hospedada, precisávamos atravessar a cerca de arame, afim de pegarmos a canoa para nos dirigir ao Riozinho e às colocações. Inicialmente, seu Carlos me acompanhou, depois, colocou para me acompanhar seu filho de 12 anos. Assim, caminhávamos por aproximadamente 2km, atravessávamos a cerca da fazenda e pegávamos a canoa. Imagine o medo que sentia, pois, nos relatos, seu Carlos e seu irmão Evandro diziam: “eles picavam....nessa cerca” e mostravam a cerca que era possível vê-la da porta da casa onde nos encontrávamos. Essa situação foi modificada, segundo Carlos, com a reportagem feita através do programa de Roberto Cabrini¹⁹, “não passaram mais por aqui”. Interessante mencionar que a reportagem mantém um certo posicionamento em favor dos seringueiros ao dar destaque para as formas de violência a que eram submetidos por fazendeiros, levando-os, através de questionamentos ao confronto com os mesmos. Embora apresentando, uma aparente calma, não deixava de ter receio sempre que precisava atravessar aquela cerca.

¹⁹ Roberto Cabrini, programa SBT Repórter, cujo título do documentário era Senhores da Floresta. Todas as quatas-feiras, aguardavam ansiosos o programa para verem as reportagens que o repórter faria e no dia seguinte passavam a comentar com todos suas impressões, falando com admiração do repórter por tratar de uma “pessoa muito corajosa”.

Figura 11- Fazenda Rio Novo- Cerca de um dos lados da fazenda Rio Novo com extensão da margem do Riozinho, na linha 09 à BR 364.



Fonte: Arquivo pessoal- 2014.

Figura 12- Portão- Fazenda Água Verde²⁰

Fonte: arquivo pessoal

²⁰ No processo de nº 54270.000955/2001-03 (INCRA S/R (15), cujo assunto era Denúncia/Apuração, temos a informação que na data de 03/10/2003, o gerente do IBAMA, pediu esclarecimento quanto a “verdadeira localização do imóvel rural denominada Fazenda Água Verde”. Para o atendimento do pedido, a Administração do INCRA local determinou que se procedesse a um estudo técnico para identificação do imóvel, resultando nos dados técnicos: (1)- a descrição para identificar o referido imóvel (Fazenda Água Verde), na ocasião da abertura da matrícula 1.367 do Livro 2-E, fls. 191, por força de desmembramento da área do todo maior denominado seringal São Domingos, demonstrou um polígono totalmente fora da área deste todo maior...(2) foram apresentadas pelo proprietário novas peças técnicas, ao sr. Registrador descrevendo um outro polígono que coincidia uma parte dentro do todo maior, seringal São Domingos e outra dentro do seringal Rio Novo, cuja área é constituída por terras devolutas da União por se encontrar dentro da faixa de fronteira...(3) a mudança brusca de polígono, com a apresentação das novas descrições, vem demonstrar um total descontrole dos registros imobiliários gerados a partir do registro do Título Boliviano, onde os desmembramentos e as retificações são feitos de acordo com as conveniências. Fonte: Processo de nº 54270.000955/2001-03 (INCRA S/R (15). Arquivo: CPT/AM

Figura 13- Ramal da Torre- Portão construído no meio de ramal que e dá acesso às colocações no Riozinho



Figura 14- Ramal da Torre: Ramal da Torre, portão construído no ano de 2014.



Fonte: Arquivo pessoal, 2014

No decorrer desta visita, ao nos aproximar da localidade, encontramos no caminho, em seu veículo, o sr. Carlos Roberto Passos em sentido contrário ao nosso. Seguimos viagem e, ao chegarmos no portão, que se encontrava fechado, Carlos Roberto Passos, já se encontrava atrás de nosso veículo. Desceu do carro, nos cumprimentou e ao ver quem estava em nosso veículo, ele foi referindo à Leticia que estava à procura dela para conversar e, que naquele exato momento estava indo à vila para falar com ela sobre a retirada de madeira a retirada de madeira que estavam fazendo em sua terra e que soube que ela o estava acusando de ser o executor; porém, ele gostaria de passar pra ela os nomes de quem se encontrava em suas terras retirando a madeira.

Nessa ocasião, houve discussão entre Leticia e Roberto Passos. Ela o acusava de estar entrando em sua terra, ele argumentava o contrário, referindo que sua terra estava delimitada até “à beira do igarapé”, onde terminava o limite. Ela o chamou de mentiroso, entre outros adjetivos. Nesta ocasião, Roberto Passos comentou que o portão anterior, referindo ao portão “Água Verde” que ele havia construído, pois estavam com medo das invasões que estavam acontecendo nesta região, comentando ainda que no mês de julho (2014), houve até tiroteio naquela área com pessoas que foram invadir aquelas terras, por isso ele colocou também o portão e estava mandando construir uma guarita e que somente quem tivesse colocações naquela região receberia a permissão de passar.

No entanto, segundo ele, Leticia não deveria se preocupar e, levando-nos até uma árvore oca caída ao chão, apontou que a chave do portão ficava no buraco daquela árvore e, sempre que ela desejasse passar, poderia pegar a chave sem ser incomodada ou falar com a pessoa que ficaria na guarita que estava sendo construída. Neste momento, se colocou à disposição para acompanhar dona Leticia, no dia seguinte, na casa do homem que anda carregando sua madeira, ele deu o nome e o lugar de sua casa. Saimos e ele veio atrás de nós até a entrada de um pequeno ramal que dava acesso a uma das colocações da família de dona Leticia. Nesse trajeto, encontramos galhos de árvores obstruindo o ramal, parecendo terem sido colocados ali a pouco tempo. Não havíamos levado nenhum terçado para retirá-los, pois precisavam ser cortados. Então, Roberto Passos, que vinha atrás de nós, parou o carro, pegou um terçado e, juntamente com o rapaz que dirigia nosso veículo, passaram a desobstruir o ramal. Roberto Passos, cortando os galhos

comentou “tem que ter cuidado, aqui tem muita tranqueira”. Seguimos para a casa dos filhos de Leticia e ele seguiu o ramal em outra direção.

As porteiras incomodam por demais dona Leticia que não entende “o porque da polícia federal não derrubar essa porteira que foi erguida, além de ser em um lugar de passagem, mas dentro de sua colocação” que fora tomada por Celso Ribeiro, sendo também importunada, segundo ela, por Roberto Passos e Patricia Albergoni, todos em busca de madeira, comenta. Nos diferentes momentos de nosso encontro, Leticia vai relatando o que já passou para continuar nesta terra, as ameaças de morte, os impedimentos dela e seus filhos de adentrarem na colocação. Somente agora consegue, apesar das dificuldades impostas, estão conseguindo erguer uma casa na colocação, bem como de seus filhos. Ela comenta que “de primeiro viviam tão sossegada” e que “só quer viver em paz”.

Aos 67 anos de idade, dos quais 50 anos na colocação Santo Antonio, onde teve seus oito filhos, Leticia não esmorece, diz que ainda enfrenta tudo por seus filhos e por ser lugar de onde tira o seu sustento, referindo à coleta da castanha, em especial. No ano de 2004, na polícia federal do estado do Acre, fez um termo de declaração em que acusa Celso Ribeiro, seu irmão e sócio Sérgio Ribeiro de “incomodar” os moradores, “derrubando mato, queimando barracos, abrindo estradas, fazendo porteiras e espalhando capim, de avião, em cima das plantações dos posseiros”. Como vemos, dezesseis anos depois, o conflito permanece. Avisos e notícias “o melhor seria se ela morresse; disseram que já engordaram dez vacas para pagarem para os pistoleiros para me matar...”, chegam por diversas vezes aos seus ouvidos, relata Leticia. “Fomos humilhados lá dentro, pegaram a moto do meu filho X e jogaram para fora do portão; eles estavam com revólver na perna da calça; ficavam comentando no portão “pra vocês falarem pouco, senão ele sabe o que vai fazer com a cabeça de vocês”. Os relatos vão apresentando tantos outros fatos ocorridos desde que adentraram sua colocação e nos muitos momentos de conversa, ela diz não temer, que vai continuar indo à sua colocação, que não vai abandonar e “que sabe de muitas coisas, mas fica quieta, não resolve mesmo...”. É possível que o fato de ter feito muitas denúncias, inclusive o próprio Celso Ribeiro que já teve prisão preventiva decretada, posteriormente revogada, possa ser uma forma de inibir ações mais violentas ainda, como banir sua vida. Correm, contudo, boatos que ela possui muitos filhos, homens, e nunca se sabe o que pode acontecer caso venham a tirar-lhe a vida. O fato é que Leticia, continua, fazendo os

enfrentamentos, adentrando sua colocação e de seus filhos, embora os impedimentos tenham sido constantes ao ultrpassarem a porteira.

No decorrer da conversa com Roberto Passos, quando estivemos no ramal da Torre, cheguei a perguntar sobre a documentação das terras, ele falou que estas onde estava o Celso Ribeiro, já havia perdido, mas a do lado do Atanásio Schneider, estava tudo certo. Não quis fazer nenhuma outra pergunta para não levantar suspeitas. Tudo parece muito movediço. Os lugares, as conversas, as pessoas. Cautela e cuidado é pouco diante de um cenário tão complexo, diverso, aparentemente calmo, mas fervilhando conflito.

Os limites impostos à locomoção dos agentes sociais, tornaram-se estratégias comuns e que vão aparecendo recorrentemente nas narrativas dos agentes sociais, como apresenta seu Marcos

já tem uns seis anos, essa dificuldade da gente não poder trabalhar. O fazendeiro vem imprensando, vem metendo divisa e ai, hoje nós estamos sem a seringa e praticamente sem a castanha. Porque já passaram o pique e tomaram tudo dizendo ser a terra de sua propriedade. Em seu terreno, faz na base de um ano, um ano e pouco, meteram o pique e deixaram só aquela beirinha pra mim, que é a beira do rio que é só a várzea, eu não tenho nem como trabalhar. Faz um ano que não pudemos tirar a produção (Marcos, seringueiro, 2014).

Para a colheita da castanha, neste ano, Marcos precisou ir distante. Foi retirá-las no rio Iquiri, na Boca do Riozinho, mais especificamente na Flona do Iquiri. Este movimento se repetiu em 2015. Ao relatar a forma como sua colocação foi adentrada, invadida, apropriada pela fazenda, comenta

Não conversaram comigo, eles chegaram, meteram a acerca. Primeiro meteram a máquina, abriram a divisa e ai fizeram a cerca, dali pra dentro eu não poderia pisar, nem tirar seringa, nem castanha. Vieram me avisar em casa, o gerente deles. Que eu não podia tirar nem uma vara, se fosse pra fazer uma casa, que não podia tirar uma vara pra fazer um barraco. Que eu não podia quebrar castanha nem cortar seringa que aquela área ali é deles. A gente não pode dizer nada que eles são mais forte que a gente (Marcos, 2014).

Os fazendeiros citados são Nilo Lemos da Fazenda Rio Novo e Aparecido Albergoni, da fazenda Três Barras, este último denunciado por trabalho escravo no ano de 2013. Todos os seringueiros, assegura Marcos, que moravam lá foram

atingidos. Marcos foi relatando e nominando quem já teria passado pela mesma situação, senão pior que acabaram por desistir da colocação.

As formas de agressão, violência vão sendo relatadas por Marcos, que tem resistência em lembrar. Somente depois de dias, quando estávamos caminhando entre ramais, passou a relatar

Eu mesmo já fui ameaçado, tinha um caminho aqui, que eu andava por lá e fui abordado por eles, cinco pistoleiros, me abordaram e fizeram eu voltar, me levaram pra uma barraca no meio do mato e lá me ameaçaram bastante, falaram que se eu voltasse a andar ali, a lei deles era pra matar, eu não voltei mais a andar ali. Aquele era o caminho que eu ia direto pra lá. Hoje o caminho se acabou. Eu passei a andar só no inverno pelo rio, no verão não tinha acesso. Tinha cinco pistoleiros correndo picada ai direto, não tinha como andar. Às vezes eu ia à noite. Todos eles andavam armados. Hoje nós temos um caminho, só que não é um caminho permanente, só é um caminho no verão, que é beirando o rio. Quando chega o inverno, se for para dizer assim, hoje eu vou sair de lá da minha colocação por terra, eu não saio por que está tudo alagado. Eu só saio se for por água. Tem um caminho que vai dar direto na BR (364), só que eles não deixam a gente passar por lá. Por lá a gente não passa por que eles não deixam. É difícil a situação aqui pra gente. A gente vive porque não tem pra onde ir, tem que viver assim mesmo, humilhado (Marcos - seringueiro- entrevista realizada em 2014).

Ao continuar comentando sobre as ameaças, relata que tem muitos fatos de seringueiros ameaçados por fazendeiros, segundo ele, quase todos foram ameaçados, o que os fizeram abandonar a colocação

Teve uns que saíram assim, o fazendeiro chamou ele pra trabalhar pra ele, depois voltava pra colocação. Depois de um mês dois meses de serviço, o próprio fazendeiro dizia que ele não tinha mais lugar não, se ele quisesse emprego na fazenda ficasse, se não poderia ir embora; aí já mandava o fiscal ir lá e botar fogo na casa do seringueiro. E essas casas dos seringueiros ai dentro, eles queimaram tudo. Tem o (...), até hoje ele trabalha com fazenda, vive só de botar fogo na casa dos seringueiros. Tem o seu (...) lá em cima que é vizinho do Luis; tinha a casinha dele lá, o fazendeiro foi e mandou ele sair, ele foi e saiu, sem direito a nada. Não negociou, nem nada só disse que a terra era dele, que ele tinha que sair, ele foi e saiu. O fazendeiro chega, “pede” pra sair, tem que sair. Tem casos de muitos seringueiros que eles já botaram fogo na casa, como foi a situação do José. (Marcos- 2014).

Ao relatar os problemas enfrentados com relação à terra, Romeu reportou que, após anos que estava morando na terra, nas proximidades da casa onde estávamos hospedados, o INCRA/AC, aproximadamente treze anos atrás, passou fazendo a demarcação da área, devido a passagem da BR 364. Nesta ocasião, a

terra onde Romeu morava não foi demarcada e, depois de um tempo, o fazendeiro, segundo ele, que fazia divisa com o seu terreno, disse-lhe que sua terra ficou dentro da fazenda e que deveria sair daquele lugar. Segundo ele, perdeu o que tinha plantado (abacaxi, banana, cana, mandioca). Recebeu uma “mixaria” de R\$ 1.500,00. Comentou quanto às ameaças que sofreu do fazendeiro e das denúncias feitas, mas que nada resolveu. No decorrer da gravação da entrevista, não se sentiu disposto a comentar sobre o fato em que foi abordado por capangas do fazendeiro, sendo levado à sede da fazenda, ele já havia comentado no dia em que cheguei à residência onde fiquei hospedada. Por ser mais um fato que expõe atos de violência praticados recorrentemente na região, transcrevo o relato feito por Romeu, no Termo de Declaração por ocasião da “missão sul de Lábrea-Am”, ocorrida no ano de 2010, na região

(...) no dia 18/11/2008, caminhava pelo caminho onde Nilo diz que pertence a sua fazenda, em direção à sua casa, levava um facão e um rifle, quando de longe viu vindo em sua direção montado em um burro, um dos jagunços de Nilo, conhecido por “Caboco”, armado com uma espingarda e um revólver na cintura, o qual, cerca de 20 metros de distância apontou a espingarda em sua direção e lhe determinou que parasse. Romeu argumentou que ele não era bandido e que se fosse policial que lhe prendesse e o levasse para a delegacia, mas caboco disse que não era policial, mas a ordem era lhe prender e levar para a sede da fazenda. Caboco o obrigou a caminhar a pé cerca de 25km até a sede da fazenda, enquanto ele lhe escoltava sentado no lombo do burro. Quando chegaram na sede da fazenda de Nilo, veio ao seu encontro o senhor Batista, gerente da fazenda, lhe cumprimentou porque o conhecia a muito tempo e, depois de lhe pedir que evitasse em andar por ali, mandou caboco lhe devolver o rifle e seus outros pertences e Batista mesmo foi lhe deixar nas proximidades de sua casa, então nunca mais passou por ali (Termo de Declaração, 15 de março do ano de 2010, Polícia Civil, 6ª Delegacia Regional de Lábrea-Am – Missão sul de Lábrea-AM).

Romeu, continuou a ser um peregrino em busca de estabilidade na terra. Tendo que sair do lugar onde estava, passou por vários outros, mas não conseguiu estabilidade, morando hoje num terreno cedido por um seringueiro onde possui uma casa e vive de fazer diárias. Relatou que, ao sair dessa terra, conseguiu, nas proximidades deste, outro terreno, mas que “não deu certo”. Fez financiamento para o plantio de café e pupunha (que nem chegou a nascer) o Banco passou a exigir o pagamento e ele não tendo condições de arcar com a dívida, negociou a terra com outra pessoa que assumiu a dívida; “vendeu a terra pela dívida”, afirmou. Conseguiu, posteriormente, comprar outra terra, porém, a mulher que a vendeu quis a terra de

volta e, “para não fazer besteira”, entregou a um advogado que “tomou conta do caso”. Na conversa, disse que o “maior culpado dos problemas é o INCRA”. Deseja outra terra, não importa o lugar. Quer ter o seu lugar e viver da terra. Porém, fez uma ressalva, não quer ir para os Sem Terra (refere aos assentados do PDS Gedeão), pois tem muita briga com fazendeiros, não tem assistência, nem estrada. Por isso as pessoas acabam vendendo. Segundo Romeu, “essa região é melhor de se viver. Todo serviço é bem pago. A diária é de R\$ 40,00”. Em outra ocasião, quando retornei para mais uma pesquisa, referiu que está cansado, que deseja ter um lugar seu, mas que fosse nas condições do Riozinho que tivesse fartura, peixe, caça, que pudesse extrair os produtos como castanha, açaí e pudesse fazer a terra produzir, que pudesse viver da terra.

Ao longo das entrevistas, foi possível perceber o desgaste, a descrença. A palavra “esgotei”, recorrente no relato de Valentin, expressa esse sentimento presente nos relatos. Sentido de quem se sentia angustiada, exaurido, fatigado pelo esforço que fez de permanecer no lugar que construiu ao longo dos anos e que, por não vislumbrar outra saída, acaba por decidir sair. “Esgotei, esgotei tudo, esgotei, a senhora veja que eu esgotei, daí você vai, vai, vai, vai esgotando, Esgota de esperar, esgota de esperar e vai esgotando até que chega um ponto que você abre fora” (Valetin - 2014).

Existem situações, inclusive para quem se pensa conhecedor, que é muito difícil suportar é quando se pensa e/ou quando se depara com um agricultor, ou extrativista, ou um assentado que decidiu “vender a terra”. Porém, é necessário ir além do que se estabelece como um parâmetro. O que se observa, através das narrativas dos seringueiros que “vender” a terra, negociá-la, e aqui, nunca pelo valor real da terra, pode ser a única alternativa que lhe resta para preservar, garantir a própria vida e não sair “perdendo” de todo o que foi possível construir. Contudo, quando um seringueiro chega a essa decisão e/ou imposição, não o faz sem sofrimento ou de forma inconsequente: “Ai eu analisei, senhora, a gente fica pensando sozinho, de noite a gente começa a pensar e eu falei, aqui só dá pra fazendeiro ai eu procurei a venda”. Mas, se chegar a “vender”, é porque se esgotaram outras possibilidades, inclusive da espera pelo Órgão governamental, de quem se mantinha certa esperança de “resolver a situação”: “Eles disseram que não tinham a previsão de cortar, então eu disse, vou caçar a venda, encontrei um que comprava e não comprava, então dei de graça esse aí”. Ressalta-se porém, que a

negociação não ocorre só por parte do seringueiro, senão também entre fazendeiros.

Mas, desistir, negociar, abandonar, vender, sair assume uma outra dimensão no sentido de assegurar a própria existência e evitar, através do que se sente capaz de executar, que seja ele a própria vítima e/ou fazer uma vítima e consequentemente, responder por esse ato. Afirmava Valentin, diante das tentativas de permanecer e continuar sendo ameaçado, bem como diante da obstrução de seu caminho

(...) ai comecei a pensar, comecei a desistir, eu disse: aqui não dá pra mim não, eu vou sair fora. Mas, eu fui obrigado a sair fora. Eu sai dali pra não ser vítima. Então vou ficar tranquilo, vou vender por qualquer preço e ver outro lugar, não só do pão e só da carne que o homem vive, né? Então vendi meu lugar, eu tenho muito dó daquele lugar. Porque era bom da gente viver. Eu digo não, vou sair. Eu não agüentei. Eu sei onde é que estou e conheço a minha natureza e eu saindo, compro...e eu saio compro outro lugarzinho, vou viver tranquilo...Então, eu sai dali pra não acontecer. Eu imaginava, quando eu botava a cabeça no lugar, bom de matar uns dois aqui (...), vou perder tudo o que eu tenho, eu tenho que sair fora. Eu não tenho quem venha cuidar das coisas pra mim aqui, quem venha vender, quem venha fazer isso, não tenho quem venha. Uns saíram com 15 anos, outros tem 4 anos, 5, outros tem 6 anos, nessa medida. E sendo perturbado, ameaçado, pistolagem. Então, quer dizer que com 19 anos, tira quatro; quinze anos lutando. E luta enjoa (Valentin, 2014).

Valentin, natural da Ponta do Abunã, Rondônia, nos seus 60 anos, morava com a família às margens do rio Abunã, onde desenvolviam atividade da borracha. Sua família, natural de Mato Grosso ali se estabeleceu. Com o tempo, a região foi perdendo sua principal característica: o de ser um seringal e se transformando em região de pastagem. Mas, Valentin, aprendeu cortar seringa e gostava do que fazia, como referia “cada pessoa tem sua vocação e a minha é cortar seringa”. Assim, passa a buscar um outro lugar na região em que pudesse continuar a atividade que aprendera, chegando no seringal São João às margens do Riozinho. Conseguiu comprar 600ha de um outro seringueiro; uma terra farta, tinha o que procurava: seringueiras e podia, além disso, plantar e criar. Viveu por dezenove anos neste lugar, porém, recorda que passados cinco anos em que passou a viver na terra, começaram os problemas com o senhor conhecido por Gadelha e Aparecido Albergoni que começaram a construir cerca na passagem. Eles colocavam e ele quebrava e assim sucessivamente, por um longo período. Essa forma de restrição e

impedimento, foram intensificados, segundo ele, no ano de 2008, onde, juntamente com outros seringueiros que sofriam o mesmo problema, procuraram a Central Única dos Trabalhadores do Acre (CUT/AC) para denunciar.

Outros relatos vão dando a dimensão do que significa tentar, persistir viver nesta região. O relato da família de Evandro e sua esposa Mara, da colocação Terra Nova, visibiliza também a estratégia utilizada pelo fazendeiro. Esta família vem enfrentando a ação de fazendeiros que já fizeram um “pique” (caminho demarcatório) dentro de suas terras, estabelecendo um limite em que a “fonte de produção”, como referem: seringueiras, castanheiras e açai, ficaram dentro dos limites determinados pelo fazendeiro e para “selar” essa forma de delimitação, o fazendeiro deixou nas mãos de Evandro uma cópia do título definitivo da área demarcada, onde é declarado o limite de suas terras sendo 100ha, ficando o restante para o fazendeiro. No título, foi colocado que Evandro comprou os 100 ha por R\$ 10.000,00 (dez mil reais) e a transação de repasse das mesmas ao seringueiro, ou seja, o que era a décadas de pertencimento do seringueiro, ele a recebe, com área bem restrita, das mãos do fazendeiro. Nota-se que as transações de documentos, como compra e venda, são realizadas nos Cartório de Rio Branco (Acre) e depois reportadas a Lábrea (AM) para serem transcritas no cartório do referido município. Evandro, passa a relatar como aconteceu essa forma de apropriação de seu território

já chegaram assim, negociando, já queriam tirar a madeira, mas não precisava o seringueiro sair, pois só queriam a madeira, não queriam a seringa, não queriam a castanha; só que era uma espécie de armadilha, que depois que eles tiravam a madeira, aí davam um jeito do seringueiro ir embora e a terra ficava livre. Depois que tiravam a madeira, passavam pro fazendeiro. Que nem o caso do São Domingos foi assim. O madeireiro nunca assumia como fazendeiro e o fazendeiro nunca assumia como madeireiro. Ai os dois conjuntos foram tirando, tirando, os seringueiros, daí acabou-se (Evandro, 2014).

Segundo Evandro, essa fazenda começou nos anos de 1992, 1993, sendo formada através da negociação entre Dr. Osvaldo, pai de Davi, com os seringueiros que foram vendendo todas as colocações que ficam em seus limites. Em seu relato aparecem negociações realizadas que vão desde o pagamento com novilhas à compra de lote para seringueiros com o objetivo de estender a fazenda. Dessa forma, da compra de colocação em colocação conseguiu Construir sua fazenda. A família de Evandro continua a morar em sua colocação, mas vive sob forte pressão

para que possa também negociar sua terra. No entanto, o que aconteceu e ainda acontece, chama a atenção, pois como abordei anteriormente, Evandro tem em mãos um documento cartorial de que havia comprado 100ha de sua própria terra, sem que ele tenha a clareza do que isso significa. Interessada em conhecer como isto aconteceu e seus desdobramentos, em visita à área, encontrei Evandro falando de uma reunião que haveria na sede da fazenda de Valdomiro aproximadamente 2km da colocação, em que foi convidado e que este seria o “DIA D”, era tudo ou nada”, afirmou Evandro. Ao relatar como foi esse “dia D”, disse que estiveram presentes, o comprador e o vendedor de sua colocação. Aqui transcrevo o ocorrido nesta reunião na busca de evidenciar formas de pressão por territórios, os envolvimento e como os extrativistas enfrentam e resistem. Nota-se que o vendedor da colocação já é uma outra pessoa que havia comprado de Davi.

O Valdomiro me chamou lá e disse olha Evandro, tô te chamando aqui; eu estou vendendo a fazenda, ai nós somos vizinhos, já tô aqui passando pra esse aqui que agora vai ser seu vizinho, tô passando pra ele. Aí o Elter entrou e disse não, Evandro, eu estou comprando. Aqui estou colhendo assinatura dos vizinhos Albergoni, Ademir Gadelha, Paulo, o termo de vizinhança. Estou cercado por eles. Tem um termo que ele diz que não sei aonde existe esse termo de vizinhança. Falaram, falaram, o Elter puxou um mapa da divisão aqui, no mapa dele tá o mapa daqui. Falaram, falaram, terminaram aí eu disse, só seu Valdomiro e Elter, que esse documento aqui (refere aos 109ha), pra mim eu não considero válido, pra mim esse documento não tem validade de nada. Ai o Elter ficou calado, baixou a cabeça, ficou pensando. Ai o que estava vendendo foi que falou, mas, Evandro, porque você diz isso? Porque aonde eu fui, foi comprovado que não tem validade nenhuma esse documento. O Davi não podia nem ter feito esse documento. Como você sabe, esse pessoal tem muita conversa. O Valdomiro que esta vendendo, não Evandro, esse funcionário que falou isso pra você está enganado, claro que esse documento tem validade. Aqui eu vou fazer o geo, tirar o georeferenciamento. Já era pra ter chegado, não sei porque não chegou, mas já mandei, vai vir lá de Lábrea. Falou uma série de coisa, desde 96, não sei o que, falou um monte de coisa. Ai eu digo, bom, pra vocês, tem valor, vocês compram e vendem sem nenhum problema, agora eu tô falando pra mim que eu não considero isso aqui, esse documento válido. Eu não considero. O meu direito não é só 110 ha. E quanto é o teu direito? O meu direito varia de 400 a 600ha. Se tão me dando esse direito eu vou correr atrás. Se eu tenho direito, eu vou correr atrás do meu direito. Ficaram calados, não falaram nada. Aí o que tá comprando falou pra mim: Evandro, é o seguinte, se o teu documento não tem valor, o meu também não tem e se não tem valor eu vou atrás, eu vou pra Manaus, eu vou no Incra, que eu tô gastando uma fortuna com essa documentação e se não tiver valor? O Valdomiro foi e falou pra mim, quando ia saindo, Evandro, você vai lá no Incra em Rio Branco, o Elter também

confirmou; se informe direitinho, porque esse funcionário lhe informou errado. Você vai lá...eu disse, não, isso ai quem pode ir atrás é você, não é eu não. Não você vá, você indo você mesmo é melhor. Você chega no Incra, chega lá você procura o Borges, o Borges é funcionário antigo, ta perto de aposentar, você conversa com ele, ele vai lá na internet, isso ai logo ele resolve pra você. Quando eu ia saindo, ele perguntou; e aí você vai? Eu disse, quem paga minha passagem ida e volta, e almoço e janta? Aí ficaram jogando pra um e outro. Aí o Elter, não se você ir, você liga pra mim que eu vou lhe buscar na rodoviária e levo onde for, você evita de estar gastando. Só que eu não vou. Eu vou, só por outro lado, mas mandado por eles, eu não vou. O Elter está começando, só que o Valdomiro é pecuarista muitos e muitos anos no Acre, ele tem muita influência no Incra, ele conhece todo mundo. O Elter trabalha em Rio Branco, mas é mineiro. Em nenhum momento vocês ouviram falar que eu negociei parte da minha posse. Agora tá a briga deles que quer porque quer que eu só fique com 109ha e no meu documento da minha DAP e naquele do CAR é 400ha. Se eu tenho direito vou atrás. Foram embora, nem o termo de vizinhança eu assinei. Tava errada até o nome da colocação. Todo o vizinho disse que vai assinar. Até um crédito que a gente vai fazer no banco exigem esse termo de vizinhança. Se não assina, já sabe que não é um bom vizinho. Essa fazenda foi formada assim, comprando de seringueiro de um e de outro. No meu caso se eu quisesse vender eles compravam. E foi da década de 90 pra cá. Houve muitos seringueiros que foram pressionados a sair, a vender, mas muitos deles, venderam porque quiseram mesmo, queriam pegar dinheiro (...).

Seguem os relatos como foram construindo as cercas, inclusive com a colaboração de Evandro, porém, não pensava que iam fazer essa negociação em que ele mesmo acabou por aceitar, tratava-se dos 109 ha para exploração de madeira, Evandro diz “sei lá, ele me conversou, que ia ficar bom , que nós ia vender a madeira, mas não era isso” e completa “eu não vendi posse minha pra fazendeiro, nunca negocieei vou vender isso aqui, isso aqui. Mas, ai ele me convenceu a fazer esse documento, não, mais você fica com a castanha, borracha, seringa”. Destaca que essa negociação foi feita com Davi e não com Valdomiro que está agora fazendo a negociação. Mas, Evandro faz questão de recordar que o IPAAM, “pegou ponto e tudo e mandou o documento de 400ha” pra ele e argumenta “se essa for uma terra documentada como eles dizem, como é que eles vão tirar documentos em cima de uma terra documentada?” E conclui, “o Davi fez esse documento, ele nunca foi nem em Lábrea, ele fazia aqui no Cartório em Rio Branco e remetia pra lá. O seu Valdomiro comprou, pegou o documento, nunca foi em Manaus, nunca foi em Lábrea. Esse que tá comprando hoje e quer fazer tudo certo, disse que vai. Se for que nem a informação que eu tenho, não vai ser como ele pensa. Para vender, o

Valdomiro apresenta a escritura que o Davi passou pra ele. A área dele é de 2.200ha, juntando os seus 300ha e o Incra não considera esse documento válido. E o Elter disse que vai a Manaus, vai batalhar e quer o documento todo legalizado”.

Como podemos observar, para além dos componentes presentes nesta interlocução/negociação em que aparecem vendedores, compradores, cartórios, Incra (com duas visões diferenciadas), IPAAM citados, Evandro aparece sozinho tentando valer o que compreende como seu direito. Muitas andanças tem realizado na busca de regularizar sua situação para não ter que deixar seu lugar e ter de volta a parte que lhe foi tomada. Aparece, com certa tranquilidade, comentando desta reunião e dizendo que não vai perder e que tem direitos. No ano de 2014 encontrei com Evandro na sede do INCRA, levando o “espelho” do cadastro do Terra Legal e, embora percorresse diversas salas, nada foi encontrado a seu respeito, de forma que ficou na eserança que o INCRA se deslocasse à área fazer novo levantamento e um possível destacamento da área, caso fosse da União. Evandro passou todas as informações práticas para o deslocamento da equipe do Incra ao Ouvidor e técnico do órgão, Sr. José Brito. Ressalta-se que essa visita técnica foi uma decisão feita no decorrer da reunião da Ouvidoria Agrária Nacional, em Manaus, no ano de 2014, que não aconteceu apesar das insistências e, acima de tudo do nível de conflito existente na região.

Ao tomar conhecimento da história de Luis, dos conflitos que estava enfrentando, as ameaças de morte e expulsão da colocação Bissolota, levei um tempo para compreender os meandros de sua história e só foi possível porque com o deslocamento que fiz para Nova Califórnia, houve tempo para ouvir, por diversas vezes e em diferentes momentos sua história de dor, sofrimento, indignação, revolta e os motivos pelos quais fez “negócio” com a terra. Nos diferentes momentos, contando e recontando sua indignação pude compreender o processo que o levou a tomar tal decisão, ou melhor, não tinha outra escolha, a não ser assegurar o que permitia-lhe permanecer na colocação, o que, segundo ele sabia fazer: “cortar seringa, quebrar castanha, colher açaí”. Contudo, era visível o cansaço físico e emocional que o “abatia”; em seu rosto e nas expressões as marcas do tempo, da fragilidade emocional e indignação com sua “nova” condição de vida e trabalho impostos pela expulsão de sua colocação. Estava trabalhando como diarista em uma fazenda nas proximidades de Nova Califórnia RO), recebendo R\$ 40,00 a diária. Segundo Luis, o que recebia e “quando recebia, o que era difícil”, “não dava nem

para comprar a comida, pois só uma refeição, em Nova Califórnia, não pagava menos do que R\$ 10,00” e como afirmava, “a gente não vive apenas de uma refeição ao dia”, e “como ficam as outras coisas que a gente precisa?”.

À primeira vista, Luis, não teria do que reclamar, pois havia “vendido” sua terra, e essa forma de compreensão possuía certo consenso entre moradores de Nova Califórnia, ao mesmo tempo em que acabava por gerar debates em torno de sua situação e de quem o via correndo atrás do direito de poder retornar à colocação. Numa das vezes em que retornei para o campo, em Nova Califórnia, uma pessoa do lugar onde me hospedava, falou-me: “sabe o seu Luis, ele vem sempre aqui saber notícias. Acho que você deveria conhecer melhor o que ele fez. Soube que ele já vendeu a terra e agora quer de volta. Você sabe disso?” Respondi positivamente, inclusive sabia também que ele possuía o contrato que estabelecia outros direitos para ele, e se fôssemos levar em conta apenas o contrato, sem discutir a terra em si, já havia um grande problema, pois além de não haver o cumprimento do contrato, ao contrário, enviaram capangas para matá-lo (...). Após essa conversa, ela falou: foi assim (...)? Percebi, no entanto que não houve muito convencimento, afinal o “papel assinado” acabava por produzir o efeito de veracidade que não permitia questionamentos, como efeito de magia social que produz a desautorização e ilegitimidade da demanda de Luis pela terra perante o mundo social que o cerca.

Como abordado anteriormente, nascido na colocação União, na região do Riozinho, Luis, (59 anos), com 5 anos de idade passaram a morar na colocação denominada Bissolota. Ao casar, Luis passou a morar entre as colocações Bissolota e Paulino, sendo a colocação Bissolota sua referencia por ser o espaço de vida ali construído.

No ano de 2004, passa a narrar, o senhor conhecido como Carlos Roberto Passos construiu uma casa dentro da colocação Bissolota. Certa vez, dirigiu-se até Luis e anunciou que teria comprado aquelas terras e que, a partir daquele momento ele tomaria conta de tudo. Luis argumentou que não tinha para onde ir e que vivia de “cortar seringa, quebrar castanha e colher açaí”. Perguntou-lhe do que ia viver se essa era a “única coisa que sabia fazer e que fez a vida toda”. O suposto proprietário fez então negócio com ele, deixaria ele permanecer na colocação “por tempo indeterminado e lhe daria R\$ 6.000,00 reais, sendo que 3.000,00 em dinheiro e 3.000,00 em madeira para construir uma casa em Nova Califórnia e que, se um dia

viesse a precisar da terra, ele avisaria e lhe daria 100 hectares de terra em outro lugar para continuar sua vida. Com a “proposta de Roberto Passos, Luis foi buscar informações com Atanazio Schneider, pessoa conhecida como o proprietário daquelas terras e para quem Roberto Passos trabalhava, a fim de entender o que estava acontecendo. Encontrando-se com Atanázio, que estava de passagem por Extrema (RO), uma vez que é natural do Rio Grande do Sul, Luis falou da “proposta” de Roberto Passos, então, Atanazio orientou-o a receber a “mixaria” oferecida por Roberto, afirmando que ele e Roberto estavam com uma questão na justiça e que ele iria ganhar e, quando isso acontecesse, iria indenizá-lo pelo preço justo. Como para Luis, quem detinha o “poder” sobre o território era Atanasio, mas ao mesmo tempo devido Roberto já ter construído uma casa em sua terra, decidiu fazer o negócio com Roberto, desde que pudesse permanecer na colocação exercendo sua atividade costumeira: “cortar seringa, quebrar castanha, colher açai”, o que foi prontamente aceito por Roberto.

Para firmar o compromisso, Luis e Roberto, se encontraram em uma serraria de Nova California (RO), assinaram o contrato de compra e venda dos 700 hectares de terra da colocação Bissolota, onde Luis vivera desde os cinco anos de idade. O contrato foi assinado. Luis, no entanto, por não possuir nenhum conhecimento formal da escrita, não tomou conhecimento, portanto do que estava assinando, pois, no contrato não constava o repasse dos cem hectares de terra, caso o suposto proprietário viesse “precisar da colocação”, como acertado verbalmente.

Após a assinatura do contrato, Roberto Passos sofreu um atentado, cujo suposto mandante, segundo reportagem, teria sido Atanásio Schneider, para quem Roberto trabalhava. Passaram-se dez anos e Roberto Passos nunca mais apareceu, de forma que Luis seguia trabalhando e vivendo do que sabia fazer “cortar seringa, quebrar castanha, colher açai”. Em 2009/2010, uma equipe do Terra Legal passou na região, fazendo os cadastros para o pedido de regularização fundiária. Assim, Luis preencheu o cadastro, recebendo o espelho. O suposto proprietário havia desaparecido, mesmo porque, para ele, no contrato constava que receberia os 100ha para continuar vivendo noutro local. Estava tranquilo. Contudo, para sua surpresa, o ano de 2012 e os anos que se seguiram passaram a constituir tempos de pesadelo para Luis, como relata.

Era o mês de fevereiro do ano de 2012. Luis e mais 5 pessoas conhecidas e familiares estavam em casa, na colocação Bissolota, quando dois homens

desconhecidos armados de espingarda, bem como carregavam uma garrafa de aguardente, chegaram na casa perguntando quem era o Luis. Como encontravam-se com as armas na mão, ninguém respondeu, então, voltaram a perguntar por mais duas vezes e, quando baixaram as armas, Luis respondeu, sou eu. Eles então perguntaram: “é você o invasor de terra?”. Luis respondeu que não, pois ali havia nascido e se criado. Reportaram que estavam à sua procura a mando de Roberto Passos. Luis perguntou porque Roberto Passos não foi até lá. Responderam que estavam ali para dar um recado: “se não deixasse a colocação, a polícia federal viria tirar-lhe da área”. Luis respondeu que aguardaria a polícia federal, pois se esta viesse, ele teria alguma explicação e, caso fosse necessário, ele iria deixar a terra. Que o Roberto Passos fosse a California, pois sabia onde encontrá-lo, que gostaria de falar com Roberto Passos e ouvir dele essa determinação. Eles se retiraram do local e distante, aproximadamente 300 metros, dispararam um tiro para cima.

Com essa ameaça, todos que se encontravam na colocação foram embora, deixando para outro momento o trabalho de extrativismo, para o qual estavam reunidos naquele momento. Luis se dirigiu até o Distrito de Extrema (RO) e fez um boletim de ocorrência. Inconformado, continuou voltando para a colocação, até que, em outubro de 2013, ao se dirigir para a colocação, acompanhado do sr Manoel, que também enfrenta dificuldades com Roberto Passos por conta de terra, ao adentrarem no ramal da Torre, caminho de acesso à colocação, encontraram os dois homens que teriam levado, anteriormente, o recado de Roberto Passos, impediram-nos de continuarem o percurso, sob pena de “não saírem vivos de lá”. Uma porteira foi erguida no meio do ramal que dá acesso a Colocação Bissolota e demais colocações, entrando somente “pessoas autorizadas” por Roberto Passos. Os dois voltaram e Luis só pode retornar, para verificar a Colocação através do Riozinho, que dá acesso no período de cheia. No decorrer dos anos de 2012 a 2015, Luis têm convivido com ameaças, com a destruição de seus pertences, materiais de trabalho que havia deixado na casa, animais como galinhas, porcos, quatro cavalos que serviam de transporte para a colocação, sendo estes levados e abandonados no ramal Mendes Junior, encontrados, já fazendo parte de outra fazenda, que segundo ele iria buscá-los quando encontrasse um local para colocá-los. Com o impedimento de acessar a colocação, Luis passou a viver em Nova Califórnia trabalhando como diarista nas fazendas próximas e, no tempo da colheita da castanha, trabalhando sob o regime de percentagem da produção.

Desde o mês de maio de 2015, permanece em Manaus. Tentou viajar à sede de Lábrea para falar com a defensoria do município e, após viajar de Nova Califórnia a Porto Velho e deste à Humaitá e permanecer por dois dias em busca de transporte para Lábrea, não encontrando, veio à Manaus a fim de que suas denúncias pudessem ser encaminhadas através da defensoria geral do Estado. Após três dias, aproximadamente, que chegaram em Manaus, recebeu de seu irmão, que estava em Nova Califórnia, a mensagem que não mais retornasse à sua casa, pois a conversa que corria é que haviam pago a um pistoleiro, R\$ 40.000,00 para matá-lo, o que tem deixado numa situação mais vulnerável ainda. As ameaças seguiram recebeu mais uma notícia, a partir de Nova Califórnia: que dois homens estiveram em sua residência, perguntando onde se encontrava. A pessoa de sua família, não soube dar maiores informações de quem seria e o que queriam. Porém, novos boatos passaram a ser notícia em Nova Califórnia, que o encontrariam de qualquer maneira, no lugar onde estivesse e, quando o encontrasse, a ordem era para matá-lo. Que já haviam pago R\$ 20.000,00 para fazerem o serviço. O motivo apresentado era a fiscalização do Ibama na região que apreendeu e teria queimado tratores na localidade. A culpa teria recaído sobre Luis que estaria fazendo essa denuncia. Luis e sua esposa estão vivendo em casa de parentes, mas diz que é só encaminhar as coisas por aqui que ele retornará. Nos últimos tempos tem recebido notícias de que, por duas vezes, em Nova Califórnia, dois homens, em um carro têm estado em sua casa para saber notícias de seu retorno, o que os deixam mais apreensivos ainda em retornar.

Entender esse processo de negociação feita por Luis em relação à terra e que, de alguma forma estava prejudicando encaminhamentos, me leva a pensar no sentido que a terra o território tem para quem vive desse e nesse espaço. Luis não é uma pessoa ingênua, tem o conhecimento do valor que constitui o dinheiro. Sua produção com borracha, castanha, açaí lhe rendiam, anualmente bons lucros. Comentava que certa vez, só em uma única safra de borracha fez R\$ 20.000,00, fora o que ele conseguiu com a castanha e o açaí. Enquanto sua esposa separava a documentação de Luis, para entrada na aposentadoria, haviam recibos da venda produção extrativista. Nos anos de 2012 e 2013, nos meses de abril a junho, somente com o açaí, Luis conseguiu coletar 11.860 kg, negociando pelo valor de R\$ 1,20 a 1,30 o kilo, resultando o valor de R\$ 12.750,60.

O que levava Luis a fazer um acordo de três ou seis mil por 700 hectares de terra? Essa pergunta me perseguia. Longas conversas com Luis e sua esposa no decorrer de minha estadia em Nova Califórnia, me levava a abordar a situação.

Pensava, de um lado, ele não tinha outra alternativa, pois em sua concepção, a terra não era dele, pois não possuía um documento que o assegurasse e agora aparecia uma pessoa que comprou, não se sentia no direito de nada exigir, senão o de assegurar que poderia continuar trabalhando e do extrativismo tirar seu sustento. Passei a especular, junto com sua esposa também. Cheguei a conclusão que, para Luis os 700ha de terra, não tinha o valor absoluto da terra; a terra era mais do que a terra; o valor estava na capacidade que a natureza oferecia e que poderia trazer-lhe bons rendimentos. Portanto, se no acordo feito, estava assegurando a colheita do açaí, a quebra da castanha e o corte da seringa, então, o contrato era apenas a expressão do que desejava e a única coisa que buscou assegurar no contrato, o que significa manutenção de um modo de vida que implica conhecimento, uso e existência tradicional.

Essa forma de refletir encontra correlato na descrição de João Pacheco de Oliveira (1979;131-132) quando destaca que o valor do seringal não reside na quantidade de terras que se possui, mas na capacidade produtiva de borracha associada à terra; não se relaciona com a extensão de suas terras, mas com o número de madeiras, seringueiras aptas à extração que se possui. Citando Ferreira Reis (1953;86), destaca que o valor de um seringal está vinculado às árvores que oferece ao corte. A extensão do seringal passa a ter uma importância menor, se considerado ao número de seringueiras e estradas que oferecem para a exploração da seringa. Essa concepção perpassa as palavras de Luis, “eu não quero terra, eu quero é poder trabalhar e poder retirar minha seringa, açaí e castanha. O que eu vou fazer com a terra?”. No entanto essa perspectiva se apresenta muito modificada naquela região em função das novas formas de uso produtivo da terra.

A “revolta” de Luis não está no fato de ter feito o negócio, mas na “covardia” de Roberto Passos ter mandado matá-lo. Seu desejo é poder estar “frente a frente com ele, perante o juiz, para ver se ele tinha a coragem de mandar matá-lo”. Três boletins de ocorrência foram feitos em Extrema (RO), relatando as ameaças, o impedimento ao retorno para a colocação, a expulsão, mas, nenhum fora levado adiante, foram engavetados. Somente após tentativas de falar com o Delegado de Extrema, através de ligação telefônica no ano de 2014, o delegado disse ter

encaminhado para a Unidade Integrada de Segurança Pública - UNISP, em Porto Velho, para depois ser encaminhado ao município de Lábrea.

No ano de 2015, fora da colocação, Luis e sua esposa, após contato da pesquisadora com a defensora pública de Lábrea, tentou ir à Lábrea a fim de que pudesse dar entrada em um possível processo judicial. Com o recurso econômico adquirido na venda da castanha no período de janeiro a março (2015), decidiram seguir para a sede do município de Lábrea, a 800km, do local onde residem. Fizeram o trajeto de ônibus de Nova Califórnia a Porto Velho e deste a Humaitá (Am). Chegando a Humaitá, não conseguiram transporte para seguir para Lábrea. Não existem barcos e nem avião para o trajeto e de transporte terrestre, a única estrada é a BR 230, transamazônica, que no período de chuvas torna-se intransitável. Devido a essa realidade, viajaram até Manaus no intuito de buscarem encaminhamentos permanecendo, já por seis meses na capital do Estado devido às ameaças que tem recebido, como expressas anteriormente.

Diante dos fatos abordados vamos compreendendo as formas que os seringueiros vão sendo pressionados a abandonarem à região. Uma ata do ICMBIO, datada de fevereiro de 2012, sobre a Flona Iquiri vem também salientar aspecto do que constitui esses impedimentos. Dessa forma, uma reunião, na sede administrativa da colônia de pescadores de Rio Branco, cujo objetivo era tratar da coleta de castanha dentro da Flona Iquiri, informou-se aos coletores que “poderiam explorar a castanha, ficando proibido fixar residência no local. No final da coleta deveriam desmontar o acampamento construído na beira do rio Iquiri. Nesta reunião foram apresentadas situações de conflitos que vão da cobrança de renda para passarem no igarapé Preto, retirada de castanha de áreas de seringueiros que as exploram há muitos anos, à entrada de “Sem Terras” para também coletarem a castanha. Segundo o servidor do ICMBIO, essa reunião foi a forma encontrada para que pudesse normatizar a coleta de castanha dentro da Flona pelas pessoas que já exerciam esse tipo de atividade antes da criação da Flona. Contudo, os conflitos já apontados na referida área, ganharam maior intensidade como já abordamos no início deste capítulo quando nos referimos à trajetória de Alan. No ano de 2015 este não pode fazer a coleta devido as ameaças do senhor Ed Lopes que se apresenta como o proprietário das terras dentro da Flona, impedindo-o de exercer uma atividade que realiza desde os doze anos de idade.

Nesta região marcada pela violência seja física e simbólica (Bourdieu, 2012), vamos encontrando nos mais diferentes relatos sobre as distintas formas de exercício de violência, que frequentemente tem como desfecho fatal os assassinatos sejam de lideranças e de trabalhadores. Na região pesquisada, situada como sul do município de Lábrea (AM), segundo dados fornecidos pela CPT para o período de 2006 a 2011, registraram-se seis assassinatos: Gedeão da Silva, conhecido na região como líder dos “Sem Terra”, assassinado no ano de 2006. Aos 59 anos, Gedeão era a referência do acampamento Nova Esperança que fora levantado em terras que se entendiam ser da União. Sua postura acabou por desafiar e/ou “afrontar” quem se sentia proprietário daquele espaço. Na madrugada do dia 27 de fevereiro do ano de 2006, ao participar da comemoração de um aniversário, no ramal Mendes Junior, no momento de ir embora, por volta das 03:30h da manhã, fora atingido por um disparo mortal, como verificamos no depoimento, bem como o motivo do assassinato

(...) por volta das 03:30hs da madrugada, encontravam-se em frente da residência do sr...., juntamente com a vítima conhecido como Gedeão. Que o pneu da bicicleta da vítima estava furado, razão pela qual a vítima estava parada no local. Que nesse momento chegou no local o nacional conhecido como “Zé” ou “Zé do Boné”. Que Zé se dirigiu para o senhor Gedeão com a seguinte pergunta: “Você é que é o puxa saco dos sem terra, né?”. Que em seguida Zé chutou a vítima na altura dos peitos da mesma, tendo a vítima caído no chão. Que o declarante puxou o acusado e disse: “Zé, o que é isso?”, tendo o acusado bruscamente corrido em direção de uma árvore (mangueira), retornando novamente e “focado” com uma lanterna, em seguida efetuado um disparo com arma de fogo contra a vítima. Que, o tiro feito por Zé pegou aproximadamente na parte do peito da vítima, a qual caiu no chão e faleceu instantaneamente; Que, a arma utilizada foi uma espingarda, o qual o declarante conheceu como sendo a mesma calibre “20”, de propriedade da fazenda Santa Terezinha, da qual é dono o senhor “Zé Ortiz”; que logo em seguida o acusado saiu do local correndo em direção da mencionada fazenda; Que, após o dia do homicídio, o declarante não viu mais o acusado; que não sabe informar onde estava o acusado, pois o mesmo não é desta região (...); estava a 10 meses trabalhando na fazenda Santa Rita e dizia ser da região conhecida como rio Envira, Lábrea (...); Que, nunca presenciou ou ouviu falar que o acusado teria qualquer desentendimento com a vítima; que a vítima era líder do movimento dos sem terra (...); Que, nesta região, que é conhecida como sul de Lábrea, sempre há ocorrência de pistolagem; Que, nesta localidade não há posto policial, nem tampouco hospital ou IML; que o local mais próximo é conhecido como Nova Califórnia, no Estado de Rondônia (...). (Depoimento realizado no Ramal Mendes Junior em 05.03.2006, tomado pelo Capitão PM Claudenir dos

Santos Barbosa, Chefe de Polícia da 6ª Delegacia Regional de Polícia Civil – DRPC- Lábrea).

Segundo relatório da Delegacia de Polícia Civil de Lábrea, datado de 26 de maio de 2006 e ofício 120/2006/6ª DRPC, foi encaminhado à Juíza Dra. Kathleen dos Santos Gomes, juíza de direito da Comarca de Lábrea, à época, os autos do Inquérito Policial de nº 014/2006, onde figuraram como indiciados José Francisco de Almeida, conhecido como “Zé do Boné”, Paulo José Vieira Soares, conhecido como “Paulinho” e Ortiz com pedido de prisão preventiva.

Sabe-se, no entanto que as prisões não foram efetuadas, de forma que continuam impunes, e a impunidade acaba alimentando e possibilitando a intensificação de conflitos e, conseqüentemente mais assassinatos como se seguiram nos anos posteriores em que foi vítima, sr. Francisco da Silva (2008), presidente de uma associação comunitária na gleba João Bento. Antes de seu assassinato, aproximadamente um mês, esteve na sede da CPT onde passou cerca de um mês. Denunciou e comentou sobre as ameaças; andava com uma pasta embaixo do braço andando por vários órgãos públicos como o Incra. Quando foi embora, chegamos a pedir que esperasse mais um pouco, desse um tempo maior, porém, considerou que estava na hora de retornar, pouco depois fomos informadas de seu assassinato. Seu Francisco tinha apenas um sonho: viver com tranquilidade em sua terra com as condições necessárias.

Na sequência, vieram os assassinatos de seu Gêneses da Silva (2009), Adelino Ramos (2011), que acabou por desencadear uma série de iniciativas momentâneas, por ser este líder do movimento Corumbiara, como citaremos posteriormente; Dinhana Nink (2012), indígena João kaxarari, Raimundo Chalub (2013). Com rara exceção, como o assassinato de Adelino Ramos, não se teve nenhuma repercussão. Quase todos ficaram invisíveis, não houve repercussão para além da região, apenas engrossaram as estatísticas de morte por conflito no campo na Amazônia.

No ano de 2015, uma nova notícia envolvendo o confronto entre trabalhadores e suposto proprietário e seus capangas no projeto de assentamento denominado PAF (Projeto de Assentamento Florestal Curuquetê), localizado no sul do município de Lábrea, o mesmo espaço de moradia de Adelino Ramos. A informação recebida, através do boletim de ocorrência dava conta do grau de violência e do conflito acirrado entre as duas partes como é apresentado

(...) por volta das 17h30m, 11 de setembro de 2015, compareceram nesta delegacia de Extrema(RO), os produtores ruais (...) os quais relataram um fato ocorrido nos seguintes termos. Que na data de dez de setembro de 2015, por volta das 10:30, quatro homens que trabalhavam realizando uma picada (caminho), desapareceram; que na data de hoje (11 de setembro de 2015), oito homens saíram para procurar os quatro que estavam sumidos; que ao caminharem em comboio no ramal, uns na frente e outro atrás, os que escaparam, ouviram tiros e avistaram um dos seus correndo e pedindo para que retornassem pois os outros estavam feridos. Segundo os produtores, seu...(o que escapara dos tiros), avistou cinco homens armados e, com eles estava mais Luis Machado, conhecido madeireiro da região, o qual está em litígio com os produtores, posto que este tem interesse em tirar madeira do local e estar a grilar aquelas terras. Assim, os comunicantes conseguiram fugir e procurar esta delegacia para relatar os fatos e pedir socorro. Segundo eles, tem cinco feridos no local dos fatos (...). (9ª Delegacia de Polícia Civil. Extrema - RO - Ocorrência policial nº 745-2015).

O fato só foi veiculado em um site local, devido ao pedido de pessoas conhecidas. Não houve qualquer outra repercussão, apesar dos contatos com outras fontes de informação. Na região em que aconteceu o fato, não houve outras informações. O silêncio sobre este predominou e não houve grandes desdobramentos para o fato. O que podemos inferir é que esses confrontos continuarão a acontecer. Em reunião da Ouvidoria Agrária Nacional ocorrida no dia 28 de outubro de 2015, por dois momentos esse fato foi colocado em pauta, porém, o militar que participava da reunião se ausentou, não mais retornando para responder algumas questões colocadas quanto às providências adotadas na região.

Nas palavras de Alvaro, seringal Riozinho, “aqui é arriscado, esses fazendeiros mandam matar; o Gedeão morreu, ele era o chefe deles lá dos sem terra, aí o cara veio e matou ele”, dá a dimensão do que significa viver neste espaço e buscar a segurança para a permanência no território. Ele mesmo, teve que colocar-se ora na postura de desafiar, negociar, por vezes associando-se ao fazendeiro para assegurar seu espaço.

Por volta do ano de 1995, Alvaro relata que, o suposto proprietário anunciou a venda e suas terras nos seguintes termos “Alvaro, eu vou vender o seringal, tá com quinze anos que você trabalha e não tenho dinheiro pra te pagar, mas eu lhe dando 600 hectares de terra, o senhor fica satisfeito? Dr. Niro, respondeu Alvaro, eu não pretendo sair daqui, eu aceito. Dai ele foi e deixou pro Atanásio”. Segundo relatos de Alvaro, o vendedor pediu ao Atanásio que destacasse do seringal 600 hectare de terra e deixasse documentada em seu nome como pagamento pelos 15 anos de

serviço, que ele trabalhou “reparando o seringal para não ser invadido”, o que não aconteceu.

Segue relatando que o INCRA certa vez chegou com ele e disse: “seu Alvaro, o senhor está garantido. Pelo INCRA o senhor está garantido e pro Atanásio o senhor está garantido. Se o Atanásio ganhar a questão no INCRA, o senhor tem 600 hectares de terra garantido e pelo INCRA o senhor está garantido também. Fizeram o cadastro pelo Terra Legal e me deram 600 ha. Os meus meninos fizeram, em cada um 500 hectares, na mesma colocação. Os meninos, nasceram e se criaram lá. Um já tem 50 e tantos anos, o outro tem 40 e tantos anos, são bem acostumados. Depois que o Projeto Terra Legal veio, não passou mais não, deram esses papel. A gente tem o documento. Disseram que vinham, mas não vieram não. Eles marcaram a quantia pra cada um, deram o papel pra cada um (...).

Na sequencia de seu relato, chegou a afirmar que já foi muitas vezes ameaçado para sair de sua colocação. Quando Atanasio comprou as terras, mandou o recado que iria indenizá-lo. Alvaro disse que não sairia dali e que mostraria que trabalharia pra ele. Recorda que, por conta das perseguições, seu cumpadre chegou a pedir que se retirasse daquele lugar e ele teria respondido, “você vai ver que um dia eu vou é ficar com a colocação Boca do Riozinho”. Muito tempo depois encontrou seu cumpadre, ele lembrou” “eu não disse, eu fiquei com a colocação”. Seu cumpadre ficou “admirado”.

Ao relatar a conversa de Atanasio com ele, quando comprou as terras, explicou que teria comprado a terra, mas tinha conhecimento que ele morava lá e que estaria pensando em indenizá-lo, mas, como ele gostou muito dele, estava propondo a Alvaro, cuidar do seringal e ele pagaria um salário pelo serviço. Alvaro aceitou e ficou cuidando e recebendo o salário, até que um tempo ele pensou que um salário seria muito pouco, então decidiu pedir dois salários, sendo aceita sua proposta. Contudo, após um tempo, Atanasio disse não ter mais como pagar. Alvaro, por sua vez, argumentou que continuaria na sua colocação, pois fora o acordo com o dono anterior que ficaria com os seus 600, 700 hectares. Atanasio aceitou, referindo Alvaro como um homem muito “brabo”, que ninguém quisesse se meter com ele. Relatou que um dia, por causa das terras, quiseram lhe matar, mas a arma não disparou. Por causa disso, chamaram-no de feiticeiro.

Para Alvaro, “não tem nada, nem ninguém que possa dar um de bom, que possa lhe impor medo”, relatando que anda “preparado” para tais eventos. Ele

perguntou-me sobre Luis que abandonou suas terras. Respondi que considerava que ele estava muito só. Ele prontamente respondeu, “eu também estava só, meus filhos eram pequenos e enfrentei. “hoje tenho o meu direito, o Incra veio e deixou o espelho” da dimensão de suas terras. Refere sempre que o INCRA já afirmou que “ninguém pode tomar as suas terras”; porém, lamenta que ficaram de voltar para “cortar” mas que não retornaram e finalizada dizendo, “quando o dia chegar, não é?”.

Em situações, seringueiros vão comentando

“aqui dentro, se um fazendeiro mandar matar um seringueiro, é a mesma coisa que matar um cachorro, e sem dono, um cachorro sem dono, porque se for cachorro que tenha dono, o dono ainda acha ruim; é a mesma coisa de matar um cachorro sem dono. esses fazendeiros, senhora, judeia muito das pessoas, eles judeia porque querem as terras e querem de graça e sabem se eles atropelar as pessoas desistem, eles sabem que a pessoa desiste (Valentin, seringueiro, 2014)” .

2.3.1- A dor que doi (...), também na alma

Vitória, Luis, Letícia, Cristovão e Ana trajetórias semelhantes de um passado-presente, de caminhos construídos e descaminhos vividos; relatos de encontros e desencontros; de angustia e esperança, de incertezas e um único desejo: terem suas vidas “de volta”. Em comum, o sofrimento, a dor que dói no corpo e na alma.

Em diferentes momentos do processo de acompanhamento dos agentes atingidos por situações de conflito, percebeu-se frequentemente o encaminhamento destes ao médico e a recomendação do uso de medicamentos de uso controlado voltados ao combate dos sintomas como stress, depressão, ansiedade, melancolia . Um dos agentes entrevistados e que encontrava-se vivendo sob o efeito da expulsão de seu território à época da pesquisa de campo, reportava como se sentindo “desorientado, perdido”, sem saber como continuar a vida em outro lugar que não fosse a Colocação”. Relembrava que já havia “sofrido muito”, que “ficou quase louco”, que foi até Rio Branco no “hospital dos doidos”, passando a tomar “remédio controlado”. Nesta situação, recebia vários diagnósticos, tais como como que se teria “coisa feita” (feitiçaria) para ele. Chegou a tomar banho no rio Acre. Em certa ocasião, uma senhora pediu R\$ 50,00 (cinquenta reais) para “desmanchar o trabalho”; relatava que fora a uma Igreja da qual permaneceu adepto e que esta “ajudou muito” e que se “sentia melhor”. Comentava que não estava bem de saúde, que sentia dores por todo corpo, é como, dizia ele, “se tivesse alguma coisa

comendo por dentro de meu peito”; reportava que as partes dos braços doia muito e esta dor era sentida em todo corpo.

Situação semelhante encontramos no relato de Vitória que, por diversas vezes se queixava ao referir “que parecia que a carne estava fora do corpo, que ia se soltar do corpo”. Sentia muitas dores em todo o corpo e, certa ocasião em consulta médica foi diagnosticado mialgia (dores generalizadas em todo o corpo). Neste dia da consulta o médico passou um bom tempo ouvindo sua história e interpelava-a sobre os fatos ocorridos que a deixava nesta situação. Depois de ouvir recomendou medicamentos para minimizar as dores.

Situação semelhante passou a sra. Leticia. Reportou, porém que não tomou remédio controlado porque “teve medo” pois diziam que necessitaria sempre do medicamento. É chamada por muitas pessoas de “doida”. Ana e Cristovão, chegaram a ter, ao mesmo tempo um surto psicótico, como avaliou a psiquiatra que os atendeu. Informações dão conta que não conseguiram recuperação, chegando a abandonar sua terra, passando a morar com familiares em outro Estado.

Este processo de expropriação ou desterritorialização é vivido pelos agentes sociais como um momento de extrema violência física e moral, um sofrimento social que tem efeitos sobre o corpo daqueles que são desenraizados de seu território por madeireiros, fazendeiros e representantes de instituições do Estado sendo muito comum que os agentes sociais aleguem como manifestação-limite a perda do equilíbrio emocional e o conseqüente uso de remédios controlados em virtude das situações de ansiedade que presidem a pressão para a expulsão da terra (ameaças, incêndio de casa, agressões físicas e morais, assassinatos, depredação de bens, morte de animais e a presença pistolagem).

Segundo Veena Das (1996) a violência social que é incorporada no dia-a-dia, provoca um ponto de inflexão tanto na vida daqueles que a sofreram diretamente, quanto na daqueles que são histórica e imaginariamente alcançados por ela. Das chama de eventos críticos (critical events) a estas circunstâncias provocadoras, caracterizados pela brutalidade de instituições como família, Estado ou grupos econômicos. Ao contrário de considerar a violência como um fenômeno social cujas causas são externas, indefinidas ou localizadas no sujeito, a autora busca investigar os efeitos que certos eventos críticos promovem nos discursos e nos corpos. Entre as narrativas que caracterizam este sofrimento social, esta dor derivada da tensa

disputa e desenraizamento do território, destacamos relatos que expressam até onde esta “dor” pode levar à loucura de uns, morte e deslocamento de outros.

Convidados a participar de um encontro na capital amazonense, no ano de 2011, Ana e Cristovão, moradores da região da pesquisa, casados por 18 anos chegaram dois dias antes do encontro. Ao buscá-los no aeroporto, encontravam-se um tanto sobressaltados, relatando a forma como tiveram que se deslocar de sua residência onde pegariam o avião para o trajeto Rio Branco - Manaus. Reportaram que estavam com muito medo e que tinham a impressão que alguém os seguiam e que estavam sendo vigiados. Como já os conheciam anteriormente, percebi que havia algo estranho na forma com que detalhavam a situação, ao mesmo tempo preocupada com o que estavam reportando. Pediram para ir à Igreja. No decorrer da celebração, Ana estava muito ansiosa; aproximando-se de mim, disse que não estava bem, porém queria permanecer na celebração até o seu final. Ao encerrar, fui deixá-los na casa (sede da CPT) onde ficariam hospedados até o início do encontro. Na noite em que chegaram, já com outros agentes ali hospedados, por volta das 21:00hs, recebi ligação informando que o casal havia saído e que não haviam retornado. Pedi que ficassem atentos e, caso não retornassem me avisassem.

O casal foi encontrado nas proximidades, a duas quadras distante do local onde estavam hospedados. Cumprimentei-os e ofereci levá-los de volta até à casa, visto que as ruas eram isoladas e, como não conheciam, poderia se perder ou correr riscos. Resistiram a princípio, mas acabaram aceitando. Ao chegar em frente à casa que os abrigavam, estavam resistentes a permanecer; desejavam voltar para a rua. Chamava a tenção o fato de manterem-se sempre abraçados e de apoiar, sustentar o que um ou outro falava.

Como precisava ir embora, pois já passava de zero hora, e no outro dia iniciava a reunião da CPT, resolvi apelar para que permanecessem e no outro dia eles sairiam para passear (...). Até então, não compreendia o que estava acontecendo de fato com eles. Não aceitaram de forma alguma ficar na casa e passaram a entoar uma música de forma ininterrupta, bem como carícias entre eles, evoluindo para expressões mais acentuadas relacionadas ao ato sexual. Desejavam permanecer fora da casa. Percebi, então, que não estavam bem; algo anormal estava acontecendo uma vez que eram pessoas de postura bem reservada.

Aproveitando a chegada de Marta, também coordenadora da CPT, à época, que solicitei que viesse para que tomássemos alguma decisão em relação ao que estava

acontecendo, o casal aproveitou para sair e sumiram (...). Seguimos à procura deles e, depois de muita busca, os encontramos sentados na calçada de uma drogaria. Diante do que estávamos presenciando, cogitou-se que poderiam estar vivendo um surto (situação que fora sugerido também por uma colega psicóloga para quem solicitamos alguma orientação) em razão da situação que vinham sofrendo quanto aos conflitos de terra e ameaças na região. Decidimos ligar para o serviço hospitalar, pois não sabíamos mais o que fazer para que retornassem à casa e não poderíamos deixá-los na rua. Foram levados ao hospital. Ao adentrar a ambulância, Cristóvão falava que queria que a “Força” o acompanhasse (referindo à Força Nacional que, na ocasião fazia a segurança de Vitória, liderança do sul de Lábrea, de quem o casal apoiava trabalho que realizava na região). No hospital, ao falar com a médica do plantão, relatamos de onde vinham e que estavam passando por situação conflituosa relativa a questões de terra, segurança, ameaças. A médica considerou muito estranho que um casal, pudesse, ao mesmo tempo, passar por um surto psicótico. Ao fazer a avaliação do casal, a médica confirmou o diagnóstico em relação aos dois, ressaltando que eles estavam passando por uma situação muito forte, levando-os a apresentarem esta reação de desequilíbrio. Permaneceram o resto da madrugada internados, sendo liberados pela parte da manhã. Foram medicados e encaminhados para tratamento psiquiátrico.

O casal permaneceu na sede da CPT, fazendo-se presente em momentos esporádicos do encontro para o qual teriam vindo. Após uma semana, medicados, retornaram ao sul de Lábrea. Viajaram com orientação médica e medicação para tratamento. Sob efeito da medicação, pareciam mais tranquilos, recuperados. Embora, bem mais dispostos, não chegaram a fazer maiores comentários sobre o que estava se passando com eles, porém, comentavam que tinham uma certeza: “não retornariam nunca mais para sua terra; o desejo era ir embora para o lugar de sua família em outro Estado. Chegando ao sul de Lábrea, houve uma nova crise; sem acompanhamento, não tinham com quem contar, a não ser com Vitória, a amiga que também estava em situação bem vulnerável, sob a proteção da Força Nacional e também sem condições de dar o suporte que precisariam. Mesmo assim, ao retornarem passaram a ficar na casa de Vitória e segundo a mesma, permaneciam com muito medo e não queriam retornar à sua casa. Fizeram contato com uma pessoa da família que levou-os para outro Estado, abandonando tudo o que já haviam construído ao logo dos anos.

Tempos depois ainda nos comunicamos com eles, já em outro Estado. Recebemos informações, que não conseguiram se recuperar e que foram separados pelos familiares para que pudessem receber assistência dos mesmos. À época do acontecido, quando ainda permaneciam em Manaus, chegamos a falar com Vitória, no sul de Lábrea e esta reportou que, antes de viajarem a Manaus, chegaram assustados na casa de Vitória, não querendo mais retornar para sua casa. Mas, não conseguiam expressar o que havia acontecido. A trajetória prévia do casal permite dizer que somente um brutal acontecimento ocorrido com estes, um ato de violência extrema, uma dor intensa era capaz de abatê-los, de arrancar-lhes de seu chão, tirando-os a capacidade de enfrentar a realidade.

Esta dor que dói no corpo e na alma, nos acompanhará também; dor que machuca, que nos indigna, que revolta; dor que está presente em cada agente que tem experimentado o medo, o desespero, a solidão, o desamparo, a incapacidade e limitação impostos pela ação ou inação do Estado, que através de seus órgãos, os expôs à estar à margem, na expressão de Vienna Das e Déborah Poole (2008). Os agentes sociais estão naquela realidade, sofrendo toda forma de violência, denunciam as atrocidades vividas, ficam à espera de um amparo que não vem. Arrancados brutalmente de seu chão, de sua individualidade, tiveram ferida sua dignidade; seguem, à margem, invisíveis, carregando em seus corpos a marca do terror, do abandono e da perda da terra, de seu território e da crença no que consideravam justo e verdadeiro. Conheci o casal mencionado acima no ano de 2011, quando a Equipe dos Direitos Humanos esteve visitando a região para ouvir as pessoas ameaçadas de morte, no cenário já abordado de conflito no campo. O casal, era com certeza, as pessoas mais próximas de Vitória; reconheciam seu trabalho como liderança de destaque e davam todo o suporte que ela precisava. Com a presença da Força Nacional na área para proteger Vitória que sofreu atentados e muitas ameaças, as reações foram as mais diversas, entre elas a de atingirem e rechaçarem todos que davam suporte ou eram próximos de Vitória. Nesse contexto Cristovão e Ana tornaram-se alvos por conta de seus apoio a Vitória, uma vez que o círculo se fechou de pressão pela saída da mesma do assentamento.

Esse fato foi reportado à Equipe dos Direitos Humanos da Presidência da República, que acompanhava, desde o ano de 2011, as situações de conflito, quando da visita da equipe em Manaus. Contudo, este ato criminoso passou em vão, pareceu não incomodar e/ou irrelevante para fazer parte do acompanhamento

da Secretaria, restando apenas o lamento. Permaneceu na lista dos ameaçados de conflitos da CPT, dos Direitos Humanos, como estatística sem que fosse tomada qualquer iniciativa que pudesse minimizar aquele sofrimento e/ou recebessem alguma forma de apoio e justiça. Para Vitória, pessoas que passam por esta situação, podem até continuar vivas, fisicamente, mas já estariam “mortas na alma”.

Exemplar das situações descritas, vale lembrar ainda um caso emblemático e muito presente na memória coletiva em todo Sul do Amazonas, a trajetória de Irmã Angélica Toneta. Natural do Estado de Santa Catarina, nascida em 26 de janeiro de 1947, Ir. Angélica nasceu em Iomere S/C, segunda filha entre dezesseis irmãos, ingressando na congregação religiosa das Irmãs Franciscanas do Apostolado Paroquial no ano de 1961. Por doze anos residiu em Humaitá, município do Sul do Amazonas que tornou seu lugar de missão, desenvolvendo inúmeras atividades ligadas à Pastoral da Terra, saúde, Movimentos de Mulheres Agricultoras, sindicato e na política partidária (Partido dos Trabalhadores- PT). Esteve muito voltada ao trabalho junto às comunidades ribeirinhas daquele município. No cumprimento de suas atividades, passou a se empenhar no apoio às comunidades na busca de regularização das terras dos ribeirinhos. Foi pioneira na promoção de encontros de Ribeirinhos a fim de ouvir demandas e fortalecer a organização dessas comunidades. Os contatos com a Secretaria de Patrimônio da União (SPU), levou a dar os encaminhamentos necessários para proceder à regularização fundiária das comunidades ribeirinhas. Contudo, esta decisão teve como reação a esta iniciativa, a criação de um grupo que se denominou “Associação dos Proprietários de Várzea” provocando uma série de ações contra Irmã Angélica, como é possível verificar na matéria do blog Amazontime (2011), intitulada “terra e guerra, uma rima por aqui”:

para os donos documentados, a grande ameaça da Igreja Católica tem nome. Irmã Angélica que aliada a algumas ONGs vem promovendo a mudança de mentalidade nas comunidades a beira rio, incitando a guerra de classes (amazontime.blogspot.com/2011/05/terra-e-guerra-uma-rima-por-aqui.html).

Seguiu-se, neste ano uma série de ações que levaram ao impedimento da continuidade do trabalho da SPU, melhor dizendo, do trabalho inicial de levantamento e identificação das famílias, com o expresso apoio do prefeito da cidade. Em reunião, à época, na sede da SPU, o coordenador chegou a dizer que

era melhor priorizarem o trabalho em regiões onde não havia problemas, onde receberiam todo o apoio da administração municipal do que ter que seguir com um trabalho onde o conflito apareceu desde o seu início, referindo à Humaitá. A CPT reagiu argumentando que a prioridade deveria está exatamente onde existiam os conflitos. A SPU decidiu seguir com seu plano de atendimento aos lugares de “paz”, colaborando, com isso, para o agravamento de situações de conflito.

Na sequencia de ameaças à pessoa de Ir. Angélica, esta chegou a ser denunciada na delegacia de policia do local, como ficou expresso em um blog, onde o autor da matéria indignado com a possibilidade dos “proprietários de várzea” virem a “perder” suas terras, comentou

Para provarem que não estão brincando os donos de terra registraram um boletim de ocorrência contra a freira na segunda-feira, 16, para evitar suas palestras de incentivo aos ribeirinhos. Embora a situação pareça estar fugindo do controle, a grande maioria dos que estão ao lado dos que são donos de terras e mesmo irmã Angélica só querem que a paz permaneça reinando pelos lados do sul do Amazonas (amazontime.blogspot.com/2011/05/terra-e-guerra-uma-rima-por-aqui.html)

Em reunião realizada no ano de 2011, chegaram a falar de forma explícita que o fim de Irmã Angélica “poderia ser igual ao de Irmã Dorothy Stang”²¹. Toda a situação gerada a partir deste fato, levou Ir. Angélica a se sentir temerosa e insegura. Quando da passagem de nossa equipe por Humaitá, no referido ano, tivemos a oportunidade de conversar com ela, onde comentou que a partir daquelas ameaças, tinha muito medo de andar nas ruas, de sair sozinha, de ter sua vida normal. Dizia não entender o porque disso, se ela queria tão somente que os ribeirinhos tivessem a segurança de seu espaço territorial, por isso articulou, junto com outras entidades, todo o trabalho com a Secretaria de Patrimônio da União. Após esses fatos, Ir. Angélica passou a apresentar sintomas de dor na cabeça e, aos poucos diminuindo sua vitalidade o que contrastava com o que era habitual, disposição, dinamismo, a sensibilidade, atenção às questões sociais e grande preocupação em dar respostas às necessidades e desafios que ia encontrando. Participou em algumas ocasiões das reuniões do conselho da CPT, em Manaus e, mesmo com alegria e sorriso estampados em seu rosto, características marcantes, no último encontro, era visível as preocupações e cansaço que se abatia sobre ela, causado pelos desgastes do trabalho e dos embates, enfrentamentos que tinha que

²¹ Dorothy Stang: Religiosa, assassinada no ano de 2005, em Anapu/PA.

fazer. Segundo uma de suas irmãs de congregação, Ir. Angélica “lutou sempre para que todos tivessem seus direitos na luta pela terra no qual houve grandes conflitos e até ameaças de morte; enfrentou os poderosos e gananciosos; mesmo assim, ficou firme, preferiu perder a vida do que ficar calada, silenciada. O conflito foi da doença ao desespero, ficando sem dormir, sem comer e com fortes dores de cabeça, virou câncer (Ir. Ivonete Aparecida)” .

A congregação levou-a para tratamento e acompanhamento médico em Santa Catarina, onde diagnosticaram um tumor no cérebro. Em 05 de março de 2013, aos 66 anos de idade, em Lages SC, Irmã Angélica veio a falecer. O preço de ter buscado o que parecia-lhe tão natural, foi pagar com a própria vida; o corpo não mais suportou, como foi afirmado por uma de suas irmãs de congregação, “chega uma hora em que o corpo não consegue mais reagir e se torna indefeso, frágil. E aí, só o cuidado pode acalmar as dores que carrega (Ir. Iandra Conrado, 2013)”. A Irmã que a acompanhava escreveu

foram 12 meses da doença, que se multiplicava e exigia tratamentos mais fortes e reações que machucavam o corpo e o sentimento. As células defeituosas que avançavam e a tornaram frágil, não conseguiram atingir a doçura do seu sorriso e a grandeza de sua alma. Disse-me certo dia: “o profetismo não é fácil... Fui ao fundo do poço, mas tudo valeu a pena. Deus me deu 65 anos de vida e saúde. Estou contente com tudo e por tudo (Irmã Ivone Terezinha de Oliveira)”.

Sua morte, infelizmente, com excessão de sua família religiosa, não foi refletida como consequência dos conflitos impostos sobre ela e que teve que enfrentar e assumiu no próprio corpo. Após tantos anos dedicados às mais diferentes atividades religiosas e sociais, não esperava que sua vida fosse transformada. Como ela mesma referia, queria apenas que os ribeirinhos tivessem garantidos o seu chão. Porém, o que ela considerava “simples”, natural e para isso envidou muitos esforços, não o era, pois estava pisando em terreno proibido, a propriedade privada intocável.

Esse “sofrimento social” acompanha a trajetória de grande parte dos agentes envolvidos na luta pela terra, particularmente na Amazônia. Encontramos na trajetória de Vitória descrita adiante, diferentes elementos que possibilitam a compreensão do limite do enfrentamento quando se dispõem a assumir determinadas funções, mesmo sem compreender suas implicações.

Desde os 5 anos de idade, Vitória consegue recordar que ajudava seu pai a colher o leite da seringa, tirando-o da tigela e colocando- em balde. Nascida na colocação Maloca, município de Xapuri (AC), Vitória, 48 anos, é a terceira filha entre os 14 irmãos. Seu pai (96), natural do Ceará, ainda nos anos 40, veio para Rio Branco para o trabalho de seringa, estando aposentado como soldado da borracha. Sua mãe (75), é natural de Xapuri/Acre. A trajetória da família de Vitória não foi tão tranquila. Seus pais, ao perderem uma colocação de seringa em Rio Branco, foram buscar trabalho nos seringais da Bolívia. Dessa forma, de seringal em seringal entre Rio Branco e Bolívia conseguiram se recuperar e estabelecer-se, tempos depois, fixando residência no Estado do Acre. Depois de doze anos em uma colocação de nome sapucaia entre Rio Branco e Xapuri, sofreram a expulsão da colocação; viveram de favor temporariamente e partiram para a Bolívia para trabalhar com castanha e seringa. Retornaram ao Brasil após 10 anos e posteriormente retornarama mais uma vez a Bolívia para o trabalho de coleta de castanha, ficando nos seringais de lá por 20 anos, quando retornou ao Brasil com a família já formada, Vitória passou a viver em Rio Branco.

Quando Vitória teve sua primeira filha, tinha por volta de 14 anos. Prometida em casamento aos 12 anos de idade, Vitoria inconformada, saiu de casa com Marcus, que, segundo ela, achava mais interessante do que o escolhido pelo pai. Inicia assim, outra fase de vida de Vitoria. Ao ir morar com ele em um sitio em Rio Branco, era agora a esposa, sem entender, no entanto o que isso representava. Quando saiu de casa, após dias no sitio, sua nova casa, teve que “decidir” entre retornar à casa dos pais ou passar a ser “mulher casada”. Vitória “aceitou” assumir essa condição. Em pouco tempo, Vitória engravidara de Lucia, seguindo de João e Carlos e, com três meses de grávida, Marcus, seu marido, foi assassinado em virtude de um conflito de terra, por um policial civil a mando de um fazendeiro “forte” da região que queria comprar as colocações a baixo valor. Dizia que não havia documento e que logo o Incri viria para “cortar a terra”. Marcus e demais seringueiros não aceitaram vender, incentivando os demais a fazer o mesmo. Sua resistência custou sua vida. O laudo da morte foi de afogamento e estrangulamento, referiu, Vitória que, ao ser avisada pelos irmãos de Marcus, ficou transtornada. Guarda a lembrança de ver o “seu corpo na pedra”.

No esforço de recuperar sua história, recorda que seu marido era uma pessoa “metida” em questão de terra, sindicato, Igreja, partido político; recorda que faziam

reuniões “meios às escondidas”, pareciam reuniões proibidas. Ela dizia “ele era um homem muito sabido, andava sempre com uma sacola cheia de papéis”. A seu ver, seu marido era alguém que exercia certa liderança, mas por ser muito nova não conseguia compreender do que se tratava. Ele comentava que ele sempre falava “um dia todo mundo vai ter as coisas iguais”. Em sua concepção era o início do Partido dos Trabalhadores.

Com dois meses do assassinato de Marcus, o INCRA foi ao local e “cortou as terras”, instalando um posto até regularizar a situação de todos os seringueiros. Relata que o seringal foi todo regularizado, bem como as áreas do entorno.

Com o assassinato de Marcus, ficou muito perigoso para Vitória permanecer no local da residência. Lembra que, certa vez ao retornar a colocação em que morava, apareceram três homens a cavalo e armados de espingarda, que diziam “ela está aqui, ela passou e nós vimos quando passou, entraram na casa e vasculharam procurando-a. Ela passava de dois, três dias na colocação e retornava a Rio Branco. Numa dessas vezes, foi à colocação, quando observou que pessoas estavam se aproximando. Era o tempo de friagem, ela se escondeu embaixo de uma moita de palha, depois saiu e entrou nas lonas que havia na frente da casa. Os homens disseram, “está fazendo muito frio, vamos tocar fogo nessas palhas”. Vitória não estava lá, encontrava-se debaixo das lonas. Os vizinhos vieram para auxiliá-la.

Ela teve então que abandonar seu lugar e, no desespero andou perambulando nas ruas, seus filhos foram parar em uma casa de apoio, educandário; ficou doente, precisando de cuidados médicos, não sabia o que fazer, ficava de casa em casa, passando a contar com o auxílio do Bispo (Dom Moacir Grecci) de Rio Branco que, segundo ela, conhecia seu marido.

Após isso, Vitória trocou a colocação por uma casa em Rio Branco. Abandonando a casa posteriormente por ser um lugar perigoso. Mudou para as proximidades da estrada em Porto Velho. Recorda que possuía 12 estradas de seringa, castanheiras, chegando a tirar até 1.800 latas de castanha, pagando a colocação com o trabalho da seringa. Permaneceu por volta de 12 anos na colocação Jarina no ramal do Pelé, BR. 364, km 110, sentido Rio Branco - Porto Velho. Relata que, certo dia chegaram 3 homens fazendo picadas para a retirada da madeira, para fazer toras para a serraria. Essa terra não é de ninguém, diziam. Ofereceram três mil cruzeiros, ela aceitou, comprando uma casa em Rio Branco, onde pode colocar seus filhos para estudar.

Na busca de reconstruir sua vida, Vitoria conheceu Sadir, viajando com ele para outro Estado. Dessa relação nasceu Gabriel, porém, sentindo-se prisioneira e vítima de maus tratos, Vitória abandonou este lugar, retornando a Rio Branco. Neste retorno, fora acometida por uma doença, sendo detectado, segundo ela, um câncer na coluna. Com a evolução da doença, foi internada em Rio Branco e encaminhada para tratamento, em Goiânia. Seus filhos e familiares, foram se despedir, “estava desenganada”. Sua filha Lucia, relata que foi um momento de aflição e desespero. Ao passar dois anos em tratamento em Goiânia (GO), acompanhada por Guilherme, seu companheiro, conseguiu se recuperar, retornando para um sítio em Extrema, onde passou a viver por 8 anos, desenvolvendo diferentes atividades como agricultura e o extrativismo da castanha. Voltou a conviver com seus filhos. Acredita que foi curada, para que “cumprisse uma missão”, por isso não morreu.

Posteriormente foi para Extrema (RO), “trabalhar na terra dos outros”, quando tomou conhecimento do acampamento no sul do município de Lábrea, nas proximidades de Nova Califórnia, cuja liderança era um senhor conhecido por Gedeão. Deslocou-se para Nova Califórnia, para conhecer e conversar com ele e, neste encontro, falou de seu sonho: ter uma terra para plantar café, banana e o que fosse preciso. Vitória se sentiu acolhida e logo passou a fazer parte do acampamento com seu filho, era o ano de 2001. No primeiro dia do acampamento, recorda, ficou no barraco de uma pessoa, aumentaram o barraco e ficou morando com seu filho e uma amiga. Já receberam o rancho. Passaram por duas reintegrações. Posteriormente, foi realizado o cadastramento pelo INCRA.

Ao lembrar de Gedeão, dizia que era uma boa liderança, que fazia várias reuniões. Que chegou a ser avisado de sua morte, mas ele não acreditou. Após o assassinato, foi para seu lote, sendo criado pelo INCRA o Projeto de Desenvolvimento Sustentável – PDS, que recebeu o nome de Gedeão.

Com a criação do assentamento, Vitória inicia uma nova trajetória. Recorda que ela e mais uma amiga foram as primeiras a ter a coragem de ir morar em cima do lote, reporta que “era um lugar muito isolado (...), tinha muito medo, inclusive da ameaça de homens que passavam pelo ramal e diziam que retornariam à noite”. Apesar dos riscos e dificuldades que o lugar lhes impunha, Vitória estava feliz, pela primeira vez tinha um pedaço de terra, um lugar seu, em que poderia plantar e viver tranquila. Foram morar debaixo de uma lona, cercada de palha. Recorda que tinha onça no lugar. Até a meia noite ficava acordada e sua amiga ficava a outra parte

para vigiar o local. Incentivava os outros a ficarem em cima da terra como forma de assegurar os lotes. Mesmo depois de assentada, passavam a receber ameaça de fazendeiros para que saíssem do lugar, pois “aquelas terras tinham dono”.

Vitória e outras famílias passaram a fazer parte do Projeto de Desenvolvimento Sustentável Gedeão (PDS Gedeão). Por sete anos, acompanhada de seu filho Gabriel e Carlos, conseguiram transformar a terra em lugar de produção, de intensa atividade. Para sua alegria, neste lote de 60 hectares haviam castanheiras, de onde podia tirar parte do sustento e segundo ela, o lugar onde poderia se refazer. Guarda na lembrança que quando se sentia ruim de saúde, “ia para dentro do mato, seu filho cavava um buraco na terra virgem e ficava com o corpo inteiro coberto pela terra”. Era a forma de cuidado com a saúde, pois estava ainda se recuperando da coluna. Contudo, viu sua vida se transformar de forma inesperada e essa brusca transformação fora, talvez a mais difícil de ser enfrentada. Não tinha a dimensão do desencadeamento de seu trabalho.

Uma nova realidade estava estabelecida. Já fazendo parte de discussões e acompanhando situações de ameaças de extrativistas e assentados, no ano de 2009, Vitória fora chamada para uma reunião que estava acontecendo no ramal Mendes Junior, depois do Remansinho, ao chegar ao local, encontravam-se mais de 100 pessoas reunidas. Para sua surpresa, havia sido escolhida para ser a Presidente da Associação dos Produtores Rurais, Extrativistas, Assentados e Regularizados do INCRA, do sul de Lábrea/Am – Associação Deus Proverá - formada por assentados do PDS Gedeão, de terras regularização fundiária e extrativistas da região, inclusive de moradores do Riozinho, região da pesquisa que realizou. O motivo da escolha de Vitória: uma mulher corajosa, destemida, não tinha medo de enfrentar aqueles que constituíam ameaça aos assentados e extrativistas. Segundo Vitória, por mais que tentasse, alegando não ter condições, nem saber (referindo à leitura), não houve outra escolha, senão a de aceitar a “indicação” e suas atribuições.

O ato de aceitar ser a presidente da “Associação Deus Proverá”, num complexo espaço social e geográfico em que posturas de silenciar torna-se imperativo, sendo esta a dinâmica que perpassa aquele cenário, passou a ser arriscado para Vitória. Este ato de aceitação, de testemunhar (VEENA DAS, 2011) estabeleceu um marco decisório para sua vida, para pessoas de seu círculo de amizade, para os sócios assentados e extrativistas. Não era possível prever o que a

constituição dessa nova Associação poderia provocar; não se tinha a dimensão do significado e desdobramentos desse ato de aceitação. Logo de início, constituir uma nova associação acabava por coloca-la em confronto com outra outra associação já reconhecida, denominada APRAASSA.

No decorrer de sua atuação, na condição de liderança foi enfrentando os desafios de lidar com denúncias, ameaças, bem como tentativas de suborno. Relata que, em certa ocasião, o presidente dos fazendeiros do Acre, Amazonas e Rondônia, que tem fazenda na região da gleba Curuquetê, referindo que em cada ramal tem um fazendeiro forte que representa, foi à sua casa, dizendo que se ela fizesse tudo o que queria, eles davam carro, passagem e tudo o que quisesse e ninguém ia mexer com ela, mas tinha que fazer tudo o que queria e não denunciar os fazendeiros; que dissesse no INCRA e no MPF que não havia conflito naquela localidade que os conflitos eram entre os sem terras; esse era o teor do que deveria comentar perante as autoridades. Vitória não aceitou, relatando que na ocasião falou, “o senhor fica com os seus grandes que eu fico com os meus pequenos”.

Ao acompanhar o Programa Terra Legal, no ano de 2009, para o levantamento fundiário na região, Vitória relata que pistoleiros aguardavam e acompanhavam a empresa, contratada pelo Programa Terra Legal, que estava fazendo os cadastros e ditava onde e o tamanho da área a serem colocados nos cadastros. Este fato foi confirmado pelo Coordenador do Programa Terra Legal, Luis Antônio do Nascimento durante a realização do Lançamento do Caderno de Conflitos no Campo Brasil no ano de 2011, em Manaus. Segundo o Coordenador o levantamento foi suspenso e até, o momento da escrita desta dissertação não houve mais abertura de edital para a contratação de nova empresa para a continuidade do trabalho.

Não obstante as dificuldades, Vitória se sentia cumprindo com a “missão recebida”, estava ao lado dos assentados e extrativistas que lhe confiaram a tarefa de representá-los. Em reunião que participei no ano de 2011, em Nova Califórnia RO), com assentados da Associação Deus Proverá, ao referirem à Vitória, afirmaram: “nenhum homem, como nós, tem a coragem daquela mulher. Confiamos muito nela”.

Porém, um acontecimento veio, mais uma vez veio transformar e mudar a vida de Vitória, ditando os rumos de seu destino. Era apenas a ponta do iceberg que, conectada a outros fatos, teve um desfecho e resultado cruel. Em síntese,

podemos acompanhar a cronologia dos acontecimentos que mudaram o rumo de sua história: Em 04 de junho de 2010, no Ramal Mendes Junior, km 34, Vitoria acompanhava uma equipe do INCRA que, a seu pedido estava realizando uma vistoria, diante de irregularidades dentro do assentamento. Durante esta vistoria, a técnica do Incra e Vitoria, ao se aproximarem de um terreno pertencente ao filho de Vitoria e esta, ao perguntar o que estavam fazendo ali, foram surpreendidas por um homem que, ao aproximar-se delas foi proferindo palavrões e espancando-as com socos, gritando e ameaçando de atear fogo na casa de Vitoria. A técnica do INCRA e Vitoria entraram no veículo que usavam para locomoção dentro do assentamento, como forma de proteção e foram embora. Mais tarde, soube que esse homem era um madeireiro. Na ocasião, ele gritava: você está atrapalhando nós, não queremos incra e nem você, quem manda aqui somos nós. Ele tinha serraria, tratores, afirmou Vitória.

Ela fez corpo de delito na unidade hospitalar de Extrema (RO) e apresentando, neste distrito ocorrência policial. Depois do ocorrido, esteve na sede do município de Lábrea formalizando denuncia junto com a técnica do INCRA que, conforme informações, pediu sua transferência para outro Estado. Este foi o primeiro ato/movimento explícito de uma série de obstáculos que se interpuseram em seu caminho e que foram limitando seu trabalho, colocando fim à sua atuação como liderança e mesmo colocando sua vida sob sério risco. Quando Vitoria esteve na sede da CPT em Manaus, em 2010, para reunião da Ouvidoria Agrária Nacional (em 22 de julho de 2010), encontrava-se abatida, e constantemente dizia, “eu sou uma mulher revoltada”. Quando falava afirmava que ainda sentia as dores em seu ouvido, mas, acima de tudo em sua alma, em seu braço, as marcas dos hematomas. Durante a realização da audiência, não conseguiu se expressar, pois aí, encontravam-se pessoas que foram identificadas como fazendeiros, madeireiros e capangas. Ressalta-se que foi nesta audiência que o senhor Adelino Ramos, conhecido por Dinho, assassinado 9 meses após a audiência, expôs suas angustias, preocupações e os nomes de quem o estava ameaçando. Vitória, ao contrário, silenciou, não conseguia dizer uma palavra, segundo ela, só em pensar que estavam ali presentes aqueles que constituíam ameaça, não tinha como se expressar, sabendo que retornaria para seu lugar.

Após sua participação na audiência realizada pela Ouvidoria Agrária Nacional, em Manaus, em julho de 2010 e, posteriormente retornando à sede do município de

Lábrea, a aproximadamente a 700 km de distância do PDS, a fim de oficializar denúncias, estando acompanhada pelo representante da Ouvidoria Agrária Nacional, Sr. João Caetano, quando lá se encontrava, atearam fogo em uma plantação vizinha à sua, no PDS, atingindo sua produção de banana, café, pupunha, jatobá, copaíba, abacaxi, açaí, castanheiras dentro de sua terra. Segundo ela, um incêndio criminoso, pois fora encontrado ao lado do terreno uma garrafa com gasolina e moradores haviam escutado barulho de moto antes de iniciar o fogo, fato este ocorrido em 19 de agosto de 2010, ocasião em que atearam fogo em sua casa.

Recorda que, antes de sua viagem à sede do município de Lábrea, na data de 05 de julho (2010), “chegaram dois homens em uma motocicleta, no portão de casa, um dos quais armados de carabina; Vitória tentou correr mas não conseguiu, seu corpo ficou todo dormente, paralisado. Ouviu, então um dos homens que estava armado gritar: “Não adianta correr. Não vamos te matar, hoje não. Só vamos te dar até o mês de agosto para sair daqui, senão você vai morrer”²². A pessoa era a mesma que havia lhe agredido no mês anterior. No dia 19 de julho os pistoleiros a procuraram dentro da Vila Califórnia, queriam saber onde estava se escondendo, se já havia abandonado o lugar. Os amigos de Vitória orientaram para que fosse embora buscar ajuda, pois os pistoleiros não estavam brincando.

Nessa ocasião, reportou à CPT que estavam grilando terras do PDS, dividindo os lotes, derrubando e tirando madeira tanto no PDS quanto na área fundiária, linha 1, acompanhados de capangas. Na ocasião também comentou que a pessoa que a espancou durante a visita técnica do INCRA, era irmão de um dos que estavam dividindo lotes dentro do PDS. Comentou ainda que vivia se escondendo, pois a pressão era constante e que os pistoleiros estavam constantemente na localidade e ela temia por isso. Nesta oportunidade Vitória informou e deu o nome de 5 pessoas que estavam também ameaçadas.

Vitória, no entanto, permaneceu no assentamento, apesar do medo, “dormindo no mato, uma vida atormentada”, afirmava ela. A visita de duas pessoas conhecidas à região, nesta ocasião, foram testemunhas de sua insegurança. Reportaram que ela não conseguia nem falar com eles, tamanho era o medo que a abatia.

²² Termo de Declaração nº 042/2010 – MPE – Labrea/AM. Arquivo CPT/AM

Intensificaram-se, porém, as ameaças. A data de 10 de maio de 2011, foi registrado e gravado em sua lembrança como o ato cruel que faria com que mudasse os rumos de sua vida. Tratava-se agora da tentativa de execução e não mais de ameaças. Sua sobrinha (11 anos) e sua cunhada, ao sair da casa de Vitoria, foram surpreendidas por um homem, identificado como negão, que, ao sair de dentro do mato, encapuzado e armado, tirou o capuz e foi reportando que faziam três dias que ele tentava matar Vitoria e que elas estavam atrapalhando, pois todas as vezes que ia executar o plano, Vitoria estava acompanhada por elas. Na conversa, revelou o valor, o mandante e a forma de execução. Segundo a informação, cem mil reais era o valor oferecido por Pitbul e que a forma de sua execução seria a de levá-la para um lugar e matá-la devagar, cortando pedacinho por pedacinho, junta por junta e arrancar o olho; acrescentando que era isso que merecia por denunciar madeireiro. À época, o Ibama teria apreendido um caminhão e um motosserra e Vitória fora responsabilizada pelas perdas. O ameaçador referiu às duas que se chegassem a contar para Vitoria seriam três mortes e que queimaria sua casa.

Apesar do medo, a sobrinha de Vitória forçou a mãe a falar para sua tia e ambas foram à casa de Vitoria e narraram o acontecido. Sem condições de permanecer no local, por volta das 9:00hs, seu esposo chamou duas pessoas de confiança e contou o que estava acontecendo. Decidiram apoiar a saída de Vitória, como forma de assegurar sua vida. Articularam sua saída. Chamaram um morador que possuía carro e “inventaram” a historia que a cunhada de Vitória estava para ganhar neném. Se contassem a verdade não teria como sair de lá. Vitória entrou no carro enrolada em um lençol, fizeram um paredão para sua passagem. Os amigos seguiram o carro de motocicleta. Ao chegar em Nova Califórnia, pediram pra deixá-las na delegacia. Contaram à polícia o que havia acontecido. Foram conduzidas na viatura da polícia militar de Nova Califórnia a Extrema onde poderiam prestar a denúncia. Em Extrema, o delegado, fez o boletim de ocorrência, mas, segundo relato, não quis registrar a queixa completa, recusando a registrar o nome do acusado, mandante e valor dizendo não quer mexer com madeireiro. Retornaram à Nova Califórnia, onde permaneceram escondidas, até que seu pai fosse buscá-la. Depois da casa de seu pai, buscou apoio junto à CUT, em Rio Branco, seguindo para Manaus, onde a CPT faria o lançamento do Caderno de Conflitos no Campo Brasil, 2010.

Chegando em Manaus, Vitoria estava muito assustada e confusa quanto ao que fazer e como continuar sua vida naquele local, pois não tinha outra perspectiva. Em Manaus, a CPT acompanhou-a por vários Órgãos públicos no intuito de pedir averiguação e providências a fim de que pudesse retornar como era seu desejo. No dia 19 de maio de 2011 participou, juntamente com outras lideranças ameaçadas, do lançamento do caderno de conflitos no Campo em que contou com a presença dos Órgãos de Terra, MPF, entre outros. Foi mais um lançamento, sem porém produzir maiores efeitos. Na sequencia, ainda na CPT, aproveitando a passagem de um visitante blogueiro, Vitória pediu para que escrevesse sua historia. Ele aceitou e produziu uma matéria²³ sobre os fatos, com grande repercussão posteriormente. Tendo participado do evento, com viagem marcada para seu retorno, outro acontecimento veio mudar os rumos de sua vida, tratava-se de uma série de assassinatos no Campo, entre estes o de Adelino Ramos, conhecido por Dinho, morador da Gleba Curuquetê, sul do município de Lábrea, assassinado em Vista Alegre do Abunã (RO). Adelino e Vitória se conheciam e compartilhavam os mesmos problemas em suas terras.

Ressalta-se que o mês de maio de 2011, ficou marcado como um movimento de embates e debates sobre o novo código florestal brasileiro que previa, entre outras coisas, a anistia a desmatadores e a redução da área de proteção ambiental, cenário onde era perceptível a disputa de interesses na Câmara dos Deputados em Brasília, espaço onde estava evidenciado a correlação de forças.

O que se viveu nesse mês foi uma onda de violência no campo, tendo como desfecho quatro assassinatos que ganharam repercussão na imprensa nacional e internacional: o casal de extrativista Maria do Espirito Santo e José Cláudio da Silva (24.05), moradores e lideranças do Projeto Agroextrativistas em Ipixuna (PA) foram executados a mando de madeireiros da região; o agricultor Herenilton Pereira, também morador do Projeto em Nova Ipixuna (PA), desapareceu na data de (26.05), encontrado morto em 28.05; Adelino Ramos, (27.05) morador da Gleba Curuquetê, sul do município de Lábrea, onde lutava pela criação de um Projeto de Assentamento Florestal – PAF -, sendo reconhecido por sua liderança no Movimento Camponês Corumbiara (RO). Os relatos da época, dão conta que Adelino Ramos,

²³ Escrita por Sergio Luis Bertoni e publicada originalmente em TIE-BRASIL.ORG em 24/05/2011, alcançando 1.840 republicações/indicações na internet. O autor é mestre em Filosofia pela Universidade Estatal de Moscou M.V. Lomonossov, blogueiro, coordenador de TIE-Brasil e presidente da Fundação Blogosfero.

ao se dirigir à feira do produtor no Distrito de Vista Alegre do Abunã (RO), para vender verduras produzidas no PAF, foi surpreendido, ainda dentro do veículo que transportava os produtos, e executado. Fora levado ainda com vida ao hospital da localidade, mas não resistiu. Adelino vinha sendo ameaçado de morte por madeireiros/fazendeiros da região. Em audiência com a Ouvidoria Agrária Nacional, em julho do ano de 2010, ao apresentar o que estava ocorrendo na região, denunciou e explicitou os nomes dos que constituíam ameaça. Ressalta-se que, nesta reunião encontravam-se presentes fazendeiros/madeireiros da região acompanhados de possíveis capangas, segundo informações de quem os conheciam. Embora houvesse, da parte da CPT, comunicação e um pedido explícito para que a presença destes fossem impedidas quando da fala das lideranças, a resposta da Ouvidoria é que era uma audiência aberta a todos. Os dias que antecederam seu assassinato, sua esposa relatou que ele estava sendo vigiado por madeireiros, através de aparelho de rádio transmissão, em todo o trajeto dos 60 km de ramal que percorreria entre Vista Alegre e o Projeto de Assentamento. Esse foi o fim trágico de uma morte anunciada. “Eu Não quero morrer” gritou por várias vezes no interior do hospital de Vista Alegre do Abunã”, segundo relato de uma funcionária do hospital.

Estes assassinatos comoveram e chocaram o país, provocando diferentes reações que foram desde críticas e indignações provindos de movimentos sociais, imprensa nacional e internacional, bem como de grupos ligados ao agronegócio na Câmara dos Deputados. A imprensa...notificou que no dia do assassinato do casal de extrativistas no Pará, ao ser anunciado por um deputado, no plenário da Câmara dos Deputados o ocorrido, este foi recebido com vaias por um grupo de deputados e de fazendeiros que se encontravam nas galerias esperando a votação do novo código florestal. Por sua vez, em Vista Alegre do Abunã (RO), segundo relatos, houve comemoração no meio da rua pelo assassinato de Adelino Ramos, onde fizeram um boneco e pisavam em cima. Todos que estavam na serraria estavam indignados com a postura de Adelino. Mas, agora, este já não constituía ameaça. Porém, ainda era manifestada a intenção de por fim a mais uma destas ameaças. Diziam: “faltava aquela que andava de vermelho na Mendes Junior (ramal), com o boné e roupa da CUT, a tal de Vitória”. A pessoa, próxima a Vitória que repassou a informação, dizia que eles falavam que “iam revirar folha por folha, mata por mata, mas iam matar”. Essa pessoa que informou estava desesperada, comentou com sua

família que ficaram na aflição; porém, Vitória já estava em Manaus. Recebeu ligação de sua família, relatando a situação.

Esse conjunto de reações, em especial dos movimentos e imprensa forçaram o governo brasileiro a tomar posicionamento diante deste e outros crimes anunciados. O anúncio de uma nota pública²⁴, quanto ao assassinato de Adelino Ramos, bem como o envio de equipes da secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República para os lugares de conflito e a criação de uma equipe interministerial, foram notícias que fizeram parte de iniciativas que previam desde a investigação desses assassinatos, quanto possibilitar a segurança para os demais ameaçados. Ao final das visitas, Vitória e outras lideranças, entraram na relação de Defensores ameaçados, relação esta aceita pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e, por isso mesmo teve o apoio de retornar para o sul de Lábrea, sob a proteção da Força Nacional. Ressalta-se que, na mesma ocasião, outro defensor a receber a proteção da Força Nacional, foi o senhor Antonio Vasconcelos, morador da Reserva Ituxi.

Registra-se que a imprensa local, nacional, internacional deram repercussão aos fatos, após esta série de assassinatos. A jornalista Ana Aranha, enquanto Vitória encontrava-se sob a proteção da Força Nacional, fez uma visita à região, produzindo um documentário sobre a situação²⁵. A Anistia Internacional²⁶ fez grande mobilização com campanha de cartas encaminhadas às autoridades pedindo providências e à Vitória que recebeu inúmeros cartões de diferentes países em solidariedade a ela. Contudo, nem essa ação de larga escala, serviu para que o Estado do Amazonas, indicasse alguma forma de lidar com aquela realidade.

Neste complexo e arriscado cenário, encontrava-se Vitória. Medo, dor, insegurança e desespero passaram a fazer parte de seu cotidiano. Por bom senso, após o assassinato de Adelino Ramos e tendo conhecimento das ameaças e assassinatos ocorridos na região, não tinha como deixá-la retornar à sua terra, ao

²⁴ Nota pública: <http://www.secretariageral.gov.br/noticias/2011/05/27-05-2011-nota-publica>

²⁵ <http://apublica.org/2012/02/nilcilene-escolta-colete-a-prova-de-balas-eles-vaio-matar/>

²⁶ A Anistia Internacional é um movimento global com mais de 7 milhões de apoiadores, que realiza ações e campanhas para que os direitos humanos internacionalmente reconhecidos sejam respeitados e protegidos. Fundada em 1961, a Anistia Internacional, encontra-se em mais de 150 países no compromisso com a justiça, a igualdade e a liberdade. Fonte: <https://anistia.org.br/conheca-a-anistia/quem-somos/> Maratona de cartas: Video chamada para a maratona de cartas: Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=a3L7VYInRWA>

menos que se tomassem providências e retorno fosse assegurado. Naquele momento, refletíamos sobre um caso semelhante de uma liderança do sul de Lábrea que chegara na CPT e que estava sendo ameaçada, permanecendo por um mês na sede da entidade. Quando decidiu retornar, conversamos com ele, pedimos que esperasse mais um tempo. Seu Francisco decidiu voltar e, pouco tempo depois, foi assassinado, como relatado anteriormente.

Vitória, permaneceu na CPT, passando a morar na casa de uma das coordenadoras. Vitória chorava muito, tinha pesadelos à noite, não conseguia dormir, sentia muitas dores, foi ao médico várias vezes, chegando a receber calmantes e remédio controlado para tentar controlar o nível de ansiedade e insônia. Todos os dias ia à sede da CPT, pois não conseguia ficar só em casa. Buscando o acompanhamento psicológico, orientação da Comissão de Direitos Humanos, Vitória foi encaminhada à secretaria de mulheres em Manaus para receber esse atendimento. Através da secretaria, ofereceram um lugar onde pudesse ficar e ter maior possibilidade de acompanhamento médico. Esse lugar era o abrigo que recebe mulheres vítimas de violência doméstica. Vitória aceitou ir para lá. Como tinha manifestado o desejo de continuar estudando pra que pudesse, algum dia, ela mesma fazer as denúncias, escrever tudo o que sabia e o que estava vivendo, comprei alguns materiais didáticos que pudesse reiniciar o “mundo da escrita”. Levei Vitória, pela manhã, para a sede de apoio e, de lá, a levaram para o abrigo, espaço sigiloso para preservar a integridade física dessas mulheres. Contudo, no dia seguinte, recebi um telefonema da responsável pelo abrigo. Vitória estava voltando, pois o ambiente de mulheres vítima de maus tratos sendo acompanhadas de seus filhos em um mesmo espaço não permitia o descanso físico e emocional que precisava. Fui buscar Vitória que se encontrava mais debilitada ainda, estava muito abatida e desfigurada. Levei-a para casa. Dormiu por horas consecutivas, coisa que não conseguia fazer. Estava mesmo cansada e debilitada.

Após cinco meses nessa condição, em contato permanente com a Equipe de Direitos Humanos, em outubro de 2011, recebemos a informação de que haviam conseguido que a equipe da Força Nacional a acompanhasse em seu retorno à região. A ansiedade, a esperança e alegria de retornar tomava conta de Vitória. Viajou a Rio Branco, onde encontraria com o responsável da Força Nacional, tenente Adão Pereira, que compunha uma equipe de 09 policiais que a partir da data

de 26 de outubro de 2011, passariam a fazer a escolta de Vitória, dentro e fora do assentamento.

Sob a proteção da Força Nacional, Vitória permaneceu por seis meses. Não foi o que esperava. Vitória, embora tenha tido algumas iniciativas em reunir com assentados, extrativistas, passando também a ser referência para outras formas de violação de direitos naquela área, uma vez que se encontrava sob a proteção da polícia, foi isolada dos demais ameaçados, sentia-se presa dentro da própria casa, sempre reporta a essa experiência dizendo: “eu estava presa e eles (ameaçadores) soltos”. Chegou a pensar que era preferível morrer do que viver dessa forma. Não aguentava permanecer com colete à prova de bala e, todos os dias, percorrer 30 km entre o assentamento e Nova Califórnia, no total de 60km, em uma viatura, onde, inicialmente, encontrava-se a Base da Força e, posteriormente em Acrelândia, a mais de 100 Km onde faziam a troca de plantão. O dia-a-dia dessa experiência, por inúmeras vezes, Vitória a relata como horror; sentia-se também inferiorizada por alguns membros que, por vezes a tratava com indiferença, chegando a lamentar que estivessem naquela situação. Queriam mesmo era estar em outro lugar, “protegendo” outras pessoas, governador, deputado, e não gente pobre, quem estavam servindo de babá (...). O sentimento de Vitória era que, para eles estar naquela condição protegendo uma “mulher extrativista, pobre, sem aparência”, era constrangedor; percebia que por vezes se envergonhavam de sua presença; contudo, entendia que sem a presença da Força, era impossível permanecer, mas, com ela, não tinha mais a liberdade. A presença da Força acabou por provocar reações a favor e contra Vitória. Comentava um agente da Força Nacional que encontrou uma “população local hostil para com a força policial, devido à coação exercida pelos madeireiros e grileiros da região”.

Neste cenário, na região de Nova Califórnia, passou-se a utilizar vários mecanismos para forçar sua saída: dois abaixo-assinados, as ameaças ao seu irmão que morava no assentamento, o assassinato de seu cachorro, a tentativa de lhe acertarem dentro do assentamento, mesmo com a presença da Força Nacional, levando a polícia a correr atrás do suspeito, sem contudo alcançá-lo, o aparecimento de um boletim informativo impresso²⁷, assinado por uma pessoa que chegara à

²⁷ Jornal Compromisso com Verdade. Ed. 01, 25 de março de 2012 - Sede - RO, AC e AM. A luta dos camponeses do sul de Lábrea e Rondônia, produzido por Marinês Alt. Ex-Vereadora de Ariquemes. Nova Califórnia (RO).

região se colocando como advogada, denunciando a presença da Força ali como desnecessária, um “gasto de dinheiro público que deveria estar sendo utilizado em outros serviços” e não gastando com uma pessoa que não merecia tal atenção, chamando Vitória de louca, que esta estaria “causando desconforto à comunidade com suas denúncias mentirosas (...), que a Ouvidoria Agrária poderia resolver a situação com um remanejamento de Vitória para bem longe da Gleba (...) que esta estaria dando gasto desnecessário para a União Brasileira; esse dinheiro gasto poderia ser aplicado na saúde, educação e segurança da comunidade (...). A única segurança que temos está a disposição 24 horas de Vitória (...). É preciso tirar essa máscara e deixar de enganar a Força Nacional que é uma polícia séria. Acorda produtor rural ela acabou com todo incentivo que o governo tinha pra levar pra mesa do trabalhador (...); a circulação de uma notícia que teria denunciado um trabalhador e por conta disso, foi preso por dois meses no município de Lábrea, juntamente com dois acusados de pistolagem, passando por constrangimentos e sendo, legalmente acusado de criminoso, levando a comunidade a reagir contra ela e, por fim, o anúncio de uma emboscada que estava sendo preparada por madeireiros em Vista alegre (RO).

Antes da notícia de emboscada, outros fatos antecederam. Vitória relata que, após chegar do tratamento psicológico em Rio Branco, ao passar por Nova California, uma pessoa chamou a viatura da Força Nacional, comentando “poxa vida disseram que deram cinco tiros na cara de dona Vitória não deu nem tempo de vocês reagirem. Está tudo cheio aqui”. Foi quando o policial mostrou-a para a pessoa que fazia o comentário. Em seguida, foram ao mercado, todos olhando assustados, achavam que estava morta. Depois, foram na delegacia e confirmaram a notícia, mas os policiais eles já tinham visto Vitória na viatura. Esta era a segunda vez que os boatos circulavam.

O anúncio da emboscada, deixou Vitória e a Força Nacional muito apreensivos, levando-os a não mais retornarem para sua casa, passando a permanecer na base que fora montada em Acrelândia. Vitória reporta que os policiais diziam: “se pegarem nós...vão pegar nós, esse carro não é blindado”. A notícia de emboscada foi repassada à Secretaria Especial dos Direitos Humanos que com três dias solicitou a presença de Vitória em Brasília. Nessa reunião Vitória manifestou à SDH o desejo de permanecer, caso contrário, “o povo ia ficar desamparado”. Porém, nestas condições, já haviam decidido pela saída da Força

Nacional e, conseqüentemente de Vitória. Retornaram para Acrelândia, com a decisão de que iria buscar seus pertences, aproveitando, ainda, a presença da Força Nacional. Sua moradia passou a ser um hotel, em Acrelândia, lugar onde havia a circulação de fazendeiros que também utilizavam o mesmo espaço de hospedagem. Nessas condições, Vitória acabava por limitar-se ao quarto, sofrendo, mais ainda, as restrições de locomoção. Segundo ela, “parecia uma prisioneira”, desabafava. A reunião em Brasília selou a saída de Vitória. Acordaram, junto à Vitória que a mesma seria transferida para outro assentamento. Segundo Vitória, ela foi traída, pois nesta reunião foi assumido o compromisso, que, mesmo com sua saída, de não abandonarem os seringueiros e assentados que continuavam naquela área. Contudo, isso não aconteceu, Vitória diz “sinto muita mágoa, muita dor... a justiça não fazer nada”.

Por fim decidiu-se que Vitória saísse definitivamente do PDS Gedeão, sendo transferida para um outro assentamento, em lugar distante do conflito. Essa decisão, embora tomada em sua presença, não parecia ser a melhor saída de resolução de um problema que não era individual. Sair da terra, abandoná-la, se de um lado significava “segurança” para sua vida, de um outro era como permitir, e/ou ao mesmo não impedir que os desmandos continuassem acontecendo na região. O que significava uma decisão mais fácil para o órgão governamental, para Vitória significava, em sua palavras “perder”, decretando a vitória de quem estava ameaçando, bem como a incapacidade do Estado e/ou a sua má vontade em gerir aquela situação.

Em maio de 2012, deixou o sul de Lábrea. Na visão dos policiais da Força Nacional, Vitória não tinha como voltar para o assentamento. Eles diziam: “os bisnetos daqueles que se sentiram prejudicados iriam matá-la, o ódio deles já está no sangue”, comenta Vitória. Retornou a Manaus, a CPT continuou a ser o lugar de suporte. Junto ao INCRA teve a oportunidade de conhecer dois assentamentos para que pudesse fazer a mudança. Posteriormente, a CPT sugeriu um assentamento mais próximo à Manaus pelo fato de poder receber mais apoio, uma vez que estava distante de sua família. O INCRA aceitou a sugestão e passou a fazer os encaminhamentos para seu estabelecimento em outro assentamento. Vitória passou a morar no assentamento. Seu esposo, que até então encontrava-se no sul de Lábrea, também veio para o assentamento, pois na região do sul de Lábrea, após enfrentar um processo judicial, acabou por ceder sua terra.

Muitos obstáculos se interpuseram desde a chegada até conseguir outro lugar que, não é comparável ao anterior, mas foi o possível que conseguiu. Ela diz, “queria mostrar como consegui vencer”, mas por outro lado lembra muito dos que permanecem lá. Continuou fazendo suas denúncias e sofre por não conseguir fazer muito por aqueles que permanecem. Da parte dos seringueiros continuam contando com ela e acreditando que poderá continuar lutando por eles. Sente mágoa e decepção por ter saído e os ameaçadores permanecerem atuando da mesma forma sem que nada seja feito. Os mais diferentes mecanismos de pressão, foram minando as poucas iniciativas que ainda poderiam combater as formas de violência impostas à região, pelo fato de estar em evidência. Diferentemente, o resultado foi extremamente danoso do ponto de vista de quem permaneceu e que já haviam também sido exposto pelo “ato de testemunhar” através das diferentes denúncias realizadas. A decisão do agente governamental de retirar Vitória do assentamento, do espaço construído com tanto esforço, como relatado anteriormente, a solução de encontrar saídas individuais para problemas sociais expõe a ineficácia das soluções encontradas, evidencia a inoperância de suas ações, expõe e fragiliza ainda mais quem permaneceu no espaço do conflito, silenciando-os e, conseqüentemente, intensificando a expropriação dos que ainda insistem em permanecer.

Os agentes sociais seguem, dia por dia, carregando no corpo e na alma as marcas da dor e do sofrimento. São como feridas abertas ao relento, impedidas de cicatrizar, pois a medicação para a alma não reflete diretamente na causa do transtorno. O sofrimento dos agentes, ao ser tratado como problema pessoal, individual, passa a ser despolitizado; passou-se a tratar o conflito com a desterritorialização de lideranças, medicalização e psiquiatrização dos agentes que sofrem efeito de conflitos. O medicamento e não a justiça e os direitos coíbem a dor. A dor coletiva deve ser entorpecida através da medicalização do indivíduo que deve sofrer e absorver no seu corpo o conflito, tratado pelo Estado de forma despolitizada e individualizada. Retirar o agente do lugar do conflito, do problema que o afeta transportando-o para um outro espaço geográfico e social no qual este não tem vínculo algum, é ainda a saída encontrada pelos diferentes agentes do Estado o que não deixa também de ser uma forma adicional de expropriar.

Em uma das viagens à Brasília, a pedido da Comissão de Direitos Humanos, Vitória fora levada a um consultório psiquiátrico. Relata que conversou muito com o médico onde narrou o que estava acontecendo, o porque de estar naquela condição

e, após longa conversa, o profissional, embora indicando o uso de medicamento controlado, orientou-a a visitar o Santo Daime²⁸, que, segundo ele, aquele era “o lugar onde poderia ser curada, que os espíritos da floresta iam fortalecê-la, uma vez que ela era defensora da floresta”.

Provavelmente, por conhecer a doutrina, origem e rituais utilizados e, estando diante de sua paciente proveniente daquela região, com histórico de ter nascido em seringal e enfrentando problemas advindos da atividade relacionadas à “defesa da floresta”, o profissional buscou encontrar mecanismos de enfrentamento centrando a atenção no tratamento “espiritual”. Ao narrar este fato, Vitória comentou “pensam que eu estou doida, mas acho que eles é que estão”. Apesar disso, Vitória até teve vontade de conhecer, queria minimizar sua dor, mas em outros momentos, chegava a repetir, diante da insistência de procurar psicólogo, que o que iria ajudar mesmo era o governo fazer alguma coisa pelas pessoas que estavam sendo perseguidas na região e que a justiça tomasse providências diante daqueles que a espancaram e ameaçaram de morte. Contudo, o que percebemos, a solução é sempre individualizada.

Não estamos discutindo se o tratamento psicológico e psiquiátrico tem ou não sua eficácia e que, nesse contexto não tenha sido importante para que os agentes pudessem lidar com o sofrimento, queremos contudo chamar a atenção que neste contexto de sofrimento social, as pessoas estão “enlouquecendo”, não por conta de desordens psíquicas-espirituais de origem pessoal ou familiar, senão por enfrentamentos e total desamparo das entidades competentes do Estado diante de graves conflitos sociais enfrentados de forma cada vez mais solitária por lideranças envolvidas em conflitos agrários na Amazônia. Os dados da pesquisa apontam que o Estado se apropria do sofrimento dos agentes e, ao se apropriar, conduz esses

²⁸ A Doutrina do Santo Daime, segundo seus estatutos, é uma prática religiosa cristã, ecumênica, que repudia toda forma de fanatismo, sectarismo, racismo e intolerância religiosa. O movimento religioso do Santo Daime, começou no interior da floresta Amazônica, nas primeiras décadas do século XX, com o neto de escravos Raimundo Irineu Serra, natural do Maranhão. A comunidade de Santo Daime, encontra-se, desde os anos 80, localizado no assentamento denominado Vila Céu do Mapiá, no município de Pauini, Amazonas. Em 1989 esta região onde a comunidade estava assentada desde 1983, passou a fazer parte da Floresta Nacional do Purus. (<http://www.santodaime.org/site/religiao-da-floresta/o-santo-daime>).

mesmos atores a uma nova violência, submetendo-os a sua própria lógica (DAS, 1995).

2.3.2 O que faz resistir/o que faz permanecer

Identificar as formas de resistências e como estas se manifestam no enfrentamento dos conflitos foi uma das interrogações levadas a campo. Questões como: o que os move a ficar e quais as estratégias para permanecer naquele lugar, apesar de tão sérias ameaças? Que mecanismos encontram para que permaneçam nesse espaço? Como acontece esse processo de negociação? Em diferentes ocasiões, os relatos apresentam os diferentes processos de negociação feitos, em outros pude também presenciá-los.

Ao pontuar as diferentes formas de resistência, buscamos salientar que os agentes sociais, frente às formas de pressão e violência, não estão inertes, passivos, diante das indignidades que se acumulam sobre eles (VEENA DAS, 2008). Contudo, demonstramos também que na região pesquisada as formas organizadas de resistência à expropriação territorial têm sido rigidamente combatidas, seja através da cooptação de lideranças, da intimidação e violência física de extrativistas, expulsão ou assassinato de suas lideranças. Porém, foi possível identificar também um processo de resistência silencioso. Alguns estão há anos persistindo e enfrentando e o fazem raramente de forma convencional “organizada” através do engajamento em mobilizações conduzidas por associações, sindicatos ou movimentos. O tempo que permanecem e a persistência em permanecer marcam o sentido da resistência. Como referiu um seringueiro quando foi chamado para ser apresentado à pessoa que iria comprar sua terra, porém sendo negociada por uma outra pessoa que se dizia dono, sem sua autorização, “amanhã é o dia D, é tudo ou nada”.

Ao referirem às forma com que buscam permanecer, fica a impressão que cada dia é o DIA D, decisivo, em permanente vigilância, sem muito tempo para pensar ou esperar; cada dia é determinante para a permanência na terra. Permanecer, mesmo silenciando, já é uma forma de resistir, assim como sair, “esconder”, “fugir”. É muito presente nos relatos dos seringueiros as experiências de quem tentou alguma reação mais direta, ou foi assassinado, como o senhor Gedeão da Silva ou teve que “fugir”, abandonar a região como fez **Vitoria** ou seja, formas não

exitosas diante das quais são desencorajados a um enfrentamento direto, a não ser pelo “silêncio” e outras formas como evidenciamos ao longo da pesquisa.

Estava na casa de um seringueiro quando chegaram dois senhores que foram convidados a tomar café. Um deles já havia conhecido de passagem por essa casa e que tinha perguntado se eu fazia o trabalho para a Universidade Federal e depois disse a Marcos, “cuidado, ela pode ser da Federal”. Quando perguntei, a federal vem sempre aqui, ele respondeu, de vez em quando aparecem. Ele era o comprador de uma colocação, cujo trabalho estava sendo de abrir o campo para por o gado e, segundo ele, uma parte seria de reserva, que na visão do seringueiro, leia-se retirar madeira. A outra pessoa convidada a tomar café, inclusive comigo que já estava à mesa, era o acusado de ter mandado matar Vitória. No primeiro momento não o reconheci (do documentário), embora não o achasse estranho. Ao ser convidado, ficou em pé próximo à mesa e, tomando um cafezinho, passou a conversar sobre cobra envenenada, isso porque no dia anterior, um trabalhador foi picado por uma cobra e parou na casa onde estávamos para pedir ajuda. Então, Pitbull lembrou que quando morava no Paraná, de onde é natural, haviam muitas cobras e eles a pegavam e enviavam ao Instituto Butantã. Após essa conversa, afastou-se aguardando os demais para prosseguir viagem. Fiquei intrigada e, quando saíram perguntei a uma pessoa da casa quem era aquele senhor que não me parecia estranho. Ao me responder, fiquei mais intrigada ainda, pois, este seringueiro, onde, nesse momento aparece como ponto de passagem e apoio aos trabalhos realizados naquela colocação, havia participado ativamente do documentário em que este senhor estava sendo acusado. O que havia acontecido para essa proximidade? Como o encontrei em outros momentos abrindo ramal que dá acesso a essa colônia e seu maquinário exposto no pátio da mesma, perguntei se não havia problemas com ele, se ele chegou alguma vez a comentar sobre a reportagem em que ele aparece, então, seu Marcos respondeu que ele estava passando por lá, mas que não tinha muita conversa com ele e Romeu, por sua vez, comentou que o filho de Pitbull teria certa vez dito que se o pai dele tivesse cem mil reais para matar Vitória, eles ficariam com esse dinheiro e estariam muito bem, contudo, para Romeu não era bom confiar.

Caminhos da resistência feitos de processos não convencionais, vão nos mostrando que as formas encontradas para a permanência no território pode

também nos dar a dimensão do quanto os agentes vão incorporando novas estratégias de resistência e formas convivência com essa realidade, o que não significa que também não exista sofrimento. Formas alternativas de enfrentamento não geraram garantias de permanência. Dessa forma percebemos a dimensão de risco implicadas nessas modalidades de resistir. Dessa maneira, encontramos narrativas do “corpo fechado” em que o revólver não consegue funcionar quando fora apontado em direção de Alvaro, sendo posteriormente chamado de “feiticeiro”, o mesmo acontecendo com Leticia, que ouvia comentário que não sabiam o que ela tinha, pois já haviam tentado matá-la e não conseguiram, bem como Vitória que chegara a ouvir o barulho do disparo que não funcionou, considerando não ter chegado sua hora; o segredo de Valentin que conseguia ficar invisível diante dos capangas sem que estes, estando ao seu lado não conseguiam enxergá-lo e que, segundo ele, se desejasse fazer alguma coisa com eles, “era muito fácil”, pois quando percebiam sua presença, ele já estava bem ao lado deles, sendo possível assustá-los; Ele comentava: “é tudo gente besta. Porque eu ficava na beira do caminho, eles passavam com cachorro, passavam tudinho assim, fácil de morrer. Perguntei sobre esse “segredo”, ele respondeu que era algo relacionado à sua cor (era negro). Perguntei, novamente, tem a ver com sua cor? Acho que tem, respondeu ele. Mas, o senhor fica invisível aos olhos dos outros? É porque o pessoal é cego, não enxerga, respondeu. Comentou que tinha uma senhora que também queria saber e para ela ele respondeu “minha vista é forte”. Certa vez, comentou, passaram seis homens próximo a ele e não o enxergaram. Quando chegaram mais á frente, disseram a ele, o senhor estava aí? Quer saber? Minha vista é forte, eu começo a olhar, a pessoa passa e não me vê. Só isso”. E segue argumentando “é porque minha vista é forte. Eu fico olhando, você vai passando aqui, você não me vê, minha vista é forte; isso é o que eles tinham mais receio de mim, é disso aí. Não tem pessoas que é assim? Olha mais não enxerga?”.

No decorrer do trabalho de campo, pude observar, seja através dos relatos como de oportunidade de experiências, algumas expressões dessas negociações como tomar café com quem constitui ameaça, a colônia servir como lugar de passagem, serviços prestados ao fazendeiro, como o cuidado da fazenda como impedimento de invasão; a negociação em relação às terras entre seringueiros e fazendeiros com a desvantagem de que aos seringueiros há uma exigência de domínio da leitura, dos “papéis” para que exista uma negociação de equidade; as

denúncias para diferentes agentes do Estado e a espera que estes venham solucionar os problemas ali instalados; processos judiciais de enfrentamento, como o que aconteceu com o de trabalho escravo em que um seringueiro abriu no TRT contra um fazendeiro e venceu, sendo indenizado. Para Marcos, permanecer na colocação apesar de todos os enfrentamentos, significa a possibilidade de viver a partir do que acredita ser o melhor para a criação de seus filhos, que os protegerão dos “perigos da cidade”, segurança para garantir autosustento financeiro e da manutenção de um modo de viver.

O que faz permanecer é que praticamente nos criamos aqui. A gente não quer abandonar o que é da gente, pra ir pra onde? Pra cidade fazer o que? Por acaso, eu vou pra cidade, o que eu vou fazer lá que eu não tenho saber. O que eu sei fazer é só quebrar seringa, cortar castanha, tirar açai. É isso o que eu sei fazer. Eu vou pra cidade, passar necessidade, passar fome; levar meus filhos pra cidade pra que? Pra virar marginal. Eu tenho que criar eles aqui, aqui é o lugar que fica mais fácil (Marcos, seringueiro- entrevista 2014).

Compartilha da mesma visão, seu Evandro

A maioria dos meus vizinhos, colegas que saíram, foram pra cidade, levar os filhos para estudar, que hoje é lei, quando é amanhã pois ele vem pedir serviço pro próprio cara que ele vendeu a terra, vem com uma mochilazinha para trabalhar na diária, na força, de sol a sol. Isso eu penso que não quero pra mim, se for pra ser assim, eu tô tranquilo aqui, eu tô bem, um dia que o filho quiser vir aqui... Porque eu ir pra cidade, eu não tenho saber de nada, profissão eu não tenho (...) Hoje o que eu tenho...o que eu quero mais aqui é um telefone e vou conseguir, se Deus quiser. A gente se preocupa com os filhos que estão fora, eles se preocupam conosco, sem saber notícia. Esse nosso cantinho aqui, eu não sei porque, mas todo mundo que passa aqui, a maioria, 90%, pergunta, você não vende isso aqui não? Mas que lugar esse...antes da energia, depois da energia. Isso aqui na hora em que eu abir a boca, eu vou vender, eu quero vender é logo. Eu não falo nem por brincadeira. Tá faltando apenas uma pequena ajuda, de um órgão do governo para abrir uma estradinha, o ramal pra principal, pra BR. Tem o projeto minha casa minha vida, saber se a gente que é poseeiro e não tem titulo se a gente tem direito (Evandro, 2014)

No relato de Valentin, a resistência significava também a capacidade de poder se retirar do local como forma de proteger a própria vida “sai dali para não acontecer (...), para não ser vítima; sai dali para não perder a cabeça. Fui obrigado a sair fora”.

Ao longo de toda a entrevista com seu Valentin, uma palavra foi repetida constantemente, expressando um sentimento ainda tão presente, mesmo que já houvesse vendido a colocação. Sentido de quem se sentia angustiado, exaurido,

fatigado pelo esforço que fez de permanecer no lugar que construiu ao longo de dezenove anos, embora, a maior parte do tempo, tenha sido em permanente conflito. Recorrentemente dizia esgotei, esgotei tudo, esgotei; a senhora veja que eu esgotei, daí você vai, vai, vai, vai esgotando, esgota de esperar, esgota de esperar e vai esgotando até que chega um ponto que você abre fora.

Em alguns momentos desse dilema, em meio aos conflitos aparecia quem propunha resolvê-los à sua maneira. Relata Luis que, algumas vezes pediam pagamento para “fazer o serviço” a quem o estava importunando; porém Luis, que gostava de dizer que hoje é uma pessoa diferente, mudada, de “cabeça fria”, respondia nessas ocasiões “por que faria isso? A carne ninguém come, o couro ninguém vende e só tem prejuízo. É melhor esperar, um dia a justiça chega; vão-se os anéis, ficam os dedos”.

A reação que se tem conhecimento, de forma mais visível e formalizadas, são denúncias feitas por seringueiros, em Delegacias de polícia (Lábrea, Rio Branco, Califórnia, realizada na sede do IDAM,), à Polícia Federal e MPF de Rio Branco, nos anos de 2004, 2008, 2010 que, encaminhadas ao município de Lábrea constam em volumosos processos judiciais²⁹ e, que no ano de 2010, resultou no pedido de prisão preventiva de dois fazendeiros, sendo revogadas, posteriormente, por alegação de inocência tendo como defensor dos fazendeiros o presidente da associação de moradores (APRAASSA), à época, Antonio Eurico Soares, conhecido como Biro-Biro.

O resultado desses processos gerou também a prisão de três pessoas, duas delas acusadas de pistolagem e a outra de um ex-seringueiro que, de testemunha de violência cometida contra uma seringueira, passou a ser acusado e preso por um período de dois meses na delegacia de Lábrea/Am. A responsabilização da prisão deste senhor recaiu sobre a presidente da Associação Deus Proverá, como relatado anteriormente, motivando, dessa maneira, silenciamentos frente a qualquer forma de manifestação.

A complexidade que gira em torno das formas de resistir, acaba por gerar condutas silenciosas desta resistência. A partir das pesquisas de James Scott (1985) sobre rizicultores da Malásia, percebemos como é relevante as formas de resistência de pequena escala, geralmente sem organização formal ou líderes oficiais, dos

²⁹ Processos de nº 0001927-862010.804.0034 e 0002188-42.2010.804.0034 – Tribunal de Justiça – Comarca de Lábrea

camponeses pobres à apropriação de seu trabalho e da sua produção, como também às indignidades que eles sofrem dos ricos. Na aldeia da Malásia pesquisada por dois anos por Scott, a resistência cotidiana incluía furtos de alimentos, a debilidade incompleta, boicotes aos agricultores que pagavam pouco ou, a matança de animais dos ricos que invadiam hortas, e todo tipo de boatos, difamações, e ameaças veladas. A análise destas práticas permitiu a Scott produzir um argumento vigoroso contra o conceito de hegemonia a partir da importância das práticas de resistência cotidiana nas relações de classe e na mudança social.

Scott considera que a maioria as ciências sociais atribuíram demasiado peso às organizações formais (sindicatos, movimentos sociais ou partidos) como a forma mais importante da luta social e meio mais eficaz de mudança social. Para Scott, a longo prazo a resistência contínua de pequena escala ou até individual, organizada e incentivada pela cultura subalterna, tem consequências até mais relevantes que os movimentos sociais para as formas de extração e dominação, impondo limites nos poderosos. Para muitos tipos de subordinados, especialmente os que sofrem a sujeição pessoal intensa, a resistência informal e cotidiana é a estratégia mais eficaz para enfrentar uma guerra prolongada, porém fica-nos a questão quanto sua eficácia, exatamente a longo prazo, quando pensamos nos objetivos a serem alcançados, nesta situação a permanência em seu território. Existem limitações e avanços nos dois processos. Se de um lado, os agentes, apesar de todas as formas de violência resistem no território, por outro lado, são pouquíssimas as famílias que têm conseguido resistir, uma vez que encontram-se o tempo todo sofrendo a pressão para a desistência, saída, mudança para outro lugar. No entanto, pensar numa organização mais formal, que pudesse, junto a essa “resistência silenciosa”, fazer o contraponto, poderia, quem sabe, ter assegurado e/ou impedido tantas expropriações.

Na resistência cotidiana vão encontrando a possibilidade de permanecer, como apresentava Evandro, ao relatar do encontro que fora chamado em que sua colocação havia sido negociada, “amanhã é o dia D”, afirmava, “é tudo ou nada”. Os agentes sociais estão, o tempo todo nesta tentativa de permanecer e na constante correlação de forças entre fazendeiros, madeireiros e agentes do Estado. Por muitas vezes se sentem cansados, “esgotados” por não perceberem perspectivas. Quando Evandro, da colocação Terra Nova, ao conversar com um servidor do

Programa Terra Legal e, diante da burocracia apresentada para se iniciar um processo de regularização diante da complexidade que se apresentam as “propriedades” formadas, ele respondeu, “já entendi, é para os meus filhos”.

2.3.3 Reserva Extrativista como estratégia de resistência

Entre as formas de resistir e assegurar o modo de vida dos seringueiros que permanecem no local, bem como os que possuem o desejo de retornar, encontra-se o pedido de criação de uma Reserva Extrativista - RESEX – entendida como uma das modalidades de Unidade de Conservação, contemplada no Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), instituído pela Lei 9.985/2000, em que a estabelece como uma área utilizada por “populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, tendo como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, assegurando o uso sustentável dos recursos naturais da unidade (Art. 18 do SNUC)”.

As Reservas Extrativistas, no âmbito do SNUC é gerenciada pelo Instituto Chico Mendes para a Biodiversidade (ICMBIO), dentro do Ministério do Meio Ambiente, de forma que esta modalidade se articula com os recursos naturais o acaba por distanciar de uma política agrária, o que faz com que as demandas e reivindicações ligadas diretamente à questão da terra, tornam-se fragilizadas e fragmentadas, embora, as Reservas Extrativistas (RESEX) expressem uma inovação em termos de estatuto territorial, afirmando-se como demanda dos movimentos sociais no debate suscitado pelo lançamento do Plano Nacional de Reforma Agrária, em 1985 (MENEZES, 2011). As Reservas Extrativistas passam a se constituir em um dos instrumentos inéditos de reforma agrária, visando a atender as especificidades da questão agrária amazônica e a defesa dos povos da floresta, categoria que rompia com termos convencionais como camponês e trabalhador rural (Menezes, apud Almeida, 1993).

A experiência que os moradores da área de pesquisa possuem com a Floresta Nacional (FLONA) do Iquiri, que faz divisa com o Riozinho, é o que proporciona a compreensão do que viria ser uma reserva, sendo esta a referência do que significaria constituir-se uma reserva. Nesta região, no período da coleta de castanha, em especial, a corrida para a Flona é intensa. Para o Sr. Souza, é comum ver inúmeras barracas de lonas armadas no período da coleta. Como já abordado

anteriormente, conflitos pelo domínio deste espaço passou a ser também constante. Fazer com que toda a área do Riozinho se transforme também em uma reserva como forma de assegurar a vida dos seringueiros, é o desejo de Marcos, o que para ele, é também uma das soluções para os conflitos,

(...) fazer uma área de reflorestamento, fazer uma reserva pra nós trabalhar, cortando a seringa, a castanha, sobreviver do açaí, da copaíba, da andiroba. Eu creio que se fizer uma reserva, aqueles seringueiros que saíram todos eles voltam. Que todos eles têm vontade de voltar, só que não podem mais porque os fazendeiros não deixam. Todos eles voltariam pra suas colocações pra trabalhar. Porque, mata nós tem, tem a castanha, tem a seringa pra nós produzir; mas a gente já não volta porque os fazendeiros já não libera a passagem pra gente entrar. Se virar reserva a gente trabalha e vive mais sossegado. Precisamos de uma melhora pra gente sobreviver do que é acostumado sobreviver, pra não precisar está trabalhando pro fazendeiro, porque do jeito que vai a gente vai virar peão, vai ser obrigado a trabalhar pro fazendeiro. Porque nós não temos oportunidade. Com ajuda do governo que incentive o nosso lado (Marcos, entrevista, 2014).

Compartilha da mesma visão, sr. Valentin ao referir à reserva

Se tivesse assim uma reserva pro seringueiro como tem no Acre, ai consertava. Uma reserva nas colocações pro pessoal cortar seringa, quebrar castanha. No Acre não tem? Olha, aqui pro Acre, é o seguinte, entra o ramalhão aqui é tua colocação, ali na frente é a minha, aqui é a tua, aqui é a tua, aí quando chega a Cooperacre lá do Rio Branco, quando chega a época de entrar pra li, cada quinze dias o caminhão entra, ai a minha colocação fica a uma hora, duas horas pra beira do ramal, bota no burrinho puxa aqui, espera na tua casa, ai vem outro daqui, espera aqui nessa outra casa e ficou aquela colocação que pegou o ramal, entendeu? Pois é, até se isso acontecesse até eu ia cortar seringa. Pra que eu guardo as minhas facas? A senhora ta entendendo, até eu ia cortar seringa, to velho mais eu agüento cortar seringa. Mas, legalizada, assim na marra eu não vou (...). Se deixar ai por conta do senhor fazendeiro, se chama liquidada”.

Diante do cenário que se apresentava de desmatamento e expropriação, na área de pesquisa, a saída para a permanência de extrativistas e a garantia dos bens da floresta, era a região ser transformada em uma área de Reserva. Nesta discussão, encontrava-se Vitória, presidente da Associação Deus Proverá, inserida no processo de mobilização. Preocupada com os rumos do que se transformariam a região e a vida dos seringueiros, dos conflitos impostos tendo como um dos principais motivos a retirada de madeira da área de forma irregular, a audiência quanto ao desejo explícito do seringueiros permanecerem na região, vivendo do que sabiam fazer; o acompanhamento quanto a retirada e negociação em uma safra de retirada

de castanha em que seringueiros atingiram o valor de quarenta mil reais (R\$ 40.000,00) na venda da castanha, fora o açaí e a seringa; sabendo que preservavam a natureza; observando e sendo procurada por seringueiros expulsos que eram obrigados a trabalhar de metade na coleta de castanha nas fazendas em que antes eram donos; os que estava, queriam continuar daquele jeito. Pensou que poderia criar uma reserva para dar continuidade à preservação da floresta e a continuidade do modo de viver dos seringueiros. Desde o ano de 2009, reuniões foram realizadas para discutirem sobre reserva, não necessariamente extrativista. Dos noventa (90) seringueiros entre expulsos e moradores, pediram que fosse também uma reserva diante da eminente perda do maior bem, os bens da floresta que mantinham suas vidas, uma vez que os conflitos pela retirada ilegal de madeira haviam estavam se intensificando.

Mesmo estando sob a proteção da Força Nacional, em 2012, Vitória buscou articular uma discussão maior sobre essa possibilidade que agora, ao seu ver era urgente. Relata que a “luz sobre a reserva”, veio da CPT. Certo dia ligou e perguntou qual a melhor forma de assegurar a vida dos seringueiros e evitar a destruição da floresta, de forma que a resposta foi a criação de uma reserva extrativista, uma das únicas modalidades, dentro das categorias de regularização fundiária, que asseguraria a permanência dos seringueiros naquela região, por ser uma demanda reconhecidamente dos seringueiros. Vitória se articulou com o ICMBIO da Boca do Acre/AM a fim de pudessem prestar mais informações aos seringueiros. Com a presença do agente do ICMBIO, reuniram-se em Nova Califórnia, no espaço cedido pela Igreja Católica, que juntamente com seringueiros residentes e expulsos, após informações e esclarecimentos a respeito do que viria a ser uma RESEX, os participantes decidiram por sua criação na região do Rio Novo, compreendendo os seringais Rio Novo, São João do Riozinho, São Felix, Boca do Riozinho todas localizadas no sul do município de Lábrea/AM. Os motivos apresentados, no decorrer da reunião, que serviriam como base para a solicitação

(...) a região do Rio Novo é o lugar de trabalho dos que ali chegaram a mais de sessenta anos, que nasceram e realizam extração de seringa, castanha, açaí e outros recursos disponíveis; região rica e conservada, oferecendo o sustento de sessenta famílias que se encontram ameaçadas em razão da chegada de grileiros que se apossaram de parte das terras ocupadas pelas famílias que dela tiram seu sustento; apesar da ocupação de áreas por grileiros na região, as famílias que de lá foram despejadas continuam a realizar extração de castanha, seringa e outros produtos, porém, tendo que

se submeter ao pagamento de “renda” ao grileiro que de lá se apossaram (...) (Abaixo-Assinado, 2012).

Esta demanda foi discutida e apresentada no ano de 2012, em reunião, onde aprovaram e assinaram a Ata com o pedido de criação, sendo encaminhada para o ICMBIO de Brasília, através do memorando de nº 23/2012 e protocolo 0219664 pelo analista ambiental de Boca do Acre, Antonio Edilson de Castro Sena. No âmbito do ICMBIO de Brasília, esta demanda encontra-se para apreciação sob o processo de nº 02070.002076/2012-13. Passados três anos, não houve qualquer iniciativa do agente governamental responsável em encaminhar os primeiros procedimentos, pós solicitação que, de acordo com a Instrução Normativa³⁰ “a partir do recebimento da solicitação, o Instituto Chico Mendes deve efetuar uma vistoria na área, uma ou mais reuniões com a população tradicional envolvida e emitir parecer técnico sobre a viabilidade de criação de uma RESEX ou RDS (IN, Art. 6º)”. Em contato com ICMBIO de Brasília, não há agendamento, muito menos prioridade para os processos de vistoria e demais procedimentos relativos aos estudos para verificação quanto a criação desta RESEX para esta região.

Ressalta-se que nos últimos anos (apartir de 2008), a efetivação de Reservas Extrativistas, apesar das demandas advirem de extrativistas, têm sido marginalizadas no âmbito do Estado. Segundo a CPT/AM, existem solicitações de RESEX que já duram 15 anos, sem receberem anuência através de Decreto presidencial, o que nos faz inferir que no atual governo não há a mínima disposição em favorecer e possibilitar essa forma de regularização fundiária, implicando a minimização dos conflitos, assegurando o modo de vida dos seringueiros, sendo uma forma de evitar o avanço do desmatamento e, conseqüentemente a destruição da floresta, que, se fôssemos analisar os discursos em torno da necessidade do país em declarar a vontade de manter os níveis de desmatamento baixos ou chegar a escala zero, tão propalada pelo Estado Brasileiro e federação do Estado do Amazonas, chegando a fazer acordos internacionais, infelizmente, não vislumbramos decisões efetivas de combate a ações que vão na contra mão desses pactos, o que evidencia a distancia entre a “intenção e a ação”. O agravante é que

³⁰ Instrução Normativa nº 03, de 18 de setembro de 2007 (Publicada no Diário Oficial da União Nº. 182, Seção I, página 104, de 20/09/2007) que disciplina as diretrizes, normas e procedimentos para criação de Unidade de Conservação Federal das categorias Reserva Extrativista e Reserva de Desenvolvimento Sustentável. Ministério do Meio Ambiente. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBIO.

esses posicionamentos permitem toda forma de abuso e violações do que poderíamos dizer do que é sagrado: o direito ao território e da possibilidade dos seringueiros decidirem suas escolhas e modo de vida.

2.4 Configuração Territorial: Metamorfoses de um espaço social

2.4.1 Colocações versus fazendas

A expressão acentuada e recorrente destas duas categorias, nas narrativas apresentadas: “sou da Colocação X que agora é a Fazenda Y”, ou, estamos “rodeados de fazenda”, faz perceber que estamos diante de um fenômeno que não significa apenas mudança de nomenclatura, senão de toda uma concepção de espaço social que ora remete ao passado vivido e, com ele lembranças de um viver e de um presente que ao tentar persistir esbarra no mesmo espaço geográfico, mas que já não tem o mesmo significado, embora ainda estejam presente elementos que o compõe, especialmente no que está relacionado ao trabalho e à floresta.

Quando pensamos na categoria colocação, de modo geral, compartilhamos da visão de Mauro Almeida (2012) ao tratar do tema abordando a colocação como

uma organização social e um sistema econômico caracterizado pelo uso múltiplo de territórios florestais, compartilhando ambientes em comum. O sistema das *colocações* possui o potencial para constituir-se, sob seu reconhecimento institucional como base das reservas extrativistas, no modelo de uma instituição coletiva de uso da floresta que é pouco agressiva para com a natureza e que pode proporcionar uma boa vida a seus habitantes (...) modelo do modo de vida de seringueiros, visto do ponto de vista do uso da floresta pelos moradores; possui regras próprias e locais; colocação como unidade de uso dos recursos da floresta (...) É uma unidade de manejo, uma forma de organização social e o lugar de uma cultura que os seringueiros criaram (...). As colocações são o embrião de um modo de adaptação humana à floresta tropical que é social, ecológica e economicamente promissor (Almeida, 2012. P. 121,

Estar na Colocação, conforme apresenta Valentin, é experimentar, conviver com a mata, sentir o cheiro da terra, tirar do rio o alimento e da terra e da floresta o produto que sustenta as demais necessidades; é sentar na beira do rio e pescar; é poder saborear a carne de caça; assim como na visão de Souza, é “ver um mundão de terra, porque seringueiro é acostumado com muita terra, com a floresta, por isso não acostuma onde estão os “sem-terra”, que é apenas um pedaço de terra”, referindo ao Projeto de Assentamento Gedeão. Na mesma direção, Vitória também destaca que estar na colocação, é “sentir o cheiro das folhas verdes, a folha cheira,

o vento batendo na folha, sentir o que elas estão falando, elas estão se comunicando; é ouvir, sentir as árvores; é fechar os olhos para sentir. É o ar puro, a gente se sente livre, feliz, outra pessoa, a gente encontra paz. Quando eu vim pra cá (Manaus) me senti presa; cidade pra mim é prisão. Eu na mata; a mata tem algum segredo. Antes de eu sair da terra, sonhei com as castanheiras todas revoltadas...batia aquele vento forte...”.

Este modo de vida encontra-se ameaçado, sob constante pressão. A “colocação” foi sendo empurrada para as margens do rio; o trabalho específico da seringa, pelos motivos citados anteriormente, foi cedendo espaço para a fazenda; o que poderia se constituir neste “modelo de um modo de vida” encontra-se enfraquecido. Contudo, ainda permanece aquela “saúde”, mesmo de quem já saiu, o que faz com que Valentin, após vender sua colocação diz que levou para seu novo local de morada o forno, bola de seringa, bem como as facas de cortar seringa que permanecem guardadas, “esperando” uma oportunidade de trabalhar de novo.

Os relatos dão conta, como apresentados, anteriormente, que a região, passando por processos de desativação do serigais, de enfraquecimento da produção e com a política de crédito do governo, acabou por disponibilizar ao mercado, imensas áreas de terra, como observa Menezes (2011) em que as medidas de modernização da região, adotadas pelo governo militar, com o fim da era da borracha, excluía o extrativismo da pauta de investimentos estratégicos para o futuro econômico da região, de forma que os seringais adquirissem novos donos e, conseqüentemente, novas modalidades de exploração econômica das terras, sobretudo a pecuária extensiva, que ameaçavam a existência de formas de exploração tradicionais com a derrubada de florestas para criação de pastos. Dessa forma, os relatos apresentados pelos seringueiros, estabelecem a dicotomia entre essas duas categorias e a nova configuração territorial ali estabelecida em que as atividades das fazendas passam a se sobreporem às atividades de seringueiros nas colocações, embora exista, como já abordado essa expressiva necessidade imposta pelos seringueiros de prosseguir com sua atividade. No entanto, os embates que se estabelecem a partir dessas duas categorias visibilizam os conflitos em torno de duas atividades divergentes. Não é possível combinar colocação com fazenda, pois “o seringueiro precisa da floresta, da mata e fazendeiro precisa do campo para o gado”, desmatar para a criação, manter a floresta em pé para retirar dela o produto. Viver e construir a família na localidade, o fazendeiro vive fora, deixando seus

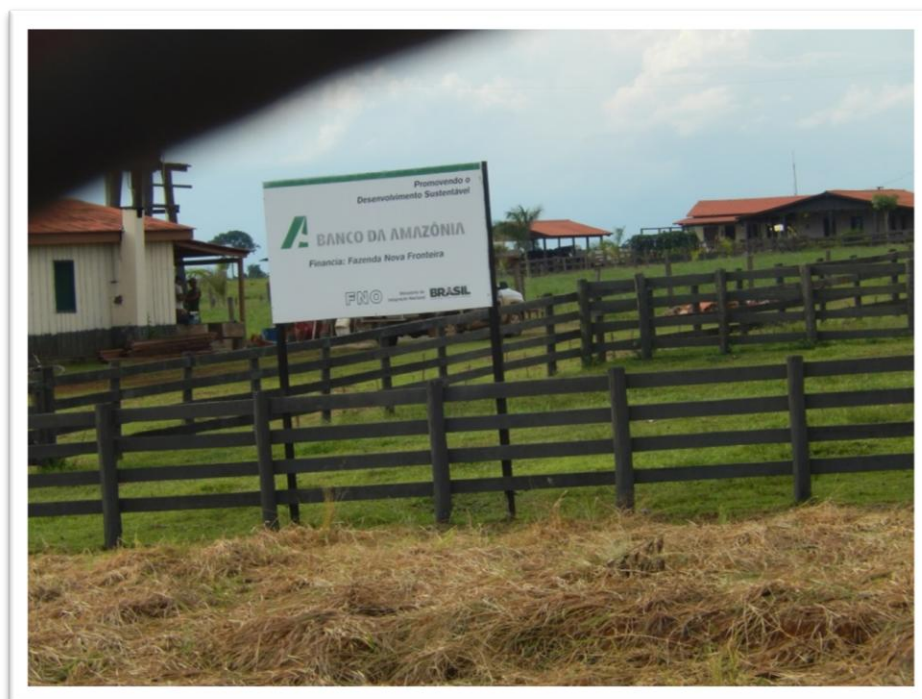
gerentes para tomar conta, é todo um modo de viver que vai desaparecendo, apesar das resistências. O que para o seringueiro significa vida, para o fazendeiro é insignificante, segundo o seringueiro, o fazendeiro “cerca, não tira e não deixa ninguém tirar para que ninguém se sinta dono”, referindo à atividade extrativista, “o negócio do fazendeiro, afirma, é gado e madeira. Eles tem aquele mundão de terra pro manejo, eles tiram madeira, a metade daquele manejo, já derruba pra fazer pastagem”.

Toda uma política de incentivo à atividade pecuária, entre outras, vai se estabelecendo na região, a partir dos desmontes da atividade extrativista, como aponta Menezes (2011)

Em 1990, o Governo Collor muda as regras do jogo que vigoravam até então suspendendo a política protecionista a várias atividades subsidiadas pelo Estado, entre elas a borracha. A situação aprofunda a crise nos seringais e em 2000, após dez anos desta política verificou-se a redução de 90% da produção de borracha pelo maior estado produtor brasileiro, o Acre. O efeito desta inflexão foi intenso sobre muitas comunidades extrativistas da Amazônia verificando-se deslocamentos dos seringais para as margens dos rios e a adoção de novas estratégias de sobrevivência como a intensificação da exploração de outros recursos naturais, desmatamento e a ampliação da pecuária.

Sr. Evandro, sabe bem o que esta política significou, sentiu seus efeitos com o referido Plano. Após a experiência de ver a Associação Vitória da Floresta, criada por eles, entrar num processo de endividamento e seus sócios sem condições de arcarem com o compromisso, para ele, “o seringueiro acabou”, não tem o incentivo necessário para manter as estradas de seringas limpas a fim de continuar produzindo, mesmo que a cooperativa do Acre compre toda a produção da borracha, porém, o fundamental que é dar as condições para que a atividade permaneça já não existe, ao lado disso, há ainda os impedimentos por parte dos fazendeiros

Figura 15- Fazenda Nova Fronteira, serigal Rio Novo Fazenda - às margens da BR 364 sentido Rio Branco Porto Velho-



Arquivo pessoal – 2015

As placas, acima, são bem sugestivas em relação à discussão que estamos apresentando. O nome da fazenda, Nova Fronteira, às margens da BR 364, com uma imensa extensão de terra a chamar atenção de quem quer que por ela passe, é uma demonstração clara do que foi transformado o território extrativista e os conflitos

advindos. Fronteira, é o que vimos discutindo quanto a esta região. Verificamos aqui as diferentes formas de compreensão da fronteira, pensada como geográfica, social, histórica, simbólica discutida apresentada no 1º capítulo, seguindo, posteriormente, com reflexões de João Pacheco de Oliveira ao abordar as questões sobre seringal. Os incentivos fiscais à grande empresa, seja pecuária, seja madeireira por órgãos governamentais, se chocam com os interesses de extrativistas e é, nesse sentido que as duas categorias colocação e fazenda não se coadunam, sendo assim, como pensar na resolução dos conflitos estabelecidos na região, quando as atividades que contribuem para os mesmos são estimuladas política e economicamente pelos agentes do Estado?

Quando, nos deslocávamos do ramal da Mococa à Nova Califórnia, em transporte alugado, falei ao motorista que gostaria de tirar uma fotografia da fazenda Nova Fronteira, quando passássemos pela frente. O motorista explicou que não havia problema, porém, parar o carro nas imediações não seria possível, pois, o gerente da fazenda, segundo ele, era “complicado”. Então, ao chegar nas proximidades do local, diminuiu a velocidade para que pudesse fazer o registro fotográfico, o que foi bem difícil, pois, além da pouquíssima habilidade na função, não poderia expor, mais do que já estava, as pessoas que me acompanhavam, inclusive o motorista. Diga-se que a fazenda, encontra-se às margens da BR 364 e, por estar localizada neste espaço, não deveria constituir-se em impedimento, porém, este fato nos dá também a dimensão do que estamos tratando em termos de um espaço movediço, marcado pela necessidade permanente de vigilância.

Nas proximidades da colocação Terra Nova e com acesso pela linha 09, encontramos mais uma placa e que passou a chamar a atenção pois, no decorrer dos três momentos, época de cheia e de verão, em que estive na região, esta placa continuava lá, suspensa, no meio do mato, sob chuva e sol, “resistindo” à subida e descida das águas. O tempo em que permanecia ali, desde o ano de instalação do projeto (2004), aguçou a curiosidade. Perguntei, se aquela placa sempre estivera naquele lugar, ou seja desde que exploraram a área para o manejo no longo período de dez anos (2004 a 2014). Como resposta, afirmaram os seringueiros da proximidade, que os “funcionários” do Dr. Nilo sempre “ajeitavam” para que ali permanecesse. Isso me fez pensar, de imediato, na obra “vigiar e punir” de Foucault. A placa, ali suspensa, na intersecção do caminho, estabelecia exatamente os limites e demarcava o território; ali estava como forma de manter o controle sobre o espaço

territorial, indicando quem detinha o poder sobre aquele lugar, seja de moradores e visitantes. Era a estratégia de manter sempre alerta quanto ao domínio. Acompanhava também as restrições de forma bem evidente “proibido caçar e pescar”, para não deixar dúvidas de que aquele território não tinha dúvidas quanto o seu domínio.

Figura 16- Placa de manejo florestal – Fazenda Rio Novo- Seringal Rio Novo



Fonte: Arquivo Pessoal: Pesquisa de Campo, 2014.

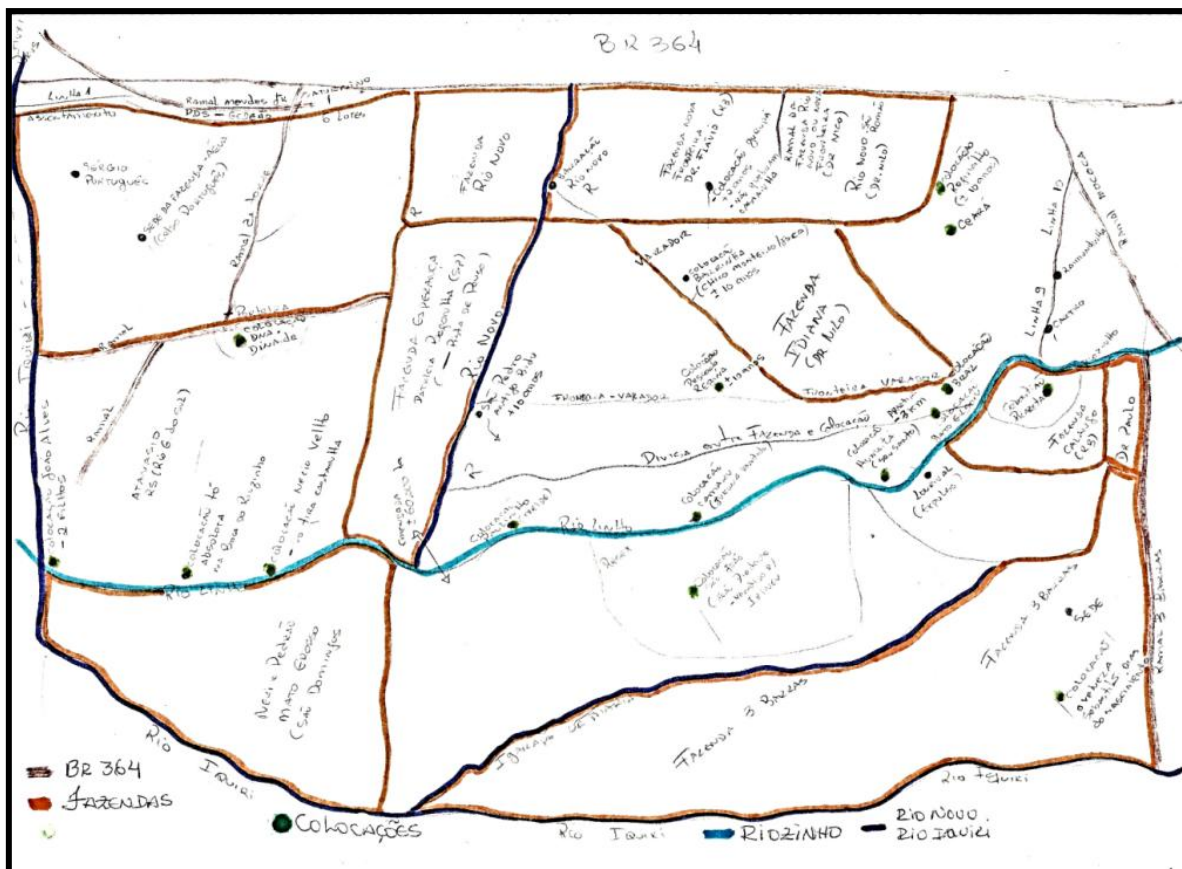
A placa demonstra ainda uma empresa como proprietária da referida área, bem como a liberação do plano de manejo. Relatos dão conta de outros planos licenciados e com pedidos de liberação, evidenciando a importância da madeira

nesta região, acompanhados de retirada de madeira sem qualquer liberação e/fiscalização.

A configuração territorial desta área do sul de Lábrea, mais precisamente a área da pesquisa, apresentam-se bem complexas. No início da pesquisa de campo, em conversa com seringueiros, reunidos na linha 09, ao descreverem a realidade pelas quais passavam quanto à questão da terra, e diante de minha dificuldade de percepção da abrangência das colocações, seringais e no intuito de ter maior visibilidade do que estava sendo posto, sugeri a construção de um mapa com as informações apresentadas, bem como da percepção que tinham quanto a forma de configuração territorial daquela região. Prontamente seu Souza passou a desenhar, com a colaboração dos que ali se encontravam, um mapa, definindo as áreas de seringais, colocações e fazendas, facilitando e muito a compreensão e dimensão do que estavam relatando, sendo possível ter mais clareza da expressão “estamos rodeados de fazendas”. Dessa forma, o mapa a seguir, a partir de um levantamento, ainda incipiente, junto aos seringueiros, busca expressar essa realidade instalada na região, provocando os conflitos quanto a garantia e permanência dos seringueiros em seus territórios.

O destaque que considero importante apresentar no mapa, encontra-se no Riozinho (cor azul) que corta todas as colocações, tendo às suas margens, a residência dos seringueiros. Em seus extremos, acima, a BR 364, que permite o acesso a todas as colocações e abaixo, o rio Iquiri, que ao receber o Riozinho, segue na direção do rio Ituxi, afluente do rio Purus.

Figura 17- Mapa - Região do Riozinho e Adjacências



Mapa construído por moradores e ex-moradores das Colocações durante o período de trabalho de campo em março/2014, com o objetivo de entender a complexa realidade que envolve as terras/territórios na região da pesquisa. Mapa redesenhado e minimizado por Francisco Costa.

Levantamento, realizado a partir do trabalho de campo (pontos de GPS) e pesquisas em sites oficiais, apresentam a configuração territorial atual da área de pesquisa, que busco demonstrar no quadro a seguir. Por ser um levantamento ainda incipiente, pode, portanto apresentar imprecisões, contudo é uma forma de retratar o nível de complexidade territorial, envolvendo, inclusive situações no campo jurídico. Estas informações objetivam contribuir com as investigações na busca da solução dos conflitos instalados nesta área do sul do município de Lábrea/Am, visando a segurança territorial para seringueiros/extrativistas.

Esta visibilização, através do quadro, vem corroborar o que os seringueiros/extrativistas apresentaram como realidade e as preocupações que os cercam. Dessa forma, além de termos um quadro apresentando as informações das fazendas e colocações, vamos perceber que boa parte dos que se colocam como proprietários enfrentam processos judiciais por conta da terra, bem como de trabalho

escravo. O que fica demonstrado é que o território dos seringais encontram-se entrecortados, desmembrados, divididos e aponta para a complexidade da situação fundiária: terras da União (faixa de fronteira), terras de particular (títulos definitivos), título Boliviano (cancelado), cadastro, “espelho”, território tradicional, empresas e particulares como detentores de titulação. Ficou ainda evidente, que nenhum daqueles que se colocam como proprietários residem no local e são oriundos dos Estados de Mato Grosso, Rondônia, Acre, São Paulo, Rio Grande do Sul, como pode ser observado no quadro que segue. Os chamados gerentes, são os que exercem a função de administração, designados para manter o controle da propriedade empregando todos os meios necessários, inclusive violentos, abusivos, para “preservar” a área de qualquer “incômodo”.

Nota-se que existe um movimento constante de tentativas de ocupação destas áreas por parte de membros de uma Associação comunitária. No mês de julho de 2014, um grupo, sob a liderança da presidente da Associação Apraassa, buscou adentrar uma área que Roberto Passos diz ser o proprietário. As informações recebidas é que houve troca de tiros entre os grupos e que conforme relatos, o grupo da ocupação chegou a um prejuízo de três mil reais (R\$ 3.000,00), em mercadorias que levavam para a manutenção do tempo em que precisariam permanecer acampados na área. A palavra “invasão” é recorrente por esses lados.

Quando cheguei à casa de um seringueiro, em Nova Califórnia, ao ser apresentada pelo motoqueiro que me levou até esta residência, o seringueiro me perguntou: a senhora é a Marinês? Respondi que não e me apresentei. Perguntei então? Quem é Marinês? Ele respondeu, é uma senhora que está “cortando as terras”. E acrescentou: “tenho um pedaço de terra la dentro (...)”. Trata-se do seringueiro Alvaro, 82 anos de idade, chegado a região nos anos 60, como já relatado anteriormente. Em outra ocasião, outro seringueiro relatou que recebeu o convite para “invadir” sua própria terra que já estava tendo problemas com o fazendeiro. Ele teria respondido, como vou invadir minha própria terra e ainda dividir? Ao retornar ao campo em setembro de 2014, já havia um grupo que estava ocupando uma fazenda, nas proximidades da BR 364, cujas terras um Banco estava requerendo, provavelmente por ter sido empenhada em negociações de empréstimos. O comprador de uma colocação, quando passava pela residência da casa que estava hospedada, sempre comentava das discussões a respeito das “invasões” nas áreas. Certa vez ele disse, se continuar com a confusão dos limites

com minha terra, até eu vou também entrar”. Esse constante movimento faz parte do cenário que envolve a complexidade do que se tornou essa região em que critérios e meios de ocupação, exercidos de diferentes formas, são realizadas cada um sob o seu prisma, em detrimento de direitos que consideramos assegurados em relação aos territórios dos seringueiros.

Quadro 2 - Região do Riozinho e adjacências - Sul do Município de Lábrea- Am

SERINGAL	COLOCAÇÕES	FAZENDAS
Seringal São Domingos (título Boliviano) ³¹	X	X
X	X	Neri e Pedrão (Mato Grosso)
Seringal São João	Maitá São João Paulino Gato Terra Nova	Irineu (mora em Nova Califórnia – Ro), natural do RS) Gadelha (Rio Branco/AC)-Falecido em 2014. Dr. Paulo (...) Valdomiro/Calango: Rio Branco/AC
Seringal Remansinho	X	Atanásio Schneider ³² (Rio Grande do Sul) Carlos Roberto Passos ³³ (Rio Branco/Ac) Waldair João Schneider ³⁴ (Rio Grande do sul)
Seringal Boca do Riozinho	Boca do Riozinho Bissolota	Atanásio Schneider Carlos Roberto Passos Patricia Albergoni ³⁵ (São Paulo) Fazenda Esperança ³⁶

³¹ Seringal São Domingos (conhecido como título Boliviano), já foi cenário de discussões, levantamentos, investigações, pedido de cancelamento de matrícula, levando a compreender os títulos advindos dos desmembramentos que seguiram a partir da abertura de matrícula deste, no município de Lábrea/AM.

³² Atanásio Schneider: Processo nº 0001789-69.2014.8.04.5300 - (Fonte: site do TJAM)

³³ Carlos Roberto Passos: Processo 0001062-13.2014.8.04.5300 – (Fonte: site do TJAM)

*Atanazio Schneider e Carlos Roberto Passos: Agravo de Instrumento nº 2007.000724-9 – Lábrea/Am – Fonte: site do TJAM)

³⁴ Waldair João Schneider: Processo nº 245/2015 – Comarca de Lábrea (Mandado liminar de reintegração de posse) e Pedido de revogação impetrado pelo INCRA. Fonte: Dossiê: FETAGRI/AM

³⁵ Patrícia Albergoni: Processo nº0000319-03.2014.8.04.5300. Fonte: TJAM

Seringal Santo Antonio	Justino Floresta Santo Antonio	Agua Verde Celso Ribeiro ³⁷ e Sergio Ribeiro: Rio Branco/AC
Seringal Rio Novo	X	Dr. Nilo Lemos ³⁸ (Rio Branco/AC) Fazendas: Nova Fronteira ³⁹ , São Romão, Iracema, Indiana
	X	Aparecido Albergoni (Fazenda Três Barras) ⁴⁰ (São Paulo)
	PDS Gedeão	Saturnino Aparecido ⁴¹

Fonte: Pesquisa de Campo – Ano: 2014 e 2015. Quadro elaborado pela autora

No final do ano de 2009 e início de 2010, a informação dos agentes sociais é que uma equipe do Programa Terra Legal, esteve na área da pesquisa fazendo um levantamento para fins de regularização fundiária. Segundo relatos, os técnicos do Incra e do Programa Terra Legal fizeram todo o percurso do Riozinho, de barco, acompanhados por um seringueiro, onde tiveram a oportunidade de conversar com moradores, preencher um formulário (pedido de regularização fundiária), bater pontos de GPS. Com o formulário preenchido, contendo as principais informações para conhecimento da área e posterior abertura de processo de regularização, foi entregue uma cópia aos moradores que recebeu o nome de “espelho”. Nas casas onde tive a oportunidade de chegar, esses “espelhos” eram mostrados, porém, a reclamação é de que a equipe nunca mais retornou. Alguns dizem que os técnicos chegaram a dizer que poderiam demorar de um a dez anos, de forma que alguns chegavam a fazer as contas, no momento da pesquisa e comentavam, já fazem 5/6 anos, ou seja, ainda não havia extrapolado o tempo que haviam “prometido” (de dez

³⁶ Patrícia Albergoni: Processo (antigo- 00025079620108040034) / 0000864-73.2014.8.04.5300- Manutenção de posse- Polo Passivo - (Fonte: site do TJAM)

³⁷ Celso Ribeiro: Prisão Preventiva decretada e revogada em 2011- Lábrea – Fonte: Arquivo CPT/AM

³⁸ Dr. Nilo Lemos: Prisão Preventiva decretada e revogada em 2011- Lábrea - Fonte: Arquivo CPT/AM. Faleceu em 2014.

³⁹ Fazenda Nova Fronteira: Financiamento BASA: Foto: Arquivo pessoal

⁴⁰ Aparecido Albergoni: entrou na Lista suja do Trabalho escravo no ano de 2013 (Fonte: site do TRT) e Processo 00025079620108040034- Manutenção de posse (0000864-73.2014.8.04.5300)- Polo Passivo (Lábrea/AM) – (Fonte: site do TJAM)

⁴¹ Saturnino Aparecido Nascimento e Outros: Processo N° 0007387-55.2010.4.01.3200 e INCRA- 1ª Vara Federal – Fonte: Site do TJF.

anos). Os espelhos eram guardados e apresentados como comprovação da dominialidade da terra e na esperança de que um dia retornarão para dar prosseguimento ao trabalho.

O fato de estar ali fazendo a pesquisa e recebendo informações, bem como a disposição dos agentes em confidenciá-las, me interpelaram a buscar, junto ao agente responsável esclarecimentos a respeito do que havia acontecido com os “espelhos”. No retorno do campo, em 2014, me dirigi até o INCRA e ao Programa Terra Legal. O interesse era saber também quanto a dominialidade formal da área, para posterior orientação de regularização. Os dois órgãos não puderam fazer a identificação da região, pois no “espelho”, não havia um único ponto de GPS para que pudessem fazer o reconhecimento de que região o “espelho” estava demonstrando. Havia no sistema a realização do levantamento, mas sem dar prosseguimento, pois não haviam os dados mínimos para a identificação e reconhecimento da região.

Em outro momento, falando sobre a área e a necessidade de se fazer a regularização para os seringueiros, o coordenador do Terra Legal, Luis Antonio Nascimento, deixou claro que aquela era uma área de particular e que não poderiam fazer nada. Houve questionamentos, pois sempre ouvíamos que grande parte daquela região havia sido grilada, apropriada de forma irregular; mesmo assim, sem os ditos pontos de GPS, não era possível fazer a devida localização.

Em diferentes momentos o assunto veio à discussão. Em uma reunião da Ouvidoria Agrária Nacional em 2014, ao ser colocado em pauta o mesmo assunto, retomando a situação do “espelho” sem a devida identificação dos pontos para possível análise da situação e regularização, o coordenador do Programa Terra Legal, supracitado, respondeu apenas que “perderam”. Diante de novas situações de conflitos, sugeri que uma equipe pudessem se destacar à região para fazer esse procedimento. Foi acertado, junto ao Ouvidor Agrário Nacional, Dr. Gercino Filho que, os servidores do INCRA, José Brito e Luis Antonio Nascimento, coordenador do programa Terra Legal, para que agendassem essa visita, cujos recursos a Ouvidoria Agrária Nacional disponibilizaria, devendo os técnicos planejar a viagem e enviar à Ouvidoria, o orçamento. Apesar da insistência para a realização da visita, nenhum dos dois órgãos se dispuseram e/ou tomaram qualquer iniciativa de ir à região para realizar a vistoria. Segundo José Brito, do INCRA, disse não haver recursos, conforme contou o Ouvidor Agrário Nacional. Esta não foi a primeira a vez que a

Ouvidoria Agrária Nacional disponibilizou recursos próprios para o trabalho na área. Diante dos conflitos acirrados a partir de 2011, a disponibilização de recursos advindos desta Ouvidoria, foi para a Secretaria de Segurança do Estado que enviaria policiais para atuarem na área, com trabalho em escala. Esta atividade nunca foi realizada, de forma que os recursos retornaram à Ouvidoria.

Retomando sobre a vistoria na região, no ano de 2014, uma família de seringueiros, veio do sul de Lábrea e conversou com o sr. Brito, que prontamente pegou todos os dados para a visita de reconhecimento da área. Antes de viajar para mais um trabalho de campo em março de 2015, retornei ao INCRA, e o técnico pediu para que eu tivesse cuidado e se eu não precisava de polícia para adentrar ao local, pediu também para aproveitar e pegar os pontos de GPS para que facilitasse o trabalho de reconhecimento. Comentei que iria fazer isso para o trabalho, mas que estava ali para acertar o dia em que iriam à região, a fim de avisar as famílias. Foi combinado um outro mês, de forma que até o fechamento deste trabalho, não houve qualquer manifestação para o levantamento.

No retorno do campo, enviei ao INCRA os pontos de GPS que consegui colher, no percurso de embarcação ao Riozinho e algumas colocações adjacentes, por estrada. Com a chegada de mais uma família do sul de Lábrea, já expulsa de sua terra, nos dirigimos, em maio de 2015, nas dependências do INCRA, onde recebemos o primeiro levantamento cartográfico, a partir dos pontos de GPS colhidos por ocasião do trabalho de campo. Segundo esse levantamento, as terras em questão, estão localizadas em faixa de fronteira, área de segurança nacional⁴². Como tinha conhecimento de títulos expedidos na área, pedi para que voltassem a fazer um levantamento mais detalhado. Posteriormente, recebemos outro mapa do INCRA, onde constavam diversos títulos expedidos pelo Estado. O trabalho seguinte foi encaminhar à Secretaria de Política Fundiária do Estado (SPF), as mesmas coordenadas com o objetivo de fazer a identificação da área nos acervos do Estado.

O resultado deste levantamento cartográfico, obtido através do processo 01882/2015, foi que toda esta região, encontra-se, de fato, em área de segurança nacional, embora, o Estado do Amazonas, na data de 1907, houvesse expedido quatro (04) títulos definitivos. O que chama a atenção é que esses quatro títulos foram destacados em nome de duas (02) pessoas físicas e na mesma data

⁴² Faixa de Segurança Nacional: Lei nº 6.634 de 02.05.1979. Regulamentação: Decreto: nº 85.064 de 26.08.1980.

(07.08.1907). Não se sabe definir, no entanto, a cadeia dominial e nem as dimensões da área em termos de hectares, pois não tivemos acesso aos títulos. Porém, seria importante checar, uma vez que encontram-se em área de segurança nacional, o que inviabilizaria, no raio de 150km, e expedição de títulos, sendo possível, no entanto, emitir certidão de uso da área a antigos moradores. Segundo conversa com o procurador do Estado, estes títulos são passíveis de anulação, devendo o Órgão Federal fazê-lo.

De posse destas informações, buscou-se, novamente, INCRA e Terra Legal, que responderam ser importante fazer a vistoria na área para futuros procedimentos. Sem ver perspectiva quanto a encaminhamentos, devido à urgência da situação dos seringueiros, foram juntados os dados e encaminhados ao Ministério Público Federal, Amazonas, objetivando prosseguir e forçar agilidade nos encaminhamentos. Contudo, não se tem nenhuma determinação a respeito. Os mapas apresentados pelo INCRA e ITEAM, em que dispõe atualmente dos dados quanto à dominialidade da região de pesquisa, não serão apresentados neste trabalho evitando que os nomes e colocações dos seringueiros sejam amplamente expostos. No entanto, ficam disponibilizados para pesquisa e futuros procedimentos.

2.4.2 Seringal Santa Clara Versus Nova Califórnia

Quando estava na casa de Castro, na linha 09, após o ramal da Mococa, um lugar que se tornou ponto de passagem para o acesso ao Riozinho, chegou na casa, o sr. Irineu, muito falante, ao me cumprimentar, perguntou, “é essa que é da Federal?”. Responderam, é da Universidade. Ele disse, de Manaus? Respondi que sim. Ele disse aos que estavam naquele momento, “cuidado com a federal”. Então, perguntei, porque, a federal vem sempre por aqui? Ele respondeu, a federal vem sempre por esses lados. Na ocasião, estava acompanhado de um senhor que trabalhava no alargamento e abertura de ramal, pois o sr. Irineu acabara de comprar as terras de um seringueiro. Este senhor, conhecido por Vicente, era a pessoa acusada de ser o mandante para assassinar Vitoria. Imaginem minha situação diante daquele cenário. Porém, Irineu de forma bem descontraída, foi falando que veio do Rio Grande do Sul, muitos anos atrás e que conheceu Nova Califórnia ainda no seu início, quando era seringal Santa Clara, foi quando me deparei com uma nova situação. De seringal à distrito de Nova Califórnia. Busquei compreender essa mudança, não apenas de nome, senão de uma forma de ser e apresentar-se. O que

Nova Califórnia tinha a ver com o Seringal que levava o nome de santa. Dois mundos diferentes, um que nos situava diante de uma proposta de um “mundo desenvolvido”, os Estados Unidos da América e outro que nos remetia a outro componente marcado pela experiência religiosa dos que aqui chegaram inicialmente. Conversei com várias pessoas, mas não consegui encontrar, maiores informações quanto ao histórico desta mudança, que não era apenas de nome. Cheguei a ouvir um comentário, “a idéia era fazer aqui algo bem diferente, como Califórnia mesmo (referindo à cidade dos EUA)”, “quem conseguiu essa mudança foi um advogado”; outras pessoas chegaram a dizer que para fazer essa mudança foi difícil, pois muita gente não aceitava, mas, “o pessoal que veio de fora, venceu”, expressou uma seringueira.

Às margens da BR 364, encontra-se Nova Califórnia, Distrito de Porto Velho (RO) com, 3.681 habitantes (IBGE, 2010), criado pela Resolução n.º 121, de 21-11-1985, com uma área de 699,6km² e distante, da capital Porto Velho, aproximadamente 400km. Neste Distrito encontram-se serviços públicos como escola, posto de saúde, DETRAN, IDARON, telefonia convencional, luz elétrica funcionando a partir de motor a diesel, água a partir de poços artesianos familiar, o que torna situação precária na época do verão, onde alguns poços secam, deixando a população sem ou com pouquíssimo acesso a água; sede administrativa onde funciona os serviços de correio, comércios de pequeno porte, posto de gasolina à margem da BR; uma delegacia de policia administrada pela policia militar, um pequeno espaço de 2 cômodos onde funciona a rodoviária do lugar que dispõe de ônibus para Porto Velho e Rio Branco, além de serviços de taxi para essas regiões e mototaxi, em maior número, que faz o transporte local; a única rua que aparece um precário asfalto é a avenida principal, que recebe o nome de Pioneiro; uma praça inaugurada há pouco tempo.

As atividades econômicas estão concentradas nos serviços públicos, no pequeno comércio, em atividades de agricultura, no Projeto Reca e nas serrarias que empregam um bom número de pessoas. Só em Nova Califórnia, encontravam-se em funcionamento entre 07 a 10 serrarias/madeireiras, que recebem o produto madeireiro da região do sul de Lábrea que tem acesso a partir da BR 364, adentrando os dois principais ramais, com características de estrada: Mendes Junior e da Torre. Relatos apresentam que muitas dessas serrarias saíram de Vista alegre do Abunã, após o assassinato de Adelino Ramos (2011), devido à concentração de

fiscalização naquela região, passando a se instalarem em Nova Califórnia. Por isso, falar de serrarias e madeireiros nesta região é tocar em um ponto nevrálgico da questão. Dos relatos de conflitos apresentados, três deles identificados como resultados de possíveis denúncias contra madeireiros, sofreram reações que levaram ao resultado já apresentado: assassinato de Adelino Ramos, expulsão de Vitória e a ameaças sobre Luis. Todos tendo como indicação a operação do IBAMA nesta região que em diferentes ocasiões fez apreensão de materiais utilizados na retirada de madeira.

Através da história do RECA⁴³, com sede no Distrito de Nova Califórnia, às margens da BR 364, Km 1071, sentido Porto Velho/RO a Rio Branco/AC foi possível entender parte desse processo de mudança entre seringal Santa Clara e Nova Califórnia/RO. Segundo arquivos do RECA, disponibilizados no decorrer do trabalho de campo, em 1984, um grupo, composto por agricultores de diversas partes do Brasil, foi assentado em uma demarcação de terra do Incra no antigo seringal Santa Clara, hoje, Nova Califórnia. Era bem diferente de um assentamento, destaca seu presidente. Nesse sistema, os produtores recebiam uma terra e eram largados à sorte. De acordo com depoimentos, naquele ano, um grande contingente de migrantes chegou à Ponta do Rio Abunã (atualmente Distrito de Nova Califórnia), extremo oeste de Rondônia, na fronteira com o Acre, atraídos pela oferta de lotes de terras no antigo Seringal Santa Clara, sendo transformado em Projeto Integrado de Colonização pelo Incra. Muitas famílias oriundas do Sul do país vieram se juntar a posseiros e antigos seringueiros que já viviam na área.

Sem apoio do governo, segue o relato, em um local de difícil acesso e com as particularidades da região amazônica, eles decidiram se juntar aos seringueiros para discutir uma alternativa que oferecesse melhores condições de vida, com adaptação ao clima e à experiência dos povos locais. Ao elaborarem um projeto para implantação de Sistemas Agroflorestais (Saf's) e buscarem apoio junto aos governos do Acre e Rondônia, sem que houvesse interesse, recebendo, portanto resposta negativa, apresentara-no ao então Bispo do Acre (Dom Moacyr Grech), que decidiu apoiar a iniciativa, enviando o projeto a uma instituição do Rio de Janeiro chamada CERIS, que após avaliar o projeto e reformulá-lo algumas vezes junto com os produtores, enviou-o a uma Entidade Holandesa chamada na época CEBEMO. O

⁴³ RECA: Reflorestamento Econômico Consorciado e Adensado: www.projetoreca.com.br

projeto foi então aprovado, e vieram os primeiros recursos para implantação de 200 há de Saf's, onde foram implantadas: Pupunheira para frutos, cupuaçuzeiro e a castanha do Brasil (Reca, 2015).

Nova Califórnia já foi cenário, juntamente com o distrito de Extrema, de disputas de limites territoriais entre Acre e Rondônia, interesses que foram parar no Tribunal Federal de Justiça que decidiu pela dominialidade do Estado de Rondonia. Os moradores, ainda referem que, à época em que a administração ficava por conta do Acre, eles recebiam uma assistência maior, até pelo fato de encontrar-se a aproximadamente a 150km da capital Rio Branco (AC). Um breve histórico dessa disputa é possível encontrar no endereço eletrônico⁴⁴.

Nessa busca de conhecer a história desse lugar, da mudança de nome, as características do seringal que se transforma em Vila/Distrito, visitei a escola mais antiga e, em conversa com a diretora, natural de Marau (RS), município onde morei por dois anos, e por conta disso, conversamos por um bom tempo, relatou-me sua chegada nesta região, onde construiu neste espaço sua vida e de sua família. Diz estar adaptada e que não mais retornaria ao lugar de origem, a não ser seu filho que foi morar no Rio Grande do sul e que só vem visitá-la. Após a conversa, me indicou uma professora que fizera todo um trabalho de levantamento sobre a história de Nova Califórnia. Procurei a professora e esta informou que o trabalho realizado junto aos alunos foi perdido, pois emprestou a um pesquisador que chegou em Nova Califórnia com o “mesmo interesse que eu”, salientou e não conseguiu mais devolução, de forma que todo o trabalho de entrevistas realizadas com as pessoas mais antigas do lugar, se perdeu. Seu interesse era publicar, mas ficou impossibilitada. Não houve mais interesse, de sua parte, em conversar sobre o assunto.

Com o mesmo objetivo, busquei o administrador do Distrito, não encontrando-o, conversei com a administradora anterior que me passou algumas informações, dizendo que todo o arquivo sobre Nova Califórnia estava guardado em uma residência, “para não ser perdido”. Apesar das tentativas, não consegui ter acesso aos arquivos, pois esta casa encontrava-se fechada, sendo informada que a “guardiã” dos mesmos encontrava-se para um sítio. Ficou o desejo de escrever e/ou

⁴⁴<http://www.newsrondonia.com.br/noticias/ponta+do+abuna+advento+e+malogro+do+litigio>

contactar com a Universidade Federal de Rondônia - UNIIR (Rondônia), para escrever essa história.

Em conversas com pessoas da Vila e, para minha surpresa dona Francisca que frequentava a residência das irmãs, pois participava de todas as atividades da Igreja, moradora de um sítio às margens da BR 364, rodovia que percorria os mais diferentes horários, inclusive à noite, tendo como companhia uma lanterna e sua bicicleta, foi a pessoa que informou sobre o início dessa história que transcrevo pelo fato de nos proporcionar o conhecimento do que veio a ser este seringal e posterior Distrito de Nova Califórnia/RO.

Aos 65 anos, nascida no Ceará, na cidade de Jaguaretama, fazenda Graviola, de propriedade de seu avô, com 04 anos de idade, veio para o Amazonas, juntamente com sua família: pai, mãe e mais dois irmãos com a idade de três anos e um ano e meio. Seu pai tinha 29 anos quando veio para o Amazonas pela segunda vez como “soldado da borracha”. Era a data de 31 de março de 1953, quando chegaram no Amazonas. Relembra as histórias do que sofreram para chegar na região, desde a saída do Ceará, passando por Belém, Manaus para chegar na colocação Preguiça, do outro lado do igarapé Lorena, perto do rio Marmelo. Ali, moraram por 6 anos, mudaram para perto da BR (364) devido ao “fechamento dos panos de seringa”. Do tempo do seringal relembra como chegava a mercadoria onde havia o “noteiro que anotava tudo o que a gente precisava. Depois vinha o camboeiro na costa do burro que percorria 4 horas de tempo para a colocação, entregando a mercadoria de casa em casa. Quando estava na colocação e queria um remédio, tinha que pegar um rasgão para o barracão. O tecido, quando não tinha, pegava um jamachi (espécie de paneiro), maior que o paneiro que era feito de cipó titica, ambé ou timbó. Faziam pra carregar as coisas. Pegava uma picadinha no rumo do rio Branco”.

Após seis anos em que passaram a morar às margens da BR 364 é que “começou a chegar gente”. Das primeiras pessoas que vieram junto com eles para essa região, “foram duas famílias: sr. Chianca e dona mocinha, ele boliviano, ela cearense; seu Domingos e sua família. Só veio essas três famílias. Se encontraram no barracão na beira do Abunã. Lá tinha o gerente, o patrão. O que você queria você ia lá. O seu Domingos foi para a colocação Mutum e seu Chianca pra outra colocação”.

No ano de 1959, passaram a abrir a estrada (BR 364). Seu pai, relembra, por duas vezes fez o percurso de bicicleta para Rio Branco e Porto Velho. Recorda que sua mãe ficou desesperada; achavam que seu pai não mais retornaria. Depois que seu pai já tinha roça, ele falou pra sua mãe: “agora Francisquinha, eu vou fazer um pastinho e comprar uma vaca pra semente”. Mas, segundo o relato de dona Francisca, não tinha gado em canto nenhum. Relembra que um senhor chamado Zé Pequeno, havia chegado à região, uns 10 a 20 anos antes que sua família. Um cara de coragem, afirmava. Seu pai, disse a Zé Pequeno “nós somos muito amigos, eu quero que você me ajude na tarefa que eu vou fazer”. Seu pai já havia ido ao Abunã, conversado com Zé Torre, para comprar uma vaca. Seu Zé falou: “Seu Azevedo, eu tenho muito gado, mas o meu gado é brabo, tem poucas vacas de leite, mas é muito brabo. Pegou a vaca mais braba e vendeu pro meu pai. A vaca custou 500 mil cruzeiros. O papai jogou uma corda no chifre da vaca, uma corda no pescoço e foi tirar a vaca pra vir pra cá, a pé, do Abunã pra cá, pro lugar que já tinha aqui, na beira da BR. Gastaram três dias e três noites para trazer essa vaca. Não tinha transporte, não tinha gaiola, tinha que trazer a pé. Chegaram primeiro que os caminhões que vinham atrás”.

. Francisca vai relatando que aos 5 anos de idade ajudava seu pai a cortar seringa. Às duas horas da manhã o pai pegava o caminho da mata. Aos dez anos passou a ajudar o seu irmão. Lembra que saiam a uma hora da manhã. Ele com a poronga. Até hoje guarda a poronga e a escadinha de 4 metros que utilizavam na época em que cortavam a seringa. Porém, a idade de seu pai, a doença, foi tornando mais difícil a vida. Quando seu pai parou de cortar seringa, já tinha 70 anos. “Foi um homem muito esforçado, nunca deixou a gente passar fome, mesmo no meio do mato. Pessoa caridosa, servidor, tomava as dores dos outros. Não podia ver um outro sofrendo. O 38 dele era registrado, ele andava por todo canto”, relato que lembrava com riqueza de detalhes.

Em 1959 a estrada (BR 364) foi aberta. Entrou o primeiro ônibus Novo Brasil e o Guaporé. Quem começou a dirigir foi o Raimundo Baleado. No marmelo eram 4 castanheiras colocadas para o carro passar por cima. A estrada foi asfaltada em 1987. Esses dois ônibus não duraram um ano, afirmava Francisca, pelas péssimas condições da estrada. Vai relatando que quando chegavam na ponte dos igarapés quebravam as peças. Gastavam 16 dias de carro de Porto Velho a Rio Branco. Tinham que “fazer comida no caminho, tinha que dormir no mato, a onça esturrava,

chega balançava o barraco dos trabalhadores da estrada que trabalhavam na BR. Quando focava via as bichas (onças). Essa BR, relatava, não foram arrancados os paus com trator não. Foi brocada a braço de homem. Os cumaru velho eles arrancavam a picareta (...). Ainda bem que acontecia poucos acidentes, ao menos nesse trecho que a gente morava aqui. Aí foi indo, puseram fogo, quando queimaram depois de muito tempo que veio o tratorzinho que não aguentava nada. Foi empurrando os paus para o canto, foram abrindo, foi quando começou a entrar gente. Mas, foi difícil”.

Reportava que tinha muita saúde e que só veio a adoecer aos 20 anos, quando começou a chegar gente por causa da estrada, aquele pessoal chegava com malária. Quando souberam que tinha a estrada começou a entrar gente (mineiro, paranaense) e se localizar na beira da estrada. Chegavam assim, colocava nas terrinhas aquelas lonas e ficavam debaixo, aquele monte de gente. Carapanã de dia e de noite. Aí eu comecei a cuidar mais o papai. Com três dias que começamos a cuidar, eu, meu pai e minha irmã caímos doente, fomos nos tratar na Bolívia. Minha irmã e meu pai tiveram que tomar um litro de sangue e eu tive que tomar sangue de americano. Mas, aqui já tinha um postinho de saúde, mas não tinha como fazer exame. Tinha um comprimido que davam, francibá, 4 comprimidos que vinham naquele cartão, se tu sarasse com aquele dali, tudo bem.

Quando referi sobre Nova Califórnia, ela prontamente respondeu: “Era a colocação Preguiça. Nova Califórnia era estrada de seringa do meu pai. Não tinha morador. O morador que tinha aqui era onça, macaco...As estradas de seringas eram todas aqui. Quando nós saímos daqui, começou a chegar gente. Aí chegou um senhor chamado de Luis Edmundo, vindo de Fortaleza. Ele montou o seringal. Colocou aqui o barracão para atender os seringueiros. Aí o seu Luis Edmundo montou uma fazendinha e tomou de conta. Era o patrão do papai e o senhor Luis Gonçalves era o primo dele. Ai foram caminhando com a seringa. Ai em vez de Preguiça, o seu Luis botou o nome de Santa Clara o nome do lugar. Preguiça era o nome da colocação de seringa. Eu não sei, chegou um cara aqui e colocou de Nova Califórnia e está até hoje. Na época que deram esse nome eu morava em Vista Alegre. Tá registrado com esse nome agora. As vezes a gente conversa por ai (...), a senhora está falando dos Estados Unidos? Eu digo, não, é Califórnia de Rondônia. Mas, tem muito comércio que continua com o nome, como o comercial Santa Clara, assegura Francisca, encerrando assim sua narrativa.

Andando pelas ruas de Nova Califórnia, perguntei a um motoqueiro: porque Nova Califórnia? Ele respondeu em tom de brincadeira, “acho que é por que aqui é muito parecido com Califórnia (EUA)”; em outra ocasião, reportaram que um advogado esteve à frente e a “mudança era porque aqui se queria que fosse um lugar bem diferente”; uma seringueira disse, nós os “veteranos velhos ninguém gostou, mas o pessoal que veio de fora conseguiu”.

Essa mudança, “transformação” do seringal, já a partir do nome de Santa Clara para Nova Califórnia, está alinhada a essa nova realidade representativa de quem estava chegando, de regiões que desconheciam o que viriam ser os seringais, com outra forma de trabalho e vida. A mudança de nome, era muito mais que isso, acabava por ocultar, silenciar a memória da constituição desse lugar. Falar de Nova Califórnia e não mais seringal Santa Clara, nos remete a outra forma de concepção, de construção de outro espaço de fronteira. A reflexão proposta por Oliveira Filho (1979;106), em o “caboclo e o brabo”, vai nessa direção

outra forma de considerar o seringal seria vê-lo enquanto fronteira, isto é, como um mecanismo de ocupação de novas terras e de sua incorporação, em condição subordinada, dentro de uma economia de mercado. Uma história da Amazônia escrita a partir da fronteira precisam necessariamente dar conta dos tempos e ritmos diferenciais pelos quais as áreas que a compõem se desenvolvem, pois é da comparação desses ritmos e da apreensão de vantagens comparativas por parte de um conjunto de agentes sociais que irá surgir o movimento para a fronteira (Oliveira, 1979, p. 106)

Se o seringal, compreendido enquanto mecanismo de ocupação de novas terras, dentro de uma economia de mercado, como afirma Oliveira, faz-se aqui um paralelo com a transformação dos seringais, seja em fazendas, assentamentos, Vilas ou Distritos, como parte de uma mesma dinâmica de ocupação e inserção dessas terras, desta vez, ao mercado formal de terras.

2.4.3- Limites Territoriais: Amazonas, Acre, Rondônia

Quando pensamos nos limites territoriais da região: Amazonas, Acre, Rondônia, os sentimentos dos gentes sociais internos e externos à área de pesquisa é pensar que o Estado do Amazonas, administrativamente, encontra-se distante, não apresenta interesse pela região e, sendo assim, deveria entregar para o Acre, que segundo a experiência destes, é o Estado que oferece as oportunidades como escola, unidade de saúde, infraestrutura, que precisam. Valentin recorda uma

oportunidade em que esteve conversando a respeito do assunto com uma funcionária do INCRA e teria falado para ela: “Quando o pai e a mãe não pode criar o filho o que é que ele faz? Doa pra quem pode criar”. Relatos deste “abandono e distancia” foram apresentados, entre eles a seguinte situação

(...) mataram um lá nos sem terra, jogaram lá dentro do rio, a mulher pediu até pelo amor de Deus pro delegado ir buscar. Telefonava pra Lábrea, Humaitá, ninguém, a mulher do sindicato, aperreou-se, pediu pro delegado de Extrema pelo amor de Deus até que viesse buscar, o delegado de Extrema mandou que fossem buscar lá, nos sem terra, ali na ponte, 60 e poucos km (...).

Fatos semelhantes são apresentados por diferentes grupos. Segundo estes, quando alguém morre em Nova Califórnia, distrito de Rondônia, comentam que é necessário que o médico de Extrema, outro Distrito de Rondônia, relate que morreu em trânsito, para que possa emitir o laudo, caso contrário, é necessário levar o corpo para o Instituto Médico Legal de Porto Velho, distante a aproximadamente 400km de Extrema, a fim de que seja liberado para o enterro. As dificuldades de pertencerem ao Estado do Amazonas se dão em vários aspectos que vão desde benefícios sociais, bem como, no âmbito do que estamos tratando de encontrar resposta em boletins de ocorrência, normalmente são recusados e/ou quando aceitos são engavetados. Entre os exemplos que se tem quanto a esta situação, destaco a situação da família de Luis que, no ano de 2012, fez o primeiro boletim de ocorrência no Distrito de Extrema (RO) relatando a situação de ameaça dentro da colocação, seguindo de dois outros boletins sem que conseguisse saber o resultado. Somente no ano de 2014, ao tomar conhecimento no trabalho de campo, fiz contato com a Ouvidoria Agrária Nacional que encaminhou à delegacia de Extrema pedido de esclarecimento quanto aos Boletins, bem como o fez à Labrea sobre a mesma situação. Meses depois sem qualquer resposta, fiz uma ligação à Delegacia de polícia de Extrema. Em resposta, ao perguntar sobre o e-mail da Ouvidoria Agrária, responderam que não tiveram recebimento devido às dificuldades de acessar e-mail, então, passei as informações quanto aos boletins de ocorrência, o que foi feito com ele, se houve encaminhamento para o município de Lábrea, recebi a resposta positiva que o delegado já havia enviado. Insisti para saber a época de envio que, somente, em ligações posteriores me informaram a data do envio para a UNISP de Porto Velho e, posteriormente a ser enviado à Lábrea, constante a mesma data em

que havia feito a ligação telefônica pedindo informação. Posteriormente liguei a Lábrea e, a resposta é que seria um assunto sigiloso e que não poderiam dar qualquer informação, de forma que até o momento, nada foi feito. Chegar a uma delegacia para fazer uma denuncia que envolve fazendeiros e/ou madeireiros e ouvir um não, é comum nos relatos apresentados.

A distância geográfica e recursos financeiros são justificativas encontradas pelos diferentes Órgãos governamentais (polícia, justiça, prefeitura) do Estado do Amazonas para não estabelecerem qualquer ação em favor da garantia de direitos. Contudo, alguns fatos vêm em desencontro a essa justificativa, pois, diferentes Órgãos governamentais, ao longo de anos, têm chegado à área. Seringueiros apresentam relatos que na execução de duas liminares de reintegração de posse, o oficial de justiça da comarca de Lábrea, acompanhado de policiais e jagunços para executar liminar de reintegração de posse, permanecendo, segundo notícias da imprensa e Associação Apraassa por 40 dias na região, tendo por base uma madeireira da região; a presença do poder judiciário favorecendo sentenças de reintegração em área considerada da União, Programa Terra Legal que se apresenta na área, mas não toma nenhuma iniciativa para dar uma resposta diante de levantamentos (espelhos) realizados por ele; utilização de dispositivo judicial através de Carta Precatória para realizar prisões; policiais do Acre e Rondônia que chegam à área a pedido de fazendeiros/madeireiros (...); IPAAM que libera planos de manejo; o INCRA que vai à região e, por mais que tenha conhecimentos destes fatos, não toma nenhuma atitude que pudesse minimizar os conflitos. Em diferentes relatos, a presença de agentes governamentais é até constante, porém, não indicam atuação voltada à região dos conflitos. Embora se reconheça que, após embates e o assassinato da liderança Gedeão, o INCRA tenha arrecadado duas Glebas Iquiri e Curuquetê, criando o assentamento Gedeão, dando resposta a uma demanda de entidades sociais, mas não tem acompanhamento, de maneira que os conflitos se intensificam.

A divisão geográfica, da região, dos limites determinados entre os três Estados, acabou por gerar indefinições, divisão social, insegurança e inacessibilidade dos serviços, como manutenção de ramais, escolas para as crianças, financiamentos, benefícios sociais, entre outros. Aqui, a idéia de região ou regiões, sinalizam a idéia apresentada por Bourdieu (2012), ao referir a região como pensadas e delimitadas em função de diferentes critérios, mas que nunca coincidem

perfeitamente (...), sendo concebidas e classificadas como “naturais”, mas que se apoiam em características que nada têm de natural, e que são, em grande parte, produto de uma imposição arbitrária (...); a fronteira, esse produto de um ato jurídico de delimitação, produz a diferença cultural do mesmo modo que é produto desta. A fronteira é produto de uma divisão. A região do sul do município de Lábrea delimitada, geográfica e juridicamente não conforma com a configuração do espaço social, identitário ali constituído.

Para seu Valentin, essa realidade que torna inacessível os serviços que estão n’outra jurisdição, deveria ser mudada. Relata que certa vez perguntou a um funcionário do INCRA que esteve na região: quando uma mãe não pode criar um filho, o que ela faz? Doa para quem não pode criar, não é? Dessa forma, a sugestão que faz é que o Estado do Amazonas repense esta região e repasse esta para o Estado do Acre que, segundo ele é o que ainda os assistem. Questões a serem discutidas, pois em nossa compreensão, não é a distância geográfica que determina ou não a presença e atuação de agentes do Estado a esta região, se assim fosse, nas proximidades da capital, Manaus, não teríamos situações semelhantes às do sul do município. Percebemos, portanto, o Estado o tempo todo interferindo, determinando formas de ocupação e como produtor também e legitimador de violência física e simbólica.

3 Agentes do Estado e suas intervenções

A compreensão do cenário de conflito que se instalou na região estudada exige uma reflexão a respeito da presença particular do aparato de Estado através de suas instituições na área pesquisada. Ao tratar da gênese do Estado, Bourdieu (2012) o associa a um campo social, um microcosmo social relativamente autônomo no interior de um mundo social abarcador, onde se joga um jogo particular, o jogo político legítimo. O Estado constituiria um “fetiche político” expresso no aparato que reivindica e detém com sucesso o monopólio do uso legítimo da violência física e simbólica em um território determinado e sobre o conjunto da população correspondente.

Na área de pesquisa abarcada por este trabalho, os agentes de Estado manifestam sua presença na busca de formas de controle de uso e ocupação de um território regional de fronteira seja entre estados da federação, seja como área de avanço da fronteira agropecuária Amazônica. A ideia de região é entendida aqui a

partir e aportes de Bourdieu (2012) como delimitadas em função dos diferentes critérios concebíveis (língua, habitat, terra), mas que nunca coincidem perfeitamente (...), sendo concebidas e classificadas como “naturais”, mas que se apoiam em características que nada tem de natural e que são, em grande parte, produto de uma imposição arbitrária (...).

A fronteira, esse produto de um ato jurídico de delimitação, produz a diferença cultural do mesmo modo que é produto desta. A fronteira é produto de uma divisão. Se pensarmos a forma como a região sul do município de Lábrea foi delimitada geográfica e juridicamente, verificamos que esta não se orienta pela configuração do espaço social, sobretudo identitário ali constituído por extrativistas da borracha e coletores de castanha, açaí e outros produtos da floresta. Além disso, o fato destes povos encontrarem-se bastante próximos à fronteira com outros estados (Acre e Rondônia) produz uma situação de indefinição e insegurança quanto ao limite geográfico e sobre onde demandar serviços públicos, especialmente, quando os serviços oferecidos pelo Estado do Amazonas, onde geograficamente o Sul de Lábrea se situa, encontram-se extremamente distantes.

O ambiente de recorrente conflito na região e a presença incipiente de agentes do Estado produzem um cenário de favorecimento e dominação de agentes sociais locais com maior capital (seja econômico e simbólico) e portadores de projetos de desenvolvimento de promoção do agronegócio na região. Estas forças combinam-se ou usufruem das práticas de Estado aqui entendido como resultado de um processo de concentração de diferentes tipos de capital, capital de força física, capital de força física ou de instrumentos de coerção (exército, polícia), capital econômico, capital cultural, capital simbólico concentração que, enquanto tal, constitui o Estado como detentor de uma espécie de metacapital, com poder sobre os outros tipos de capital e sobre seus detentores (Bourdieu, 1996). Como estratégia para assegurar o poder, criam-se mecanismos para controle “sem violência física”, formas de pacificação para equilibrar tensões e manter a submissão (Elias, 2001), um poder que precisa ser mantido o tempo todo, tentando se reproduzir continuamente.

Conforme temos demonstrado ao longo do trabalho, diferentemente de se pensar agentes do Estado ausentes na região, discurso recorrente na região estudada, o que verificou-se foi que agentes do Estado, ao exercerem diferentes

atividades, mesmo que de forma esporádica e pouco integrada, efetivaram sua presença através da legitimação dos atos e de categorias naquele espaço.

Dessa forma, o quadro abaixo apresenta os agentes do Estado presentes na região da pesquisa.

Quadro 3- Agentes do Estado: intervenção no sul de Lábrea-Am

Agentes Públicos Federais	Ministério Público Federal – MPF (Amazonas e Acre); Defensoria Pública da União; Polícia Federal, Rodoviária Federal (Amazonas, Rondônia e Acre), Força Nacional; Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA- INCRA, Programa Terra Legal, Ouvidoria Agrária Nacional); Câmara Federal dos Deputados (audiência pública na Comissão de Direitos Humanos), visita e reunião em Extrema por ocasião do assassinato de Adelino Ramos; Comissão do Senado Federal; Secretaria Especial dos Direitos Humanos; Ministério da Justiça (Força Nacional e Cartórios); IBAMA (Amazonas, Acre, Rondônia); Universidade Federal do Acre (Na pessoa do Prof. Elder que acampanhou a Comissão constituída entre deputados, organizações sociais no decorrer de uma reintegração de posse); Operação Defesa da Vida (Projeto pensado de uma ação ministerial, constituída por ocasião dos assassinatos de extrativistas o Pará, de Adelino Ramos e onda de assassinatos no campo em 2011).
Agentes Públicos do Estado do Amazonas	Ministério Público do Estado (MPE); Defensoria Pública do Estado: Manaus, Lábrea, Boca do Acre; Secretaria de Segurança Pública: polícia Civil, polícia militar, Departamento de Polícia do Interior; INCRA: Manaus, Boca do Acre; Programa Terra Legal: Manaus; Ouvidoria Agrária Nacional: reuniões periódicas: Manaus, Boca do Acre e Lábrea; Secretaria dos Direitos Humanos, sediou reunião com a Comissão de Direitos Humanos Nacional; Tribunal de Justiça do Amazonas; Tribunal de Justiça/Forum de Justiça: Lábrea, Manaus; Cartórios: Lábrea; Força Nacional atuando na proteção de dois agentes sociais na sede e no sul do município

	de Lábrea (AM); O IBAMA de Manaus, desde 2014, atuando em escala, tendo como ponto de referência da Equipe, Extrema (RO) e Boca do Acre (AM); Assembléia Legislativa que criou a Comissão sul do Amazonas; Instituto de Desenvolvimento do Amazonas –IDAM (Única entidade governamental presente nesta região para atender os trabalhadores da região, porém, situada no Distrito de Extrema/RO).
Agentes Públicos do Estado do Acre (AC)	INCRA de Rio Branco/AC; Assembleia Legislativa: visita à área de conflito durante liminar de reintegração de posse e reunião em Manaus; Tribunal de Justiça onde processos judiciais são impetrados; Cartorio de Rio Branco por onde passam os registros de desmembramentos.
Agentes Públicos do Estado de Rondônia (RO)	Polícia Civil- Distrito de Extrema (onde são feitos os boletins de ocorrência); polícia militar em Nova Califórnia; Polícia Civil de Porto Velho (executando mandado de prisões).

O que se apreende é que o Estado Brasileiro, com todos os instrumentos de representações aqui elencados têm atuado em todos os espaços de conflito; encontra-se presentes em diferentes situações que vão desde os órgãos ligados diretamente à regularização fundiária, bem como o poder judiciário, órgãos ambientais e policiais. Contudo essa forma de estar presente não se reverte em segurança territorial aos agentes sociais focados neste estudo.

Ao tratarmos do que se pensa como uma das questões principais no que toca a questão do conflito, ou seja, a regularização e o reconhecimento dos espaços territoriais demandados pelo agentes sociais em estudo, percebe-se a pluralidade de situações, uma voltada diretamente aos agentes sociais relatados que se encontram no Riozinho, onde a terra não foi arrecadada pelo Órgão responsável (Incra), o que impossibilita a regularização da área; e outra direcionada às duas áreas que, sendo cumpridos os trâmites, foram arrecadadas pelo INCRA, sendo elas, as Glebas Iquiri e Curuquetê em que foram destinadas para o projeto de Desenvolvimento sustentável e outra para o Projeto de Assentamento Florestal. Ambas foram

destinadas parte para o PDS Gedeão (Iquiri) e posteriormente, para o PAF Curuquetê.

O que fica evidenciado é que mesmo em situações onde houve intervenção para se garantir o mínimo de segurança através de medida legal, os conflitos foram frequentes. Ressalta-se que, nesta área, existe um constante movimento de ocupação de trabalhadores rurais que costumam ser identificados como “sem-terra”. Este é o nome socialmente utilizado para identificar ainda hoje os assentados do PDS Gedeão, mesmo depois destes estarem assentados.

Assim, as Glebas Iquiri e Curuquetê, foram arrecadadas pelo Incra por pressão de organizações sociais, após o assassinato de Gedeão da Silva, líder do acampamento Nova Esperança, na gleba Iquiri, região da pesquisa, sendo destinada parte da área para instalação do assentamento (modalidade PDS), que recebeu seu nome. Da mesma forma, na Gleba Curuquetê, somente após o assassinato de Adelino Ramos, é que o PAF, pelo qual este lutou é obteve sua aprovação. Estes dois casos evidenciam que a criação de territórios é um efeito das situações de extremo conflito e não resultante de uma política territorial existente na região para garantir a segurança territorial de populações rurais ou tradicionais.

No que refere à Gleba Iquiri, houve questionamento na justiça pelo suposto proprietário conhecido como Saturunino que solicitou o cancelamento da portaria de arrecadação pelo Incra/AM, uma vez que esta foi assinada pela superintendente regional e não pelo presidente nacional do órgão, fato aceito pela justiça que buscou revogar o ato.

Contudo, a dominialidade da terra não foi provada pelo suposto proprietário. A validade de uma assinatura tornou-se a questão central para julgar a validade do ato administrativo. A Superintendente Regional foi denunciada tendo que responder formalmente sobre sua atitude e o Presidente do Incra nacional, acatou a decisão da justiça, em vez de referendar a assinatura da Superintendente Regional, uma vez que todos os trâmites em relação à arrecadação estavam corretos. O presidente do Programa Terra Legal e a coordenadora do Programa para a Amazônia também respaldaram os questionamentos, uma vez que não interpuseram qualquer ação que pudesse reiterar o ato da superintendente regional do Incra. Em certa ocasião, a Coordenadora do Programa Terra Legal, Shirley Nascimento, chegou a comentar que era melhor refazer os limites do PDS, excluindo a parte do suposto proprietário, ao seu ver era “mais fácil”, senão o processo judicial “atrasaria muito” as políticas

para o PDS. Uma vez que não havia nenhuma comprovação de domínio da terra pelo suposto proprietário e que na realidade, o mais simples seria avaliar o ato de arrecadação da superintendente; vemos então a dissonância entre e mesmo dentro órgãos de Estado.

A situação encontrada no Projeto de Assentamento Florestal (PAF), na Gleba Curuquetê revelou-se bastante complexa e incerta para os assentados. Com o assassinato de Adelino Ramos e também por pressão advinda de várias organizações que reagiram fortemente diante da grande repercussão de seu assassinato, como apresentamos anteriormente, o PAF foi criado. Porém, poder-se-ia dizer que já nasceu em situação de sobrevivência. As famílias que lá permaneceram, continuaram a sofrer ameaças permanentes e pressão advindas dos mesmos opositores e mandantes do assassinato de Adelino.

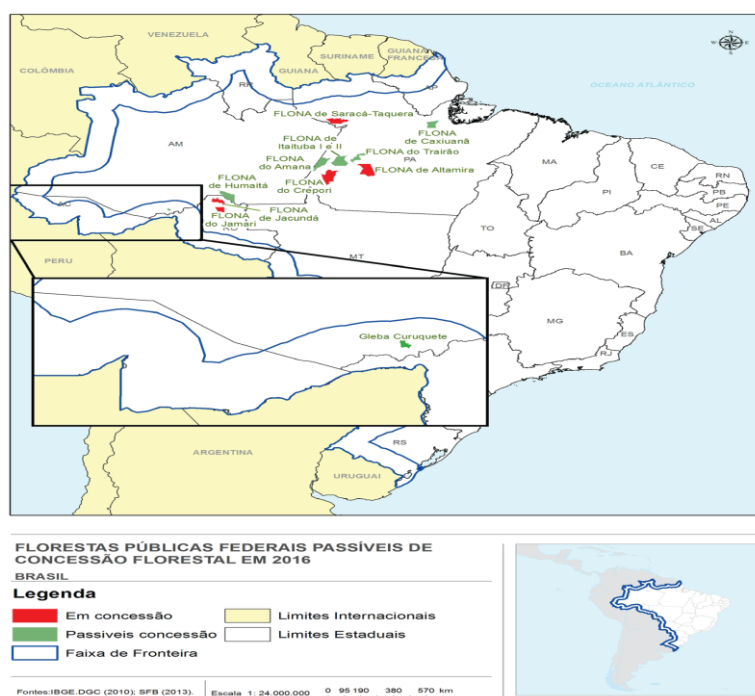
Embora continuassem resistindo, foram ficando cada vez mais fragilizadas pelo medo e pelo abandono e desinteresse por parte do órgão de terra em efetivá-lo. Por fim e em virtude do risco iminente de morte e violência a que estavam expostos os assentados, decidiu-se em uma sala do INCRA, a repartí-lo entre o Serviço Florestal Brasileiro e ICMBIO, o que significava criar as condições para incorporá-lo ao mercado formal de terras, para posterior exploração florestal, como encontra-se evidenciado no Plano Anual de Outorga Florestal – PAOF⁴⁵ (2015) em que parte da Gleba Curuquetê consta na lista das florestas públicas federais passíveis de concessão, sendo destacada uma área cadastrada de 29.714,00 hectares, com destinação de 23.771,20 hectares para o Manejo Florestal empresarial, no Plano de Manejo para Unidades de Conservação (PAOF, 2015, p. 26) como parte de demais florestas na região Norte, com estimativa de produção de madeira 18m³ a 22m³ de hectare ao ano, equivalendo 14.262,72 a 17.432,21 hectares

⁴⁵O Plano Anual de Outorga Florestal (PAOF) é um documento previsto pela Lei 11.284, de 2 de março de 2006 o qual deve conter a descrição de todas as Florestas Públicas (FPs) a serem submetidas a processos de concessão florestal no ano em que vigorar. No âmbito federal, o PAOF é elaborado e proposto pelo Serviço Florestal Brasileiro (SFB) e definido e aprovado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA). O PAOF 2016 tornou elegível para concessão florestal aproximadamente 1,57 milhão de hectares de Florestas Públicas Federais, distribuídos em oito Florestas Nacionais (FN) e uma área destacada de gleba não destinada, com interesse do Serviço Florestal Brasileiro para destinação direta. Essas áreas estão localizadas em três estados da Federação: Amazonas, Pará e Rondônia (PAOFA, 2015, p.7).

As áreas passíveis para concessão em 2016 são compostas por 8 (oito) Florestas Nacionais e uma área destacada da Gleba Curuquetê, localizadas nos estados do Amazonas, Pará e Rondônia (PAOF, 2015, p. 23). O potencial de produção de madeira em tora nas Florestas Públicas Federais passíveis de concessão em 2016 está entre 800 mil e 980 mil m³/ano, dependendo da intensidade de exploração. Este potencial representa aproximadamente 8% do total de madeira em tora produzida na Amazônia Legal em 2013, que foi de 12,4 milhões de m³, de acordo com os dados do IBGE (PAOF, 2015,p. 28).

Tanto o PDS, quanto o PAF, sofreram o que administrativamente é denominado de “descaracterização”. O PAF, como apresentado, encontra-se redefinido para outro fim com o objetivo de favorecer a integração ao mercado formal de terras, enquanto o PDS Gedeão, embora constituído para o assentamento de cento e vinte e sete famílias, teve sua trajetória permeada por desvios de finalidade para o publico alvo, de forma que, na prática, está se transformando também em área de exploração madeireira. Vários relatos apresentados por agentes sociais destacaram que as terras estavam sendo compradas por donos de serrarias, terras expropriadas por fazendeiros, abandonada por assentados que desistiram de resistir ao assedio e ameaça ou por não encontrarem condições de sobreviver por falta de suporte para o desenvolvimento do assentamento, ficando à mercê de lideranças inescrupulosas capazes que portavam-se como representante dos interesses do assentamento e mediadores de interesses de fazendeiros.

Figura 18- Mapa que apresenta área de pesquisa – Área de fronteira



Fonte: PAOF, 2015

Quando dos relatos dos agentes sociais, ao serem perguntados quanto à regularização da terra, estes encontram receptividade nas palavras de Marcos

Aqui pra nós, nunca teve providência pra legalizar a gente em cima da nossa colocação. Quem veio foi o Terra Legal fazer aquele espelho, deu pra nós; mas pra nós não resolveu nada; o fazendeiro mesmo diz que aquele espelho não vale nada; que aquilo é papel, que eles tem o documento da terra, o título da terra. A muitos eles dão o direito de 100 ha, o fazendeiro. O local do Nego Velho, o Roberto falou que ele só tem o direito a 100 ha. Mesmo ele chegando lá menino, hoje com 70 e poucos anos ele só tem direito a 100ha. O Roberto disse que só vai dá pra ele 100ha. Então, com 100 há ele vai ter a castanha e a seringa pra sobreviver? (Marcos, seringueiro, entrevista 2015).

O relato faz referência ao levantamento da ocupação fundiária para fins de regularização fundaria na região pesquisada realizada pelo Programa Terra Legal no final do ano de 2009 e início de 2010. Na região de ocupação extrativista foram também realizados os levantamentos e, na ocasião entregue a cópia do Formulário de Requerimento para a Regularização Fundiária do Programa Terra Legal. Este formulário continha as informações pessoais do requerente (nome, documento de identificação, nacionalidade e naturalidade, estado civil, cônjuge entre outros) e do imóvel (nome, gleba de localização, município pertencente, se ocupava o imóvel de forma mansa e pacífica, se possuía algum documento expedido por órgão publico, indicações para acesso ao imóvel, área declarada e medida, principal atividade econômica, transporte utilizado, ocupante primitivo ou não, data da ocupação originária e atual).

No final do formulário, há os seguintes dizeres: “Sr. Coordenador Regional, venho por meio deste requerer a V.S^a a regularização fundiária do imóvel rural acima citado o qual declaro explorá-lo”. A cópia deste formulário foi entregue a todos os extrativistas visitados por representante do Programa Terra Legal e recebeu o nome de “espelho”. Este espelho se constitui aos olhos dos extrativistas como único documento e garantia de pertencimento da colocação. Ficam incomodados quando o fazendeiro diz que o espelho não tem validade.

Apesar do Programa Terra Legal ter feito o levantamento nesta região de ocupação extrativista, não houve registro no formulário se quer das coordenadas geográficas da área para identificação precisa do domínio. Esta imprecisão permitiu que por inúmeras vezes em visitas deste órgão, procuravam e não encontravam o

local existente apenas no registro do espelho. Foi relatado que se ouvia do coordenador do Programa, em Manaus, que “aquilo é terra de particular”.

Alguns relatos de extrativistas mencionaram que no decorrer do trabalho de identificação da área por empresa contratada pelo Programa Terra Legal, os funcionários da empresa eram acompanhados por capangas dos fazendeiros que iam determinando onde, para quem e quantos hectares deveriam ser delimitados pela empresa que prestava o serviço. A denúncia desta situação foi realizada pela CPT após a recorrentes comunicados de lideranças da região, situação que fez o Programa Terra Legal suspender os trabalhos realizados pela empresa. Esta denúncia foi confirmada pelo coordenador do Programa Terra Legal, no Estado do Amazonas, Luis Antonio Nascimento, no decorrer do lançamento do Caderno de Conflito no Campo, 2011, em Manaus.

Em outras ocasiões extrativistas mencionaram-se o nome de Sérgio Lopes, secretário extraordinário de Regularização Fundiária na Amazônia Legal (2012). Sergio já vivera em Nova Califórnia (RO) e conhecia a situação conflituosa da questão territorial na região. A crença que alimentava a esperança dos extrativistas era saber que o secretário poderia fazer algo por eles, recordando que certa vez este chegou a comentar que eles não perderiam suas terras, pois ali já moravam há muito tempo. Como agora, assegurava Souza (ex-morador da região do Riozinho), já que está lá no poder e é do Terra Legal, poderia fazer algo por eles, tendo em vista que conhecia sua realidade; porém, teria que saber qual é o cargo que estava ocupando pra chegar até ele. Nos relatos dos extrativistas, é frequente a idéia de que o Terra Legal seria a melhor saída para resolver a questão da regularização.

A pesquisa reforçou a ideia de que esta região encontra-se envolvida num emaranhado de situações pouco claras e incertas para os extrativistas, mas bem consolidada do ponto de vista dos fazendeiros, pois estes, mesmo sem obterem título da terra, conseguem mobilizar ao seu favor as forças do Estado como a polícia ou o aparato jurídico para ameaçar e expulsar através de mecanismos jurídicos como liminares de reintegração de posse. Exemplar seria o que aconteceu com os acampados do “Nova Esperança”, região da pesquisa, em que Gedeão da Silva exercia liderança, vindo, posteriormente a ser assassinado, sendo o assentamento criado pelo Incra, recebido o seu nome, que enfrentaram duas liminares cujo documento que favoreceu a reintegração foram títulos estabelecidos dentro de área da União, levando o Incra a contestar a reintegração.

Os dispositivos judiciais são normalmente utilizados como forma de legitimar, assegurar e demonstrar publicamente através do amparo de dispositivos legais que quem tem o domínio da terra é aquele que possui maior poder aquisitivo. A grilagem está amplamente alicerçada na proteção do aparato jurídico que permite legitimar publica e simbolicamente a aquisição ilegal de terras na Amazônia. Assim aconteceu no sul de Lábrea com processos de reintegração em que a juíza da Comarca de Lábrea, mesmo não tendo competência em atuar em terras da União, expediu liminares de reintegração de posse contra acampados na região de pesquisa. Como bem demonstrou a CPI da Grilagem de Terras na Amazônia (2001) existiram juízes como Ruy Morato que favoreceram grileiros com suas sentenças. Segundo o relatório, as ações de retificação de área, ações demarcatórias e ação de usucapião, eram os dispositivos legais utilizados pelos pretensos proprietários, que, chegando às mãos do referido juiz recebiam sentença favorável e, com essa medida, os grileiros sentiam-se no direito de receber indenizações e registrarem em cartório as referidas terras.

Consta no Relatório uma lista de pessoas beneficiadas por essa prática, entre elas aquele que foi considerado o maior grileiro do país Mustaf Said que foi beneficiado com 889.082 hectares em uma ação de retificação e mais 889.082ha em ação de usucapião no total de 1.778.164ha. Das vinte e duas (22) ações prolatadas, treze foram “decididas” pelo juiz Ruy Morato. Dessa forma, temos em síntese as ações prolatadas: 01 retificação de área: 889.082 ha; 04 ações demarcatórias: 2.876.950ha; 08 ações de usucapião: 3.816.597ha. Dessa forma, verificamos ao longo do acompanhamento de situações de conflito de terras no Estado do Amazonas, que a judicialização de conflitos é uma constante.

A CPT, em audiência pública no ano de 2006, com a comissão de corregedores de justiça nacional em visita ao Estado do Amazonas, expôs a preocupação quanto ao posicionamento do poder judiciário nas decisões relacionadas aos conflitos de terra, concedendo liminares de reintegrações de posse de forma irregular e arbitrária, sem os devidos critérios exigidos; a utilização da legislação para favorecimentos de quem possuía maior poder aquisitivo, conhecimento e influência; a burocracia e morosidade nas decisões dos agentes públicos quando se tratava de demandas de agentes sociais contrastando com a rapidez com que eram expedidas as reintegrações de posse, verificando aí, um abismo entre as duas categorias nas respostas judiciais às suas demandas. Essa

realidade de judicialização é tão notória que levou aos membros da CPMI da terra, em 2006 a fazer a seguinte afirmação

O Estado brasileiro tem se mostrado incompetente para resolver o problema fundiário. Ao invés de identificar as causas da violência e enfrentá-las com políticas públicas adequadas, judicializa os conflitos agrários e trata a questão, eminentemente social, como caso de polícia (CPMI da terra, 2006).

Ressalta-se que estes dispositivos jurídicos continuam presentes e operando amplamente, sendo, permanentemente acionados quando o assunto é conflito de terra; tornando-se um dos meios mais eficazes para a promoção da expropriação de territórios tradicionais.

Embora, seja evidenciado a participação dos diferentes agentes do Estado atuando na área sob conflito, e que necessitaria discorrer as formas de atuação e interferência na vida dos seringueiros, apresento um breve relato sobre a atuação de dois desses agentes do Estado que atuam e atuam na região pesquisada: a Ouvidoria Agrária Nacional e a Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, ambas operaram de forma mais sistemática no campo de conflito na região.

3.1. Operação Defesa da Vida

Os crimes contra trabalhadoras e lideranças, em maio de 2011, abordados anteriormente e que tiveram repercussão da imprensa nacional e internacional, levaram a presidenta da República, Dilma Roussef a convocar, para uma reunião no Planalto, os governadores dos Estados do Amazonas (Omar Aziz), Rondônia (Confúcio Moura) e Pará (Simão Jatene), bem como os ministros da Justiça, da Defesa, Direitos Humanos e do Desenvolvimento Agrário com o objetivo de se tomar “medidas imediatas com ampla integração entre os governos estaduais e o governo federal (...), definindo “ações importantes” diante da “gravidade da situação que se caracterizava pela ocorrência de homicídios na região norte do país (ministro José Eduardo Cardoso, 2011)⁴⁶.

Como resultado desta reunião, foi anunciado, em uma coletiva de imprensa, em 02 de junho de 2011, pelo então Ministro da Justiça José Eduardo Cardozo, com a presença dos governadores dos três Estados, o lançamento da “Operação Defesa

⁴⁶ <http://blog.planalto.gov.br/operacao-defesa-da-vida-sera-empresada-na-regiao-amazonica>

da Vida” e das ações a serem implementadas no combate à violência no campo. Segundo o Ministro, em concordância com o governo Federal e dos Estados citados, esta Operação envolveria dois tipos de ações, uma de caráter policial e outra judicial. A primeira envolveria as polícias federal, rodoviária federal, força nacional, forças armadas que, a pedido dos governadores, atuariam nos Estados, nos lugares definidos a fim de evitar outros assassinatos e apurar, de forma imediata os crimes ocorridos. No que refere a ação da justiça, a decisão era que os ministros da justiça, da defesa e dos direitos humanos visitassem os Estados do Amazonas, Pará e Rondônia, acompanhados do Conselho Nacional de Justiça e Conselho do Ministério Público com o objetivo de reunir e discutir quanto à situação de impunidade nesses Estados.

Toda a fala do ministro fora voltada para essas duas ações de combate centrada na ação policial e judicial, destacando essas ações seriam realizadas com o aval e em conjunto com os governos a partir de uma “compreensão comum entre os Estados”, bem como “traçar um plano de combate à impunidade nesses estados para inibir as ocorrência de mortes e punir seus praticantes.

No decorrer da coletiva de imprensa, o governador do Estado do Amazonas, Omar Aziz, sugeriu que, além de ações policiais, a ênfase fosse dada às políticas públicas que garantissem os direitos de quem ocupava as terras, destacando a “regularização fundiária, projeto de assentamento florestal, defesa do desenvolvimento sustentável (...) e conseqüentemente o acesso a financiamentos. Quanto à compreensão aos conflitos de terra, pensados como “coisas que aparecem na imprensa pontualmente”, o governador destaca que

muitos deles são gerados por problemas de assentamentos onde você tem divergências de áreas, briga entre posseiros por causa de áreas, isso acarreta crimes. A partir do momento que for definido de quem é a área, esses crimes passarão a não ter mais (Omar Aziz, 2011).

Na visão do governador do Amazonas as questões de violência do Campo são pontuais, não passando de “divergência de área e briga entre posseiros”, responsáveis por conflitos. Tal postura acaba por isentar de responsabilidade e corroborar as ações dos grupos economicamente consolidados, intensificando os conflitos na região. Atitude que por vezes recebe ainda o suporte de demais agentes do Estado, reforçando o silenciamento, constitui uma forma eficaz de produzir e estimular ações violentas.

Os desdobramentos que se seguiram ao lançamento da Operação Defesa da Vida foram efetivados devido ao interesse e empenho do Agente Público Federal. A Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR) deslocou uma equipe para a visita aos “ameaçados de morte” por conflitos no campo do Estado do Amazonas, Pará e Rondônia. O resultado mais efetivo desta operação foi a solicitação da proteção individual pela Força Nacional de dois agentes sociais que sofriam duras e constantes ameaças residentes no município de Lábrea, sendo um ao sul do município e outro na sede. Após a operação a Secretaria Especial dos Direitos Humanos desenvolveu todo um programa de eventos de acompanhamento como visitas, telefonemas, e-mails, indicações de apoio psicológico, de saúde e a disponibilização de recurso financeiro para estas duas lideranças, enquanto estivessem ausentes de seu lugar de moradia.

Da parte do governo Estadual não houve nenhuma manifestação posterior à coletiva de imprensa mencionada acima. O governo do Amazonas estado manteve-se alheio a estas preocupações que haviam mobilizado o governo federal. Algumas ações desenvolvidas pela polícia de Lábrea ou da justiça ocorreram por intensa pressão de entidades sociais que insistiram e no sentido de dar prosseguimentos aos inquéritos e pedidos de prisões preventivas que posteriormente foram revogadas.

No âmbito do governo do Amazonas, a preocupação que ocupava espaço central na agenda política à época era com a posição da Zona Franca de Manaus no âmbito da discussão sobre os incentivos fiscais entre São Paulo e Manaus quanto à produção de tablets. Recordo que, enquanto a CPT dava entrevista a uma rádio local sobre os assassinatos e ameaças de morte no campo, o governador, na mesma emissora comentava a preocupação da produção deste equipamento, sem sequer fazer qualquer menção à situação que dada a gravidade já ocupava a agenda de debates na esfera federal. A Anistia Internacional⁴⁷ intensificou mobilizações e campanhas encaminhando cartas para o governo local, solicitando providências aos ameaçados de morte, no entanto o silêncio era e continua sendo a resposta para estas iniciativas.

⁴⁷ A Anistia Internacional é um movimento global com mais de 7 milhões de apoiadores, que realiza ações e campanhas para que os direitos humanos internacionalmente reconhecidos sejam respeitados e protegidos. Fundada em 1961, a Anistia Internacional, encontra-se em mais de 150 países no compromisso com a justiça, a igualdade e a liberdade. Fonte: <http://anistia.org.br/conheca-a-anistia/quem-somos/Maratona-de-cartas>: vídeo chamada para maratona de cartas: Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=a3L7VYInRWA>

Contudo, a Operação Defesa da Vida não teve maiores repercussões. Ainda que tenha sido pensada e publicizada como ações articuladas entre diferentes ministérios para combate à violência na região, ficou restrita a dar uma resposta simbólica ao clamor de agentes e entidades sociais que denunciaram os graves conflitos e violência no campo. A tentativa de reunir e promover uma ação integrada de diferentes forças limitou-se a uma reunião com governo e a esfera da justiça, num encontro em Manaus, em junho de 2011 e, ao mesmo tempo o encontro com organizações sociais com a ministra Maria do Rosário em que reuniu diferentes organizações sociais e representante da Assembléia Legislativa do Estado que se diziam preocupados com a problemática.

Sem ter uma ação integrada entre agentes públicos responsáveis, a Operação Defesa da Vida ficou restrita, com rara exceção, ao acompanhamento dos dois agentes que passaram a fazer parte da lista de Defensores dos Direitos Humanos protegidos pela Força Nacional, embora a Equipe Federal de Defensores, como se autodenominam, reportaram que todos os agentes sociais, cerca de 35, encontravam-se incluídos na lista de protegidos, diante dos quais não houve outras iniciativas.

Em avaliação do Programa de Defensores, realizado por uma consultora no ano de 2013, da qual fui chamada para contribuir, buscou-se ressaltar alguns problemas verificados ao longo do acompanhamento das situações de conflito e sugerir elementos para a efetividade do Programa. Em primeiro se ressaltou a importância do Programa diante da realidade de conflito no campo no Estado. Afinal, pela primeira vez, percebeu-se o Governo Federal envolvido e buscando dar uma resposta às situações de conflito, dispondo de um Programa e Equipes de acompanhamento.

O fato da Equipe de Direitos Humanos viajar aos locais de conflito, visitar e ouvir os envolvidos foi percebido para as organizações sociais, em especial a CPT, como uma iniciativa positiva e que trazia esperanças na futura existência de uma reunião de forças que pudesse intervir de forma efetiva naquela realidade. No entanto, observou-se limitações no campo de atuação do Programa tais como o pouco conhecimento no que relacionava à questão agrária na região amazônica, rotatividade de servidores, falta de estrutura para o atendimento, bem como inexperiência e/ou falta de clareza sobre como atender de forma eficaz.

Dessa forma, no caso de Vitória, já explicitado anteriormente, foi a CPT quem acabou dando o amparo necessário de proteção, uma vez que sua situação já não permitia o retorno seguro à terra. Foi a Entidade também que deu suporte em outras situações semelhantes, uma vez que o Programa não reconhecia a dificuldade para quem vinha de áreas rurais e não conhecia Manaus em se locomover em uma cidade de quase dois milhões de habitantes, agregado a isto todo o abalo emocional manifesto em pânico, medo, dor, doenças que frequentemente acometiam as pessoas ameaçadas e refugiadas em função do envolvimento em situações de conflito. Deixá-las em um bom hotel, pagando diária, como sugeriu um agente do Programa, era a mesma coisa que deixa-las expostas e vulneráveis ao suicídio ou processo de adoecimento. Por conta de diferentes visões, nem sempre a relação entre agentes do Programa e agentes da CPT, por exemplo, foram harmoniosas, embora, ainda se considerava que, onde não havia nenhuma iniciativa, ao menos a presença de agentes do Programa era bastante favorável.

Provavelmente, por ser um Programa relativamente novo e não se constituir a partir de questões relacionadas à luta e conflitos pela terra, o Programa acabou por individualizar o conflito, retirando do local de vida e trabalho o agente social ameaçado em contraposição ao objetivo do Programa de Defensores que seria o de possibilitar que o agente social permanecesse em sua região com o suporte e segurança necessários para sua permanência. Nesse intuito é que, antes da decisão de retirar o agente da região de conflito foi definido pela Secretaria Nacional dos Direitos Humanos, juntamente com o Ministério da Justiça a disponibilização da Força Nacional para assegurar os trabalhos e proteger os agentes dentro de seu espaço geográfico e social.

No que se relaciona a presença da Força Nacional⁴⁸, como abordamos no relato de Vitória e, em algumas situações nas narrativas do Pastor Antonio Vasconcelos, ambos sob a proteção dos agentes policiais, temos a considerar as contradições desta presença e aqui, me reporto às equipes de policiais e seu despreparo para atuar em cenários de extrema complexidade relacionados aos conflitos agrários, bem como a limitação de recursos necessários ao desempenho pleno das atividades. Com mencionado antes, a missão da Força Nacional de proteger Vitória contra toda sorte de atentado contra a sua vida, quando do seu

⁴⁸ Força Nacional- Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Segurança Pública, Departamento da Força Nacional de Segurança Pública. Operação Protetor I – sul do município de Lábrea – Amazonas.

retorno ao Assentamento Gedeão, local de sua propriedade e residência (Operação Protetor I, 2011), verificou-se agentes sociais favoráveis à presença policial e que exigiam também a proteção a outros agentes ameaçados, ao mesmo tempo existia um ambiente desfavorável à sua atuação criando objeções para a permanência naquele local, como o enfrentamento direto dos acusados de agressão e ameaça, a criação de situações embaraçosas para os membros da FN, como a de tirar fotografias, a tentativa de promover encontros amorosos impróprios para comprometê-los moralmente e forçar sua saída da região.

Essas e outras dificuldades, identificadas por agentes da FN como a precariedade estrutural do local, falta de imóvel para locação, telecomunicações, somente telefonia convencional com raríssimos aparelhos efetivo reduzido, no caso de enfrentamento entre outros, levaram-na a deixar o hotel em Nova Califórnia que servia como residência da equipe e transferirem-se para o município de Acrelândia (AC), aproximadamente 100km de Nova Califórnia (RO).

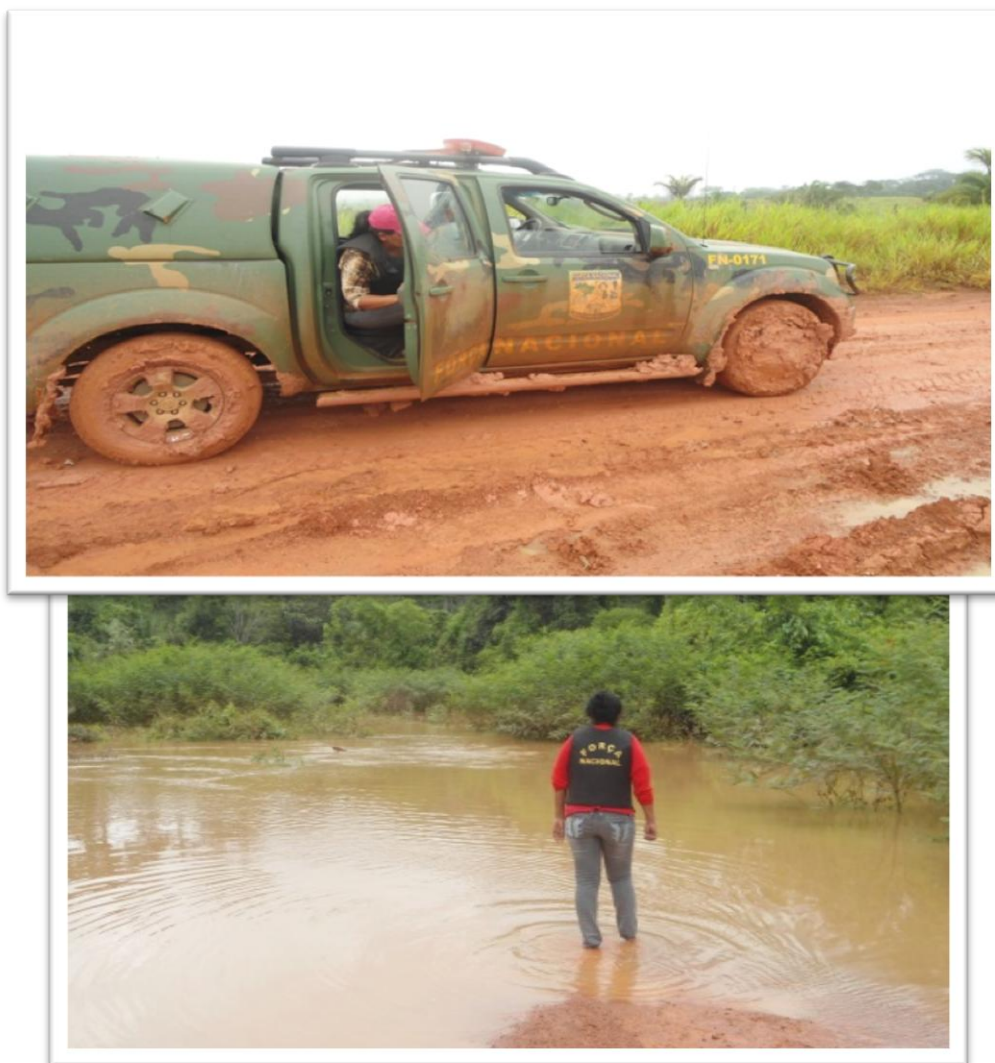
As fotografias abaixo ilustram parte das dificuldades de locomoção que comprometiam a “missão de proteger” a “vítima ameaçada” até o lugar de moradia de Vitória, determinante para a proteção. Em ocasiões, os próprios madeireiros, tratores ajudavam a sair das situações em que o veículo ficara preso na lama o que evidencia a total falta de disponibilização de estrutura compatível com a missão assumida. Nessas circunstâncias, que condições de enfrentamento a equipe poderia fazer diante de uma real emboscada, como foi propalada e que levou à saída da Força Nacional da região.

Figura 19– Agentes da Força Nacional- sul do Município de Lábrea



Fonte: Arquivo – “Vitória”, 2012

Figura 20 – Agentes da Força Nacional- sul do município de Lábrea



Fonte: Arquivo “Vitória” - 2012

O cenário apresentado permite supor que se de um lado observa-se a iniciativa em dar suporte à liderança em seu fazer cotidiano, não se verificou um esforço real de enfrentamento visto a falta de condições necessárias a execução de um trabalho eficaz, o que permite colocar algumas questões: não se considerou a centralidade questão agrária para intervenção na situação, o descompasso entre a atuação da Força Nacional e da polícia de Lábrea que nem sequer abriu inquérito diante das denúncias de ameaças de Vitória e demais assentados e extrativistas ameaçados. Ao mesmo tempo que ocorria o deslocamento da Força Nacional para proteger a liderança, o delegado de Lábrea afirmava não existirem provas concretas das supostas

violências no campo nas proporções veiculadas pela mídia (...) a bem da verdade, continuava ele, referidos conflitos são de natureza individual e nada têm de motivação em conflitos agrários (extraído de e-mail dirigido à coordenadora da CPT, 2011).

Essa forma local de conceber o real e agir sobre ele nos leva a entender as raízes profundas da invisibilidade e da violência dos conflitos territoriais amazônicos, a compreender o porquê se quer houve abertura de inquéritos para investigar as denúncias contra os ameaçadores que permaneciam impunes e agindo livremente na região. A atuação e presença de forças exteriores ao município e estado constituiu-se como uma resposta às pressões advindas de organizações sociais e imprensa com destaque para as denúncias sobre a violência e morte de lideranças, tornando a intervenção de agentes federais alicerçada na premissa da proteção aos direitos humanos e não da promoção do direito a terra.

3.2 Ouvidoria Agrária Nacional

No ano de 2006, fora criada a Comissão Nacional de Combate à Violência no Campo (CNVC), através da Portaria Interministerial 1.053⁴⁹, publicada no Diário Oficial da União em 17 de julho de 2006, tendo por presidente o Ouvidor Agrário Nacional, que representando o MDA, segundo a Portaria, assumiria como presidente da Comissão. O Decreto Federal nº 7.255 de 04 de agosto de 2010, evidenciou as atribuições da Ouvidoria Agrária Nacional

- I - promover gestões junto a representantes do Poder Judiciário, do Ministério Público, do INCRA e de outras entidades relacionadas com o tema, visando à resolução de tensões e conflitos sociais no campo;
- II - estabelecer interlocução com os governos estaduais, municipais, movimentos sociais rurais, produtores rurais e sociedade civil, visando prevenir, mediar e resolver as tensões e conflitos agrários para garantir a paz no campo;
- III - diagnosticar tensões e conflitos sociais no campo, de forma a propor soluções pacíficas;
- IV - consolidar informações sobre tensões e conflitos sociais no campo, com o objetivo de propiciar ao Ministro de Estado, ao Presidente do INCRA e a outras autoridades subsídios atualizados e periódicos para tomada de decisão; e

⁴⁹ Portaria criada com o objetivo de sugerir medidas para prevenir, combater e reduzir as diversas formas de violência praticadas contra trabalhadores rurais, proprietários rurais, remanescentes de quilombos, ribeirinhos e atingidos por barragens. A Portaria estabeleceu a composição da Comissão: três representantes do Ministério da Justiça, sendo um do Departamento de Polícia Federal e outro do Departamento de Polícia Rodoviária Federal; Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério do Meio Ambiente, Secretaria Especial dos Direitos Humanos e INCRA, estabelecendo ainda suas competências (Portaria Interministerial nº 1.053 de 14 de julho de 2006).

V - garantir os direitos humanos e sociais das pessoas envolvidas em tensões e conflitos sociais no campo (Decreto Federal nº 7.255 de 04 de agosto de 2010).

Registra-se que, no ano de 2006, devido a uma reintegração de posse ocorrida no sul de Lábrea, a Associação APRAASSA, sediada naquela região, foi quem demandou esta reunião, chegando para participar um membro da Comissão Nacional de Combate e Violência no Campo. A partir deste ano, o Ouvidor Agrário Nacional, desembargador José Gercino da Silva Filho, têm obedecido um cronograma de reuniões para o Amazonas, mais precisamente em Manaus, com alguns deslocamentos para Lábrea ou Boca do Acre, porém, tornou-se habitual sua realização em Manaus pela presença de diferentes agentes públicos. Estas reuniões tinham por fim tratar os conflitos agrários que chegam a Ouvidoria e ocorreram entre os anos de 2006 a 2015 com formas bem definidas e delimitadas de atuação, que vão desde os convites, a execução e posterior acompanhamento das demandas discutidas no decorrer das mesmas. Há um mesmo coordenador em todas as reuniões, o Ouvidor Agrário Nacional, desembargador Gercino Filho que, desde o início da constituição da Comissão exerce a função de presidente, o que possibilita a continuidade, acompanhamento e desdobramentos de cada situação demandada em cada reunião.

Após as reuniões seguem-se os ofícios, via e-mail, direcionados a todos os participantes da reunião realizada e para uma ampla lista de servidores do Ministério Agrário, superintendências agrárias locais, órgãos envolvidos nos conflitos ou na responsabilidade legal de resolvê-los, obedecendo uma mesma performance, onde inicia e finaliza com as seguintes palavras na qualidade de ouvidor agrário nacional, vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, bem como na condição de presidente da Comissão Nacional de Combate à Violência no Campo criada pela Portaria Interministerial 1.053, publicada no Diário Oficial da União em 17 de julho de 2006, com a incumbência de garantir os direitos das pessoas envolvidas em conflitos fundiários e zelar pela paz na zona rural, como na questão em tela, tenho a elevada honra em dirigir-me a Vossa Senhoria visando (...) e na sequencia para finalizar esclareço, por derradeiro, que faço este pedido com fundamento no artigo 7º, anexo I, do Decreto Federal nº 7.255, de 04 de agosto de 2010, onde se encontra consignado que compete a Ouvidoria Agrária Nacional, que represento na condição de ouvidor agrário nacional, promover gestões junto aos representantes do Poder Judiciário, do Ministério Público, do Incra e de outras entidades relacionadas com o

tema, visando à resolução de tensões e conflitos sociais no campo (Ofício/OAN/Nº 2097 de 10 de setembro de 2010). Este serve como exemplo do que estamos demonstrando, no sentido de percebermos como essa função, responsabilidade é evocada e o respaldo para suas ações.

Segundo o Ouvidor Agrário Nacional e Presidente da Comissão Nacional de Combate à Violência no Campo Desembargador Gercino José da Silva Filho, as reuniões se constituem num instrumento que possibilita garantir a manifestação dos agentes governamentais envolvidos e responsáveis a darem uma resposta diante dos conflitos de terra estabelecidos na região e que lhe chegam como denuncia. Por inúmeras vezes, no decorrer destas reuniões o Ouvidor tem demonstrado irritabilidade e frustração com estes agentes que, embora a pauta chegue tempo antes, no decorrer da reunião, não manifestam interesse e/ou não têm respostas efetivas quanto às questões apresentadas. De modo que, em reunião de outubro de 2015, quem chegasse à reunião, enviando apenas representantes sem respostas efetivas, ele pedia para buscarem a quem de direito e só retornassem quando trouxessem uma manifestação que fosse favorável às questões solicitadas, assim aconteceu com representantes da Secretaria de Saúde e Educação quanto a um problema manifestado pelo promotor público do município de Boca do Acre.

Exemplo dessa dificuldade explicitada pelo Ouvidor Agrário, encontramos no relato apresentado por ele através de ofício, quando fora interpelado diante dos conflitos que se intensificava. No ofício relata que após a 384ª reunião da Comissão ocorrida no município de Lábrea, em maio de 2012, a Ouvidoria Agrária Nacional

“descentralizou para a Superintendência do INCRA do Estado do Amazonas recursos orçamentários/financeiros no valor total de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), objetivando atender as despesas com deslocamentos de 10 policiais civis e militares, que seriam designados, respectivamente, pelo secretário-executivo do Gabinete de Gestão Integrada da Secretaria de Segurança Pública, doutor Frederico Marinho Mendes, e pelo comandante de Policiamento do Interior da Polícia Militar, tenente-coronel Marcus Frota Lobato, para garantir a segurança pública e a integridade física dos trabalhadores rurais do projeto de assentamento florestal Curuquetê, do projeto de desenvolvimento sustentável do Incra denominado Gedeão e da gleba Iquiri. Entretanto, as autoridades policiais, por problemas burocráticos, não conseguiram efetivar o deslocamento dos policiais para a região sul do Estado do Amazonas, motivo pelo qual as referidas diligências não foram realizadas até o momento. Diante disso, a Ouvidoria Agrária Nacional recolheu o montante que havia sido descentralizado. Por outro lado, oportuno observar que os referidos recursos podem ser repassados novamente, caso as

polícias Civil e Militar do Estado do Amazonas consigam viabilizar o deslocamento do efetivo policial necessário para fazer a segurança pública e garantir a integridade física dos trabalhadores rurais que demandam providências dos poderes públicos na zona rural da região sul do Estado do Amazonas (Dr. Gercino Filho, 2012).

No que refere, especificamente aos seringueiros, cópia de ofícios direcionados, ainda no ano de 2008, à Ouvidoria Agrária Nacional, por intermédio da Central Única dos Trabalhadores - CUT/Acre, são guardados por seringueiros. Não se conseguiu perceber os desdobramentos destas denúncias. Em relatos apresentados no decorrer do trabalho de campo, alguns seringueiros referem ao Ouvidor com certo grau de proximidade e confiança, dizendo que “o Gercino, já conhece nosso problema”, sentido de quem confia que poderá fazer algo por eles.

As reuniões tornaram-se eventos e um dos espaços fundamentais de discussão dos conflitos agrários no Amazonas. As demandas advindas da região Sul do município de Lábrea estão frequentemente na pauta de discussões. A reunião foi se estabelecendo como um momento ritual, constituindo um campo específico do “conflito agrário” e de legitimação de agentes de Estado perante seus pares burocráticos tais como MPF, Programa Terra Legal, MPE, DPU, Órgãos de Terra do Estado. Poderíamos afirmar que este ritual dirigido pela Ouvidoria passou a se consolidar como espaço legítimo e publicamente reconhecido como fórum privilegiado para tratar de forma mais sistemática os conflitos no Campo e na busca de soluções.

As reuniões manifestam um espaço que dá visibilidade a diversidade de situações conflitos do Estado e pauta-se na busca de sua pacificação. A Comissão de Combate à Violência no Campo tem apenas a competência de informar e solicitar dos agentes governamentais as medidas adotadas para cada situação levantada, sem ter maiores possibilidades de intervenção.

Nos últimos anos participar destas reuniões se tornou um tanto perigoso para os agentes sociais envolvidos em conflitos, visto que nestas reuniões reúnem-se os dois lados dos interesses que motivariam os conflitos e a simples presença pode tornar um denunciante um alvo, uma vez que as partes da contenda são colocadas frente a frente nas discussões e embates.

Em 2010 Adelino Ramos e Vitória estiveram presentes em uma destas reuniões, bem como o representante dos fazendeiros da região conhecido por Santana, que foi acompanhado de seus “funcionários” atuantes na região. Nesta

reunião, realizada em julho do ano de 2010, em Manaus, Adelino Ramos foi enfático em suas denúncias, fornecendo os nomes de quem estava lhe ameaçando. O fazendeiro Santana, quis falar, porém, não teve autorização pelo fato de não ter sido convocado. No entanto, Adelino Ramos, confiando na segurança do espaço legitimado em que estava, acabou por se tornar mais exposto ainda.

Segundo a esposa de Adelino Ramos, nos meses que precederam seu assassinato, as ameaças se intensificaram e, dez meses após a reunião com a ouvidoria agrária em que teria apresentado os nomes dos que estavam ameaçando-o, ele foi assassinado. Após a reunião nenhuma providência efetiva foi tomada para coibir as ameaças e evitar o desfecho trágico.

Quanto a Vitória, esta nem se quer teve condições de se expressar, pois, já estando bastante fragilizada, ainda com as marcas do recente espancamento em seus braços e rosto, ela silenciou, apesar da “mesa” insistir na sua manifestação. Outras situações de exposição de agentes sociais foram realizadas durante estas reuniões em 2014 e 2015, quando pessoas ameaçadas foram colocadas frente a frente com empresários e advogados de empresário que disputam a área de ribeirinhos para manejo florestal negociadas com empresas estrangeiras.

Em outras situações, informações sobre processos judiciais foram divulgados publicamente pelo fato do Ouvidor Agrário Nacional “partilhar com todos de sua lista de e-mails” as comunicações oriundas de Entidades e agentes sociais sobre conflitos. Situação que levou um agente militar, Cel Vargas, a impetrar processo contra a CPT e sua representante devido a uma denuncia de abuso contra um trabalhador residente em área demandada por comunidades em longa luta pela permanência na terra contra os militares que instalaram um Centro de Instrução de Guerra na Selva (CIGS) nas proximidades de Manaus.

Houve ainda outro processo criminal impetrado pelo defensor Público do Estado (AM), Carlos Alberto Almeida Filho, também contra representante da CPT por se sentir ofendido por conta de um e-mail encaminhado ao Ouvidor Agrário em que tratava de situações que agentes sociais discordavam do Defensor. Como o defensor é também membro da Comissão de Combate à Violência no Campo, considerou que essa comunicação poderia retirar-lhe do que considerava uma “Comissão de elite”.

Neste cenário, qual a capacidade que organizações e agentes sociais têm de enfrentamento? Tonando-se fundamental iniciar um processo de discussão quanto a

forma de conduzir as reuniões da Ouvidoria, no sentido de minimizar a exposição e risco e represália de denunciante. Por outro, esta é uma das poucas formas disponíveis do Estado participar da discussão. Segundo o Dr. Gercino Filho não poder fazer mais que isso, pois não tem capacidade de intervenção nos estados. Este trabalho chama a atenção para a necessidade de ampliação de competência desta Comissão, caso contrário, a mesma servirá tão somente para tentar um equilíbrio e consenso nem sempre possível dada a natureza dos interesses em disputa.

Olhar para a dinâmica dessas relações a partir do Estado permite inferir que ora agentes do Estado contribuindo para enfatizar processos de violência e expropriações, ora agentes também do Estado propondo e executando ações que poderiam minimizar esses conflitos. Vemos operando o que Bourdieu chama de a mão esquerda e a mão direita do Estado, ou seja, a dupla função exercida pelos Estados modernos contemporâneos (Bourdieu, 1993, 1998).

A mão direita do Estado estaria afirmada na concentração do capital de força física e a sua afirmação para o exterior de fronteiras, e internamente a vigilância das classes dominadas; os imperativos de defesa do território; a manutenção da ordem; a concentração do capital jurídico que se conclui pela constituição de um campo jurídico autônomo (Bourdieu, 1998). A mão esquerda do Estado constituir-se-ia nos mecanismos de redistribuição; o exercício das funções ditas “sociais”; a afirmação da educabilidade universal; a ação unificadora em matéria de cultura, elemento fundamental da construção do Estado-nação; o dever de dotar os cidadãos dos meios culturais que lhes permitam exercer ativamente os seus direitos cívicos (Bourdieu, 1993).

Analisar processos de dominação, inclusive burocrática, é procurar o poder nos mecanismos sociais que também produzem as estruturas do Estado, que é em si mesmo um dos instrumentos de que os dominantes fazem uso para impor a sua dominação e objetivar do seu ponto de vista. O campo de pesquisa permitiu entrever recorrentemente a uma complexa luta de interesses no interior do campo social e governamental. Se formos verificar no âmbito da configuração dos ministérios na esfera do rural, fica evidenciado essa luta constante no que se relaciona a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e Ministério da Agricultura (MAPA). O primeiro voltado claramente às políticas orientados para os “pequenos” produtores e o da agricultura orientado para as políticas do agronegócio.

Essa divisão aparece bem visível e delimitada na destinação dos recursos, tendo o MAPA recebido maior montante anualmente, o que demonstra que este campo no interior do governo é também conflituoso. Porém, a criação de um Ministério com as condições para exercer implementar políticas que visassem as demandas dos agricultores, demonstra os campos de múltiplos interesses e a complexidade que é pensar e compreender esse objeto impensável, o Estado, ficção coletiva, de efeitos bem reais, que apresenta-se simultaneamente como produto, resultado e espaço de uma complexa luta de interesses (Bourdieu, 2014). O que só pode constituir-se num objeto de constante pensar, analisar, verificar seus permanentes efeitos.

Considerações

Observamos ao longo do trabalho que a dinâmica e propósito de programas, projetos e políticas pensados para a Amazônia traz como perspectiva fundamental o potencial econômico que a terra e a floresta podem oferecer. A Amazônia passou a ser vista como reserva, fronteira de recursos a serem eficientemente explorados. Nesta concepção, o elemento humano é incorporado como força de trabalho para realizar este destino. Contudo, a existência, a presença extrativista na região é uma inflexão a essa prática e visão, constituindo uma forma distinta de perceber e usufruir deste mesmo potencial. A terra e floresta não se reduzem a recursos. Há outra lógica de compreensão que não despreza a economia, mas a combina com um princípio de bem viver associado a autonomia e segurança territorial.

Ao abordar situações de conflito por terra e território na área rural do Estado do Amazonas, identificamos a diversidade de processos de ocupação da região, transformações sociais, políticas, econômicas ocorridas, bem como as intervenções realizadas pelo Estado brasileiro, que incidiram diretamente na vida dos agentes sociais pesquisados, gerando intensos conflitos na busca de garantia e permanência territorial. Se pensarmos a forma como a região Sul do município de Lábrea foi delimitada geográfica e juridicamente, verificamos que divisão não esteve orientada pela configuração do espaço social ou identitário de extrativistas da borracha, coletores de castanha, açaí e outros produtos da floresta.

A pesquisa realizada no sul do município de Lábrea aponta para dois momentos distintos de transformação que incidiram diretamente na configuração

social da região. Estes processos podem ser analisados a partir da exploração e expansão dos seringais face ao fato da valorização da borracha como recurso da pauta de exportação e a abertura e expansão da fronteira agropecuária aliada à exploração da madeira que, de forma violenta, transformou as “colocações” de seringa em “Fazendas”, sendo os agentes sociais forçados a acomodar (amoldar-se) a vida no interior dessa “nova” estruturação do espaço geográfico e social ou tentar reconstruí-la, compulsoriamente, em outro ambiente.

A retomada desses dois processos é determinante para compreender as transformações sofridas naquele espaço, desdobrando-se no cenário atual: um espaço onde o território passa por um processo de disputa em que a grilagem de terras, ameaças, assassinatos de trabalhadores e lideranças do campo são uma constante nesta região.

A situação encontrada na área pesquisada indica que está em curso um processo de mudança importante quanto ao significado e modalidade de apropriação da terra em uma região em disputa e avanço da fronteira agropecuária. A trajetória dos chamados seringueiros ou extrativistas da região do Riozinho encerra um conjunto de deslocamentos entre colocações e seringais cuja origem inicia-se no Ceará, Rio Grande do Norte, Mato Grosso e Acre. Atualmente, os deslocamentos direcionam-se para a região de Rio Branco e Nova Califórnia (RO), sendo esta última o espaço de maior concentração devido à proximidade das colocações e a expectativa de retorno para a coleta dos produtos extrativistas.

O atual cenário de regularização fundiária tem provocado uma luta desigual em que agentes autoidentificados como ribeirinhos, assentados, posseiros, extrativistas, indígenas disputam seus territórios, compreendendo aqui, terra, bens da natureza e bens simbólicos com fazendeiros, madeireiros, grileiros e empresários. Inferiu-se, entretanto, que as políticas de “desenvolvimento” da região e de regularização fundiária apresentadas pelo Estado Brasileiro para a região da pesquisa intensificam os conflitos por terra, produzindo expropriação e um processo de descaracterização de territorial que favorece a incorporação de terras tradicionalmente ocupadas ao mercado formal de terras. De acordo com Almeida (1991), a intervenção do Estado no processo de ocupação de novas terras, é intensificada a partir de 1970. Elevados índices de concentração fundiária e o acirramento dos conflitos sociais vão sinalizando o resultado das políticas governamentais.

Na relação ao Estado e agentes, conforme vimos demonstrado ao longo do trabalho, diferentemente de se pensar agentes do Estado como ausentes na região, discurso partilhado publicamente na área estudada, o que verificou-se foi que agentes do Estado, ao exercerem diferentes atividades, mesmo que de forma esporádica e pouco integrada, efetivaram sua presença através da legitimação dos atos e da imposição de suas categorias naquele espaço.

O que se apreende é que o Estado brasileiro com todos os instrumentos de representações tem atuado em todos os espaços de conflito; encontra-se presente em diferentes situações que vão desde os órgãos ligados diretamente à regularização fundiária, bem como o poder judiciário, órgãos ambientais e policiais. Contudo essa forma de estar presente não se reverte em segurança territorial aos agentes sociais focados neste estudo.

Diante do cenário que se apresentava de desmatamento e expropriação presente na área de pesquisa, a melhor alternativa para garantir a permanência de extrativistas e salvaguardar os bens da floresta seria a transformação da região em Reserva Extrativista, demanda formulada e encaminhamento para no ICMBIO/Brasília. O estatuto de RESEX asseguraria o modo de vida dos seringueiros e constituiria uma possível barreira ao avanço do desmatamento e, conseqüentemente a destruição da floresta, único bem que pode assegurar a existência deste grupo na região.

A existência de seringueiros/extrativistas no sul do município de Lábrea encontra-se ameaçada por sucessivos desmembramentos territoriais e aponta para a complexidade da situação fundiária no sul do município de Lábrea, expressa no processo de disputa territorial e, conseqüente no crescimento de ameaças, assassinatos, expropriação de extrativistas.

O modo como se apresenta a configuração do espaço territorial: terras da União (faixa de fronteira), terras de particular (títulos definitivos), título Boliviano (cancelado), cadastro, “espelho”, território tradicional, empresas e particulares como detentores de titulação favorecem e agravam a dimensão dos conflitos. Ficou evidenciado, no decorrer da pesquisa que, nenhum daqueles que se colocam como proprietários das terras, residem no local, sendo oriundos dos Estados de Mato Grosso, Rondônia, Acre, São Paulo e Rio Grande do Sul. Quem exerce a função de administração são os chamados gerentes, designados para manter o controle da

propriedade empregando todos os meios necessários, inclusive violentos, abusivos, para “preservar” a área de qualquer “incômodo”.

Os mais diferentes mecanismos de pressão foram minando as poucas iniciativas que ainda poderiam combater as formas de violência impostas na região. A decisão do agente governamental de retirar lideranças e agentes em situação de ameaça de seu espaço social e dar soluções individuais para problemas sociais expõe a ineficácia das soluções encontradas e fragiliza ainda mais quem permaneceu no espaço do conflito, silenciando-os e, conseqüentemente, intensificando a expropriação dos que ainda insistem em permanecer.

Ao pensar em outras saídas para a resolução do conflito estabelecido na região, é unânime entre os moradores que o Incra e o Programa Terra Legal têm a competência para solucioná-los, pois segundo os seringueiros, não pretendem fazer um enfrentamento direto, uma vez que aqueles que o fizeram, além de não garantir a permanência no território, foram obrigados a desistir e/ou perderam a vida. É competência do órgão público “determinar os meios de resolução”, asseguram os moradores.

Segundo eles, um destes agentes públicos (INCRA ou Terra Legal) teria que reconhecer os limites de cada ocupante, “dizer ao fazendeiro teu direito é esse aqui e o do posseiro, teu direito é esse aqui. Porque eu, o pecuarista, o fazendeiro, nós nunca vamos chegar a um acordo. Porque eu não vou acreditar no que ele me diz e nem ele vai entrar em acordo comigo com o meu direito. Alguém que tenha poder tem que chegar e dizer pra mim, se o direito do posseiro é dez hectares, é esse e pronto, mas se disser que é mil, é mil. É isso que eu vou correr atrás. Alguém tem que dizer pra mim e falar pro fazendeiro também. Nós dois nunca vamos chegar num acordo”.

A outra solução, todas explicitadas pelos seringueiros, é o Terra Legal demarcar a área de trabalho, área de seringa e castanha, para que trabalhem “em paz”, sem que o acesso seja impedido pelo fazendeiro. Na concepção dos extrativistas, o agente público é o único capaz de evitar os problemas enfrentados. Assim sendo, a demarcação da terra, feita pelo Terra Legal, segundo extrativistas, teria legitimidade e os fazendeiros passariam a respeitar as decisões tomadas. No entanto, nesta região, o que se percebeu foi a “indisposição” dos agentes do Estado em enfrentar os conflitos ou garantir segurança e permanência. Ao contrário, a

insegurança e violência foram elementos legitimadores da descaracterização dos territórios tradicionais ocupados.

Enquanto aguardam alguma solução, os seringueiros/extrativistas empregando práticas de resistência cotidiana vão encontrando a possibilidade de permanecer. Encaram cada dia como o “DIA D”, como “tudo ou nada”, decisivo, em permanente vigilância, sem muito tempo para pensar ou esperar; cada dia é determinante para a permanência na terra. Permanecer, mesmo silenciando, já é uma forma de resistir, assim como sair, “esconder”, “fugir”, elementos constitutivos de uma mesma dimensão, feita numa constante correlação de forças entre fazendeiros, madeireiros e agentes do Estado que, mesmo intervindo, através de seus agentes, permanecem silenciando, ocultando esta realidade e, o agravante é que esta tática também vai permitindo toda forma de abuso e violações, reduzindo as possibilidades da garantia do direito ao território e da possibilidade de autonomia dos seringueiros.

Ao presenciar as diferentes estratégias de resistência, seja informal, o comum na vida dos extrativistas, ou formal⁵⁰, iniciativas verificadas no campo e exterior a ele, poderíamos aliar as duas formas de resistir. A organização formal demonstrou ser um importante instrumento de apoio na perspectiva de contribuir com o esforço silencioso dos extrativistas de permanência naquele espaço, na busca de construir caminhos de superação, na garantia do território em permanente disputa e ameaça. Contudo, não é simples empreender essa postura, mesmo no campo formal, que acaba por exigir posicionamentos no campo de conflito, campos de relações de poder.

Penso que somente o esforço contínuo de apoio e fortalecimento da resistência cotidiana dos extrativistas é possível vislumbrar alguma ação favorável à permanência dos que ainda resistem, até mesmo para tornar visível o que precisam enfrentar para se manterem. É preciso repensar a partir de micropoderes (Foucault, 2012), refazer caminhos e estabelecer novos parâmetros de relação e intervenção social. Repensar estratégias de intervenção a partir desta concepção é fortalecer o que poderíamos considerar essencial nessa relação: a eficácia dos micropoderes, as micro experiências de resistência.

⁵⁰ Dívida que vou carregar por não ter tido condições suficientes para abordar as intervenções das diferentes entidades sociais no campo do conflito como foram percebidas: Associações de moradores, CPT/AM, CUT/AC, Imprensa, Anistia Internacional, Fetagri/AM.

A antropologia como os demais campos das ciências sociais, podem oferecer elementos importantes na compreensão e porque não dizer no enfrentamento à violação do direito fundamental ao território e contribuir para que os povos tradicionais tenham seus direitos assegurados; como nas palavras de Fravet-Saada (1997), não há nenhuma posição neutra no campo de poder dos posicionamentos discursivos, bem como nas palavras de George Marcus (1993) ao considerar que o fazer antropológico é inerentemente político, considerando que a mera estratégia de posicionamento numa pesquisa já é um ato política. Acredito, portanto, que o que fazemos, escrevemos, pesquisamos tem uma interferência ou proposta de interferência na vida daqueles com os quais fazemos nossa pesquisa. Saber que temos algo a dizer inspirado em uma pesquisa empírica constitui-se uma exigência, um compromisso inadiável.

Referências

- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **“Terras Tradicionalmente Ocupadas” In: Terras de quilombos, terras indígenas, “babaçuais livres”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pastos: terras tradicionalmente ocupadas.** 2.^a ed, Manaus: PPGSCA-UFAM, 2008.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno. **Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização, movimentos sociais e uso comum.** Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais. Vol.6, nº 1. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (ANPUR), maio de 2004.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno. O Intransitivo da Transição: O Estado, os conflitos agrários e a violência na Amazônia (1965-198). In: LÉNA, P.; OLIVEIRA, A. E. (Org.). **Amazônia: a fronteira agrícola 20 anos depois.** Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1991. p. 259-290.
- ALMEIDA, MAURO W. **“As Colocações: forma social, sistema tecnológico, unidade de recursos”.** Revista Mediações, Londrina, v. 17 n.1, p. 121-152, Jan./Jun. 2012.
- BENCHIMOL, Samuel. **Amazônia – Formação Social e Cultural.** 3^a ed. Manaus: Editora Valer, 2009. P. 153-206.
- BOURDIEU, Pierre. **Sobre o Estado.** Curso no Collège de France (1989 – 1992). Edições 70, LTDA. Maio de 2014.
- BOURDIEU, Pierre. **A miséria do mundo.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
- BOURDIEU, Pierre. **Razões Práticas** (cap. 4: Espírito de Estado: gênese e estrutura do campo burocrático). Papirus: 1996
- BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico.** 16^a ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.
- BOURDIEU, Pierre. **Razões Práticas** (cap. 4: Espírito de Estado: gênese e estrutura do campo burocrático). Papirus: 1996
- BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean-Claude e PASSERON, Jean-Claude. **O Ofício de Sociólogo: Metodologia da pesquisa na sociologia.** 5^a ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.
- BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico.** 16^a ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.
- BRASIL.** Ministério do Meio Ambiente. Serviço Florestal Brasileiro. Plano anual de outorga florestal 2016: Relatório Síntese Brasília: SFB, 2015. 32 p. : Il.; 30 cm
- BRASIL. Presidência da República. **Plano Amazônia Sustentável: diretrizes para o desenvolvimento sustentável da Amazônia Brasileira /** Presidência da República. – Brasília: MMA, 2008.

CARNEIRO, Eduardo de Araujo. **“A fundação do Acre”. Um estudo sobre comemorações cívicas e abusos da história.** Rio Branco, 2014. Tese. Doutorado em História Social – PPGHS. Convenio Dinter UFAC/USP. Universidade de São Paulo, 2014.

CARVALHO, Horácio Martins de. **O Campesinato no Século XXI: Possibilidades Condicionantes do Desenvolvimento do Campesinato no Brasil.** – Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2005.

CHAVES, Maria do Perpetuo Socorro Rodrigues. De “Cativo” a “Liberto” – O processo de constituição sócio-histórica do seringueiro no Amazonas. Manaus: Editora Valer, 2011.

CONFLITOS no Campo Brasil, 2011. Goiânia, CPT Nacional Brasil, 2012.

CONFLITOS no Campo Brasil, 2012 – Goiânia, CPT Nacional Brasil, Goiânia, 2012

CLIFFORD, James. **A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998.

DAS, Veena y POOPLE, Deborah. El estado e sus márgenes. Etnografías comparadas. Revista académica de Relaciones Internacionales, núm. 8 junio de 2008, GERI – UAM.

DAS, Veena. O Ato de testemunhar: Violência, Gênero e Subjetividade. Dossiê: Violência: Outros Olhares. Trad. Plínio Dentzien. Cadernos Pagu (37), julho a dezembro de 2011, p. 9-41.

DAS, Veena: **sujetos del dolor, agentes de dignidad** / ed. Francisco A. Ortega. – Bogotá : Universidad Nacional de Colombia. Facultad de Ciencias Humanas: Pontificia Universidad Javeriana. Instituto Pensar, 2008, 568 p. – (Lecturas CES).

Das, Veena. **Fronteiras, Violência e o trabalho do tempo. Alguns temas wittgensteinianos.** Revista Brasileira de Ciências Sociais, junho, año/vol. 14, número 040. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, São Paulo, Brasil, pp. 31-42.

DAS, V. **Critical events: an anthropological perspective on contemporary India.** New Delhi:Oxford University Press, 1996.

ELIAS, Norbert. **Etiqueta e Cerimonial:** comportamento e mentalidade dos homens como funções da estrutura de poder de sua sociedade. In: A Sociedade de Corte: Investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte. Rio de Janeiro: Zahar, 2001, capítulo V. P. 97-131.

FERRARINI, Sebastião Antonio. **Lábrea.** Manaus, Imprensa Oficial, 1981. p. 192 ilustr.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **MST: Formação e Territorialização** em São Paulo. – São Paulo, Editora Hucitec, 1936.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A Formação do MST no Brasil**. – São Paulo, Editora Vozes, 2000.

FERNANDES, Bernardo Mançano. RAMALHO, Cristiane Barbosa. **Luta pela Terra e Desenvolvimento Rural no Pontal do Paranapanema**. Estudos Avançados no. 43.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Espaços Agrários de Inclusão e Exclusão Social: Novas Configurações do Campo Brasileiro**, pp-16-36.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 26. Ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1997.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**, 25 ed. São Paulo: Graal, 2012.

FRAVET-SAADA, Jeanne. 1990. “Être Affecté” In, Gradhiva. Revue d’Archives de l’Anthropologie, 8.pp. 3-9. Ser afetado, de Jeanne Fravet-Saada. Tradução de Paula Siqueira.

GLUKMAN, Max. **Análise de uma situação social na Zululândia moderna**. In: **Feldman-Bianco, Bela (org)**. Antropologia das sociedades contemporâneas: métodos. São Paulo, 2010. Editora UNESP, p. 237-364

HALL, A. **Amazônia: desenvolvimento para quem?** Desmatamento e conflito social no Programa Grande Carajás. Rio de Janeiro: Zahar Editoras, 1991.

IANNI, Octávio. **Colonização e Contra-reforma Agrária na Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1979.

LIMA, Frederico Alexandre de Oliveira. **Soldados da Borracha – Das vivências do Passado às Lutas Contemporâneas**. Manaus: Editora Valer e Fapeam, 2014.

LITTLE, Paul E. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade**. Brasília, Universidade de Brasília, Departamento de Antropologia, 2002.

LOUREIRO, Antonio. **A grande crise**. 2ª ed. Manaus: Editora Valer, 2008

LOUREIRO, V. R.; PINTO, J. N. A. A questão fundiária na Amazônia. **Revista Estudos Avançados**. São Paulo: USP/ IEA, vol. 19, n 54, maio/agosto, 2005.

MALINOWSKI, Bronislaw Kasper. Argonautas do Pacífico Ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné melanésia/ Bronislaw Malinowski; prefácio de Sir James George Frazer; tradução de Anton P. Carr e Ligia Aparecida Caldieri Mendonça revista por Eunice Ribeiro Durhan – 3. Ed. – São Paulo: Abril Cultural, 1984, p. 1-86.

MARCUS, George E. Rhetoric and the ethnographic genre in anthropological research. *A Crack in the mirror. Reflexive Perspectives in anthropological.* Jay Ruby (editor). Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1982, p 163-185.

MARCUS, George E. and FISCHER, Michael M. *Anthropology as Cultural Critique: na expermental moment in the Human Sciences.* Chicago and Londn, The University of Chicago Press, 1986.

MARTINS, José de Souza. **Capitalismo e Tradicionalismo.** São Paulo: Pioneira, 1975.

MENEZES, T. **A regularização fundiária e as novas formas de expropriação rural na Amazônia.** *Estudos Sociedade e Agricultura*, abril de 2015, vol. 23, p. 110-130, ISSN 1413-0580.

MENEZES, T. **Dois Destinos para o Purus: Desenvolvimentismo, Socioambientalismo e Emergência dos Povos Tradicionais no sul do Amazonas.** In: Santos, Gilton Mendes dos; (Org.). *Álbum Purus.* Manaus: EDUA, 2011.

MENEZES, T. **Expansão da Fronteira Agropecuária e Mobilização dos Povos Tradicionais no sul do Amazonas.** In: Almeida, Alfredo Wagner B. de; (Org.). *Conflitos Sociais no complexo madeira.* Manaus: UEA Edições, 2009, p. 231-246.

MENEZES, T. *As novas fronteiras Amazônicas: estudo etnográfico do mosaico político-territorial no Sul do Amazonas.* In: MENEZES, T.; BRUNO, A. (Org.). **Cartografia Antropológica do Médio Purus.** Manaus, EDUA, 2013 (prelo).

MONSMA, *Karl.* **JAMES C. SCOTT E A RESISTÊNCIA COTIDIANA: UMA AVALIAÇÃO CRÍTICA.** Disponível em <http://www.portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman>.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de – **Amazônia Monopólio, Expropriação e Conflitos** – Campinas, São Paulo: Papirus, 1989.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino – **A Longa Marcha do Campesinato Brasileiro: Movimentos Sociais, Conflitos e Reforma Agrária** – *Estudos Avançados* Vol. 14 no. 43 – São Paulo, Set./Dez. 2001.

OLIVEIRA, João Pacheco. **O Caboclo e o Brabo. Notas sobre duas modalidades de força-de-trabalho na expansão da fronteira amazônica no século XIX.** In: SILVEIRA, E. (Org.). *Encontros com a civilização brasileira.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. P. 101-140 (n. 11).

OLIVEIRA, João Pacheco. **Uma Antropologia dos “Índios Misturados”. Situação Colonial, territorialização e fluxos culturais.** *Mana* 4(1): 47-77, 1998.

PEIRANO, Marisa. **Teoria ivida. Etnografia, ou a teoria vivida.** VI seminário de antropologia urbana. UNB, 2007.

PHILIP, M. Fearnside. **Desmatamento na Amazônia Brasileira: História, índices, consequências.**

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder.** São Paulo: Ática, 1993.

SCOTT, James. **A Dominação e a Arte da Resistência. Discursos Ocultos.** Tradução Pedro Serras Pereira. 1ª ed. Lisboa: Letra Livre, 2013

WHYTE, William Foote. **Sociedade de Esquina.** Rio de Janeiro, Zahar. Ed. 2005.

SOUZA LIMA, Antonio Carlos. **Um Grande Cerco de Paz: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil.** Petrópolis: Vozes. 1995.

TEIXEIRA, Carlos Corrêa. **Servidão Humana na Selva – O aviamento e o barracão nos seringais da Amazônia.** Manaus: Editora Valer/Edua, 2009.

TURNER, Victor. 2008. [1974]. **Dramas, Campos e Metáforas: Ação simbólica na sociedade humana** . Rio de Janeiro: EdUFF (cap 1 e cap 3)

WEBER, Max. **A política como vocação.** Brasília: Ed. UnB, 2003.

VELHO, Otávio Guilherme. **Capitalismo Autoritário e Campesinato.** Rio de Janeiro: Difel, 1979.

VELHO, Otávio Guilherme. **Frentes de Expansão e Estrutura Agrária.** Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

RELATÓRIO

Operação sul do Amazonas. **Relatório de levantamento das ocupações irregulares no sul do município de Lábrea.** INCRA – SR 15-AM - Divisão técnica. Manaus, junho de 2005.

Ocupação de Terras Públicas na Região Amazônica: **Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito.** Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2002. 641 p. Série ação parlamentar; n. 187.

ENTREVISTAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno. **Comunidades Tradicionais na resistência à expansão dos agronegócios e à devastação do meio ambiente.** CPT Nordeste, outubro de 2010.

Entrevista com George Marcus. Por Heloisa Buarque de Almeida, Lidia Marcelino Rebouças e Vagner Gonçalves da Silva. Tradução de Heloisa Buarque de Almeida.

Entrevista com Veena Das. Entre Palavras e Vida: Um Pensamento de encontro com margens, violências e sofrimentos. Michel Misse, Alexandre Werneck, outros. Dilemas: Revistas de Estudos de Conflitos e controle Social. Vol. 5- nº 2- Abr/Mai/Jun, 2012- pp. 335-356.

ANEXOS

Indígena Kaxarari é assassinado

Inserido por: Administrador em 29/08/2012.

Fonte da notícia: Cimi Regional Rondônia

O indígena João Oliveira da Silva Kaxarari foi assassinado na noite do último do último domingo, 26, no ramal da estrada Mendes Júnior, que dá acesso ao município de Lábrea, sul do Amazonas.

Segundo das lideranças indígenas Ari e Zezinho Kaxarari, João Oliveira já tinha comunicado que vinha sofrendo ameaças por parte dos invasores da Terra Indígena Kaxarari. Ainda ano passado, outro indígena, Mário Kaxarari, líder da aldeia Marmelinho, sofreu ataque e foi assassinado no ramal do Jacaré, na região de Extrema.

Os territórios indígenas ficam vulneráveis às investidas dos invasores e os conflitos decorrentes da luta pela terra se agravam. Uma vez mais invasões nos territórios indígenas provocam conflitos e assassinatos. Madeireiros, fazendeiros e grileiros de toda sorte adentram ilegalmente os territórios para retirar madeira e outros recursos naturais. Ao defenderem suas terras, o que o governo federal não faz, os indígenas ficam expostos às violências.

O povo Kaxarari vive no município de Lábrea, estado do Amazonas, e em Extrema, Rondônia. Encontram-se distribuídos em várias aldeias e somam uma população de aproximadamente 400 indivíduos. A Terra Indígena Kaxarari possui uma extensão de 143.441 hectares.

A demarcação do território ocorreu em 1987, quando foi excluída uma parte importante do território tradicional. No ano passado e depois de anos luta, o povo Kaxarari conseguiu, em processo movido pelo Ministério Público Federal, a correção dos limites e recuperação do território tradicional Kaxarari.

Esta conquista vem sendo motivo de constantes ameaças, que pesam sobre o povo. Nos últimos meses, os Kaxarari sofrem violentas investidas por partes de grupos contrários a tal medida judicial. Nas aldeias vive-se um clima de medo e insegurança.

Até quando os povos indígenas continuarão sendo vítimas da violência? Até quando vai perdurar a impunidade? Nossa solidariedade ao povo Kaxarari neste momento de dor e perda. Mais sangue indígena será derramado na terra que por direito pertence a esses povos. Enquanto os direitos não forem respeitados, a luta continua.



Ministério do Meio Ambiente
Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Floresta Nacional do Iquiri
Fone/Fax: (97) 3451-2518



Memo n.º 23/2012/Flona do Iquiri/ICMBio

Boca do Acre, 03 de abril de 2012.


A(o) Ilmo(a)
Coordenador(a)
Coordenação Geral de Criação, Planejamento e Avaliação de Unidades de Conservação -
CGCAP

Assunto: **Encaminhamento de Abaixo-Assinado referente à solicitação de criação de Reserva Extrativista.**

Ilmo(a) Senhor(a),

1. Cumprimentando-o(a), venho através deste encaminhar a V.Sª o Abaixo-Assinado de extrativistas da região do Rio Novo, localizada ao sul do município de Lábrea-AM, onde solicitam a criação de uma Reserva Extrativista na referida região.

Atenciosamente,


Antonio Edilson de Castro Sena
Analista Ambiental - Flona do Iquiri
Chefe – Portaria nº 442/2010-ICMBio

Floresta Nacional do Iquiri
Rua Cecília Leite, nº 67, Platô do Piquiá, 69.850-000, Boca do Acre – AM

ANISTIA INTERNACIONAL BRASIL⁵¹

AÇÃO URGENTE

COMUNIDADES AMAZÔNICAS AMEAÇADAS POR MADEREIROS E GRILEIROS

Em uma área remota do estado do Amazonas, lideranças rurais e agricultores enfrentam ameaças de morte e ataques de madeireiros e grileiros que querem tomar suas terras. A região não tem uma presença policial permanente e aparentemente faltam investigações das denúncias relativas às atividades ilegais em andamento. Aqueles que vivem na região estão em perigo.

Pequenas comunidades que vivem do extrativismo em reservas legalmente reconhecidas no sul do município de Lábrea, no sudeste do estado do Amazonas têm estado na mira de madeireiros e grileiros. Os líderes dessas comunidades têm sido vítimas de espancamentos, ameaças, ataques incendiários e roubo de propriedade, na tentativa de forçá-los sair de suas terras. Muitos fugiram da região temendo por suas vidas. Depois de ter denunciado a situação, Dinhana Nink foi morta a tiros na frente de seu filho em uma cidade vizinha ao estado de Rondônia, para onde ela havia se mudado depois que sua casa no sul de Lábrea foi incendiada. Sua amiga Nilcilene Miguel de Lima, líder comunitária que tinha tornado pública a invasão de exploradores ilegais de madeira nas reservas, foi espancada e ameaçada com uma arma, e teve sua casa incendiada enquanto estava fora.

Desde outubro de 2011 Nilcilene Miguel de Lima está sob proteção armada providenciada pelas autoridades federais. Mas as ameaças continuaram. Em março de 2012, ela recebeu uma mensagem retransmitida por membros da comunidade, dizendo que "seu colete à prova de balas pode proteger seu corpo, mas não sua cabeça". No início de abril ela foi forçada a sair de Lábrea, com a ajuda do governo federal, após evidências de que havia um plano para matá-

⁵¹ A Anistia Internacional é um movimento global com mais de 7 milhões de apoiadores, que realiza ações e campanhas para que os direitos humanos internacionalmente reconhecidos sejam respeitados e protegidos. Fundada em 1961, a Anistia Internacional, encontra-se em mais de 150 países no compromisso com a justiça, a igualdade e a liberdade. Fonte: <https://anistia.org.br/conheca-a-anistia/quem-somos/>

la e também aos seus guardas policiais, em uma emboscada. Ela é uma das duas únicas pessoas em Lábrea, a quem o governo federal concedeu proteção por policiais armados, por períodos de três meses. No entanto, sem a presença da polícia local na área, as ONGs afirmam que poucas ou nenhuma investigação sobre as atividades ilegais destes grupos criminosos estão sendo conduzidas. Pelo menos seis pessoas foram mortas na região desde 2007, além disso, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) afirma ter recebido relatos de pelo menos oito pessoas recebendo ameaças de morte em 2011.

Por favor, escreva imediatamente em português ou em seu idioma: Apelando às autoridades para que tomem medidas imediatas para garantir a segurança de todos os que vivem em reservas extrativistas no sul do município de Lábrea, assegurando-lhes inclusive, segurança pública de forma permanente; Instando-os a investigar as ameaças e perseguições direcionadas aqueles que vivem nessas reservas, que os resultados destas investigações sejam tornados públicos e os responsáveis levados à Justiça; Exortando-os com urgência para enfocar o problema das atividades ilegais de exploração madeireira e grilagens sistemáticas na região, e para reafirmar o status legal das comunidades extrativistas e garantir a segurança de seus moradores.

POR FAVOR, ENVIE SEUS APELOS ATÉ 5 DE JUNHO DE 2012 PARA: Governador do estado do Amazonas

Exmo. Sr. Omar José Abdel Aziz

Av. Brasil, s/nº Compensa 2

69.036-110 –Manaus/AM,

BRASIL

Fax: + 55 92 3303 8447

Saudação: Exmo. Sr. Governador

Ministro da Justiça Exmo. Sr. José Eduardo Martins Cardozo, Esplanada dos

Ministérios, Bloco "T", 4º andar,

70.712-902 - Brasília/DF, BRASIL. Fax: + 55 61 2025 7803 Saudação: Exmo. Sr. Ministro

E cópias para:

CPT Amazonas

Rua Silva Ramos, 555

Centro,

69025-030, Manaus/AM

Envie cópias também aos representantes diplomáticos acreditados no seu país. Por favor, insira os endereços diplomáticos locais abaixo:

Nome Endereço 1 Endereço 2 Endereço 3 Fax Fax número Email Email endereço Saudação
Saudação

Por favor, verifique com o escritório de sua seção a possibilidade do envio de apelos após a data estipulada acima.

Audiência na Câmara levanta denúncias de crimes repetidos no sul do Amazonas

Deputados ajudarão coordenar ações do poder público para combater crimes no Sul do Amazonas



A trabalhadora Nilcilene cobra providências do poder público ouvida pela deputada Janete e pelo deputado Domingos Dutra

Brasília, 19/062012 – A Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional e a de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados deverão realizar reunião de trabalho com órgãos federais e o governo do Amazonas, dia 03 de julho, para dar

início aos encaminhamentos da audiência pública que discutiu os conflitos por terra, crimes ambientais e violação dos direitos humanos no sul do estado do Amazonas. Em outra ação, parlamentares das duas comissões deverão viajar até a região para contatar o poder público local e ouvir as manifestações das comunidades. A audiência pública realizada na Câmara dos Deputados, nesta terça, 19, foi pedida pela deputada federal Janete Capiberibe (PSB/AP).

Propostas – “Não te sente só. Nós estamos com você, nós estamos olhando por você. E olhando por você estamos olhando por todos os homens e mulheres da tua comunidade, do sul do Amazonas, da Amazônia”, afirmou a deputada Janete Capiberibe, emocionada, dirigindo-se à líder extrativista Nilcilene Miguel de Lima, ameaçada de morte depois de denunciar os crimes ambientais, a grilagem de terras, as agressões e assassinatos das populações locais por jagunços a mando de madeireiros e grileiros.

A deputada Janete propôs o congelamento dos planos de manejo expedidos pelo Governo do Amazonas por serem usados ilegalmente para a extração de madeira, o aprimoramento da inteligência dos órgãos de segurança e dos órgãos federais para estancar o financiamento às atividades ilegais, a ação conjunta da secretaria de segurança do estado do Amazonas com órgãos federais de segurança para inibir a ação dos criminosos e a conclusão dos inquéritos policiais relacionados aos crimes de direitos humanos para o julgamento dos indiciados. Algumas decisões judiciais que dão reintegração de posse de terras públicas da União também preocupam os parlamentares.

Por isso, além de um órgão representante do Poder Judiciário deverão ser chamados para a reunião de trabalho o Ministério da Justiça, a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, o Instituto Chico Mendes – ICMBio, a Secretaria de Patrimônio da União, o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente – IBAMA e o Governo do Amazonas, além do Ministério do Desenvolvimento Agrário e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, que não participaram da reunião desta terça-feira.

Violência – Ribeirinhos, assentados da reforma agrária e extrativistas dos municípios de Lábrea, Humaitá, Manicoré e Boca do Acre são ameaçados sistematicamente por grileiros e madeireiros que invadem suas terras, retiram madeiras nobres, ameaçam, expulsam e matam. Desde 2007, sete lideranças dos trabalhadores foram assassinadas. O último crime foi contra a trabalhadora Dinhana Nink, assassinada na frente de filho de seis anos, dia 30 de março, em Rondônia, onde buscava refúgio depois de registrar Boletim de Ocorrência na delegacia de

Extrema (Rondônia), dando nome e sobrenome das pessoas que lhe agrediram fisicamente, incendiaram sua casa e lhe ameaçaram de morte. Servidores da Secretaria de Patrimônio da União que faziam o credenciamento dos ribeirinhos, extrativistas e posseiros para a titulação dos lotes em Humaitá foram expulsos por pistoleiros a mando de grileiros.

No município de Boca do Acre, duas casas de extrativistas foram queimadas na última semana de abril. 105 famílias foram expulsas por 40 policiais e 40 jagunços contratados pela suposta proprietária dos 5.202 hectares do Seringal Macapá, reivindicados com o título de posse de outra área, o Seringal Granada.

Cerca de 800 famílias de lavradores, seringueiros e catadores de castanha do programa Terra Legal ou moradores dos assentamentos Gedeão e o Curuquetê – cujo líder Adelino Ramos foi assassinado em 2001 –, no município de Lábrea, seguem ameaçadas em seus lotes, junto com a floresta, vítimas da retirada ilegal de madeira, da grilagem de terras e da ausência do Estado brasileiro depois que a líder extrativista Nilcilene Miguel de Lima e a escolta que a protegia deixaram a localidade por conta das ameaças que se estenderam até à Força de Segurança Nacional.

Convidados – Estiveram na audiência, presidida intercaladamente pelo deputado Domingos Dutra (PT) e pela deputada Janete Capiberibe (PSB), a líder camponesa Nilcilene Miguel de Lima, a representante da Comissão Pastoral da Terra (CPT) do Amazonas Marta Valéria Andrade Cunha Sponton, o chefe da Divisão de Repressão aos Crimes contra o Meio Ambiente e Patrimônio Histórico da Polícia Federal Wellington Clay Porcino Silva, o representante da Secretaria de Patrimônio da União (SPU) Jorge Azrabe, o diretor substituto de Criação e Manejo de Unidades de Conservação do ICMBIO Paulo Henrique Carneiro, o coordenador geral de Fiscalização do IBAMA Rodrigo Dutra, o coordenador do Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República Igo Martini e o secretário-executivo da Gestão Integrada da Secretaria de Segurança do Estado do Amazonas Frederico Marinho Mendes.

Sizan Luis Esberci